

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL

JÉSIO ZAMBONI

PARADOXOS DO MOTOR: UMA ESQUIZOANÁLISE DA ATIVIDADE  
DOS MOTORISTAS DE ÔNIBUS DO TRANSPORTE COLETIVO  
URBANO DA GRANDE VITÓRIA – ES

VITÓRIA

2011

JÉSIO ZAMBONI

PARADOXOS DO MOTOR: UMA ESQUIZOANÁLISE DA ATIVIDADE  
DOS MOTORISTAS DE ÔNIBUS DO TRANSPORTE COLETIVO  
URBANO DA GRANDE VITÓRIA – ES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional.

Linha de pesquisa: Clínica e Subjetividade.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Elizabeth Barros de Barros.

VITÓRIA

2011

JÉSIO ZAMBONI

PARADOXOS DO MOTOR: UMA ESQUIZOANÁLISE DA ATIVIDADE  
DOS MOTORISTAS DE ÔNIBUS DO TRANSPORTE COLETIVO  
URBANO DA GRANDE VITÓRIA – ES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional.

Aprovada em 25 de agosto de 2011.

COMISSÃO EXAMINADORA

---

PROF.<sup>a</sup> DR.<sup>a</sup> MARIA ELIZABETH BARROS DE BARROS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
(ORIENTADORA)

---

PROF.<sup>a</sup> DR.<sup>a</sup> FERNANDA SPANIER AMADOR  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
(MEMBRO EXTERNO)

---

PROF.<sup>a</sup> DR.<sup>a</sup> LEILA DOMINGUES MACHADO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
(MEMBRO INTERNO)

---

PROF.<sup>a</sup> DR.<sup>a</sup> ANA PAULA FIGUEIREDO LOUZADA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
(MEMBRO INTERNO)

---

PROF.<sup>a</sup> MS.<sup>a</sup> SONIA PINTO DE OLIVEIRA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
(MEMBRO CONVIDADO)

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

Z24p      Zamboni, Jésio, 1985-  
Paradoxos do motor : uma esquizoanálise da atividade dos  
motoristas de ônibus do transporte coletivo urbano da Grande  
Vitória – ES / Jésio Zamboni. – 2011.  
270 f.

Orientadora: Maria Elizabeth Barros de Barros.  
Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) –  
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências  
Humanas e Naturais.

1. Motoristas de ônibus. 2. Clínica da atividade. 3.  
Esquizoanálise. I. Barros, Maria Elizabeth Barros de, 1951-. II.  
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências  
Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 159.9

---

## SUMÁRIO: QUADRO DE LINHAS COM ITINERÁRIOS

[PARADOXO DAS PARADAS]

RESUMO	11
--------	----

[PARADOXO DA SÍNTESE]

ABSTRACT	12
----------	----

[PARADOX OF THE SYNTHESIS]

DEDICATÓRIA	13
-------------	----

[PARADOXO DO CURVA]

EPÍGRAFE: ABERTURA MUSICAL	14
----------------------------	----

[PARADOXO DA DECEPÇÃO]

[Let down]	14
------------	----

[Decepcionante]	15
-----------------	----

AGRADECIMENTOS: ENTRE AGRADOS E GRAÇAS	16
----------------------------------------	----

[PARADOXO DOS GRACEJOS]

[acerca do agradecer]	16
-----------------------	----

[com motoristas]	17
------------------	----

[desde os familiares]	18
-----------------------	----

[entre amigos]	19
----------------	----

[por mestres]	21
---------------	----

[uma pesquisa pública]	22
------------------------	----

## PASSAGENS \_\_\_\_\_ 23

### [PARADOXO DO PRIMEIRO PASSAGEIRO]

[fluxos de transporte] _____	23
[ônibus] _____	24
[inquietações] _____	25
[transversalidade] _____	26
[passageiro] _____	27
[o primeiro passageiro] _____	29
[o nascimento do motorista] _____	30
[transporte coletivo urbano e capitalismo] _____	31
[o paradoxo da espera do ônibus] _____	33
[o paradoxo da espera do motorista de ônibus] _____	34
[motor] _____	37

## PULAR A ROLETA: ENTRE MOVIMENTOS SOCIAIS POR TRANSPORTE PÚBLICO E O TRABALHO DOS MOTORISTAS DE ÔNIBUS COLETIVOS URBANOS \_\_\_\_\_ 40

### [PARADOXO DOS MOTORISTAS QUE LUTAM]

[motoristas e passageiros: lutas, políticas] _____	40
[empresas de transporte coletivo urbano: entre o público e o privado] _____	41
[movimentos sociais entre rodoviários e passageiros] _____	44
[movimento passe livre] _____	45
[lutas por transporte na grande vitória] _____	47
[processo de trabalho] _____	49
[a atividade nos processos de trabalho: analítica do capitalismo em questão] _____	51
[o fundamento do trabalho] _____	53
[atividade dirigida: foco de embates] _____	54
[a gestão da luta] _____	56

## ÉTICA E DESEJO NO MOTOR: INDÍCIOS DE UM TRAJETO DE PESQUISA \_\_\_\_\_ 58

### [PARADOXO DOS NOMES RISCADOS]

[donde partimos: primeira marcha em terminal] _____	58
[dispersões a princípios: segunda marcha em ruas] _____	60
[nomes riscados: ética e comitês para poder frear no caminho] _____	64
[desejo no motor: esquizofrenia e paranoia situadas] _____	74

ANÁLISES DA ATIVIDADE POR CONVERSACÕES: LINHAS QUE SE TRAÇAM PELA CLÍNICA _____	86
---------------------------------------------------------------------------------	----

[PARADOXO DO MOTORISTA QUE DANÇA]

[indispensáveis conversações] _____	86
[impasses à conversa: compreensão, reflexão, explicação] _____	87
[para além da representação e sua estruturação na linguagem: problematizações por hibridismos conversacionais] _____	89
[insistências por conversar] _____	90
[o motorista que dança: e nós com ele] _____	92
[co-análise da atividade de trabalho: interpretação e confrontação pela dispersão do dispositivo dialógico] _____	95
[polêmica: impasse ao diálogo] _____	99
[passageiros que conversam: Gilles Deleuze & Félix Guattari] _____	100
[compartilhamento de experiências pela produção videográfica] _____	102
[Alice, passageira para uma filosofia concreta: o paradoxo como inacabamento da atividade] _____	104
[controvérsias para além da individualidade: Espinosa e Blyenbergh] _____	105
[análise e clínica] _____	107
[deslocamentos e seus traçados: a clínica] _____	108
[o trabalho analítico] _____	112
[cruzamentos] _____	115

A ATIVIDADE DO MOTORISTA DE ÔNIBUS: UM PROBLEMA _____	117
-------------------------------------------------------	-----

[PARADOXO DAS PERGUNTAS SEM RESPOSTA]

[a construção como essência: humorística dos acontecimentos entre motoristas] _____	117
[perguntas sem resposta] _____	120

[afetiva humorística] _____	123
[uma conversa com motorista] _____	127
[variações dialógicas] _____	131
[transportes] _____	133

## CORPORATIVIDADE: O MOTORISTA COMO CORPO QUE CIRCULA \_\_\_\_\_ 137

### [PARADOXO DA CORPORATIVIDADE]

[corpo e organismo] _____	137
[o corpo sem órgãos do capital] _____	140
[o corpo coletivo de trabalho] _____	143
[política da amizade e grupalidade no trabalho] _____	145
[produtividade] _____	148
[desunião e cooperação] _____	151

## MICROPOLÍTICA DA ATIVIDADE \_\_\_\_\_ 155

### [PARADOXO DA FERRAMENTA ANALÍTICA]

[um conceito inacabado] _____	155
[entre conceito e função] _____	156
[entre condições e organizações do trabalho: materialidades e relações de produção] _____	158
[trabalho real e atividade] _____	159
[devir do trabalho] _____	161
[a atividade é sempre situada: entre concreto e abstrato] _____	164
[a linha dura entre trabalho prescrito e trabalho real] _____	166
[a linha vibratória da análise da atividade: por uma micropolítica do trabalho] _____	169

## ESQUIZOANÁLISE DA ERGONOMIA: UM ENCONTRO E SEUS VESTÍGIOS \_\_\_\_\_ 173

### [PARADOXO DO SISTEMA HOMENS-MÁQUINA]

[O anti-édipo e sua luta] _____	173
[um encontro entre ergonomia e esquizoanálise] _____	174
[princípios e deslocamentos em ergonomia] _____	176



[sistemáticas da ergonomia] _____	179
[a variação sistemática] _____	180
[repetir para inventar: desestruturações] _____	181
[romper com a estrutura: da máquina ao agenciamento] _____	183
[Alain Wisner e a crítica ao sistema homens-máquina] _____	185
[motorista de ônibus como um sistema homens-máquina] _____	187
[um conceito para a história do capital e do Estado] _____	189
[instrumento conceitual: para a problematização do presente] _____	192

CLÍNICA DA ATIVIDADE E FILOSOFIA DA DIFERENÇA: SINGULARIZAÇÕES NO TRABALHO _____	195
----------------------------------------------------------------------------------	-----

[PARADOXO DO ARCANJO MIGUEL]

[em diferenciações] _____	195
[um legado: o gênero de atividade como plano produtivo] _____	197
[três ou quatro diários do arcanjo Miguel num ônibus] _____	199
[ética e atividade] _____	201
[ética e subjetividade] _____	203
[gêneros e estilizações na atividade: multiplicidades e singularizações no trabalho] _____	207
[a pessoa do trabalhador: para além do indivíduo] _____	214
[estratoanálise da atividade de trabalho: a questão do ofício] _____	216

GILLES DELEUZE, CLÍNICO DA ATIVIDADE FILOSÓFICA: COMO UM OPERÁRIO DOS CONCEITOS ANALISA OS PROCESSOS DE TRABALHO NA FILOSOFIA POR SUAS INTERCESSÕES _____	221
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

[PARADOXO DO FILÓSOFO TRABALHADOR]

[um clínico da atividade filosófica] _____	221
[um operário dos conceitos] _____	222
[a produtividade como militância em filosofia] _____	225
[rupturas e alianças pela composição de um coletivo de trabalho em filosofia] _____	227
[o problema do gênero filosófico de trabalho] _____	229

[a atividade docente como intercessora à atividade filosófica] _____	231
[filosofia prática como trabalho em problemas concretos: droga, literatura, loucura, morte] _____	233

CLÍNICA DA ATIVIDADE PSICANALÍTICA DE FÉLIX GUATTARI, ANALISTA DA ATIVIDADE DESEJANTE NO CAMPO SOCIAL _____	237
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

[PARADOXO DO ANALISTA MILITANTE]

[indivíduo?] _____	237
[a atividade militante: integração dos diversos meios produtivos pela dimensão política] _____	239
[encontro com Gilles Deleuze: intercessão para uma crítica à psicanálise] _____	242
[O anti-édipo: posição de borda em psicanálise de Guattari] _____	244
[disjunções em psicanálise: efeitos d'O anti-édipo] _____	246
[transversalidade analítica ou adeus à psicanálise?] _____	249
[R. A. e a constituição de um dispositivo analítico: transferência em questão] _____	251
[máquinas desejantes e polifonia discursiva em R. A.] _____	253
[um verdadeiro entrecruzamento] _____	255

UM ANJO QUE EXTERMINA A DOR _____	258
-----------------------------------	-----

[PARADOXO DO EPÍLOGO]

[epifania] _____	258
[voando junto] _____	259

REFERÊNCIAS _____	263
-------------------	-----

[PARADOXO DAS CITAÇÕES]

## RESUMO

### [PARADOXO DA SÍNTESE]

Essa dissertação compõe-se de uma série de artigos, desenvolvidos a partir da análise da atividade dos motoristas de ônibus coletivo urbano da Grande Vitória, Espírito Santo. Os textos são compostos a partir de paradoxos, que constituem eixos problemáticos do trabalho de motorista e da pesquisa-intervenção realizada por nós junto com os trabalhadores. A “Epígrafe” traz o paradoxo da decepção, para que não se espere um grande acontecimento dessa pesquisa e que se possa passear ao som de uma música enquanto lê. Os “Agradecimentos” funcionam como um fora no texto, indicando uma série de atravessamentos institucionais que constituem a figura do clínico esquizoanalista da atividade, pelo paradoxo dos gracejos. Nas “Passagens”, o pesquisador assume a posição de passageiro, para trabalhar no paradoxo do motorista como primeiro passageiro, destacando algumas pistas para o estudo das relações entre atividade e subjetividade pelos processos de trabalho. Em “Pular a roleta”, indica-se, pelo paradoxo dos motoristas que lutam trabalhando, a atividade laboral como foco possível para as lutas coletivas por transformação do transporte coletivo urbano. “Ética e desejo no motor” aborda a dimensão ética como nó do paradoxo dos nomes riscados, ressaltando, pela relação entre clínico e motoristas, as conflitualidades do próprio meio de produção do transporte coletivo urbano. Em “Análise da atividade por conversações”, discute-se a montagem do dispositivo de conversações dispersas, em que o paradoxo do motorista que dança se forja, como método de pesquisa e meio de análise próprio dos motoristas. Ao configurar-se “A atividade do motorista de ônibus” como problema central da pesquisa, colocam-se em cena as análises cotidianas do trabalho pelo paradoxo das perguntas sem resposta. A “Corporatividade” refere-se à dimensão coletiva do trabalho do motorista, desmontando o sentido corporativo estabelecido para pensar a construção de um corpo ético do trabalhador. “Micropolítica da atividade” desenvolve o paradoxo da ferramenta analítica, pelas consequências teóricas da pesquisa com os motoristas, de modo a promover modulações conceituais e técnicas, a partir do conceito de atividade, central nessa intervenção. “Esquizoanálise da ergonomia” prossegue a discussão conceitual e técnica ao retomar, e desenvolver em paradoxo, o conceito de sistema homens-máquina, de Maurice de Montmollin, apropriado por Gilles Deleuze & Félix Guattari. A seguir, em torno do paradoxo do arcanjo Miguel, trata-se da intercessão entre “Clínica da atividade e filosofia da diferença”, promovida em função da análise da atividade produtiva, considerada como desejante e social. Em “Gilles Deleuze, clínico da atividade filosófica” e “Clínica da atividade psicanalítica de Félix Guattari”, toma-se a contribuição de um operário dos conceitos e de um analista da atividade desejante no campo social, respectivamente, para sustentar os paradoxos do filósofo trabalhador e do analista militante como figuras possíveis para o clínico esquizoanalista da atividade. “Um anjo que extermina a dor” é o paradoxo do epílogo desse conjunto de artigos reunidos em dissertação e uma homenagem a um motorista, interlocutor da pesquisa, que escreve sua biografia marcada pela existência no trabalho.

Palavras-chave: motoristas de ônibus; clínica da atividade; esquizoanálise.

## ABSTRACT

### [PARADOX OF THE SYNTHESIS]

This dissertation consists of a series of articles, developed from the analysis of the activity of urban mass-transit bus drivers in Grande Vitória, Espírito Santo, Brazil. The texts are composed based on paradoxes, which are problematic axes of the work of the bus driver and of the intervention-research conducted by us with the workers. The “Epigraph” brings the paradox of let down, so that there are not expectations of a great event from this research and one could walk to the beat of a song while reading. The “Acknowledgments” operates as an outside-the-text, indicating a number of institutional crossings that constitute the figure of schizoanalyst clinician of activity, through the paradox of jest. In “Passages”, the researcher assumes position of passenger, to work on the paradox of the bus driver as first passenger, highlighting some hints for the study of relations between activity and subjectivity through labor processes. “Jump the turnstile” refers, through the paradox of the drivers who struggle working, to work activity as a possible focus for collective struggles for the transformation of urban public transportation. “Ethics and the desiring-motor” approaches the ethical dimension, from the paradox of the crossed-out names, emphasizing, through the relationship between clinician and bus drivers, the warfare intrinsic to the work environment. “Analysis of the activity by chatting” discusses the construction of the device of scattered conversations, in which the paradox of the dancing driver is forged, as a research method and a means of self-analysis for the drivers. “The activity of the bus driver” configures the central problem of the research, bringing analysis of the daily work into the scene through the paradox of the questions without answers. The “Corporateness” refers to the collective dimension of the work of the urban mass-transit bus driver, dismantling the established corporate sense to think about building an ethical body of the worker. “Micropolitics of activity” develops the paradox of the analytical tool, through the theoretical consequences of the research with the bus drivers about their work, in order to promote conceptual and technical modulations, around the concept of activity, central to this intervention. “Schizoanalysis of ergonomics” continues the conceptual and technical discussion, developing around the paradox the concept of man-machine system, by Maurice de Montmollin, appropriated by Gilles Deleuze & Félix Guattari. Then, about the paradox of the archangel Michael, the intersection between “Clinic of activity and philosophy of difference” is developed on the basis of analysis of productive activity, considered as desiring and social. “Gilles Deleuze, clinician of philosophical activity” and “Clinic of the psychoanalytic activity by Felix Guattari” take into account the contributions of a conceptual worker and of an analyst of desiring activities in the social field, respectively, to support the paradoxes of the philosopher workman and of the militant analyst as possible figures for the clinician schizoanalyst of activity. “An angel who kills the pain”, the paradox of the epilogue to this collection of articles gathered as dissertation, is an homage to an interlocutor bus driver, who is writing his biography marked by his existence in the field of work.

Keywords: bus drivers; clinic of activity; schizoanalysis.

## DEDICATÓRIA

[PARADOXO DO CURVA]

Esta obra é dedicada aos trabalhadores do transporte coletivo urbano.

## EPIGRAFE: ABERTURA MUSICAL

[PARADOXO DA DECEPÇÃO]

[Let down]

Transport, motorways and tramlines / Starting and then stopping / Taking off and landing /  
The emptiest of feelings / Disappointed people clinging on to bottles / And when it comes it's  
so so disappointing // Let down and hanging around / Crushed like a bug in the ground / Let  
down and hanging around // Shell smashed, juices flowing / Wings twitch, legs are going /  
Don't get sentimental / It always ends up drivel // One day I'm going to grow wings / A  
chemical reaction / Hysterical and useless / Hysterical and... // Let down and hanging around /  
Crushed like a bug in the ground / Let down and hanging around // Let down again / Let down  
again / Let down again // You know, you know where you are with / You know where you are  
with / Floor collapsing / Floating, bouncing back / And one day... // I am going to grow wings  
/ A chemical reaction / Hysterical and useless / Hysterical and... // Let down and hanging  
around / Crushed like a bug in the ground / Let down and hanging around

[Decepcionante]

Transportes, rodovias e autoestradas / Partindo e então chegando / Decolando e aterrissando /  
A mais vazia sensação / Pessoas desapontadas apegando-se a frascos / E quando chega é tão,  
tão decepcionante // Decepcionante e abandonável / Esmagado como um inseto no chão /  
Decepcionante e abandonável // Concha quebrada, sucos fluindo / Asas arrancadas, as pernas  
se vão / Não ficar sentimental / Sempre se acaba como um babaca // Um dia vão me crescer  
asas / Uma reação química / Histórica e inútil / Histórica e... // Decepcionante e abandonável /  
Esmagado como um inseto no chão / Decepcionante e abandonável // Decepcionante  
novamente... / Decepcionante novamente... / Decepcionante novamente... // Você sabe, você  
sabe onde você está com / Você sabe onde você está com / Pisos quebrando / Fluindo,  
desfazendo-se / E um dia... // Vão me crescer asas / Uma reação química / Histórica e inútil /  
Histórica e... // Decepcionante e abandonável / Esmagado como um inseto no chão /  
Decepcionante e abandonável

(YORKE et al., 1997, tradução nossa)

## AGRADECIMENTOS: ENTRE AGRADOS E GRAÇAS

[PARADOXO DOS GRACEJOS]

[acerca do agradecer]

Sempre, ou quase, sou conduzido a ler, inicialmente, nas obras diante das quais me encontro, aquilo que se afigura como agradecimento. Em geral, isso se coloca à parte ao texto, num textícuo inicial, ou em poucas palavras finais – algo assim. Mas o que me fiska no agradecimento, como peixe, arrancando-me do fluxo da obra delimitada? É algo que René Lourau abordou pelo plano de composição do texto, destituindo as pretensões de tratamento da obra como transcendente ao seu processo de produção. Tomamos, então, os agradecimentos que acompanham os trabalhos como extratexto, como fora no texto, que insiste em acompanhar e perturbar o “campo de coerência” (RAVATIN, 1992, citado por LOURAU, 2004, p. 204) que a obra estabelecida institui. Essa insistência dos agradecimentos em acompanharem as diversas obras constitui uma abertura do texto ao contexto, da obra à sua realidade produtiva – em que se produz, pela qual se produz – em seus múltiplos atravessamentos.

É que nos agradecimentos, assim como em diários de campo, ou mesmo diários íntimos, bem como em versões abandonadas, questões cruciais que permeiam a obra podem se insinuar, aparecendo de outro modo. Aí encontramos pistas acerca das diversas relações econômicas, familiares, íntimas, que perpassam o trabalho – e que já se encontram na própria obra, de outro modo. Sabemos do sofrimento, da alegria, da inveja, da angústia, do tédio, que permearam um trabalho, que, entretanto, pode mudar sua configuração, como num caleidoscópio, caso essa experiência sirva para viver outras – em diferenciações. Aquilo que a obra já designa pelo seu fora, o fora na obra – sem que haja necessidade de um elemento transcendente explicativo –, destaca-se, entretanto, nesse extratexto adjacente à obra que constitui o agradecimento.

Destacamos, nos agradecimentos, uma oscilação entre os agrados, constituídos como objeto de bajulação, e as graças, como forças constituintes do trabalho em questão. Os agrados se conformam em elementos familiaristas, recordações de figuras bem delimitadas a que se deve devoção – cacofônico assim. Os agrados são objetos de troca, comparação, seleção, e todos esses procedimentos que nos dão a sensação de que se trata tão somente de uma concessão aos direitos particulares individuais de um sujeito a quem se deva agradecer, cujo privado não



pode ser destituído de seus privilégios. Haveria, assim, sempre alguém que se esquece de agradecer, alguém que se agradece mais do que a outro, e todas essas mediocridades que constituem nosso ego, como ilusão de reconhecimento. Apesar de constituírem também a obra que acompanham, os agrados podem funcionar como conflitiva a sustentar com os modos hegemônicos de produção de relações. Esses mimos conservados aparte da obra podem ser, afinal, destituídos de seu fechamento egóico e familiar pelas graças que encenam ao evocar situações, que indicam os planos de constituição dos sujeitos e objetos de agradecimento.

[com motoristas]

Desse modo, queremos aqui gracejar, retirando o agradecimento do seu estado substantivo de reconhecimento daqueles a quem devemos algo. Não devemos nada a ninguém. Queremos, antes, indicar a teia de relações pelas quais se constitui esse trabalho de pesquisa como uma construção coletiva acerca da atividade de trabalho dos motoristas de ônibus do transporte coletivo urbano da Grande Vitória – Espírito Santo (GV-ES). A esses queremos, principalmente e primeiramente, agradecer. A eles, sobretudo, agradecemos, não como sujeitos ou objetos constituídos, mas por afirmação das graças que inventamos juntos nos percursos vários que engatamos. Eles tomam a dianteira desse trabalho dissertativo, são seus protagonistas, servindo-se desse trabalho de pesquisa para desenvolverem e ampliarem suas análises da atividade produtiva de transporte. Desse modo, essa pesquisa atravessa as situações de trabalho dos motoristas desenvolvendo ferramentas clínico-analíticas, tomando os motoristas e as situações que vivem por intercessões. Entretanto, a vitalidade desse trabalho radicaliza-se na experiência desses trabalhadores com os quais compartilhamos o problema: “qual a graça em ser motorista de ônibus?”.

Preciso, então, agradecer a esses anjos do asfalto, anjos sempre em bandos, bandos de passageiros, eles que tomam a dianteira e assumem os riscos de passear pela cidade, conosco todos que embarcamos. Esses guerreiros da luta cotidiana pelo trabalho, em meio a tantos impasses, suspeitas e paranoias, abriram as portas e permitiram que me tornasse passageiro pelo seu trabalho, pelos seus paradoxos a viver. Sem dúvida, esse trabalho, apesar das múltiplas passagens que inventou, não seria nada disso que se escreve sem essa experimentação pelo trabalho do motorista. Grato, eternamente.

[desde os familiares]

Seguimos, então, em agradecimentos a toda minha família, especialmente meu pai, Osvaldo, minha mãe, Maria da Penha, e minha irmã, Jisely. Mas, de pronto, pode-se estranhar que se continue essa viagem de agradecimentos pelos familiares quando nessa dissertação se destaca *O anti-édipo*, obra anti-familiarista que busca destronar a família como núcleo primordial de constituição dos sujeitos e das relações. Mas...

Não se trata de negar a importância vital e amorosa dos pais. Trata-se de saber qual é o seu lugar e a sua função na produção desejante, em vez de fazermos o contrário e assentarmos todo o jogo das máquinas desejantes no restrito código de Édipo. [...] Do ponto de vista do investimento libidinal, os pais não estão apenas abertos ao outro, mas eles próprios são recortados e desdobrados pelo outro que os desfamiliariza segundo leis da produção social e da produção desejante: a própria mãe funciona como mulher rica ou mulher pobre, empregada ou princesa, moça bonita ou mulher velha, animal ou virgem santa, e as duas ao mesmo tempo. (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 68)

São meus familiares os principais abridores e fechadores de portas, entradas e saídas de uma grande parte das experiências que pude viver. Não que eles determinem essas experiências, mas são eles que – para evocar uma situação bastante relevante – me conduziram à escola, e me possibilitaram viver o estudo como um espaço de construção de relações, de liberdade. São eles que me abriram, e fecharam, as primeiras entradas para mundos, seja a escola, a igreja, a vizinhança, os amigos, o restante da família, dentre outros. A eles amo, não por dever ou por natureza do amor fraternal, maternal e paternal – ideia que abomino –, mas porque com eles pude construir, de modos vários, relações, vidas juntos.

É preciso agradecer à minha irmã. Com quem aprendi que, antes do bem e do mal, há bons e maus modos de estar juntos; e que estar ao lado é o que importa para inventarmos o que nos faz bem e o que nos faz mal. Assim, as ternuras de infância, as guerras de adolescência e os reencontros de juventude se atravessam por essa nossa relação de intensidades variáveis, como aprendizado de estar juntos, como construção de fraternidade, para além e aquém de familiarismos.

Agradeço ao meu pai, homem dos paradoxos. Com ele aprendo as potências do falso: nunca soube se dissera uma verdade na vida, e isso acaba pouco importando ou sendo o crucial para a vida que se precisa sempre inventar, em vez de buscar sua verdade última. Aprendo ainda que a vida é humorística, é de como a gente circula pelo mundo. Esse homem, cuja carteira de identidade talvez seja, efetivamente, a carteira de motorista, me inspirou a conhecer a

atividade de motorista, mesmo eu não sendo motorista, ainda. Aprendo, sobretudo, com papai o paradoxo de viver num mundo capitalista, individualista e egóico, sendo parte de um povo que não se cansa de lutar; e que, a cada derrota, pode se erguer e continuar a luta. A esse herói, com quem luto para destruir os mitos do bom pai e do bom filho, agradeço.

E agradeço à minha mãe, essa mãe desnaturalizante, que aposta no amor as fichas de uma vida toda, e reinventa a vida ao perder o jogo. É com ela, também, que aprendo a devir-mulher, devir-animal, devir-imperceptível. E toda essa teimosia ao lutar na vida, de uma insistência de forças que se esgotam na vida, pela vida, em vez de se estagnarem em conservações. É toda uma luta mesmo que travamos, em vias já bastante distintas, de modos diversos, mas que prosseguimos, e cujos primeiros passos aprendo por meio dela. A essa mãe, com quem construo modos de amar desnaturados, imanentes, teimosos, gracejos.

[entre amigos]

Se minha família me abre e fecha portas, o que acontece ao entrar e sair, entre uma porta e outra? E que meios do percurso construímos, entre uma saída e outra, que acabamos por inventar? É aí que entram os amigos, esses novos e vários companheiros de vida, com os quais se constroem caminhos vários. São com eles que se pode desfamiliarizar os mundos que habitamos insistentemente, forçando a estranhar aquilo a que já íamos nos acostumando. Eles conduzem ao deslocamento, à variação, a uma construção sempre pelo meio, sem início e fim de uma vez por todas.

E assim vou aprendendo entre os amigos a construção de uma política da amizade, que nos excede e que se faz ética, porque não importa tanto com quem, mas como vivemos juntos e inventamos a cada instante estar com estranhos, com desconhecidos, para nos inventarmos de novo, outra vez. E os amigos que evocarei por nomes são, antes, signos de multiplicidades que habitei e atravessei e que me constituem, que me fazem história e que insisto em tomar pela experiência para viver outras experiências, devirando. “Diríamos que o nome próprio não perde seu poder, mas encontra um novo poder quando entra nessas zonas de indiscernibilidade” (DELEUZE; GUATTARI, 2006, p. 106).

Agradeço ao Cristian, meu primeiro grande amigo quando criança, a quem nem vejo mais, de quem nem mais tenho notícias, embora muito provavelmente more ainda no mesmo bairro que eu. Com ele, inventei ser amigo, não dele apenas, mas de um monte de gente em que nos

embandávamos. As guerras interestelares como cavaleiro do zodíaco, o suco cheio de açúcar de sua mãe, o pai dele que nunca vi, o clube dos quatro que se logo desfez, tudo isso e outras coisas que compõem nossa amizade como plano de existência e de circulação pelo mundo. Eu o reencontro várias vezes, não como indivíduo, mas como forças de estar junto na vida.

Agradeço ao Marcelo Teixeira – acho que nunca aprenderei como se escreve seu sobrenome. Reinventei-me, então, amigo com esse sujeito. Passando por outros bandos, construo outra amizade que, hoje, pela distância entre Europa e Brasil, segue como experiência de uma ética, de um aprendizado de estar junto, de cuidado de um com o outro. Pelas aulas de violão, pelas conversas infinitas, pelas risadas sem motivo, pelas experimentações com peido e fogo, pelas músicas e dúvidas compartilhadas, pela distância, valeu, meu amigo.

À Christiane dos Reis e a todos os amigos de uma reinvenção do mundo que vivia pelas lutas das comunidades eclesiais de base, agradeço pelos encontros e pelo compartilhamento de experiências que pudemos realizar; pelos conflitos que sustentamos; pelas contradições que fomos desmanchando em paradoxos a viver, porque seguíamos juntos; pelos rumos diversos que pudemos, a partir desses encontros, tomar em caminho a percorrer; pela vida em grupo, por seus desafios, seus entraves, suas despersonalizações; agradeço eternamente!

À Carla Torres Pereira Carrion e a todos os amigos e bons colegas que existem pela UFES. E Carla é esse companheirismo que se faz entre diversos sujeitos, em situações várias, em que o amigo não é propriedade de direito, mas uma aliança política sempre em construção, em distanciamentos e aproximações, em experimentação. E há uma alegria nessas amizades, que não exclui a tristeza, mas que quer superá-la pela transformação das situações, por se estar junto, por se poder estar junto. À Carla, e aos amigos desse tempo de UFES, agradeço por estarem perto, e longe, existindo.

Como poderia deixar de agradecer aos amigos que se fizeram companheiros? Àqueles que se ligaram a mim para viver algo junto. A todos eles, agradeço por meio do companheirismo que construí com Gabriel Fitaroni Neves da Cunha. Com esses, aprendo e insisto em estar acompanhado integralmente, em construir algo junto, inventando o que não nos dizem como deve ser. Um desafio imenso, uma aventura maravilhosa. “[...] e amo em ti os outros rostos” (CESAR, 1999, p. 56).

[por mestres]

Chego agora, então, ao ponto dos gracejos com minhas mestres, minhas sábias companheiras de aprendizagem. Sem dúvida, trata-se aqui de destacar focos de singularização num aprender que não tem proprietário nem propriedade, que se constrói junto. Os nomes que se apontam a seguir designam posturas ético-políticas que se encarnam em pessoas, as quais sempre precisamos considerar como ponto de cruzamento entre bandos de gentes. Por um acaso, serão estes mesmos nomes que comporão a banca de avaliação dessa dissertação, pelo que lhes agradeço também, pois suas contribuições para a construção desse trabalho foram cruciais.

Soninha é uma grande mestre pela qual este trabalho se encaminha. Pode-se observar a fundamental influência do seu trabalho (OLIVEIRA, 2001) nesta obra que se pode ler. Não apenas orientou a escrita desta dissertação, como participou da construção da própria pesquisa, do vídeo e das conversas com motoristas. Isto, entretanto, para nós configurou-se em mais um pretexto para conversações entre amigos que nos tornamos e para uma aprendizagem valiosa que extraio dos nossos encontros. Companheira, fez-se minha grande mestre por uma política da amizade que nos permitia fluir para além dos lugares estanques de professora e aluno. Com essa grande amiga e mestra, sempre acabo me surpreendendo diante da vida em seus minúsculos movimentos de alegria. Com ela, quis me inventar também esquizoanalista, forjando máquinas de análise em qualquer canto, com quaisquer gentes, pra brincar junto. Milhões e milhões de graças em sonho à Soninha.

Mas se o procedimento esquizoanalítico de Soninha é o rebaixamento do ego à sua insignificância diante dos encontros que nos faz outrar, sua grande amiga Beth Barros é esquizoanalista por fazer explodir o ego em mil estilhaços brilhantes. Desse jeito, tornou-se minha querida desorientadora, que, ao sabor das conversas exultantes, sempre desencaminha o planejado, instigando a ir além. Sua aposta neste trabalho e seu encorajamento para as experimentações foram cruciais em todo o percurso de pesquisa. Seus fulgurantes pedaços em nós tornam-se bando e com ela sempre aprendo que aprender é algo que se faz tudo junto e misturado, aos montes de gentes. Investindo nossa política da amizade impiedosa, em que as marcas das intervenções mútuas latejam e nos fazem saber vivos, outras mil graças a enxamear nossa aprendizado comum.

É preciso agradecer à Leila Domingues, com quem passei a compartilhar a inquietação com o cansaço que se espraia diante de nós. Essa dissertação pode ser lida como uma máquina de luta contra a cansaça que deu as táticas minguadas por estratégias sórdidas bloqueando o desenvolvimento das nossas lutas por transporte coletivo na cidade. Logo, as táticas maravilhosas se estereotiparam, caíram num ciclo vicioso de repetição do mesmo, e cansaram. Toda essa pesquisa foi um jeito de seguir tal de outro jeito, pra ver a vida pelos ônibus de outros jeitos. Leila figura aqui os professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional (PPGPSI), pelo qual pude realizar este trabalho. Os agradecimentos à Leila e a todos os professores do PPGPSI são, então, por sua delicadeza e sutileza quando dos nossos encontros, e por saber que estamos juntos em tantas lutas.

Outra professora a quem agradeço é Ana Paula Louzada, que aceitou há poucos dias da defesa de dissertação o convite para essa conversa que já tecíamos há tempos atrás. Porque Ana, antes de ser minha professora, foi minha colega de orientação de pesquisa, com quem pude compartilhar inquietações, dúvidas, descaminhos, surpresas e invenções. Ela é, como eu, pedaço de um bando de gente que ousa pesquisar trabalho e subjetividade apostando na invenção cotidiana. Ao agradecer a essa cara amiga, agradeço também aos colegas estudantes, com quem compartilhei momentos cruciais desse trabalho, com quem pude aprender a cada vez que me perguntavam sobre a pesquisa, querendo saber um pouco mais, forçando-me a pensa-la uma vez mais ali onde nem esperava poder leva-la. Agradeço a Ana e a todos os colegas.

Por fim, agradeço a essa nova companheira, de terras um pouco mais geladas, que, ao primeiro encontro pessoalmente, já soube que seria uma interlocutora privilegiada dessa pesquisa. Fernanda Amador, ao interferir de assalto nesse trabalho, tornou-se parceira num repente. E, não podendo deixar de convidá-la tão logo para conversar sobre a pesquisa com os motoristas, víamo-nos compartilhando uma série de questões comuns, inquietações que se desdobravam entre nós, apesar da distância e das distintas velocidades. A seu carinho e companheirismo, um monte de graças para a insistência em nossas conversas.

[uma pesquisa pública]

Esta pesquisa foi possibilitada pelo financiamento público da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES), graças ao qual se deve a dedicação em tempo integral ao processo de pesquisa.

## PASSAGENS

### [PARADOXO DO PRIMEIRO PASSAGEIRO]

[fluxos de transporte]

Partículas de poeira carregadas pelo vento entre os diversos seres, compondo-os, por vezes, parando, precipitando do ar, mas logo levadas por um vento mais forte, com outras partículas. A poeira é matéria que se compõe pela força do vento. Vento que transporta a poeira, transportando-se em partículas invisíveis de ar e visíveis de poeira, folhas, restos. Vento que ganha expressão em força, materialidade em conjugação. A própria poeira é composição pela força do vento. No vento, são forças que se agenciam para levar e trazer. Forças e resistências do vento, da poeira, transpassando os seres. Sem destinos fixos. Apenas paradas no movimento, e não parada do movimento.

Transporte que perpassa a vida, colocando-a em movimento desde o inanimado. No mar, os peixes, as algas, em bandos se aceleram e desaceleram acompanhando o fluxo da água. No ar, os pássaros, os insetos, cujas relações entre si estão sempre em deslocamento, esvoaçam em nuvens, construindo-se. E produzem-se por seus próprios movimentos, em caminhos próprios, a velocidades sempre oscilantes num meio que se cria ao viver, nadar, voar. No entrecruzamento de fluxos de água, de ar, de outros animais, de plantas, de pedras, dentre outros fluxos, o cardume, o enxame, são força e matéria, deslocamento e conjunto. Diversas forças entram em composição na produção de transporte. É transporte de uma matéria em outra, de uma matéria pela outra, em junção e disjunção de forças.

Transporte que os humanos efetivam em profissão, em atividade produtiva. O motorista dirige o ônibus em meio ao fluxo de automóveis, bicicletas, pedestres, pássaros, poeira, transportando pessoas, coisas, animais, plantas, bactérias, fungos, poeiras, calores – ainda que não sejam esperados e regulamentados como passageiros. Multiplicidades se fazem bandos diversos em transportes. Sempre cruzamento de forças por meio de matérias que se constituem aí, onde se atravessam. O ônibus é um meio que essas forças percorrem. Sempre tensão: freada brusca, sinal que amarela, suor que escorre, pessoas que se esbarram, conversas que se ouvem, olhares que se afrontam.

Falamos aqui em fluxos porque pretendemos acompanhar as transformações que constituem a vida, a própria produção do viver. Queremos sustentar um paradoxo: substancializar a

transformação em fluxo, que não é senão o próprio movimento compondo modos dessa substância múltipla que é o mundo. Modo motorista de ônibus que se constitui e desconstitui em fluxos compondo mundos a viver. O fluxo é a transformação incessante das coisas em si próprias, não sendo nunca as mesmas.

[ônibus]

O *omnibus* é esse para todos – “para todos” é uma etimologia da palavra *omnibus*, latina, da qual se originou a palavra ônibus –, onipresença passageira e constante. É um leva e traz, dizem alguns: transporte. É o lotação: lata de sardinha, em que a gente espreme, acomoda, incomoda, mexe, quase cai, aprende a surfar, conversa, desconversa, intromete. Sentado ou em pé, cabe muita gente. Gente de todo tipo, para além de qualquer tipo, e, com a gente, muitas coisas. Coisas que carregamos as mais diversas e que nos carregam. Busão: é grande, podendo até ser articulado. Muito mais espaço tendendo a aumentar ou a diminuir, na conjugação de matérias e forças, na quantidade de gente que entra, de objetos que acompanham, de calor que esquentam, de pressa que se tem. Navio negreiro: a pichação na placa do ponto de ônibus nos convoca à memória. História que perpassa os corpos: corpo ônibus, híbrido de coisas vivas e inanimadas, composto por partículas em colisão, conexão. Tudo isso em movimento, mesmo nas paradas, sempre provisórias.

Diversos encantamentos surgem no viajar de ônibus. Trata-se de uma viagem, um passeio. Experiência que encerra a potência de nos tirar do lugar, nos deslocar. Ainda que nenhum sentimento diferente, nem lembrança, nem modificação perceptível se tenha prontificado. Ainda que retracando os mesmos caminhos todos os dias rumo ao trabalho. Ou ainda quando o retrazar dos caminhos é o próprio trabalho: a atividade do motorista de ônibus. Nessa viagem, embarcam mil forças nas mais diversas emergências, pontos em que o presente se faz também história, remanejando e constituindo as matérias com que compomos nossas vidas. Essas matérias são fragmentos de relações de forças, pedaços de memória que se esquecem e se lembram em lutas.

Esquecer não é o oposto de memória, mas sua virtualização (DELEUZE, 2005). O que se atualiza são as matérias, portadoras de forças, virtuais. Forças adquirindo consistência em políticas, jogos de força, que se materializam em sujeitos e objetos, em mundos que vivemos. Matéria-ônibus, matéria-itinerário, matéria-passageiro, matéria-cobrador, matéria-motorista. Todas essas matérias em composição são permeadas e formadas pelas forças que constituem o



campo social em multiplicidades, atravessando-se entre si e entre outras matérias na produção do transporte coletivo urbano.

[inquietações]

O passageiro se compõe com a rua, a cidade, o ônibus, o dinheiro, o cobrador, o motorista, outro passageiro, o ar, o tempo, o horário de trabalho, a cadeira, a espera para o jantar, a janela do ônibus. E o motorista, com que se compõe? Com tudo isso. Mas, como, de que modo, por quais relações próprias? Quais são suas matérias? Que forças estão em jogo em suas composições com o mundo ao formar o corpo motorista, essa constelação de signos, posições de desejo, em produção? Que passageiro é esse, o motorista? Por onde passa, deixou de passar, quis passar sem poder, passou, passou sem querer, passará, sonha passar? Passagens em meio a entraves, meios, barreiras, acessos.

Como se pode compreender a composição motorista? Composição que não cabe em sua imagem estatizada, numa representação do que seja o motorista, uma ideia desencarnada de seu processo de produzir-se e produzir seu trabalho incessante. Tal imagem precisar ser colocada em cena, em viagem, em movimento, pelas ruas da cidade, junto com os motoristas, compondo-lhes também. É assim que nasce o motorista: em movimento, em transição, em passagens.

O que pode o motorista de ônibus? O que pode na produção do transporte coletivo urbano? Essas perguntas não colocam estruturas, lógicas, consciências, generalidades, nem respostas em primeiro plano, pois se entende que essas são efeitos de produção, de jogos de forças, de lutas e invenções na situação de trabalho, no concreto da vida, na imanência do existir como motorista de ônibus. O campo de imanência é aquilo que puxa, arrasta, seduz, não deixando esvoaçar para o além sem referência, sem consequência. Imanência é o plano em que correm os processos de produção da realidade.

Cenas do cotidiano ganham formas na figura do trabalhador do transporte coletivo urbano a partir de marcas no corpo de mundos passageiros. É possível trabalhar na passagem sem se tornar dela prisioneiro? É possível trabalhar a passagem em repetição, repetição dos itinerários, dos comportamentos, dos pensamentos, dos dias, do tempo, sem nisso morrer no mesmo, mas criando, inventando, delirando? É necessário transtornar a questão. Seria possível repetir incessantemente os itinerários sem, a cada vez, a cada entre-momentos,

inventar, criar, delirar? É possível trabalhar, viver, sem a passagem, o limite, o transverso? Sem repetir? Inquietações que permeiam silenciosas e pulsantes nosso trabalho de pesquisa.

[transversalidade]

Perguntamo-nos afinal: como se produz a atividade do motorista de ônibus. Este é o nosso problema de pesquisa, nossa questão crucial, nosso plano problemático a construir e percorrer. A multiplicidade a que esse problema corresponde, e que aqui começamos a esboçar, decorre da transversalidade pela qual se institui, implica a sua instituição como máquina de produzir transporte coletivo urbano. Ao funcionar como máquina social e desejante, a atividade do motorista trabalha as necessidades que se constroem no campo social em suas diversas interfaces com outras máquinas tais como o lazer, o trabalho, o estudo, o turismo, a fuga, etc. Esse problema nós o construímos atravessando numa “[...] mesma paragem: acontecimentos vividos, determinações históricas, conceitos pensados, indivíduos, grupos e formações sociais” (DELEUZE; GUATTARI, 1995a, p. 18).

Os modos de viver, que se efetuam em meios de atividades próprios – pai, motorista, amigo, jogador, cozinheiro, videasta, blogueiro, vendedor, etc. –, conformam-se em gêneros de atividade, meios de vida e trabalho coletivos, por meio dos quais esses modos de viver vão ser trabalhados, criados, processados, construídos e reconstruídos. Essas máquinas de produção social, os gêneros de atividade, se atravessam, interferindo-se mutuamente, de tal modo que as atividades de uma situação possibilitam a invenção de outros modos de agir em outra situação. Podemos definir, então, a transversalidade da atividade como “[...] a interferência que está no princípio do surgimento do novo, o cruzamento de gêneros, a pertinência simultânea, por uma atividade, a dois ou mais gêneros distintos” (CLOT, 2006a, p. 196).

A transversalidade remete, portanto, aos processos de subjetivação, ou seja, aos modos de viver, sentir, pensar que se forjam por meio das máquinas em que nos compomos. Os modos de agir, perceber, pensar, desenvolvidos no meio de trabalho do motorista não estão isolados dos outros territórios de existência que constrói e pelos quais se constrói. Esses meios de vida em que vivemos, atuamos, existimos, não estão separados uns dos outros, assim como não são indiscerníveis. Eles se cruzam incessantemente, arranjam pontos de cruzamento que, desarranjando os modos de vida específicos de cada meio, são, paradoxalmente, sua fonte de vitalidade. “Tais mutações de subjetividade [...] [funcionam] no próprio coração dos indivíduos, em suas maneiras de perceber o mundo, de se articular com o tecido urbano, com

os processos maquínicos do trabalho e com a ordem social suporte dessas forças produtivas” (GUATTARI; ROLNIK, 2008, p. 34).

Transversalidade é o procedimento incontornável, e que é sempre preciso inventar, por meio do qual nos fabricamos pelas máquinas de produção social e desejante, pelos processos de construção do real, da multiplicidade do real. Trata-se de atravessar as diversas máquinas, os diversos meios de atividade e vida, instituindo cruzamentos entre essas máquinas de tal modo que os indivíduos, grupos, sociedades se arranjam como produtos desses processos que não se esgotam em si próprios, arrastando-os em outras maquinações.

Sempre se apresentam, nesse processo de produção de sujeitos e mundos, pontas de derivas em meio aos tempos e espaços que comportam um domínio de experiência. Essas extremidades atravessam as diversas máquinas sociais constituindo modos, funções e estruturas. Mas, primeiramente, desconcertando e desarranjando esses modos, funções e estruturas para possibilitar outramentos desses modos.

[passageiro]

Assumimos, nesse começo de conversa, uma posição de passageiro. É a posição que se desenvolve, em diversos modos, ao habitar o terreno do transporte. Não há como abordar o transporte, a atividade do motorista de ônibus, sem ser imediatamente relacionado a esse meio de modo a compô-lo. Mesmo que não se envolva nele a ponto de tornar-se uma matéria integrante do transporte coletivo urbano, relacionando-se diretamente com o trabalho do motorista de ônibus, instaura-se uma relação indireta ao abordar a máquina. Esse tratamento, pelo qual não tememos nos ver circulando pela máquina de transporte, entremeados pelos motoristas, abre veios de passagem e nos torna, em certo modo, passageiros.

Como passageiros, interrogamo-nos acerca do trabalho do motorista: como é possível pensar durante de transporte, com todo o barulho, o calor, as conversas entre passageiros, as pausas minguadas, as ofensas emergentes, a vigilância constante, a bagunça inevitável? Pergunta que se transtorna em nós. O problema que se suscita seria então: como é possível pensar o trabalho do motorista sem a poeira, os incômodos, os imprevistos, os engarrafamentos, os conflitos? Aquela pergunta que, de alguma maneira, busca um terreno tranquilo e fora das intempéries do mundo se dispõe ao pensamento transcendente aos processos de trabalho do motorista. Buscamos, ao invés, entrar na construção que já se faz, acompanhando os

processos de produção do motorista, de um plano de imanência, um plano de produção do transporte coletivo urbano, interferindo neles, sendo interferido por eles. Só é possível pensar junto: compartilhando a experiência de trabalho dos motoristas, inventando um jeito, artificiando um meio, de estar junto.

A possibilidade de conhecer o trabalho do motorista surge quando nos movemos com ele de algum modo. Não necessariamente tornando-se sujeito passageiro, indivíduo que paga a passagem de ônibus e garante assim seu direito de ir até algum outro ponto da cidade. Nem mesmo é o caso de nos tornarmos motoristas, uma vez que isso poderia se configurar como negação da possibilidade de compartilhar a experiência, remetendo-a a um meio fechado, em que apenas os supostamente iguais se entendem. A lógica da identidade, em vez de ser a condição para se partilhar experiências, é a sua própria negação, pela suposição de uma igualdade, o que já anula de antemão a possibilidade de cruzamento, de intercessão, de interferência.

Trata-se, antes, de devir passageiro. Afinal, todos são passageiros, de uma forma ou de outra, no transporte coletivo urbano. Um tornar-se passageiro que não está na forma acabada ou assumida, mas num plano de intensidades que a experiência de circular a cidade em máquinas de transporte coletivo constrói e espalha, nunca isolada de outros dispositivos de experiência. “Se não me mexo, se não viajo, tenho como todo mundo minhas viagens no mesmo lugar, que não posso medir senão com minhas emoções, e exprimir da maneira a mais oblíqua e indireta naquilo que escrevo” (DELEUZE, 1992, p. 20). A questão se coloca, então, assim: como criar um meio transversal, oblíquo, uma zona de interferências mútuas, entre nós e os motoristas, de modo a não pretendermos suprimir nossas diferenças, mas firma-las por um tensionamento recíproco.

É preciso, contudo, ir mais longe. Ao considerar mesmo, e sobretudo, aqueles que nunca tenham viajado de ônibus ou lhe ignorem a experiência sucessivamente, o problema de conhecer a atividade de trabalho do motorista se coloca à medida em que ele compõe o corpo social, mais do que como órgão de circulação da cidade, mas, fundamentalmente, como meio de vida, de atividade, de produção de subjetividade. A atividade de transporte é constituinte da cidade. Como se pode, então, inventar meios de conhecer a atividade do motorista de ônibus, de compartilhar a experiência dos processos de trabalho, sem ser motorista, sem necessitar ser motorista, nem mesmo passageiro cobrado?

[o primeiro passageiro]

Ao abordar a atividade do motorista de ônibus, podemos ver nesse trabalhador um primeiro passageiro, um protagonista na constituição do transporte coletivo urbano, aquele que assume a dianteira, uma essencialidade na produção do transporte. Essencial porque não é dispensável. Do contrário, o transporte não segue. Protagonismo porque o motorista é o passageiro que assumiu o volante, que tomou para si o processo de construção do transporte coletivo urbano como trabalho a empreender. Esse protagonismo, entretanto, não pressupõe superioridade hierárquica em relação aos colegas de trabalho – cobradores, fiscais, despachantes, administradores, passageiros, patrões –, nem primazia histórica ao perguntar quem veio primeiro. O protagonismo se desprende da individualidade e da funcionalidade exatamente por colocá-las em questão. O devir passageiro perpassa a função e a forma motorista remetendo-o às relações que o constituem.

Existir motorista implica uma multiplicidade de existências, inclusive no próprio motorista. Nesse sentido, não nos interessa qualquer interioridade do motorista, seja individual, grupal, corporativa, administrativa, legislativa, ou qualquer outra. O motorista se constitui nos cruzamentos, nas passagens. É aí, nesse ponto de deslocalização, onde as rotas se desviam, que nos encontramos com os motoristas. Só aí é possível encontrá-los.

A figura do trabalhador motorista de ônibus surge na cidade em função de sua produção e funcionamento por meio da circulação, dos cruzamentos entre as pessoas, grupos, lugares, instituições. “A cidade é o correlato da estrada. Ela só existe em função de uma circulação e de circuitos; ela é um ponto assinalável sobre os circuitos que a criam ou que ela cria. Ela se define por entradas e saídas, é preciso que alguma coisa aí entre e daí saia” (DELEUZE; GUATTARI, 1997b, p. 122). O transporte é a própria condição de funcionamento da cidade existindo em circulação.

Não é à toa que a cidade para quando os motoristas entram em greve. Nessa situação, todo o funcionamento, a produção da cidade é cortada, sofre uma interferência, um incômodo, um deslocamento. Em dia de greve, não se chega ao trabalho como se faz todos os dias, tem que se pensar como pegar o ônibus, pois os horários de passagem são escassos muitas vezes, ou vai se encontrar um engarrafamento em algum momento da viagem, ou nem mesmo haver viagem.

Não conseguimos imaginar uma cidade sem meios de transporte desenvolvidos em máquinas de transportar. A cidade afirma sua potência de expansão pela circulação, construindo os modos de pass(e)ar por ela. É um corpo que se compõe dos vivos em atividade, em agenciamentos na constituição de meios de vida. E em cada cidade vai se inventando os seus meios numa repetição sempre diferente dos modos de transportar, advindos da atividade dos seus passageiros, entre eles o motorista, aquele que assume essa atividade como ofício e profissão: fazer circular, transportar.

[o nascimento do motorista]

Podemos acompanhar por meio de imagens – desenhos, ilustrações, charges, prospectos, bicos de pena, cartões postais, plantas, litografias, pinturas a óleo sobre tela, guache, aquarelas, água-tinta, têmpera, fotos – e textos – cartas, livros, documentos oficiais, romances – o processo de construção da cidade do Rio de Janeiro na obra *Cidade em movimento* (CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2001) para dar-mo-nos conta das transformações dos meios de transporte, acompanhando a construção da cidade em seus distintos arranjos. Ao tratarmos do desenvolvimento urbano por meio do transporte público não afirmamos um princípio de evolução linear num único sentido, de aperfeiçoamento, mas uma série de mudanças que implicam movimentos de recuos, impasses, desvios, retornos, adjacências, colisões. Para sacarmos isso, basta observar que os ônibus no Rio de Janeiro, movidos inicialmente por forças de animais, como cavalos e burros, desaparecem da cidade no final do século XIX, após cerca de cinquenta anos de funcionamento, para ressurgir cerca de vinte anos depois já movidos a combustão, retomando a produção de transporte que os bondes lhe haviam arrebatado nesse meio tempo.

A partir de textos produzidos por empresas públicas e privadas encarregadas do serviço de transporte coletivo urbano (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES URBANOS, 1997; CHAIA; SOLARES, 2001), podemos apontar algumas dessas transformações. No Espírito Santo, o transporte coletivo surge como política governamental já aliada a iniciativas privadas no início do século XX. Esse modo de instauração da política pública de transporte coletivo urbano agenciada a uma política privada é hegemônico no Brasil.

A figura do pioneiro do transporte público, enquadrado num indivíduo com iniciativa privada, é um borrão entre empresário e motorista, mecânico, cobrador, fiscal, dentre outros. O

motorista de ônibus e as outras funções do trabalho de transporte, em princípio, se incorporavam umas nas outras num mesmo sujeito empreendedor. Nesse início, até mesmo o empresário, o dono do ônibus, era o motorista, dentre outras funções. Ao menos, é assim que os empresários do transporte coletivo urbano no Brasil têm contado a história. No desenvolvimento da máquina do transporte coletivo urbano, essas funções vão se distinguindo, se especializando, dispersando-se em pessoas diferentes, em conjuntos de trabalhadores distintos, mas relacionados, configurando meios próprios de trabalho, modificando-se por deslocamentos e rearranjos, exigindo por vezes outras disposições coletivas profissionais.

Por esses caminhos, o empresário contrata um motorista e redistribui as funções. Contrata um mecânico, separando-o das funções do motorista. Instaura o cobrador de passagens, distinguindo-o do motorista, sendo que ainda hoje essas funções podem se integrar num único indivíduo no ônibus em função da organização do trabalho. Enfim, a organização do trabalho rearranja constantemente as funções em corpos distintos de trabalho que vão se produzindo com a construção do transporte coletivo urbano.

[transporte coletivo urbano e capitalismo]

O transporte urbano torna-se um meio de produção privilegiado pelo modo capitalista – não porque a cidade seja um si uma configuração capitalista – já que o capitalismo desenvolve cada vez mais seu princípio de não tomar por objeto a terra, o trabalho concreto, mas a mercadoria, o produto do trabalho, num fluxo abstrato de mercado: “A propriedade não é mais a do solo ou da terra, nem mesmo dos meios de produção enquanto tais, mas a de direitos abstratos convertíveis” (DELEUZE; GUATTARI, 1997b, p. 152). O Estado conforma o transporte coletivo urbano como direito constituído direito de ir e vir, instalando um tribunal para produzir e decidir que direito se tem e não se tem a partir da vida na cidade. Esse direito de ir e vir é forjado em máquina como serviço prestado a população. Tal estatuto de serviço é o que estrutura o transporte coletivo urbano como transporte público. “Transporte público não é mercadoria, é um serviço” se picha no ponto de ônibus, evocando as contradições sociais.

O capital tende a tornar tudo mercadoria, aquilo que tem valor de uso para a vida em valor de troca para o mercado, para o sistema de câmbio em comparação e equivalência (MARX, 1996). Os circuitos que constituem a cidade são investidos maciçamente pelos modos capitalistas de vida. “A circulação constitui o capital como subjetividade adequada à

sociedade inteira” (DELEUZE; GUATTARI, 1997b, p. 150). Desse modo, é a figura do empresário que se destaca dentre todos os corpos de trabalhadores rodoviários, como imagem da construção do transporte público urbano, embora essa produção se faça no cotidiano da atividade em coletivos de trabalho circulantes. Entretanto, esse mesmo meio de constituição, tomado num regime de produção capitalístico, é investido como meio de criação de saídas às alternativas pré-moldadas que o capital comercializa. Entre os motoristas, essas saídas se inventam nos próprios arranjos e desarranjos de trabalho, na sua atividade em constante produção em meio aos fluxos urbanos.

Amador (2009), em sua pesquisa-intervenção junto com as agentes penitenciárias, afirma a proposta de “abordar as prisões recusando focalizar seu interior, seu espaço fechado onde se encontrariam as justificativas para sua existência” (p. 26). Tal perspectiva é por nós compartilhada. A visada que enclausura as forças micropolíticas que perpassam e constituem o trabalho do motorista é determinante para uma naturalização ou transcendência dos processos de trabalho às múltiplas forças do desejo percorrendo o corpo social. Trata-se de não olhar o trabalho do motorista em função da rota planejada, nem mesmo da rota executada, “preso” dentro do ônibus ou de seus circuitos. O que importa é abarcar como passageiras, mas consistentes, as “rotas” que se criam, ou melhor, que se inventam, pois elas são possíveis a partir das multiplicidades de forças e matérias compondo existências pelo motorista.

Nesse sentido, tratar do modo de produção capitalista não pode se fazer por um afastamento das questões do dia-a-dia do trabalho, por análises globais que homogeneizariam a atividade ou que configurariam uma chave única de interpretação dos problemas vividos nos coletivos, mas por um perpassar desses problemas diários, de modo a conectá-los com problemáticas familiares, religiosas, tecnológicas, dentre outras. É nesses pontos de entrecruzamento em situações que podem emergir os paradoxos da atividade.

A seguir, então, propomo-nos um exercício de abordagem das dimensões de subjetividade e atividade nos processos de trabalho do motorista de ônibus coletivo urbano pela produção videográfica, tomada como um meio possível para tal estudo. Analisamos dois vídeos construídos em torno das experiências do passageiro e do motorista de ônibus, respectivamente. Pela leitura do vídeo, focamos as questões de subjetividade e atividade do motorista e do passageiro para tratar de como os paradoxos constroem a relação produtiva,



tensionante e inquietadora, que se estabelece entre esses sujeitos do transporte coletivo urbano.

[o paradoxo da espera do ônibus]

Em *O Paradoxo da Espera do Ônibus* (PARADOXO, 2007), o passageiro surge na colocação de um problema, na instauração de uma situação, a espera do ônibus, à espera do ônibus. À espera do ônibus. “Porra. Num passa ônibus. Pelo que eu sei, ele ainda circula de madrugada. Mas quanto mais ele demora, também mais perto ele tá pra passar aqui, né?”. A situação arranja-se entre barulhos de grilos, iluminação falhando e automóveis esparsos circulando na madrugada da cidade, latidos de cachorro, num ponto de parada do ônibus cuja paisagem é composta por cartazes “Jesus Breve Voltará”, cachorros de rua, bonecas abandonadas, lixo na cidade, camisinhas usadas, estabelecimentos comerciais, residências, dentre outros elementos que se relacionam para compor uma cena em movimento, um vídeo.

Movimento que é paradoxal por incluir o estático. O desenho é sem efeitos de movimento elaborados que nos pudessem provocar a ilusão de ótica com a qual nasce o cinema e que, por meio de fotos sequenciadas em movimento rápido, nos provocam a impressão de ver movimento na tela, na superfície, num plano qualquer. Esse movimento – e sua ausência – é, simultaneamente, paradoxo na experiência de espera do passageiro. A situação em que o sujeito se encontra, com todas as matérias e forças já apontadas, provoca-o a criar e habitar o paradoxo da espera do ônibus que dispara a demora do ônibus como proximidade de sua passagem pelo ponto. “Quanto mais ele demora, mais perto ele tá pra chegar”.

A partir desse problema, instaura-se um percurso problemático variável que o passageiro percorre, desenvolvendo o paradoxo – único modo de habitá-lo, fazendo-o viver como situação problemática. Então, o sujeito se coloca a questão de que se nesse tempo todo ele não passou, isso quer dizer que ele está vindo. Aqui, um desenvolvimento próximo do problema inicial. Mas logo ele coloca essas questões em termos de teoria, num lance de dúvida. Sabe-se lá. Mas lá onde? Ou melhor, aonde, pois se trata de um lugar que se faz percurso.

Da questão inicial, desenvolve-se uma saída: pegar outro ônibus. Mas a saída nunca é solução absoluta. Esse outro ônibus é mais lento que o esperado e “dá uma volta do caralho” e deixa num ponto um pouco mais longe. Essa bifurcação lançará em cena, ainda, outros elementos: o trânsito e a velocidade, o perigo e o sinistro. E a frequência e distribuição dos itinerários de

ônibus comparecem na incerteza e na irregularidade incontornáveis por completo numa relação com a experiência.

Pior que eu nem sei se realmente passa aqui nesse horário. Eu tenho quase certeza que passa. Peguei ele na quarta, essa mesma hora. Bom, hoje é sábado. Num sei se ele passa nesse horário no final de semana. Ouvi dizer que passa, mas neguinho às vezes se engana, né? Talvez passa. Talvez não passa.

Em meio ao desenvolvimento da linha problemática d'*O Paradoxo da Espera do Ônibus*, em certo ponto tal problema é assumido, ou consumido, num modo subjetivo, ou seja, numa maneira de estar no mundo. “Quanto mais eu espero, menos eu vou ter que esperar”. A questão inicial referente ao ônibus passa agora a referir-se ao sujeito que espera. Mas será isso mesmo? Ou, desde o começo, ela acaba por dispor tal posição subjetiva de espera? É que a demora do ônibus e a espera do passageiro se produzem a partir de uma certa disposição, compondo um dispositivo que enreda diversos elementos, dentre os quais vários deles aparecem no vídeo e são aqui por nós relançados em leitura, em visão do vídeo. Não é o sujeito que espera, tornado impaciente numa perspectiva de estado subjetivo, nem um ônibus que demora, julgado a partir do relógio e da determinação estrita de horários, dos antecedentes da situação. Sujeito e mundo se produzem a partir de conjugações de forças e matérias diversas em jogos de produção de realidade. A realidade de espera e demora é, afinal, produzida pelas relações entre passageiro e transporte coletivo urbano, e não dado de antemão.

Portanto, a decisão de tomar ou não o ônibus alternativo que passa, ou qualquer outra decisão, irão desarranjar a situação, colocando-a em movimento, reconfigurando-a incessantemente, inventando-lhe saídas para outras situações. Mais do que escolher entre saídas, portanto, o que está em jogo é a invenção de saídas, porque elas não estão postas a priori. Mesmo com a passagem do ônibus alternativo, como vemos nas questões suscitadas pela sua possibilidade, tal via engendra outra série de problemas. O problema se coloca então imperativamente, mas sempre como multiplicidade, nunca como absoluto. Qual multiplicidade problemática, qual série de situações, se quer embarcar e viver?

[o paradoxo da espera do motorista de ônibus]

Mas, afinal, tudo isso ainda se passa como se o centro da problemática fosse o passageiro, como se a espera do sujeito e a demora do mundo se apegassem a essa imagem. Mas não tardamos a encontrar um outro plano problemático numa evolução a-paralela com a situação

do passageiro à espera do ônibus. Trata-se do *Paradoxo da espera do motorista de ônibus* (PARADOXO, 2009). Feito por outras pessoas, em outros espaços e tempos, por modos que se outram, o segundo vídeo desdobra o primeiro, não por reflexão, mas por divergências. Esse segundo vídeo só é uma continuação e um paralelo d'*O Paradoxo da Espera do Ônibus* ao proceder como uma dessintonização em relação ao primeiro vídeo e como uma ruptura com suas séries problemáticas, instaurando um outro plano paradoxal, que recorta a situação do passageiro, compondo-a. Esse outro plano é a atividade do motorista de ônibus coletivo urbano.

É outro regime de imagem, ainda que se trate de desenhos. As cores e os traços são outros. Há uma animação que não é mais a da câmera que se desloca em relação ao desenho fixo. Agora o movimento está no próprio desenho, integrado a ele, pelas tecnologias digitais de desenho animado, marcando uma outra perspectiva e uma outra série paradoxal: a atividade do motorista de ônibus coletivo urbano. O primeiro vídeo era arranjado por alguns efeitos de luz e cores, por deslocamentos de câmera e enquadres de partes do desenho mais amplo exibido em alternância de enfoques. Já o segundo vídeo se faz com linhas negras num fundo branco, linhas que se deslocam incessantemente, em repetição que se percebe logo, repetição e movimento. Marcam-se contrastes entre a atividade e a produção de subjetividade pelos quais se engendram os paradoxos do passageiro e do motorista montados em vídeo. Os paradoxos estão em relação, mas nunca em similitude, sempre em tensionamentos e discordâncias.

Linhas trêmulas e barulho de motor dispõem-se junto a uma musiquinha que se repete infinitamente para nos conduzir ao *Paradoxo da espera do motorista de ônibus*. Se no paradoxo anterior, já se disparava uma questão logo de início, agora é outro movimento de constituição de série problemática. Esse plano do motorista se faz em vias de outra atividade: uma espera em movimento. Trata-se de uma outra espera, um outro tipo de espera, a do motorista de ônibus. Espera que se cruza com a espera do passageiro, mas de modo algum se confunde com ela, a princípio. Por isso o tremor constante em oposição às imagens acabadas d'*O paradoxo da Espera do Ônibus* pelo passageiro. Começa-se pela consideração das relações envolvidas no trabalho.

Caralho, não tem passageiro. Só eu rodando na madrugada. Cobrador já tá dormindo há muito tempo. Pessoal lá na empresa num saca. Não tem sentido fazer essa linha sábado à noite. A última corrida e eu vou pra casa. O foda é dar aquela volta lá por dentro. Nunca tem ninguém. Ah, vai saber, né, sei lá. Vou ter que entrar lá e dar uma volta do caralho. E nunca tem ninguém. Ainda passa lá o outro. Sem contar que... aquele pedaço ali é sinistro. Sinistro paca!

Passageiro, cobrador, empresa, família, madrugada, percurso, tempo, distância, o outro motorista, o perigo. Estas são as matérias e forças que compõem o vídeo do motorista. Elas vão traçando linhas de modos de diversos, em paisagens que se conjugam pelas disjunções entre elas, na construção de uma série de imagens tensionantes entre si. Um motorista vidrado em seus problemas pelas lentes extensas, lentes dos óculos visíveis, lentes do vidro dianteiro do ônibus subentendidas. A rua cuja faixa pontilhada central foca o deslocamento do ônibus pela cidade enquanto a câmera de vídeo se aproxima do ônibus. Ou seria o ônibus que se aproxima da máquina de produzir vídeo?

Em seguida, entramos no ônibus e encontrarmos o cobrador que dorme cansado sobre o caixa. E retornamos ao motorista para, em seguida, alternarmos ângulos diversos de visada da cidade em deslocamento pelo ônibus com perspectivas variadas rumo ao sujeito motorista. Desde a porta de entrada dianteira do ônibus até à visada desde a traseira do ônibus onde se vê pelas costas o motorista diante do seu horizonte de percursos. Desde os prédios e casas, ruas e postes, até um conjunto de árvores, seguidas por uma nova série de casas, agora já algo distantes dos altos prédios. Intercala-se nessas imagens, incessantemente, o motorista de ônibus, nosso novo protagonista.

E todo um cruzamento de questões do trabalho do motorista vai se fazendo pouco a pouco, à medida que prossegue, entre os instantes diversos do trabalho. Enredam-se inquietações de cansaço e perigo na cidade, de pertinência dos pontos de parada do ônibus e itinerários estabelecidos, de relação entre determinações da empresa e experiência do motorista, de relações entre os diversos rodoviários em suas funções correspondentes, de questões das vidas perpassando o trabalho.

Todas essas preocupações se fazem em função do passageiro, mesmo que, por vezes, não ganhe visibilidade nas questões. Mas, vez ou outra, ele aparece para demarcar os pontos do percurso em função da passagem. Não é qualquer transporte que está em jogo, afinal: é o transporte de passageiros. E, num certo ponto de questionamentos, a figura do passageiro ganha destaque. E as perguntas se fazem em função dele na relação com o transporte coletivo urbano: o passageiro pode andar um pouco e ir para um ponto melhor; não se sabe se ele vai estar lá, pois em geral não está; questiona-se se ele sabe o itinerário do fim de semana, condição para que possa se prontificar a esperar ou não no ponto; interroga-se, ainda, se ele

pode perder o outro ônibus que irá passar por lá. Todas essas questões se põem pela atividade do motorista, em suas oscilações constantes ao ritmo do motor.

Note-se que não são questões espelhadas das que formula o passageiro, elas possuem outra disposição, é outra série de problemas, que desenha um plano, uma paisagem outra de experiência, uma outra multiplicidade paradoxal. Multiplicidades que, entretanto, se atravessam, não pela homogeneização em correspondência binária, mas por um tensionamento constante entre as diversas atividades de um e de outro, passageiro e motorista. É que, afinal, motorista e passageiro procuram participar da experiência do outro, do pensamento do outro, da atividade do outro, para se encaminhar em sua própria experiência em invenção de saídas ao paradoxo em que circulam. Não se trata, ainda, de descobrir o que o outro está pensando, mas de participar das suas questões, construindo as suas próprias num movimento de saídas efetivas, afetivas.

É por percorrer toda a série de problemas que o motorista encontra seu paradoxo, nessa situação do *Paradoxo da espera do motorista de ônibus*: “Quanto mais eu demoro, mais longe eu estou de chegar. Ih, caralho, que loucura! Quer dizer que quanto mais o passageiro espera, menos vou ter que esperar”. E a relação entre passageiro e motorista se estabelece pelos paradoxos em experimentação, recortando-se um ao outro, compondo-se um pelo outro. É por aí que o motorista pode tensionar sua decisão de fazer o trajeto dando a longa volta ou não.

[motor]

Matérias e forças as mais diversas compõem planos problemáticos, paisagens paradoxais, que são os meios a viver, em que se engendram sujeitos e mundos, motorista e transporte coletivo urbano. Nesses planos, nessas paisagens, passagens. Entre matérias, forças. Entre bandos vivos, meios de existência. Entre trabalhadores motoristas, atividades variantes. Essas dimensões de análise se entrecruzam, arrastando umas às outras, para configurar mundos – que a clínica pode percorrer.

O universo – e caberia desde já considerar a pluralidade aí inscrita – da atividade do motorista de ônibus se constrói entremeando o universo do transporte público urbano, da cidade instaurada por meio de circuitos e linhas de saída e conexão, da humanidade que se espalha pelo mundo, da vida que não suporta estagnação, da matéria cativada pelo movimento.

Nesses entremeios se fazem os paradoxos do motor. Motor é um apelido frequente pelo qual se tem chamado o motorista de ônibus da GV-ES. Já aí um paradoxo pelo nome. O sujeito se confunde com o meio. O trabalhador com a máquina. O vivo com o aparato mecânico. Sangue e ferro, carne e aço. Nesse sentido, se marca uma paixão da máquina, uma máquina desejante, em que sujeito e objeto, ser e mundo, se produzem pelas conexões e disjunções que constroem juntos. “É preciso reapreender, reconceitualizar a máquina de outro modo, para partir do ser da máquina como aquilo que se encontra na encruzilhada, tanto do ser em sua inércia, sua dimensão de nada, como do sujeito, a individuação subjetiva ou a subjetividade coletiva” (GUATTARI, 2003, p. 41). É a isso que a abreviatura do nome motorista em motor nos convoca. Nos limites entre o objeto mecânico e os processos inventivos de mundo vai se arranjando e desarranjando o motorista. Por vezes, ele se esquece e se automatiza, por vezes se questiona, para poder lidar com as variabilidades intransigentes. E nessa oscilação, sempre pelo meio, o motorista se faz motor num mundo em produção no qual se aloja por deslocamento, ao prosseguir em movimentos.

A oscilação, o vai-e-vem, compondo os circuitos em que se vê em meio aos imprevisíveis acontecimentos, são os paradoxos do motor. Problemas que o motorista precisa inventar e sustentar para prosseguir em viagens. Invenção, uma vez que nenhum problema está dado a priori. Cada problema que se experiencia no trabalho é problema somente quando instala tensionamentos de forças num meio, convocando à (re)construção desses meios, forçando o pensamento. Sustentação, pois é caso de circulação pelo problema, de uma duração na situação, uma experimentação de uma série de questões que vai se formando pelo coletivo, em multiplicidade problemática. Nessas paisagens, nesses meios, a questão crucial é como inventar saídas, não dos meios mas, pelos meios. Sendo assim, como se criam os meios de vida e trabalho é a questão que se impõe ao motorista de ônibus coletivo urbano.

Ao assumirmos posições de passageiros em encontros com motoristas, em criação de planos de comunicação de experiências, de compartilhamento e expansão de análises, nos deparamos com multiplicidades, situações, paradoxos, experiências, que compõem a vida do motorista. Essa vida, heterogênea e heterogenética, por se compor de diferenças e por propiciar a produção de diferenças, instaura paradoxos como problemas a viver. Não é possível viver sem problemas. A questão é quais problemas viver. E os paradoxos são o processo de produção e circulação de tais problemáticas, de séries de questões, tais como pudemos acompanhar nas

passagens que fizemos neste primeiro percurso pela atividade do motorista do transporte coletivo urbano da GV-ES.

Essa introdução aos paradoxos do motor que propomos, desenvolveremos a seguir em itinerários a percorrer junto aos motoristas, não como exaustiva descrição da atividade, nem como explicação definitiva de supostas causas de ação, nem ainda como compreensão total de seus pensamentos e ações. O convite que se faz aqui, e que nos foi feito pelos próprios motoristas com os quais travamos encontros diversos, é durar, habitar e deslocar, nos paradoxos da experiência, que não cessa no vivido, mas permanece vivível desde que problemática. Sobe aí. Vamos juntos.

## PULAR A ROLETA: ENTRE MOVIMENTOS SOCIAIS POR TRANSPORTE PÚBLICO E O TRABALHO DOS MOTORISTAS DE ÔNIBUS COLETIVOS URBANOS

[PARADOXO DOS MOTORISTAS QUE LUTAM]

[motoristas e passageiros: lutas, políticas]

Mas logo a relação entre passageiro e motorista se apresenta em toda a sua complexidade pelo campo social. Seja pela perspectiva do passageiro, em movimentos sociais de luta por transporte coletivo urbano. Seja pela perspectiva do motorista, em movimentos de luta dos rodoviários em questões de trabalho. Mas, desde aí se colocam questões, uma série de questões, um percurso problemático a engatar, percorrer e desenvolver. Aí nos inquietamos: como as lutas do motorista, e do rodoviário mais amplamente, podem não ser movimento social por transporte coletivo urbano? e como as lutas de outros sujeitos e grupos por transporte coletivo urbano não seriam lutas envolvendo questões de trabalho dos rodoviários, e, portanto, dos motoristas?

Tais lutas nunca são definitivas, finais, absolutas. São sempre questões parciais, locais, fragmentárias, que se colocam. Esses pedaços, objeções em combates, são situações que se engaja, que se constrói, meios de afirmação da vida em seus processos produtores. Nunca são as mesmas lutas, as mesmas táticas, as mesmas estratégias que se fazem e desfazem em embates. A luta de um grupo de estudantes universitários por redução do valor da passagem difere da luta por melhor remuneração do motorista em termos de modos de se fazer, de sujeitos envolvidos, de táticas postas em uso, de consequências pela cidade afora. Essas lutas diferem em si próprias de si mesmas, incontornavelmente: ora se fazem de um modo, ora de outro; inesperadamente, outra configuração de movimentos se engendra. Há uma multiplicidade de posições em composição num plano comum. Sendo assim, implicam, sempre diferentemente, a construção das políticas de transporte coletivo urbano.

Políticas são os jogos de forças que constituem as materialidades do real, que deslocam as realidades em processos de produção incessantes. Não se restringe o conceito de política, portanto, ao domínio dos jogos hegemônicos dos aparelhos políticos estabelecidos, tais como partidos, sistemas representativos, máquinas burocráticas de Estado. A política não se restringe ao Estado, ou seja, ao poder estabelecido como propriedade. Essas são apenas algumas formas em que a ação política se conforma. Toda ação é imediatamente política ao se



fazer em jogos de construção de mundos, jogos de forças díspares. Logo, a atividade do motorista de ônibus se faz como política, constituindo políticas de transporte coletivo urbano.

Configura-se uma diversidade de jogos com distintas pertinências e efeitos de alastramento. No campo do transporte coletivo urbano, como já apontamos, as políticas se estabelecem, desde sua emergência no Brasil, numa estreita aliança entre políticas estatais e políticas privadas. Entretanto, essa conformação política, esse híbrido de aparelho estatal e organização privada, não detém o monopólio da construção do transporte nas vias da cidade. Ainda que tal conjugação seja dominante em relação às políticas de atividade dos rodoviários e dos passageiros todos, da cidade, outras políticas minoritárias são plenamente constitutivas do transporte coletivo urbano. Do contrário, seria possível reduzir toda a produção social ao regime capitalista e ao regime de Estado. Mas não é o caso. Ainda que tais modos de produção se sobreponham a outros, não há anulação, mas apropriação de uns pelos outros, e determinação de uns sobre os outros.

[empresas de transporte coletivo urbano: entre  
o público e o privado]

Nesse encontro entre a máquina de Estado e a máquina privada, desenvolve-se um modo de relação que irá engatá-los um ao outro. Esse modo é a empresa. O Estado forja empresas públicas, no sentido de gerenciar certos dispositivos do transporte coletivo urbano, enquanto a iniciativa privada configura-se numa série de empresas que irão dispor do direito de trafegar por linhas de passageiros, gerenciando outro tanto de dispositivos. Compõem-se em arranjos esses diversos dispositivos buscando equilíbrio. Há uma distribuição de campos de determinação do transporte coletivo urbano entre o estatal e o privado pautada no acordo e na ordem. O transporte público no Brasil, que se constrói à base da aliança público-privado, irá sustentar seu desenvolvimento a partir de princípios (neo)liberais que consolidarão um capitalismo empresarial. A lei e o Estado

[...] formalizam a ação do governo como um prestador de regras para um jogo econômico em que os únicos parceiros e os únicos agentes reais devem ser os indivíduos ou, digamos, se preferirem, as empresas. Um jogo de empresas regulado no interior de uma moldura jurídico-institucional garantida pelo Estado: é essa a forma geral do que deve ser o quadro institucional de um capitalismo renovado (FOUCAULT, 2008, p. 238).

O transporte coletivo urbano se desenvolve e expande nesse novo quadro de um capitalismo empresarial, já um novo modo de funcionamento do capitalismo, cujo modelo não é mais a

fábrica, como corpo disciplinar, mas a empresa, como alma modulatória. Se são aplicadas medidas disciplinares, tais como o registro de ocorrências dos erros dos motoristas, elas são já integradas num novo modo de sobredeterminação dos processos produtivos, marcadas por um controle contínuo, ininterrupto, que se desenvolve por meio de novas tecnologias como a reclamação do consumidor via telefone gratuito, o fiscal secreto e as câmeras de vigilância.

[...] os controles são uma *modulação*, como uma moldagem auto-deformante que mudasse continuamente, a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro. [...] A fábrica constituía os indivíduos em um só corpo, para a dupla vantagem do patronato que vigiava cada elemento na massa, e dos sindicatos que mobilizavam uma massa de resistência; mas a empresa introduz o tempo todo uma rivalidade inexprimível como sua emulação, excelente motivação que contrapõe os indivíduos entre si e atravessa cada um, dividindo-o em si mesmo. (DELEUZE, 1992, p. 221, grifo do autor)

Acompanhando Foucault (2008) e Deleuze (1992) em suas análises dos novos modos de funcionamento do capitalismo, emergentes durante o século XX, cabe considerar os desafios para as lutas diante das empresas, ou antes, dentro das empresas – levando-as a seus limites, à crítica, habitando suas bordas. Outros desafios se colocam, outras questões é preciso formular, outros modos de combater é caso de se criar. Os rodoviários têm se visto cada vez mais diante dessas questões. “O sindicato está tomado pelos pelegos”, dizem os motoristas. “[...] progressivamente, o movimento operário se integrou à ordem legal, apesar dos protestos, que por outro lado se tornaram cada vez mais tímidos, que seus porta-vozes puderam emitir” (GUATTARI, 2004, p. 254). Assiste-se a greve de motoristas por lutas internas entre sindicatos de rodoviários. As greves se decidem no âmbito jurídico, fortalecido pelas concorrências entre os indivíduos sindicatos, indivíduos empresa, indivíduos governo, tomados como empresas em litígio. Portanto, não é possível totalizar a figura da empresa, excluindo-as das práticas diversas que a constituem como modo de funcionamento disperso e contagioso.

Richers (1987), por sua vez, define a empresa como “transformador e intermediário de recursos” (p. 8), dentre eles os serviços, entre os quais situamos o transporte coletivo urbano. Por esse princípio de ação, a empresa delimita seu jogo político pelo enquadre a um modelo triádico de forças em interdependência. “A sua força se estabelece pela busca incessante do equilíbrio entre três partes ou *partidos* que necessitam da empresa para sobreviver e, portanto, a protegem, apesar de objetivos parcialmente conflitivos” (RICHERS, 1987, p. 13, grifo do autor). São o proprietário, o empregado e o consumidor os três vértices que se dobram para formar o triângulo empresarial. Cada ângulo só existe em relação aos outros dois. Trata-se,

afinal, de um jogo, em que as peças diferenciadas estão inter-relacionadas num mesmo tabuleiro ou quadra.

Falamos de modo empresarial pois não se trata de um modelo que se restringe ao triângulo. À medida que a triangulação funciona socialmente, ela não se restringe às empresas como estabelecimentos à moda da fábrica. A empresa se edifica como modelo social autodeformante, como modo de organizar a vida em suas múltiplas pertinências tornando-as múltiplas empresas (FOUCAULT, 2008). A família, o Estado, enfim, as diversas instituições deveriam se organizar, se pensar, agir como empresas, para a propagação e sucesso do modelo. A santa família – empresário, empregado, consumidor – se eleva como santíssima trindade que deverá reger a vida em qualquer canto, a qualquer hora.

Contudo, a forma empresa, sua organização, não é o princípio que, após o sucesso, se torna modelo e, a partir daí, modula a vida. A modulação da vida perpassa a forma e o modelo, ela é seu objeto e seu meio de ação. Sem que se desenvolvam continuamente modos de viver empresariais, modulações de perspectivas, afetividades, inteligências, sensibilidades, lógicas, as linhas da pirâmide se desestabilizam em intensidades críticas e podem escapar às angulações empresariais. Sem os modos de vida empresariais, a forma e o modelo perdem seus sentidos, que passam a derivar pela construção de outros modos de agenciamento da vida coletiva. Apenas nessa deriva é possível pensar e construir outros modos de transporte coletivo na cidade, o que implica outros modos de trabalhar como motorista de ônibus. A dimensão da atividade, dos modos de trabalhar, portanto, é primordial nessa transformação.

Logo, combater a empresa não é tarefa simples, como já notam aqueles que não suportam a modelização empresarial. Não há empresa em si, como transcendência absoluta aos nossos modos de produzir a vida socialmente. Esses modos de vida que se constituem pelas empresas cabe situar em críticas precisas, em vez de lançar gritos ao vento contra o inimigo no alto de céu, ou da pirâmide. Desmontar o modo empresa, e mesmo seu modelo, que perpassa outras formas de organização – família, igreja, sindicato, etc. –, é imediatamente construir outros modos de vida, sustentando os desvios em relação ao enquadramento triangular e os paradoxos decorrentes dessa luta. Trata-se, afinal, de avaliar e construir outros modos de viver, de jogar, vias de passagens.

[movimentos sociais entre rodoviários e  
passageiros]

A empresa, contudo, não detém exclusividade de determinação na produção do transporte coletivo urbano. Constituindo-se, fundamentalmente, por práticas em modos de vida, em atividades diversas, a gestão empresarial situa-se num plano social múltiplo em que os limites de terrenos modelares são tensionados constantemente por práticas desviantes. Ao nos atentarmos para os movimentos sociais, seja dos rodoviários, seja dos passageiros, em suas produções discursivas e pragmáticas, em sua relação com o próprio trabalho do motorista, os desenvolvimentos dessas ações e expressões heterogênicas se deparam com diversos impasses.

Uma relevante complicação desses movimentos seria a ruptura que se constata entre movimentos dos trabalhadores rodoviários – que abrangem muitos trabalhadores além dos empregados no transporte coletivo urbano –, e os movimentos dos passageiros. A problematização dessa separação entre movimentos de luta por transporte coletivo urbano constitui-se num desafio a se lançar. Do contrário, a estagnação em modelos de luta programados, e rearticulados no sistema social hegemônico, é iminente.

Os movimentos de passageiros em manifestações públicas por questões relativas ao transporte coletivo iniciam-se pela manutenção ou redução do preço da passagem e desenvolvem-se pelo reivindicar a anulação do pagamento individual quando do embarque do passageiro na malha viária de ônibus coletivo urbano – “gratuidade”. Vale pontuar aqui que com o termo desenvolvimento não indicamos uma perspectiva progressista, mas um horizonte de produção e funcionamento que implicam cortes e desvios. Podem-se destacar, no movimento, diversas outras perspectivas de luta: há algumas décadas atrás, e mesmo nos dias atuais, os movimentos desenvolvem-se, por vezes, em destruições de bens, especialmente os ônibus, por vezes incendiados.

Por sua vez, os movimentos dos trabalhadores do transporte coletivo urbano, organizado, sobretudo, em sindicatos de rodoviários, são bastante articulados, sedimentados numa história já reconhecida pelo Estado e pelas empresas. Aí, os desafios se colocam de maneira relativamente diversa. Ao participarem dos conselhos da empresa pública, por exemplo, com participação decisória nas questões relativas à organização do trabalho, os motoristas se veem diante de outros impasses. O que se coloca como um meio de diálogo entre o trabalhador e a

empresa – estatal e privada – implica outros problemas, uma vez que a via representativa irá colocar em questão os interesses pelos quais se constroem as normas e objetivos da organização do transporte coletivo urbano. São interesses privados dos sujeitos escolhidos como representantes? São interesses de toda a categoria de rodoviários envolvida? São interesses do grupo que venceu as eleições do sindicato? Diversas outras questões se produzem no sentido de que o diálogo não possui espaço ideal e completo para acontecer. Os próprios meios de diálogo implicam um movimento de construção diante das problemáticas relativas aos processos de produção do transporte coletivo urbano.

Isso nos conduz à visada de que os rumos dos movimentos não se homogeneízam e tendem para uma única direção cabal, mas configuram-se sempre fragmentários e dispersivos em seus efeitos e modos de ação. Tal multiplicidade própria aos movimentos sociais implica que possam produzir-se num questionamento das práticas contestadas pelo movimento por seu próprio exercício de luta. Eis o que nos parece o maior desafio: a ética pela construção do movimento. No sentido de pontuar os desafios éticos dos movimentos sociais por transporte coletivo urbano, podemos acompanhar a emergência de grupos locais, que podem ainda ampliar seu âmbito de organização para níveis nacionais, tal qual é o Movimento Passe Livre emergente entre passageiros, especialmente, estudantes.

[movimento passe livre]

Tomemos o *movimento passe livre* ([www.mpl.org.br](http://www.mpl.org.br)), protagonizado por estudantes universitários e do ensino médio, em suas considerações do trabalho do motorista, dentre os outros rodoviários, para encontrarmos pistas sobre a relação complexa entre motoristas e passageiros em meios às diversas forças de constituição do campo social e desejante por suas lutas diversas. Disparada a organização a partir de protestos populares em Salvador - Bahia, 2003, esse movimento irá, no decorrer dos anos seguintes, estabelecer conexões com outros grupos que se forjam em meio às lutas dispersas questionando a organização do transporte público nas diversas cidades Brasil afora.

Essa rede irá se constituir por meio de princípios organizativos que se pretendem pautados na horizontalidade, autonomia, independência e apartidarismo. O movimento procura desse modo não constranger os movimentos locais emergentes, mas propiciá-los, apoiá-los, fortalece-los, expandi-los, fornecendo-lhes uma articulação possível com outros movimentos. Objetiva-se, nesse movimento organizativo, “a migração do sistema de transporte privado

para um sistema público, garantindo o acesso universal através do passe livre para todas as camadas da população”. Com isso, reivindica-se que o transporte público seja plenamente acoplado à máquina pública, “fora da iniciativa privada, sob controle dos trabalhadores e usuários”.

A discussão sobre os modos de gestão do movimento apresenta-se em princípios, extraídos das experiências de luta. A partir daí forjam-se os códigos de conduta, uma moral que se pretende o mais próximo possível das táticas de lutas construídas na imanência dos processos sociais, ou seja, inventando saídas aos impasses e bloqueios decorrentes dos modos políticos vigentes. Pode-se destacar, entre esses princípios, a repulsa aos aparelhamentos dos movimentos por grupos políticos estabelecidos e reconhecidos, especialmente entidades representativas dos próprios estudantes.

A revolta popular que originou os princípios e a idéia [sic] do Movimento Passe Livre aconteceu em Salvador, capital da Bahia. Em 2003, milhares de jovens, estudantes, trabalhadores e trabalhadoras fecharam as vias públicas, protestando contra o aumento da tarifa. Durante 10 dias, a cidade ficou paralisada. [...] a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) tentaram liderar uma revolta que não iniciaram. A Revolta do Buzu, até então, era caracterizada como um movimento autônomo e espontâneo. Após o racha, a UNE e as outras organizações se colocaram contrárias ao movimento porque não conseguiram liderá-lo.

Constituindo-se desde essa problemática, implicando o próprio modo de funcionamento das organizações militantes, o que se coloca em jogo é o plano da ética nos movimentos sociais. A ética é a envergadura das forças do fora sobre si (DELEUZE, 2005). E é nisso que o movimento passe livre se constitui. E não se trata, nessa envergadura, de erigir um poder sobre si isolando-se das paixões que nos constituem, mas por elas, afirmando-as, construir outros dispositivos relacionais na cidade, outro transporte coletivo, de modo a podermos viver e gerir nossa vida juntos, por outros modos.

Entretanto, tal curvatura não garante que se constituam normas de uma vez por todas resolutas. Antes, trata-se de criar um plano de tensionamento, de problematização, desde as próprias práticas, práticas sempre individuais, grupais, sociais – coletivas e desejantes. Mas, nessas práticas e normas, cabe considerar os modos de constituição dos sujeitos, os modos de existir e agir, pensar e sentir, de conduzir-se, afinal, em meio às regras formalizadas e as ações reais em relação a essas regras.

[...] uma ação não deve se reduzir a um ato ou a uma série de atos conformes a uma regra, lei ou valor. É verdade que toda ação moral comporta uma relação ao real em

que se efetua, e uma relação ao código a que se refere, mas ela implica também uma certa relação a si; essa relação não é simplesmente ‘consciência de si’, mas constituição de si (FOUCAULT, 1984, p. 28)

Portanto, não basta evocar os princípios, nem olhar para as ações em relação a esses princípios, nem ainda deixá-los de lado, quando se trata de analisar os movimentos sociais por transporte coletivo urbano, dentre outros, em suas constituições como corpos coletivos em lutas diversas, seja desde os passageiros ou desde os trabalhadores. A análise dos modos de subjetivação, bem como a análise das relações de saber e poder, como nos aponta Foucault, promovida por esses movimentos são cruciais para se poder transformar a experiência de circulação urbana, os processos de produção de meios de existência coletiva na cidade. Para tanto, cabe voltarmos para os modos de construção dessas lutas locais. Acompanhemos um percurso que traçamos em meio às lutas deflagradas, especialmente, entre estudantes, no Espírito Santo, em 2005. Não se trata meramente de um exemplo, mas de uma situação a analisar pela constituição dos modos de luta coletiva.

[lutas por transporte na grande vitória]

Em 2005, grupos de estudantes organizados realizavam manifestações em função das controvérsias relativas ao transporte público, a partir dos aumentos do valor da passagem de ônibus. A cada aumento, os protestos ganhavam um novo impulso e se expressavam em bandos por vias públicas. Num desses protestos, a polícia militar recebe ordens para conter a ação dos estudantes. São atiradas balas de borracha que acertam alguns estudantes. Isso acontece nos limites entre a UFES e a avenida que lhes dá acesso. A história se repetirá, algo diferentemente, mas nem tanto, em 2011.

A revolta diante da repressão de Estado toma conta de estudantes e outros cidadãos que invadem as ruas na noite seguinte e seguem através de uma das mais movimentadas avenidas da capital do Espírito Santo (ES), Vitória. O governo, intimidado com a pressão popular diante das cenas de agressão aos estudantes, recua. Durante algumas semanas, o movimento persiste nas ruas, provocando o governo do Estado a se manifestar e a abrir vias de diálogo com as demandas dos cidadãos, especialmente de passageiros dos ônibus.

Os revoltados com os aumentos da passagem avançam e invadem o pedágio da Terceira Ponte, a principal ponte de Vitória, que estabelece ligação com o município mais populoso do Estado, Vila Velha. Abrem-se as cancelas do pedágio, mantido em função da privatização da

ponte, com o intuito de forçar o governo do ES a uma negociação, pela pressão dos prejuízos acarretados à Rodosol, empresa privada que administra e lucra com o pedágio. Duram algumas semanas diversos protestos dirigindo-se ora ao palácio do governo do ES, ora à assembleia legislativa do Estado, ora à companhia de transportes urbanos da GV-ES, principalmente desde a escola técnica federal (atual instituto federal do espírito santo) e desde a UFES, ora estrategicamente atrapalhando o pedágio na terceira ponte.

A via de negociação se abre. São chamados representantes dos estudantes para conversar com os administradores do transporte público no ES, mais exatamente com os próprios governantes públicos. Abaixa-se o preço da passagem ao valor anterior, cria-se um sistema de gratuidade para estudantes do ensino médio das escolas públicas, aos domingos o preço da passagem reduz-se à metade dos outros dias para todos, dentre outras ações negociadas com os representantes das manifestações.

Entretanto, algum tempo depois, assim que as lutas deixam as ruas e passam às mesas de negociação por representação, pode-se acompanhar os impasses dos modos de luta desde as ruas até os gerenciamentos. É nessas passagens entre espaços diversos de construção do transporte coletivo urbano – os protestos nas ruas, o governo administrativo do Estado, representações reunidas em conselho, os grupos militantes organizados, as mesas de negociação – que se pode promover a análise dos limites, impasses e bloqueios, que cada uma dessas instâncias encontra em seu percurso de atividade. Nesse sentido, as lutas sociais para além dos meios de trabalho estabelecidos mostram-se cruciais, por vezes, para instaurar essas vias de intercessão que permitem expressar e agenciar desejos que os espaços assentados não conseguem suportar.

Essas intercessões entre movimentos sociais e organizações do trabalho é o que permite abordar os limites de cada uma dessas zonas de atividade social. Os protestos se fazem nos limites de construção dos espaços de gestão. Ao se proporem como espaços de voz que não tem lugar nos espaços instituídos, as propostas dos movimentos acerca da gestão do transporte coletivo urbano, partindo da redução do valor da passagem, questionam as formas estabelecidas de organização – a concessão às empresas privadas será um dos focos dessa luta. Contudo, a dimensão da atividade produtiva, da gestão cotidiana profissional operada pelos diversos trabalhadores, a experiência do transporte coletivo urbano pelos processos de trabalho em construção, acabam deixadas de lado em função das críticas ao trabalho abstraído



pelo capital. Essa passagem crucial entre a organização do trabalho e os movimentos sociais acaba por perder-se nas mesas de negociação entre representantes. Tal situação força a pensar a construção dos espaços de gestão coletiva para além dos modos já consolidados: esse é o foco da luta que se vai desenhando.

Nesse sentido, fazemos coro à Schwartz, para quem o trabalho de Karl Marx – cuja influência nos movimentos sociais é bastante significativa, se não tornada principal em diversos casos – desenvolve conceitos numa filosofia instalada na história, de tal modo que o trabalho é tomado como um “objeto privilegiado”, incontornável por sua problematização histórica e não pela referência a universais do mundo das ideias. Mas Schwartz questiona, a partir das apropriações do pensamento de Marx, dos próprios limites tanto a esse pensamento quanto a seus desenvolvimentos nas práticas militantes, a possibilidade do trabalho funcionar como “matéria estrangeira” à filosofia, como perturbação ao pensamento desde a dimensão concreta em suas variações singularizantes.

E a questão que é possível se colocar após a inauguração marxista: o trabalho como *objeto* não corre o risco de sufocar o trabalho como *matéria estrangeira*? É preciso ou não passar pela atividade do homem em primeira pessoa, na singularidade relativa dos seus debates locais, com seu meio humano, técnico, com as normas e as determinações abstratas que o enquadram? Ou essas determinações abstratas, com sua visão de subordinação do trabalhador à circulação alargada do capital, antecipam tudo o que há para dizer de essencial nas situações de trabalho, o resto sendo somente um resíduo ao qual o “gerador” de conceitos ou de palavras de ordem pode permanecer indiferente? (SCHWARTZ, 2003, p. 19, grifo do autor)

É perspectivando esse horizonte de problematização e luta coletiva que seguimos nessa pesquisa a consideração da atividade de trabalho em relações tensionantes com a dimensão dos processos de produção – desde a retomada crítica deste conceito pela esquizoanálise (DELEUZE; GUATTARI, 2010). Esse percurso que engajamos visa incitar os processos de trabalho em transporte coletivo urbano como dimensão crucial pela qual as lutas sociais em questões de circulação pela cidade, de mobilidade urbana, podem estabelecer cruzamentos que ampliem as forças contestatórias em processos produtivos, em dispositivos criadores e gestores – que não aquietem a luta social na contestação e no protesto isolados como debateção diante das forças produtivas organizadas das quais se apartariam.

[processo de trabalho]

A consideração do processo de trabalho através da história, das estruturas e lutas sociais determinadas, é operada por Marx (1996), que conceitua o trabalho como apropriação das

forças da natureza em forças humanas, compondo o humano, num mesmo movimento em que transforma essa própria natureza, desenvolvendo suas forças. Define-se assim o processo de trabalho como atividade adequada a um fim.

Esse fim é o valor de uso dos produtos do trabalho, que não se estagnam, mas participam como meios para outras produções, para usos diversos. A finalidade é a composição dos meios de produção, afinal, em Marx. É a própria multiplicidade de usos que está em jogo na sua valoração. No capitalismo, esse valor de uso é abstraído em valor de troca ao entrar em jogos de modulação comparatória por sistemas demarcados. A multiplicidade de usos é canalizada e modulada numa via única de valor monetário que irá propiciar a comparação entre produtos a partir de uma transcendência valorativa representacional, o capital.

O processo de trabalho implica, então, a criação de um meio de trabalho, uma coisa ou um complexo de coisas que se inserem entre o trabalhador e seu objeto. O meio de trabalho corresponde às coisas da natureza apropriadas pelo trabalhador e retomadas em outras produções, ganhando função transversal e multiplicizante em sua atividade, “[...] desse modo faz de uma coisa da natureza órgão de sua própria atividade, um órgão que acrescenta a seus próprios órgãos corporais, aumentando seu próprio corpo natural” (MARX, 1996, p. 213). Esses meios se desenvolvem em condições que vão possibilitar o processo de trabalho.

O objeto de trabalho são as matérias em que operam o trabalho, o que se transforma durante a atividade. O objeto se torna produto ao concretizar o trabalho em valor e função. “O que se manifestava em movimento, do lado do trabalhador, se revela agora qualidade fixa, na forma de ser, do lado do produto” (MARX, 1996, p. 215). Mas o produto é uma metaestabilidade em relação aos processos, não os extinguindo, mas desenvolvendo-os, multiplicando-os, fazendo-os derivar e se enredar em outros processos. O produto entra em outras atividades, torna-se meio de trabalho, por vezes, condições de outras produções. Suas valorações e funcionalidades entram em outros jogos de produção, outros processos de trabalho, compondo outros valores e funções. O objeto do trabalho é, fundamentalmente, a transformação das forças e das matérias que as condicionam.

Mas o próprio objeto é força, expressão de uma força. E é por isso que há mais ou menos afinidade entre o objeto e a força que dele se apodera. Não há objeto (fenômeno) que já não seja possuído, visto que, nele mesmo, ele é, não uma aparência, mas o aparecimento de uma força. Toda força está, portanto, numa relação essencial com outra força. O ser da força é o plural; seria rigorosamente

absurdo pensar a força no singular. [...] Só da força se pode dizer que seu ser refere-se a uma outra força. (DELEUZE, 1976, p. 5)

Marx não desconsidera, assim, a historicidade do trabalho ao pensá-lo como processo, perpassando as diversas formas sociais determinadas, mas constrói o conceito de processo de trabalho em função dos atravessamentos constituintes das situações produtivas. Opera-se, por essa via, uma análise crítica do trabalho a partir da problemática da luta de classes na sociedade capitalista, articulando-a à produção abstrata do capital, para atingi-la em seu coração. O conceito de processo de trabalho é produzido, afinal, para dar conta da história do modo de produção capitalista, afirmando-o como algo universal. Esse universal é, contudo, contingência, criação: produção no tempo. Eis aí o paradoxo que precisamos sustentar para escapar ao ideal de universal totalizado em estabilidade como princípio, meio e fim – impossibilidade total de criação.

[a atividade nos processos de trabalho:  
analítica do capitalismo em questão]

Schwartz discute o marxismo, a partir do conceito de processo de trabalho, em relação com as práticas analíticas do trabalho, desenvolvidas a partir do conceito de atividade criado na ergonomia. Pergunta-se, a partir desse tensionamento entre processo de trabalho e atividade, como duas ferramentas de análise em questão, se o trabalho situado, a atividade concreta, o trabalho produtor de valores de uso, não é deixado de lado quando se prima, para desentranhar o modo de funcionamento do capital, pelo contexto histórico do capitalismo na produção do valor de troca. “Até que ponto essa perspectiva genérica encontra as *dramáticas da atividade de trabalho* como uma dimensão da vida humana que recomeça em permanência [...]?” (SCHWARTZ, 2003, p. 20, grifo do autor). Schwartz provoca as tradições marxistas a reavaliarem sua programática revolucionária no mundo do trabalho.

Estes programas de transformação e superação do capitalismo hegemonicamente baseiam-se na conscientização da luta de classes entre oprimidos e opressores e na união em um polo opositor aos poderes dos patrões, donos dos meios de produção, pela associação da classe trabalhadora fazendo frente às imposições da classe burguesa dominante que se apropria de parte do trabalho dos operários, dominando-o. Nietzsche (citado por DELEUZE, 1976) já apontava para a fragilidade e reatividade que produzia a concepção de luta que, em vez de afirmar uma ruptura na produção dos modos de vida capitalísticos, endossa uma aliança desejante com os valores constituídos pelo capitalismo. A luta pelo poder, tomado como

objeto distinto dos sujeitos seria tão somente continuidade dos jogos capitalistas. Trata-se, então, de pensar o plano de produção das relações entre patrão e empregado, o processo de constituição em corpos distintos e seus modos de luta nessa constituição, para que se possam inventar outros rumos para a produção coletiva.

Nietzsche acompanha essa oposição binária entre patrões e empregados, que atualiza um certo modo de relação entre o senhor e o escravo, afirmando que a relação de forças é sempre múltipla. “Não se trata de negar a força que manda ou que difere da que manda. A negação é apenas um conceito secundário, um pálido contraste nascido da própria afirmação” (DELEUZE, 1976, p. 17). O que importa é afirmar outros modos de produção em vez de investir o afrontamento reativo em direção oposta ao patrão; afrontamento esse que afirma ainda o mesmo caminho da exploração capitalista, apenas em sentido oposto, como um mesmo percurso feito ao contrário. Cabe lembrar que, já em Marx, essa dicotomia entra em questão, uma vez que se considera que as classes se constituem pela luta, como formas que se assumem no jogo de forças. Sendo assim, é a produção de novos valores que está em jogo para Nietzsche nas lutas disruptivas e criadoras, e não a conquista de valores estabelecidos com o poder do patrão.

Entende-se que o marxismo nesses rumos – pois há que se considerar que existem vários outros marxismos – criticados por Nietzsche, e questionáveis desde o trabalho filosófico de Marx, acaba por formar uma aliança subterrânea com o capitalismo em suas formações, como o taylorismo. Oddone é quem aponta essa ligação:

a cultura dominante (incluindo a concepção marxista) não apresenta de fato nenhum modelo positivo de trabalhador, como produtor atual, não futuro, capaz e [sic] de refletir sobre sua condição de explorado e de alienado, de produzir respostas no plano da consciência individual ou a nível da consciência de pequeno grupo (ODDONE, citado por SCHWARTZ, 2003, p. 21)

Schwartz (2003, 2004) desenvolve a crítica ao marxismo por entender que em Marx acaba-se por investir a indiferença em relação às multiplicidades envolvidas na atividade em função do trabalho como conceito abstrato. Não se trata de uma crítica como oposição mas, diante dos movimentos que se criam na perspectiva de Marx, considera-se os limites para os quais os modos de lutar nos conduzem. É uma crítica como criação – combativa à depreciação –, que parte da originalidade própria do trabalho que se toma em interlocuções controversas. “A grande descoberta de Marx é de ir desentocar o segredo [...] que se esconde sobre a diferença

manifesta, visível, entre o gesto do tecelão e o do lavrador: o trabalho *abstrato*, o valor de troca” (SCHWARTZ, 2003, p. 17, grifo do autor).

Nesse ponto, ao opor o concreto da atividade ao abstrato no trabalho, desde Marx a Schwartz, pode-se encaminhar uma diferenciação entre o processo de trabalho transcendental e o trabalho transcendente no capitalismo. Contudo, “o transcendente não é o transcendental” (DELEUZE, 1977), pois o plano transcendente se forma como dimensão dos produtos acabados, sujeitos e objetos, enquanto o plano transcendental é o próprio plano de produção escapando incessantemente a todo transcendente, a toda realidade como coisas prontas, em função dos movimentos de criação, por afirmar a imanência do transcendental. Deleuze & Guattari (2010, 1997b) argumentam que é preciso pensar a produção do capital, do valor de troca, para além do plano representacional que o transcendente instaura – e que Schwartz (2003) identifica como abstrato em oposição ao concreto da atividade. Para não tomar essa dicotomia como binarização nulificador, manejada pela própria máquina capitalista na oposição entre planejamento e execução do trabalho, entre pensamento e ação, entre organização do trabalho e corpo de atividade, é preciso compreender o capitalismo no plano da produção como uma conjunção generalizada dos fluxos de atividade abstraídos e não como abstração naturalizada em homogeneidade. É necessário, portanto, sustentar o paradoxo dos processos de trabalho como universais e contingentes para fazer frente ao transcendente valorativo que a própria produção capitalista produz em modos de vida.

[o fundamento do trabalho]

Ao sustentar esse paradoxo, nos encaminhamos no sentido de desmanchar a dicotomia produzida entre história e natureza, como o investe Deleuze & Guattari (2010). A essencialidade do trabalho não é uma mentira em oposição a uma verdade, mas uma construção histórica. Aqui a oposição entre verdade e mentira entra em questão também. Esta questão, se o trabalho é mesmo fundamento do humano, apenas nos cria um falso problema, uma alternativa cuja própria pressuposição da distinção exclusiva entre verdade e mentira não é colocada em questão. O trabalho é essencial aos humanos no contemporâneo. Tornou-se fundamental, é uma verdade produzida e produtora, efetiva e afetiva. O trabalho é natureza em produção, essência em composição com outras forças. A fundamentação do humano pelo trabalho é um falso cuja potência só pode ser analisada em função de seu atrelamento, de um lado, a uma busca de verdade última, imutável e transcendente sobre o humano para além da

atividade, e, de outro, a uma criação de mundos, de lutas através da vida, de invenção em processos de produção a habitar. Potência minimizada e potência em expansão, respectivamente: é isso que está em jogo.

Guattari (1992) afirma que as sociedades arcaicas cruzam as atividades de produção materiais e sociais de tal modo que os sentidos, os signos, dessas atividades se interconectavam, deixando pouco lugar para uma divisão e uma especialização do trabalho como um meio de vida, de produção, numa esfera autonomizada em relação às outras atividades vitais. A noção de trabalho, nessas sociedades, torna-se “um tanto vaga”, não faz sentido como faz para nós no mundo capitalista. Gondar (1989) discute o trabalho como objeto histórico. Afirma que a noção de trabalho surge com a decadência do Império Romano e a expansão das ordens monásticas. Essas teriam desenvolvido a noção de trabalho “como dispêndio de energia, ou seja, como modo de ocupar o corpo até a exaustão, eliminando nele qualquer indício do desejo e de sua força” (p. 28). A prática do trabalho se expande, a partir dos grupos monásticos, às cidades. Com o desenvolvimento do capitalismo, o trabalho constrói seus sentidos pelas máquinas sociais e, hegemonicamente, passa a significar uma essência do homem, parte da natureza humana. Considerar a descontinuidade das práticas e dos discursos, das ações e dos sentidos, é fundamental para não substancializar o trabalho. Aborda-se, assim, o trabalho pela perspectiva do seu desenvolvimento, dos seus conflitos, construções e desconstruções. O trabalho é, então, historicamente constituído como meio de vida.

Portanto, a centralidade do trabalho está nas forças de composição do humano. O trabalho tornou-se essência, fundamento, do humano, tornado proprietário, e da natureza, tornada propriedade: como se deu esse processo? Por que inventamos esse lugar primeiro ao trabalho em nossas vidas? Como as outras forças de constituição do humano se conjugam com essa essência de nossas vidas cotidianas e como tensionam esse lugar do trabalho em nossas vidas? Esses são alguns problemas que atravessam nosso trabalho e para os quais podemos talvez produzir meios de abordagem pela análise da atividade do motorista do transporte coletivo urbano.

[atividade dirigida: foco de embates]

Em meio a toda essa complexidade em torno do trabalho, Clot (2006a) empreende precisar o trabalho como uma função científica, uma função psicológica. As considerações acerca dos functivos em ciência, por Deleuze & Guattari (1997c), nos auxiliam aqui a desenvolver tal

proposta formulada e já bastante trabalhada em clínica da atividade. Clot (2006a; 2010b) define o trabalho como atividade dirigida para o objeto, para o outro e para si. O que marca essa decisão é a luta por produção de sentido na situação de trabalho, seu caráter forçado e disciplinado pelas leis da matéria, pelas relações humanas de poder e pelas condições corporais próprias. Há, entre esses direcionamentos diversos, uma simultaneidade desarranjadora, uma vez que não há sentido totalizante que harmonize de uma vez por todas os rumos da atividade.

Essas delimitações e acabamentos em Yves Clot advêm do paradoxo do trabalho, no contemporâneo, que é cada vez mais central na vida humana e cada vez mais deslocável em relação a essa centralidade. A vida profissional, então, faz do sujeito apenas uma parte do todo da vida que o ultrapassa, mas, também, o trabalho precisa oferecer a cada um o poder de tornar-se sujeito da sua história, como arena de lutas no contexto do capitalismo. “É precisamente em razão do fato de que a vida diferenciou suas inserções, em virtude do recuo da mono-atividade e dos progressos da contingência biográfica, que o trabalho se acha de tal maneira investido pelos sujeitos.” (CLOT, 2006a, p. 73).

O conceito de atividade dirigida é crucial para a clínica da atividade por guardar as possibilidades que o trabalho põe em conflito e que se estabilizam provisoriamente em produtos, relacionamentos e ações. “O real da atividade é também aquilo que não se faz, aquilo que não se pode fazer, aquilo que se busca fazer sem conseguir – os fracassos –, aquilo que se teria querido ou podido fazer, aquilo que se pensa ou que se sonha poder fazer alhures” (CLOT, 2006a, p. 116). Todas essas dimensões do trabalho que a atividade concretiza e abstrai são colocadas em jogo pelos múltiplos direcionamentos da atividade ao constituir simultaneamente o sujeito, o objeto e o coletivo de trabalho. Podemos dizer, então, que a clínica da atividade tem por um produto essencial o conceito de atividade, como consistência própria a essas multiplicidades em jogo na produção de possibilidade no trabalho.

A questão a que se chega seria o problema de definir um modo de luta que aliançasse a perspectiva da produção social global ou abstrata e a dimensão micropolítica da atividade, que, insistimos, é crucial nessas lutas. A conflitualidade que marca o desenvolvimento da atividade atravessa também, de outros modos, as lutas entre as formas constituídas de poder, abalando-as constantemente. Por essa via, a conflitualidade imanente ao trabalho, ao ser ignorada pelas organizações de luta social, acaba por produzir a dicotomia entre luta dos

rodoviários e luta dos estudantes. O problema, entretanto, não prima por buscar compreender o porquê disso, mas intervir, experimentar, interferir nas adjacências dessas lutas, pois seus limites acabam por nos conduzir ao termo disjuncto da luta – seja população, seja trabalhador.

[a gestão da luta]

Indica-se, desse modo, que a separação e confrontação opositora entre a gestão empresarial e a gestão conjunta dos trabalhadores e usuários não coloca necessariamente em questão os modos de gestão, que é preciso debater em suas entranhas por suas práticas instituintes. A gestão do transporte coletivo urbano, sob comando dos empresários, já organiza e engloba a gestão dos usuários, pelos sistemas de atendimento ao consumidor, e a gestão dos trabalhadores, pelos movimentos sindicais em negociações. A possibilidade de romper com a gestão capitalista dos meios de transporte não se faz, essencialmente, pela decapitação do empresário, mas pelo desenvolvimento das forças produtivas em modos de gestão divergentes à lógica do capital. Trata-se de um movimento a se inventar constantemente, incessantemente. Somos assim conduzidos a afirmar junto com Schwartz, em seu *Manifesto por um ergoengajamento*, que

funcionar como categoria leva a nunca singularizar, leva, portanto, a evitar as dramáticas sempre parcialmente locais, individuais, os cadinhos onde estão em jogo permanentemente as contradições de nossa história [...]. Atribui-se às categorias uma disposição ao agir homogênea e coerente que não se encontrará jamais nesse estado nos seres históricos reais” (SCHWARTZ, 2011, p. 150).

A partir desse posicionamento pode-se incluir a dimensão de produção social às lutas políticas pela consideração da dimensão da atividade, dos movimentos pelo corpo ao trabalhar. A atividade é indispensável à construção de um corpo vivo de trabalho, um corpo que se constrói e se inventa incessantemente para lidar com as variações nos jogos de força de construção do real, afirmado como luta política. A criação é a política própria.

Apartar a atividade de trabalho do embate político é entrar no jogo disciplinar que se almeja contestar encontrando o inimigo fora de si, forjando um ego, como ilusão de unidade, totalidade e poder tomado como propriedade constituída indefinidamente. A categoria, portanto, ao desconsiderar os processos produtivos, a atividade de trabalho, entra no jogo da disciplina, cujo princípio é aumentar o poder produtivo pela diminuição da potência política. O esquema disciplinar, elucidado por Foucault (2009), encerra uma disjunção exclusiva entre produção e política, entre criação e luta, que as resistências encerradas em corpo fechado,



forçado à homogeneização, à hierarquização, à disputa pelo poder, em categoria, não superam e, pelo contrário, reforçam, apoiam, sustentam. Sendo assim, a questão que a construção do corpo de trabalho envolve é afirmar sua consistência pela abertura aos múltiplos desenvolvimentos da gestão coletiva, desmontando os jogos de disputa por poder objetivado, por um tipo de poder dado, pronto, cujo propósito seria unicamente conquistar e manter. A vitalidade do corpo é sua potência de luta criativa, desenvolvendo territorialidades de trabalho, afirmadas pelas desterritorializações dos modos enquadrados de produção, gestão e luta social.

O esquerdismo, a contestação dos poderes e valores estabelecidos, hegemonizados, dominantes, não se concentra afinal, definitivamente, em terrenos estabelecidos historicamente. A luta se faz pelos movimentos de fuga, pela afirmação e sustentação das desterritorializações e descodificações em curso no corpo social, pelos movimentos de criação de subjetividade. Entre atividade produtiva e modos de subjetividade, ou se rompe tal dicotomia, ou se endossará, apesar das reações e contestações, a armadilha que se quer combater. Em nossas conversas com motoristas, o que se expressa é que as vias de luta pela atividade tensionam os marxismos tornados fórmulas morais de salvação num paraíso da igualdade, e que acabam por engendrar dicotomizações e pontos de bloqueio à expansão e desenvolvimento das lutas sociais.

## ÉTICA E DESEJO NO MOTOR: INDÍCIOS DE UM TRAJETO DE PESQUISA

[PARADOXO DOS NOMES RISCADOS]

[donde partimos: primeira marcha em  
terminal]

Podemos dizer, com Yves Clot, a partir de Espinosa (1983), que “ninguém conhece, de antemão os afetos e os conceitos de que é capaz. Trata-se de uma questão de experimentação bem longa” (CLOT, 2010b, p. 239). Em nosso método – trajeto, percurso – de pesquisa, procuramos assumir essa proposição em sua radicalidade. Tratamos de criar meios para essa experimentação bem longa, que se compõe como uma paisagem, de maneira a fazer a experiência durar e consistir. Diante de pesquisas cujos métodos estão bastante estruturados, antecipando todo o percurso, exceto o que se pretende descobrir dentro de um pequeno leque de alternativas preestabelecidas, propomo-nos assumir o risco, costumeiramente evitado, de não saber onde vai dar exatamente a pesquisa em suas possibilidades. Trata-se de criar condições para a invenção focos de possíveis além dos já reconhecidos.

Assumimos riscos e não poucos. Muitas vezes, vimo-nos diante do fracasso nesses trajetos. Mas eis aí, exatamente, o que buscávamos: inexatidões para não conjurar a vida em seus processos criativos, construtivos, inesperados. Encarar a possibilidade de fracasso, o desmanchar dos sentidos estabelecidos na atividade, e dismantelar as finalidades consideradas últimas, encarando suas emergências situadas na história, tornou-se um princípio ético, estético e político a nos provocar vertigens na construção do caminho.

Esse princípio vertiginoso convoca-nos à política, ou seja, a lidar com os dispositivos de pesquisa, que inventamos usar junto com os motoristas de ônibus coletivo urbano da GV-ES, como construídos no campo social, compostos de forças diversas em conflito, de relações de poder entre essas forças, implicando sujeições e resistências, mortificações e criações. Em sua dimensão estética, o dispositivo de pesquisa assume-se como máquina, produzida e produtora, invento e invenção, lançada em movimentos de criação diante dos quais pode-se colocar como constrangimento ou como meio, numa experimentação sem garantias últimas. Exatamente por não haver um baluarte a apoiar o método num modelo a priori, um caminho verdadeiro a assegurar nosso empreendimento e dar-lhe a ilusão de uma referência inquestionável, é que se trata, também antes de tudo, de ética na pesquisa. A ética, aqui, não é

a tentativa de seguir a regra moral, mas o processo de produção da norma, visando tornar-lhe meio em vez de coação.

Propomos, então, nessa linha de nosso trabalho, percorrer o itinerário da pesquisa, o método. Mas, não primaremos por apresentar justificações, nem aparelhos autorizados, coisas que, em geral, se lê nos trabalhos de pesquisa acadêmicos. Vamos relatar algo do percurso real, com seus desvios, recuos, impasses, fugas, buscando promover um diálogo com os possíveis passageiros que embarquem na malha viária que compomos em dissertação. Esperamos ainda que o percurso real produza sustentação para os dilemas, controvérsias, conflitos, com os quais nos deparamos pela invenção de saídas ao construirmos problemas para prosseguir nossa viagem.

A abordagem do desenvolvimento da nossa atividade de pesquisa – buscando quebrar o impasse dicotômico entre abordagem objetiva ou subjetiva – torna-se possível por meios indiretos. “Aceitando reconhecer a fragilidade intrínseca de qualquer tentativa de abordar *diretamente* o real da atividade deve-se, pois, prestar uma atenção minuciosa à maneira de alcançar tal objetivo por ‘meios deslocados’” (CLOT, 2010b, p. 206, grifo do autor). Essa formulação, que consideramos em nosso trabalho acerca da atividade do motorista, vale obviamente também para a atividade de pesquisa. Desse modo, inventamos “meios deslocados” para abordar tais desenvolvimentos. Não se trata de um relato que possa corresponder ao realizado da pesquisa, mas de abordar os dilemas, trazendo à cena os problemas com o quais nos deparamos em trechos diversos do trabalho. Desse modo, discutiremos conceitos e problemas que, direta ou indiretamente, perpassavam as conversas com motoristas, além de abordar os dispositivos que fomos inventando durante o processo de pesquisa – nunca a partir do nada, mas rejeitando a mera tentativa de aplicação exata de dispositivos dos quais dispomos.

Começamos pela construção de um projeto de pesquisa acerca da atividade de trabalho dos motoristas de ônibus do transporte coletivo urbano na GV-ES. Essa construção ainda poderia partir desde outros pontos, como se pode perceber por outros trechos de nossas viagens. Mas, começemos pela nossa situação num meio de trabalho, o ofício de pesquisador. Situo-me nesse ofício como aprendiz, como em situação de formação – um dos objetivos do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo –

PPGPSI / UFES. Por outro lado, torno-me bolsista de pesquisa de mestrado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo – FAPES.

Cabe analisar o percurso considerando que nossa atividade se faz sustentada por um meio de trabalho específico, pesquisador, e por um ofício que lhe corresponde, integrando-o a dimensões institucionais em processos de trabalho. Nesse quadro de atividade, não sou responsável sozinho pelas atividades de pesquisa, sou supervisionado por uma professora orientadora. Além disso, as vias de passagem da atividade são reguladas por prescrições diversas, vindas tanto da agência de financiamento da pesquisa, quanto do programa de pós-graduação, além das legislações e normatizações referentes ao trabalho de pesquisa.

Entretanto, em meio a normas e regras estabelecidas e oficializadas, torna-se crucial, para o que o trabalho avance, que possamos (re)normatizar, não pela negação das normas instituídas mas, por seus desenvolvimentos, lançá-las a movimentos instituintes. Tal desafio torna-se impossível se individualizado. Nesse sentido, a atividade de pesquisa foi sustentada, sobretudo, por um coletivo de pesquisadores preocupados com questões comuns relativas à produção de subjetividade e aos processos de trabalho, reunidos no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Subjetividade e Políticas – NEPESP / UFES. Trata-se, com essa política de trabalho de pesquisa, de buscar quebrar com a individualização crescente nesse meio de trabalho. Então, apesar de assinar essa pesquisa sozinho, pode-se perceber nela a intrusão de vários outros sujeitos, seja na literatura de referência, seja mesmo na atividade de pesquisa, seja ainda nas entrelinhas. Trata-se de um trabalho coletivo, sobretudo.

[dispersões a princípios: segunda marcha em  
ruas]

Retomemos o projeto de pesquisa, após essas considerações acerca do ofício de pesquisador a fim de marcar um enquadramento da nossa pesquisa como um processo de trabalho num plano institucional. Desde a aceitação do pré-projeto pelo PPGPSI, já se encaminhava uma pesquisa acerca da atividade de trabalho dos motoristas de ônibus coletivo urbano visando interferir nesses processos de trabalho e auxiliar o desenvolvimento dos modos de trabalhar. Para tanto, já colocávamos a questão de nos dirigirmos na pesquisa preocupados com as dimensões sociais e subjetivas envolvidas no trabalho.

Propusemos, então, desenvolver uma conversa entre duas caixas de ferramentas clínicas distintas, a clínica da atividade e a esquizoanálise. A clínica da atividade vem sendo desenvolvida desde os anos 1990, especialmente por Yves Clot (2006a; 2010b), junto com diversos outros pesquisadores na França e em outros países, como o Brasil, no sentido de ampliar o poder de agir dos trabalhadores. A esquizoanálise é uma proposta, feita por Gilles Deleuze & Félix Guattari (2010), de prática de análise do desejo no campo social, referindo-se, especialmente, aos grupos minoritários e visando transformações sociais. A esquizoanálise desenvolveu-se de modo bastante expressivo no Brasil, encontrando aqui terreno fértil para seus desdobramentos e usos variados. A conversa entre essas clínicas diversas já vem sendo desenvolvida pelos pesquisadores do NEPESP e de outros lugares do Brasil. Embarcamos nela, compondo outras vias de ação, junto com os motoristas de ônibus coletivo urbano.

Desenvolver a clínica esquizoanalítica da atividade entre os motoristas de ônibus, pelas análises que já acontecem de vários modos entre eles, como criação de possibilidades e sustentação dos paradoxos no trabalho, torna-se nosso trajeto de pesquisa na medida em que nos encontramos com os motoristas em entrecruzamentos e velocidades vários. Mas esse modo de formular nosso trabalho não se encontra desde o início pré-arranjado. Os encontros, em seus modos de conversação próprios, incitam à escrita de pequenos paradoxos que se presentificam nas conversas e que são as vias percorridas pelos motoristas no seu fazer cotidiano. Os paradoxos, escritos aqui, desenvolvem as situações trazidas à baila no contato entre motoristas e pesquisadores. Não buscam ser o retrato fiel do que formulavam acerca do trabalho, são interpretações que se produzem pelos encontros, que se colocam no meio da conversa, deslocando-se pela conversa. Entre um polo mediocrizante de busca da verdade do que dizem e vivem e um polo afirmador da invenção cotidiana pelas atividades em cruzamento, conversamos. Trata-se da maquinação dos meios de fazer pesquisa, de operar intervenções, de inventar saídas aos impasses do cotidiano de trabalho.

Os motoristas se dispõem a conversações por várias maneiras. As conversas quase sempre são propostas por eles acontecerem em seus próprios locais de trabalho, seja nas salas dos rodoviários nos terminais de ônibus, seja em algum canto do próprio terminal onde se desenrolam conversas entre pequenos bandos de motoristas, seja no próprio ônibus durante uma viagem qualquer. Algumas vezes, entretanto, a conversa acontece em casa do motorista, consultório psicológico, universidade federal, outro local de outro trabalho do motorista. Mas, primordialmente, os convites são para que o pesquisador habite com eles os locais de trabalho

do motorista de ônibus. Isso nos indica que para conhecer o trabalho do motorista é, fundamental, estar junto – apesar da organização do trabalho predominantemente demarcar o motorista como funcionando essencialmente em relação à máquina mecânica e ao trânsito com suas regras a seguir, em detrimento de outras dimensões relacionais. Ao nos dispormos às conversações por essas vias, não é caso tão somente de seguirmos indicações da psicologia do trabalho situada, que convoca o pesquisador a estar no ambiente do trabalho em questão, mas de, principalmente, atender a uma convocação dos trabalhadores motoristas em questão.

Cabe pontuar que nosso trabalho se desenvolve no sentido, que aponta Clot (2006a) com a clínica da atividade, de uma pesquisa ação – proposta por Kurt Lewin –, em que o pesquisador é considerado como um elemento de estruturação do campo social em pesquisa, não podendo sustentar-se uma posição de neutralidade em relação ao objeto de estudo. Preferimos ainda desenvolver essa proposta, a partir da análise institucional, em que se situa a esquizoanálise, como uma pesquisa intervenção. Trata-se assim de não tomar essa estruturação do campo – em que o pesquisador não pode ser considerado como um elemento transcendente cujas interferências deveriam poder ser neutralizadas – fora da história, do plano das relações coletivas em construção. As forças sociais que constituem o meio analítico extrapolam seus limites e percorrem o corpo coletivo. Em pesquisa intervenção, o caso é perturbar a separação entre pesquisa e política que ainda assediam a pesquisa ação.

A antiga proposta lewiniana vem sendo re-significada à luz do pensamento institucionalista: trata-se, agora, não de uma metodologia com justificativas epistemológicas, e sim de um dispositivo de intervenção no qual se afirma o ato político que toda investigação constitui. Isso porque na pesquisa-intervenção acentua-se todo o tempo o vínculo entre a gênese teórica e a gênese social dos conceitos, o que é negado implícita ou explicitamente nas versões positivistas “tecnológicas” de pesquisa. E se é certo que também surgem novos modelos, ou paradigmas, com base na pesquisa-ação, é certo também que estes se distanciam cada vez mais dos “neutralismos” e “artificialismos”. Passando pela inspiração da clínica e da antropologia, aproximam-se, isto sim, dos movimentos políticos: o pesquisador torna-se, nessa perspectiva, um dispositivo que tenta dar voz ao acontecimento político, ao experimento social. (RODRIGUES; SOUZA, 1991, p. 41)

Em clínica da atividade, essa dimensão da pesquisa ação – restrita a uma estruturação científica em que se acaba por escamotear o primado dos processos de produção social – é questionada em função dos modos éticos e políticos em jogo nas intervenções. A transformação dos meios de trabalho com o protagonismo dos trabalhadores, na construção de uma “outra psicologia do trabalho”, num trabalho coletivo de perspectiva transdisciplinar, é o projeto em que se engaja Yves Clot e seu bando junto com outros trabalhadores. Nessa crítica,

Clot acaba por indicar um desenvolvimento radical da pesquisa ação; que aqui buscamos formular como pesquisa intervenção, a partir do horizonte que desenhamos junto com os clínicos da atividade e com os trabalhadores diversos com quem nos encontramos.

[...] para mim, o objetivo do conhecimento científico é como um mecanismo para o desenvolvimento da ação, agimos para transformar a situação. Mais especificamente, nós estudamos como a ação se desenvolve, esse é um verdadeiro problema científico, que nós desenvolvemos com a abordagem vigotskiana sobre o estudo do desenvolvimento; a ação é objeto científico e é a ação que transforma a situação, com os operadores, os trabalhadores. A pesquisa é um meio para transformar, não é a pesquisa-ação. Nessa situação nós temos os instrumentos para desenvolver a capacidade de agir dos operadores. (CLOT, 2006b, p. 102-103)

Desse modo, a pesquisa se constrói junto com os motoristas, em seus movimentos de luta social pelo próprio trabalho. Aqui, cabe já lançar um problema experimentado pelos motoristas em sua atividade própria de trabalho e que atravessou nossos encontros e conversas constituindo um problema próprio à pesquisa. O dispositivo da pesquisa torna-se um meio indireto de se viver e transformar a experiência problemática. Vimo-nos diante dos incômodos dos motoristas promovidos pelos gravadores de áudio e vídeo levados para registrar as conversas com o pesquisador e decidimos em quase todas as conversas com motoristas abandonar esses recursos. Na organização do trabalho de transporte coletivo urbano, essas documentações têm funcionando hegemonicamente em sistemas de vigilância, como registro de histórico individual, para punições.

Nossas intervenções constituindo-se por paradoxos que tratávamos de espalhar entre os diversos motoristas com quem conversávamos dispersivamente, sem nunca encontrarmo-nos todos numa mesma reunião, surgiram das conversações que os motoristas já engajam no cotidiano de trabalho. Ao evocarem situações de trabalho para discutirmos, formulavam em algum enunciado curto e intenso, rápido e rasteiro, a complexa problemática em que se construía um foco de produção da atividade. Isso nos inspirou a construir de modo indireto as formulações paradoxais que os motoristas enunciavam em situação dialógica, mas que estávamos impossibilitados de registrar, seja por gravação de áudio ou vídeo ou mesmo transcrição simultânea.

Experienciávamos, assim, conversas em bando, a convite dos motoristas, que dispunham a pesquisa num ritmo não antecipável. Os motoristas participam, então, da construção das próprias disposições, do dispositivo, da pesquisa. Conversar em muitos, em grupos abertos em que outros pudessem chegar junto, era uma proposta para a pesquisa que se construía junto

com os motoristas. Assim, tínhamos conversas em que motoristas iam e vinham, podendo voltar ou não, prosseguir as conversas ou não, habitando a pesquisa como passageiros que são, mas também as conduzindo como seu motor.

Essas conversações se faziam por situações que eram objeto e meio da conversa. Elas eram trazidas por um ou outro motorista. Construía-se, assim, um problema a várias vozes e perspectivas, embora não lançássemos mão dos dispositivos de autoconfrontação da clínica da atividade em seus arranjos bastante elaborados, em seus protocolos formalizados. Não dispúnhamos, por exemplo, do registro em vídeo da atividade dialógica, que nos possibilitaria abordar os gestos e palavras de modo mais preciso, tal como Clot (2010b) e Amador (2009) podem fazer a partir das autoconfrontações cruzadas. Mas esse empecilho não constitui em si um impedimento; nós o tomamos como peça para montar máquinas analíticas próprias aos problemas que se dispunham entre nós. Diante do desafio de não podermos registrar literalmente o que diziam, pudemos pensar a construção dos fragmentos paradoxais a partir das conversações, derivando de uma conversa a outra, ganhando novos contornos e formulações, em que se procurava condensar os diversos modos de apreensão da situação. Isso nos instala numa série de outros problemas, relativos à nossa atividade de pesquisador – mas que, como poderemos ver, está em intercessão com os problemas vividos pelos motoristas de ônibus – e que se encadeia a partir das normatizações de ética em pesquisa regulamentadas e fiscalizadas por comitês.

[nomes riscados: ética e comitês para poder  
frear no caminho]

Nosso percurso de pesquisa, então, se vê diante das questões de ética atravessadas pelos comitês. Atualmente, a ética relativa à pesquisa é regulada por códigos assentados fundamentalmente em princípios internacionais universalizados e estabelecidos por meio de legislação federal e regulamentação interna às organizações diversas. Tais normatizações pautam a necessidade de aprovação da pesquisa por um comitê estabelecido para avaliar e acompanhar o processo, desde o projeto até a divulgação pública dos resultados. Deve-se atender assim a certos princípios e modos de operar a pesquisa padronizados em linhas duras de procedimento.

Dentre estas, impõe-se a necessidade de assinaturas de documentos nomeados termos de participação livre e esclarecida por parte dos sujeitos humanos pesquisados. Isto se justifica



pela defesa dos interesses dos pesquisados por meio do esclarecimento individual. Ainda se exige o cumprimento de certos padrões de estabelecimento de sigilo relativo às identidades dos participantes, como a conservação em espaços adequados do material de pesquisa, tais como gravações em áudio e vídeo, assim como suas transcrições, e questionários respondidos pelos participantes. Modera-se ainda a pesquisa pelos benefícios a serem avaliados como superiores aos prejuízos possíveis. Estabelece-se assim uma trama normativa para que se fixem condutas bem definidas que possam assegurar que se dispuseram as condições gerais de segurança para a pesquisa. Pesquisador e pesquisado poderiam assim se reconfortar em garantias pré-estabelecidas de que não sofrerão prejuízos individuais.

Mas, pela perspectiva de produção de conhecimento em termos de criação de normatizações próprias ao meio de pesquisa em construção, tratar as normas como algo prévio a ser meramente aplicado torna o processo bastante complicado. A ética seria o assentamento de uma segurança externa aos processos de pesquisa, um salvo-conduto às complicações possíveis imanentes aos processos de pesquisa? Esses questionamentos que nos engajam decorrem de uma incompatibilidade entre a perspectiva ética e política que produzimos e os modos de funcionamento hegemônicos dos comitês de ética.

Para começar, tornava-se inviável para nós construir o projeto de pesquisa caso nossa entrada e habitação do campo se configurasse inviável, intransitável, por diversos motivos imprevisíveis anteriormente à nossa entrada e produção do campo. E se o que preparássemos não fizesse sentido para os motoristas? E se pelas vias que imaginávamos operacionalizar a pesquisa se colocassem obstáculos que sugerissem outras vias mais interessantes? Essas questões se colocam já que não se trata tão somente de aplicação de uma técnica imutável aos processos analíticos. Pela nossa perspectiva, o dispositivo muda junto com o próprio processo de pesquisa, não por simetria e adequação, mas para não anular os afeitos de análise, perseguindo as variações intrínsecas à construção clínica. Há questões políticas e éticas em jogo no âmbito das técnicas de pesquisa que procuramos abordar por seus próprios limites postos em jogo.

Já construíamos o campo de pesquisa, estabelecendo relações com os motoristas, mesmo antes da aprovação do projeto em comitê de ética ou em banca de qualificação – situação em que o projeto de pesquisa é avaliado por uma junta de professores que, pela crítica à proposta de trabalho, pode colaborar com a construção da pesquisa. Isso vai de encontro às

normatizações dos comitês de ética, dos códigos de conduta do pesquisador, que estabelecem que a pesquisa deve começar apenas após a aprovação do projeto. Mas, de acordo com nossa perspectiva, a pesquisa sempre começa bem antes do projeto e ela prossegue em seus efeitos para além do que se pode acompanhar por um trajeto completamente definido. O plano de produção da pesquisa excede o campo pesquisado, como podemos afirmar a partir das *Pistas do método cartográfico* (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009). O campo estruturado da pesquisa se desterritorializa num plano de produção do conhecimento em que se encontram clínicos e trabalhadores, forjando-se juntos, imediatamente sujeitos éticos e políticos em construção. Nesse sentido, acabamos por produzir análises críticas ao modo hegemônico e oficializado de estabelecimento da ética em pesquisa pela nossa própria atividade de pesquisador.

Encontramos, habitando esse limite das normatizações, debates que outros pesquisadores têm procurado promover em relação à ética em pesquisa. Eduardo Tomanik cita diversos casos, situando a problemática dos processos de pesquisa em termos de atividade, ou seja, na distância e nos conflitos que promovem em relação às prescrições – ainda que não considere a questão da atividade em termos conceituais, o que possibilitaria atravessamentos promovendo a consistência de um campo problemático acerca da atividade de pesquisa. Desde a consideração dos modos subjetivos que se perfazem pelos comitês de ética estabelecidos, Tomanik propõe questões importantes. A partir de situações experienciadas em processos de pesquisa nos quais participou como pesquisador, veem-se bastante sufocadas as tentativas de normatizações próprias à situação de trabalho de pesquisa diante de padrões normativos com tendências universalistas e gerais, desconsiderando as singularidades próprias aos processos diversos.

Tomanik coloca em cena uma situação em que os problemas da ética, especialmente relativos aos comitês, se instalam como questões que perpassam o próprio processo de pesquisa. Numa comunidade em que realiza pesquisas há quase vinte anos com um grupo multidisciplinar, os termos de consentimento livre e esclarecido funcionam como elementos que provocam nos entrevistados a perda da espontaneidade e a passagem a comportamentos tímidos, formais e até mesmo arredios, argumenta o pesquisador. “O desconforto causado pelo documento é nítido e se reflete em suas respostas” (TOMANIK, 2008, p. 401). Configuram-se conflitos entre o ponto de vista legislativo e cultural, que incidem diretamente no trabalho de pesquisa – tornando-se necessário abordá-los.

Por aí, evidencia-se que o debate acerca dos processos de pesquisa e das influências do dispositivo de produção de conhecimento não é caso puramente técnico, visando estabelecer controles gerais que permitam captar as informações verdadeiras pela eliminação das distorções percebidas. Novas pesquisas sobre a veracidade dos meios técnicos de obtenção de dados se instalam no mesmo plano problemático que configura os comitês de ética como tribunais da pesquisa. Não se trata, para nós, de estabelecer técnicas como prerrogativas aos pesquisadores que, tendo feito tudo que cientificamente se podia fazer para evitar complicações na pesquisa, não pode ser punido. A perspectiva legalista, que domina as normatizações dos comitês, estanca a discussão ética em termos de normas a obedecer, como garantias transcendentais aos movimentos próprios da produção de conhecimento pelas pesquisas diante de qualquer imprevisto. A fonte dessas inquietações é a atividade situada de produção do conhecimento, fazendo-nos ver que o trabalho do pesquisador sempre extravasa o prescrito pelos comitês; e é por esse excedente que a problemática da ética se produz. Implicando distintas produções técnicas acerca da pesquisa, a depender das posturas desenvolvidas pelo pesquisador em seus passeios em meios aos dispositivos e do funcionamento desses, esse excedente não poderia ser tratado como empecilho, uma vez que é a fonte vital de produção de conhecimento.

Esse debate, portanto, não se restringe ao que se poderia isolar como esfera da cultura em oposição à esfera das leis gerais. Trata-se de instalar e sustentar um meio de tensionamento entre valores que perpassam esses distintos campos que tendemos a isolar de tal maneira que não se encaram os problemas desde as situações concretas. Em nossa pesquisa, o registro das conversas e a produção de vídeo acerca do trabalho funcionam como analisadores. Os analisadores, como podemos dizer a partir de René Lourau (2004), são a crise e a perturbação que transtornam o curso dos processos. Paradoxalmente, o analisador é a fonte e a sustentação do curso dos processos. Portanto, conhecer é sempre deslocar-se, opondo-se assim ao reconhecimento de uma via estabelecida.

Os registros identificatórios, ainda que se exibam as garantias legais à proteção individual, são contestados pelos motoristas conosco, em situação de pesquisa e análise do trabalho do motorista. E isso não por questões de valores gerais de uma cultura profissional, de um suposto modo de ser desses sujeitos que não estariam habituados ao mundo formal das leis. A noção de cultura funcionaria como um meio de separar as dimensões de sentido das dimensões políticas de luta social, de separar os valores dos processos produtivos, isolando-os

em esferas excludentes entre si, tal como demonstra Guattari (GUATTARI; ROLNIK, 2008). Essa recusa afirma a existência de problemas éticos que implicam imediatamente a atividade produtiva, como poderemos explorar ainda mais adiante. Trata-se de questões políticas, de jogos de forças nas relações, em que se produzem maneiras de se conduzir na relação com o outro. A rejeição aos registros está colocada no plano de imanência da produção de valores pela atividade produtiva e não por valores descolados dos processos de trabalho e dos modos subjetivos de existência que lhes perpassam.

Hoje eu tive medo. Tive medo de saberem meu nome. Saberem meu nome não porque... É que saber meu nome é um meio eficaz de impedir os cruzamentos entre situações que se vive, entre problemas que se entrecem compondo toda essa vida. É justo ali, onde se escreve meu nome, que se cruzam os problemas familiares, minhas relações com os amigos, com os companheiros de trabalho, com os passageiros, com os conhecidos. É ali onde não se localiza o meu nome é cruzamento. Mas apaga isso daí, seja onde for, seja em seu caderno de entrevistador, seja nos arquivos de advertência da empresa. Pois aí vai durar muito tempo, ou ainda antes, impedir que algo dure no que faço. Risca, apaga. Porque essa memória é de esquecer, esse nome é passagem, meio, não dá para estacionar aí, é preciso correr, seguir, desviar, cumprir o trajeto afirmando o movimento. Mas, olha, apaga mesmo o meu nome daí...

Experimentamos, então, no processo de pesquisa acerca da atividade do motorista de ônibus do transporte coletivo urbano da GV-ES, o paradoxo dos nomes riscados. Esse paradoxo se constitui pelos analisadores que se configuram nos gravadores de áudio, nas câmeras de vídeo, nos cadernos de anotações de depoimentos, desde a situação de pesquisa. Esses analisadores remetem imediatamente às câmeras de vídeo instaladas nos ônibus e terminais de ônibus, aos fiscais secretos – que assediam os motoristas em seu trabalho como vigilantes invisíveis alojando a suspeita no coração do motor –, ao sistema de reclamações do passageiro consumidor de transporte atrelado ao registro dos incidentes justificando punições extra-oficiais por parte da empresa. Mas, por entre essas duas atividades como campos de práticas dispersas em intercessão, como se expressa no paradoxo, cruzam-se as múltiplas linhas que se percorrem e cruzam vida afora.

Nossas conversas com motoristas acabam por nunca conter a atividade de motorista como se ela fosse isolável de outras atividades em outros meios de produção da existência coletiva, tais

como a família, a turma do futebol, os amigos, a vizinhança, a igreja. As conversações promovem esses cruzamentos que se marcam em cenas de um movimento vertiginoso, os paradoxos do motor. O motor não é apenas mecânico, nem na mecânica das máquinas metálicas nem na das relações sociais; não é apenas o ônibus automóvel em seu arranjo metálico e plástico – aqui é preciso quebrar nosso modo de pensar a máquina em oposição à vida e, mais ainda, ao humano. O motor cruza a cidade, produzindo circulação, pelos agenciamentos diversos, entre motorista e ônibus e passageiros e trânsito e ruas e... e... e...

Nesse sentido, em clínica da atividade, se é sempre levado, no limite, a considerações éticas, estéticas e políticas a partir da análise da atividade produtiva em meios de trabalho situados (CLOT, 2010b). Em nossa atividade de pesquisa também somos levados a questionamentos que atravessam as situações sem lhes perder a referência. Trata-se de possibilitar expandir-lhes o alcance de problematização por uma linha abstrata, que atravessa diversas situações por um problema comum, mas que nem por isso perde sua consistência e concretude próprias. É por aí que se produz algo de comum, que nos possibilita conversar, entre os problemas de controle, vigilância e punição no trabalho do motorista e os problemas com os comitês de ética no trabalho do pesquisador.

Os cadilhos desses tecidos diversos podem se encontrar e formar paisagens compostas por retalhos, ao privilegiar-se as dimensões éticas, estéticas e políticas nesses cômputos. A ética e a política dos processos de pesquisa são consideradas a partir do plano de produção social em seus múltiplos entrecruzamentos. Em vez de partir de referenciais universais, sustentados por uma moralidade transcendente à ética e por uma configuração política de Estado estabelecida em fundamentos eternos, propõe-se considerar a ética como problemática diante da qual não há conforto moral por ter seguido um protocolo preestabelecido. “A chancela do comitê nos fornece o conforto moral de que estamos mesmo fazendo a coisa certa. [...] E assim nos desobrigamos de pensar na ética como um processo que é intrínseco a todo o processo de realização de nossas ações.” (SILVEIRA; HÜNING, 2010, p. 391)

A essa perspectiva de ética, como prosseguimento estruturado de um caminho em função de um objetivo geral inquestionável diante do qual os objetivos de cada pesquisa precisam funcionar como cópias bem moldadas, numa, corresponde um funcionamento dos comitês de ética como fiscalizadores que nos poupariam de um diálogo político no campo de pesquisa em produção, junto com os diversos sujeitos envolvidos. A perspectiva dialógica, que

sustentamos em nosso trabalho de pesquisa, em clínica esquizoanalítica da atividade, anularia sua perspectiva ao restringir-se tão somente ao dispositivo técnico das conversações com os motoristas.

A questão da ética, a partir dos nossos encontros com motoristas, é experimentada como construção situada em meios a nossas intercessões diversas. A produção de agenciamentos próprios à produção de pesquisa situada é indispensável para que a ética não se descole da prática real. Dessa maneira, os meios de pesquisa inventados no percurso já se constituem como fins e objetivos; desmantelam-se as contradições entre essas dimensões da pesquisa, os meios e os fins – binarização que já se coloca como impedimento à produção ética.

Agindo como fiscalizadores das normas, os comitês não apenas eliminam o caráter dialógico fundamental das reflexões éticas, mas também subvertem a própria essência das tomadas éticas de decisões: ético passa a ser aquilo que o comitê, unilateralmente, tenha classificado como tal. O pesquisador, proponente da pesquisa, deixa de ser tratado como um outro significativo nas discussões e decisões que envolvem suas decisões, seus procedimentos, seu saber e mesmo suas convicções e valores. [...] Prestes Motta e Bresser Pereira (1988) alertam, ainda, para o fato de que a burocracia não se constitui apenas como um conjunto de práticas e de prescrições de formas de ação, mas se institui como um sistema autolegitimado, capaz de invadir a subjetividade de todos os que participam dele. Em outras palavras, a existência de atividades burocráticas produz uma mentalidade burocrática e ao mesmo tempo depende de que tal mentalidade exista. (TOMANIK, 2008, p. 403)

As questões de ética em pesquisa são, portanto, políticas e técnicas, relativas à subjetividade e à atividade, de tal maneira que não é possível separar essas dimensões. Sendo assim, a cada vez o campo problemático que se constrói em pesquisa tensiona os procedimentos de que se dispõe, forçando à criação nos modos de pesquisar. Trata-se da invenção de meios de pesquisa singularizantes, constituindo-se em multiplicidades próprias, pelos limites nos quais as técnicas e procedimentos de pesquisa podem se desenvolver – ao se assumir a ética como criação e sustentação de valores próprios ao meio de pesquisa, considerando seus vários atravessamentos.

Cleilson Teobaldo dos Reis, propondo-se a pesquisar numa perspectiva cartográfica, encara os desafios daí decorrentes pela crítica dos procedimentos de pesquisa estabelecidos, ao se encontrar em conversações com idosos. Reis se vê diante da recusa dos velhos que participam da pesquisa em assinar o termo de consentimento livre e esclarecido. Situa-se, a seguir ainda, diante dos efeitos de impasse das tentativas várias que empreende de encaminhar a pesquisa por outros rumos que se confrontam com a posição dos idosos com quem trava diálogos

diversos. “*Negativa sob o argumento de que aquela vida não deveria ser exposta e nem servir de modelo para o que quer que fosse.* Não houve recusa em contar a vida sob a forma de histórias, apenas em publicizá-la, em torná-la visível ainda que anônima” (REIS, 2010, p. 92, grifo do autor).

Discute-se, a partir daí, as políticas de pesquisa em relação às políticas públicas voltadas aos sujeitos idosos desde uma perspectiva que parte da ética em oposição à primazia da moral. Os idosos com quem Reis se encontra afirmam uma posição, que se desdobra pela situação de pesquisa, diante das normatizações estabelecidas. Essa posição decorre de uma postura ética que não cai na escolha alternativa entre participar aceitando inteiramente as regras do jogo ou não participar rejeitando-as em absoluto. Sem absolutismos, os idosos promovem um tensionamento nos modos hegemônicos de pesquisar.

A autorização livre e esclarecida por parte dos sujeitos pesquisados, exigida pelos comitês de ética e encadeada em uma série de exigências para a realização da pesquisa, tem nos parecido, sobretudo, funcionar como um protocolo cujo efeito é, paradoxalmente, a minguagem da rede ética. Quando se tem tais medidas a adotar e aplicar, os efeitos decorrentes são remetidos à norma transcendente aos processos de pesquisa, à lei tão somente mais ou menos bem aplicada pelo pesquisador. As consequências de tal abordagem nos parecem ser bastante complicadas para a construção da substância ética, ou seja, do âmbito de criação de normas e valores consistentes em jogos e exercícios de vida sustentáveis. Uma vez que o assentamento de normatizações e modos de relação passa a configurar-se num plano transcendente às forças em jogo na pesquisa situada, alheio às singularizações que a perpassam e constituem, a implicação ética com a pesquisa pelos sujeitos em constituição é debilitada. Cabe ao tribunal instalado como comitê de ética julgar a vida que se produz pela pesquisa, afinal. Tal função avaliativa é desapropriada ao plano de produção que os diversos sujeitos vivem juntos no percurso da pesquisa.

Circula entre os pesquisadores a constatação de que os procedimentos exigidos pelo comitê de ética servem, de fato, para proteger o pesquisador. Tratar-se-ia de um salvo conduto contra possíveis efeitos indesejados decorrentes dos resultados nunca completamente controláveis de pesquisa. Proteção que se atualiza nos próprios aparelhos jurídicos e profissionais, uma vez que as grandes regras são efetuadas nesses níveis, tornando possível a naturalização das falhas. Isso possibilitaria uma análise impessoal dos processos e normatizações, mas, pelo

contrário, interrompe-se aí essa problematização em função de responsabilizações individuais e justificações sociais. Isso pode se voltar então contra o próprio sujeito da pesquisa que se viu esclarecido e liberado – esclarecido nas tramas epistemológicas e significantes da ciência e liberado pela produção de propriedade que sua participação na pesquisa proporcionou ao pesquisador como dados coletados.

Aliás, nesse ponto encontramos um aspecto essencial dos procedimentos de pesquisa firmados pelos comitês de ética. O que está em jogo nas normatizações de pesquisa com seres humanos é hegemonicamente a possibilidade de estabelecer propriedades e proprietários a partir da relação de pesquisa. Propriedade privada em relação ao que é dito, filmado, escrito, visto, experimentado, vivido e construído junto. O sujeito da pesquisa cede os direitos ao pesquisador, em forma de propriedade privada, daquilo que produziram juntos, pesquisador e pesquisado, num dispositivo de produção de conhecimento coletivo. Os efeitos de produção no percurso passam a ser encarados como dados, objetos prontos e acabados, matéria-prima, e logo naturalizados – a serem coletados na fonte natural que seria o campo de pesquisa. Torna-se necessário colocar em questão, portanto, a divisão do trabalho de pesquisa. A naturalização de tal divisão e da propriedade que se constitui a partir daí, que as atuais regras enrijecidas de ética em pesquisa com seres humanos produzem, é necessário desmontar.

Em nosso trajeto de pesquisa, as interferências dos motoristas nos modos e dispositivos de pesquisa são cruciais e são tomadas por nós como índices de consistência da produção do conhecimento. Uma pesquisa que queira se mostrar inabalável diante dos imprevistos – e pensamos, por isso, a mais frágil e quebradiça – e como mera aplicação de passos predefinidos não produz conhecimento, apenas procura reconhecer a partir de um conjunto de problemas já colocados um estado de coisas como evidências.

É pela perspectiva da produção – da criação, da invenção – que nosso trabalho de pesquisa tramita. Porque não nos quer ser a matéria dessa clínica do trabalho dos motoristas de ônibus coletivo urbano nenhuma modalidade de projeção. A pesquisa é um traçado de encaminhamentos, de caminhos que nos conduzem até aqui se desfazendo e de caminhos desviantes a esses traçados que se desmancham. Caminhos, rotas, itinerários, antes que projeto: trajeto. O caminho se traça na vida, antes que se desenhem projetos de transporte, de itinerários de ônibus, em meio ao que se faz.



O projeto transtorna-se aqui em experimentações de trajetos, pois não quer antecipar ou prever em absoluto, de forma a anular os processos de criação decorrentes do percurso real. Quer-se acompanhar o que se traça assumindo a potência de intervenção que a pesquisa e a produção conceitual e funcional podem encampar. O itinerário que se planeja, que se prevê, insiste em se colocar: mas qual o caminho que realmente se faz? E que caminhos se refazem, desfazem, esquecem, recordam, se deixam de fazer, se fazem para não fazer o que há a ser feito ou desfeito ou refeito? É o caminho e a composição das forças que produzem o motorista de ônibus como um protagonista do transporte coletivo urbano e nos produz enquanto pesquisador. O método nessa pesquisa hibridiza-se com os elementos e as forças do meio em jogo na pesquisa, produzindo tensionamentos que pretendemos sustentar, tanto no âmbito do conceito, quanto da prática. Cabe, aqui, não esquecer que prática e teoria se tornam indissociáveis.

As relações teoria-prática são muito mais parciais e fragmentárias. Por um lado, uma teoria é sempre local, relativa a um pequeno domínio e pode se aplicar a um outro domínio, mais ou menos afastado. A relação de aplicação nunca é de semelhança. Por outro lado, desde que uma teoria penetre em seu próprio domínio encontra obstáculos que tornam necessário que seja revezada por outro tipo de discurso (é este outro tipo que permite eventualmente passar a um domínio diferente). A prática é um conjunto de revezamentos de uma teoria a outra e a teoria um revezamento de uma prática a outra. Nenhuma teoria pode se desenvolver sem encontrar uma espécie de muro e é preciso a prática para atravessar o muro. (FOUCAULT; DELEUZE, 1979, p. 41)

A composição do grupo associado como uma comunidade ampliada de pesquisa – etapa do dispositivo da autoconfrontação cruzada que desmontamos e remontamos diferentemente – cruza-se com o princípio esquizoanalítico de que a análise está para além de um espaço ou de um sujeito definidos. A análise se dá na própria produção de agenciamentos no campo social. Cortes em determinados fluxos (de pensamentos, sentimentos, ônibus, conversas, amizades, etc.) são análises que produzem outros fluxos. A análise é produção. Propomos, então, a composição de um grupo, composto pelas figuras do motorista, trabalhador, e do clínico do trabalho, esquizoanalista da atividade, em análise da atividade de produção do transporte coletivo urbano. O modo de composição desse grupo se coloca em processo. O número não importa, pois o plano do coletivo no qual queremos operar deriva “[...] de uma lógica dos afetos mais do que de uma lógica de conjuntos bem circunscritos” (GUATTARI, 1992, p. 20).

[desejo no motor: esquizofrenia e paranoia  
situadas]

Essa volta um pouco extensa em torno dos problemas de ética, diante dos comitês de ética, da organização do trabalho em pesquisa, se produz, como afirmamos, a partir das situações concretas do trabalho do motorista de ônibus do transporte coletivo urbano da GV-ES junto com o nosso trabalho de pesquisa e intervenção em clínica esquizoanalítica da atividade. Ao questionarem os dispositivos de pesquisa, os motoristas compartilham conosco um paradoxo que vivem no trabalho e diante do qual precisam inventar saídas para prosseguir o curso do seu trabalho. Somos levados com eles, pela atividade conjunta de pesquisa, a explorar os problemas situados em seu ofício.

A partir desse trecho, então, invertemos nossa discussão acerca da ética no motorista de ônibus. Primeiro situamos tal problema pela nossa relação em pesquisa, tendo como paisagem vertiginosa de fundo, na qual se dão nossos encaminhamentos de análise, a atividade de trabalho do motorista. Agora, propomo-nos a deslocar para primeiro plano essa paisagem que constitui o trabalho do motorista, e que é nossa fonte primordial para isso que dissertamos, lançando para segundo plano nossas relações de pesquisa.

Os registros disciplinares de cada motorista e o sistema de reclamações dos clientes, usuários, passageiros, funcionando como uma memória para justificar punições extra-oficiais, bem como os fiscais secretos e as câmeras de vídeo, funcionando como sistemas de vigilância e controle diversos, emergem no campo de pesquisa construído junto com os motoristas pela intercessão da própria atividade de pesquisa. É essa atividade intercessora artificial que possibilita e convoca à situação de análise as problemáticas experienciadas no trabalho do motorista. Vejamos, então, como o paradoxo que nos suscitou às problematizações acerca da ética nos indica ainda algo acerca do desejo do motorista de ônibus.

Deleuze & Guattari (2010) formulam – pela esquizoanálise, que aborda a produção desejante no campo social a partir da experiência da loucura no contexto do capitalismo – que o desejo oscila entre dois polos, como num ímã, entre graus de intensidade, antes que como oposição. Há no desejo um polo esquizofrênico, fragmentário, passeante, fluxível, arrastando em si as mais diversas forças e matérias, e um polo paranoico, integrador, atento, discriminador, remetendo a si a função da circulação numa totalidade como circuito fechado. Esses polos não se confundem com as entidades psicológicas diagnósticas, a esquizofrenia e a paranoia, como

estruturas ou estados de um indivíduo. São antes estas categorias diagnósticas que excluem o processo esquizofrênico e paranoico da produção social ao encerrá-lo em indivíduos, tentando apaziguar nossos eus, racionalizados e neurotizados, da discrepância, do absurdo, do irracional, da contradição. Cabe afirmar o processo esquizofrênico-paranoico no desejo em circulação no campo social, na produção desejante de modos de vida. Com os motoristas, essa polaridade do desejo ganha um funcionamento em meio coletivo próprio, de tal modo que o desejo do motorista entre processos paranoicos e esquizofrênicos passa por múltiplos graus de intensidade na produção do transporte coletivo, considerando seus impasses e possibilidades de saídas.

O polo esquizofrênico em meio aos motoristas funciona – e percebemos isso pelas nossas conversas com eles – por um certo modo de tratar o trabalho de maneira fragmentária. Incitados a conversar sobre a sua atividade de motorista, são sempre situações, pedaços de trabalho, parcialidades que entram em cena, que ganham imagem, movimento, corpo. Fragmentos que se entrecortam uns aos outros, trazendo à baila e fazendo circular elementos e forças que não cabem no trabalho definido de uma vez por todas pela organização. Os pequenos fragmentos de situações se misturam nas conversas, formando um amalgama de perspectivas que desenham um percurso coletivo em intensidades variadas.

São sempre pequenos grupos, em constante variação, um entra e sai de gente na conversa. Nunca conversei com um motorista apenas, isso se mostrou impossível. A assepsia da clínica não se sustenta de modo algum, nem com todos os esforços pautados num ideal de gabinete. Eles sempre propõem a conversa em espaço circulante, propício a encontro com outros motoristas, outras pessoas. Em meio às conversas, sempre chegam outras histórias, outros pedaços de vida no trabalho, que passam com os motoristas que se vão, mas que de algum modo ficam sempre ali, pois nos marcam ao compartilhar conosco alguma situação, algum pedaço de experiência rico em sensações, imagens, ideias, palavras.

Sempre pequenas formações grupais instáveis. Um motorista aproxima-se de nosso pequeno grupo, de dois ou três em conversa, traz uma situação a um, a outro, ou a todos, e acabamos por discutir aquela situação que se faz problema comum. O motorista que pega um ônibus para começar o dia de trabalho ou para terminá-lo conversa com o motorista do ônibus em que viaja agora como passageiro. O motorista é também o último passageiro. Nos escassos tempos de descanso entre viagens, sempre a conversa com um bando que se forma ali, sem

planejar, sem encontro marcado, mas sempre em vias de acontecer. Encontro que se esvai à medida que urge circular, encontro que se intensifica por se abrir a essa urgência de algo inesperado no próprio ordinário do trabalho. Um passageiro que pede informação, uma conversa com o fiscal. Esses encontros não exigem uma forma grupo, mas um processo grupal, uma disposição coletiva, antes que o estabelecimento de um conjunto definido, como nos indicam Benevides de Barros (2007) e César (2008). Os motoristas também são passageiros em suas conversas e encontros uns com os outros. Por isso podem sustentar esse plano de potência do encontro, de afirmação da amizade como laço mais abstrato possível, mais concreto possível, situado na transversal.

Noutro polo, o processo paranoico da atividade do motorista de ônibus. A hegemônica tecnologia da vigilância, que vai do fiscal secreto, que fiscaliza sem ser fiscal profissional ou sem função explícita de trabalho, constante no séc. XX, ao fiscal obscuro das câmeras dentro do ônibus direcionadas ao motorista e ao trocador em constante gravação da sua atividade, despontando já nos começos do séc. XXI. Contudo, a máquina de controle não funciona apenas pelas tecnologias de videogravação acopladas ao ônibus e aos outros espaços de trabalho do motorista – terminais, empresas, ruas.

Os passageiros ligam para reclamar da atividade dos motoristas e promovem-se advertências pelas irregularidades no trabalho. Realiza-se todo um processo em modelo jurídico de apuração dos fatos em função da reclamação. Não, não é isso – dizem os motoristas. O inquérito não tem sentido de averiguação. Ele funciona como um chamado à atenção, um esporro visando à reprodução das normas, por conta do vazio no ideal de não-reclamação. Nisso, mesmo os colegas de trabalho se denunciam entre si, uma vez que as normatizações se produzem – e reproduzem – pela atividade do motorista, insistindo como bloqueio a ser rompido no próprio plano de produção do transporte. É, então, a partir da própria atividade que se podem produzir outras normatizações e valores coletivos de produção do transporte na cidade. Tal perspectiva visa à invenção de saídas ao impasse paranóico.

Por fim, registram-se nos arquivos da empresa toda e qualquer reclamação feita ao motorista. E é isso que fica, é isso que marca a história oficial do motorista na empresa. Monta-se um sistema de memória de todos os erros de cada motorista individualmente. Esse sistema organiza cada ação da empresa em relação ao funcionário, num procedimento, contudo, ainda aberto às diversas variáveis e condições que a organização do trabalho enfrente: ausência ou

excesso de funcionários, privilégios a conceder, estratégias de instauração de subordinação dos focos de autonomia dos trabalhadores. As punições extra-oficiais, que se justificam pelas reclamações de passageiros, acontecem em função do ordenamento do desejo pela organização, pautado no controle aberto.

Não é à toa que Arcanjo escreve em sua biografia, ao nos contar a história de como salvou com um pulo o jovem que queria saltar em suicídio, que “esse fato se encontra registrado nos arquivos da administradora da terceira ponte” (informação oral). Eis aí um desvio no sentido de registro, a afirmação de uma outra modalidade de arquivo, que não guarde as reclamações transcendentais às situações de trabalho, mas os acontecimentos que compõem a atividade do motorista para além do prescrito. Entre os motoristas essa outra memória se faz pelo conhecimento mútuo bastante impressionante entre eles. Trata-se de um meio profissional em que os trabalhadores desenvolvem, rápida e intensamente, um saber acerca dos colegas de trabalho em função da convivência dispersiva numa malha viária de relações profissionais.

Não há, portanto, uma paranoia nem uma esquizofrenia essencial como substância individual aos sujeitos. Os processos esquizofrênico-paranoicos não nascem nos indivíduos – em suas mentes ou cérebros isolados do meio produtivo. Trata-se, antes, de funcionamentos e circulações desejanças no campo social, oscilações que se passa nas relações, no entre. Há processos que se desenrolam e se afirmam em linhas móveis e tensionantes entre essas polaridades. Não há dicotomia, binarismo, nem maniqueísmo, a priori. Não é um ou outro: é um e outro em conflito, em tensão problemática. Paranoia e esquizofrenia, no trabalho do motorista de ônibus coletivo urbano, constituem o desejo do trabalhador em passagens.

Dejours (1993), ao abordar as novas tecnologias de gestão derivadas do “modelo japonês” de organização do trabalho, diante da expropriação da dinâmica criativa dos trabalhadores para dar conta do trabalho de maneira a fazer esse processo depender de valores e normas transcendentais, propõe sustentar a função do segredo entre os trabalhadores. A integração dos movimentos instituintes da atividade coletiva à organização do trabalho é atravessada pelo perigo iminente de endurecimento e captura desses movimentos, sujeitando-os a um controle modulatório tanto maior quanto seja a indiferenciação entre corpo coletivo e organismo de trabalho.

Deleuze & Guattari (1995b, 1996, 1997a) situam a dimensão do segredo entremeando o público e o privado, constituindo séries de paradoxos que fazem explodir sua dicotomia, seus

laços estabilizadores que se mantêm por contradições. Nos meios profissionais, o segredo a cada vez transborda um conteúdo, um fato, sujeitos, lugares e objetos bem definidos, para gerar uma máquina própria, mas sem proprietário e sem propriedade constituídos, uma máquina de apropriação desejante e construção social da realidade, de construção de situações a viver. Aí, podem-se discutir os problemas relativos ao trabalho, rompendo o medo de colocar no coletivo os erros e falhas individualizados, em função do desenvolvimento do trabalho.

É aqui que o segredo atinge o imperceptível absoluto, ao invés de remeter a todo um jogo de percepções e reações relativas. Vamos de um conteúdo bem determinado, localizado ou passado, à forma geral a priori de um *algo* que se passou, não localizável. [...] No entanto, nesse ponto, uma aventura inevitável acontece, quando o segredo é assim elevado à forma. Quando a pergunta “O que se passou?” atinge essa forma viril infinita, a resposta é forçosamente que nada se passou, destruindo forma e conteúdo. A notícia de que o segredo dos homens não era nada, absolutamente nada na verdade, espalha-se rapidamente. (DELEUZE; GUATTARI, 1997a, p. 84-85, grifo dos autores).

Ao pretender absorver organicamente o movimento de produção do segredo entre os trabalhadores, numa nefasta associação entre publicização do trabalho diante da hierarquia e abordagem privatizada dos problemas, por meio de registros em arquivos de ações significantes e registros de imagens focando ininterruptamente o motorista durante toda a viagem de ônibus, a organização do trabalho do transporte coletivo urbano instala a doença público-privado como interioridade do trabalho. Tal procedimento de estruturação do transporte coletivo urbano por empresas públicas e privadas no que concerne ao trabalho do motorista funciona fixando os fatos, os sujeitos, as determinações, atrapalhando arditamente a potência de engendramento do corpo de produção. Mas, ainda aqui, a virilidade da forma imperceptível não deve cessar na atividade dos segredistas irremediáveis, sob o risco de se configurar o culpado a priori. A masculinidade que robustece o corpo motorista tende a seguir seu desenvolvimento desde a forma imperceptível viril a uma linha móvel tão rápida e transparente quanto a mulher que devira o homem.

Celeridade contra gravidade. [...] Os homens tomam uma atitude grave, cavaleiros do segredo, “vejam sob que peso eu vergo, minha gravidade, minha discricção”, mas eles acabam dizendo tudo, e não era nada. Há mulheres, ao contrário, que dizem tudo, falam até com uma terrível tecnicidade; no entanto, no fim, não se saberá nada a mais do que no começo; terão tudo escondido por celeridade, limpidez. Elas não têm segredo, porque tornaram-se, elas próprias, um segredo. (DELEUZE; GUATTARI, 1997a, p. 86).

É bastante interessante atentar para como as mulheres se espalham entre os motoristas, majoritariamente homens, de modo imperceptível, molecular, mas que aponta para a

possibilidade de outros modos de luta no trabalho, para um outramento do corpo motorista, para além das formas – homem, mulher –, afirmando linhas de trabalho de variação contínua – devires. Trata-se, então, da possibilidade de devirar mulher no trabalho – o que não significa tornar-se mulher, mas desprender-se das formas atreladas ao poder estatal e privado de captura dos segredos. Se o segredo pode, pela virilidade, elevar os fatos acontecidos e vividos à forma de “*algo* que se passou” furtando-se ao enredamento de poder pelos sistemas de vigilância, ele pode desenvolver-se nessa linha de produção do segredo ao ponto de a questão não ser mais a “discrição”, mas a “limpidez”. Eis o que Deleuze aponta como desenvolvimento possível do segredo.

À medida que o coletivo de trabalho majoritariamente masculino dos motoristas possa desfazer-se dos impedimentos a modos outros de trabalho e segredo – algo possível por uma abertura ao devir feminino, isso que se exclui pela virilidade, mas não se reduz a seu negativo, apresentando positivities e multiplicidades próprias –, o poder de agir dos trabalhadores pode, em nossa perspectiva, superar seus impasses de luta pelo poder nas organizações políticas dos próprios trabalhadores.

Ao tratarmos do desejo do motorista, não é o caso de defini-lo pela virilidade em oposição negativa da feminilidade. Trata-se de captar isso que indica um devir outro do motorista pela própria atividade, sem apelar a formas estabelecidas de afetos e percepções que seriam masculinas ou femininas, em termos de formas estabelecidas. O que nos interessa são os perceptos e afectos, como percepções e afecções desvinculadas de formas fechadas em si mesmas e circulantes, de tal maneira que consigam romper com o despotismo significante das ações, que as fazem dependerem de um eixo central para estabelecer o significado do que se sente, do que se percebe, legitimado ou não como feminino ou masculino em disjunções exclusivas. O desejo extrapola as formas definidas e as representações dessas formas.

O desejo do motorista de ônibus é a produção de uma máquina, de meios de funcionar, de criar vida em modos de existência. É fazer correr o fluxo abstrato que percorre o campo social funcionando em circulação, pela atividade do motorista, num meio próprio. Esse signo de uma multiplicidade de passagens e passageiros, esse primeiro a cruzar a cidade, o motorista, arrasta consigo diversas matérias procedentes da produção social heterogenética. Desejo do motorista é circulação de circulação, produção de produção. Não se trata de um sujeito que deseja um objeto, instâncias mutuamente excludentes entre si. O que está em questão na

atividade do motorista é como se produzem certos modos de circulação, jeitos de produzir e pôr a funcionar a vida em transporte, maneiras de desejar no que se agencia com outras matérias e forças, produzindo incessantemente mundos diversos como possibilidades de existência.

O sujeito motorista que deseja guiar o grande carro, que deseja carregar outros sujeitos como objeto do seu trabalho se produz nestes entremeios a caminho. Um objeto que se multiplica, que se perspectiva em variados sentidos e modos de fazer o trabalho do transporte. Trata-se do crucial no processo produtivo, no qual não cabe nem sujeito, o motorista, nem objetos de desejo, o grande carro ou os passageiros, estabelecidos anteriormente aos seus agenciamentos criadores. É certo modo de funcionar e produzir que está sempre se fazendo, se recriando sempre diferente, por meio da repetição incessante, que designa o desejo do motor. Isto é o desejo, este agenciamento entre passageiros, motoristas, carros, ruas, luzes, poeiras, pondo a funcionar certos modos de habitar a cidade. O processo de produção da realidade que se vive, que se circula, que se existe, é o desejo.

Pode-se, ao enunciar o problema do desejo do motorista, ficar num impasse, acreditando que o desejo é algo de íntimo, escondido, puramente pessoal, privado. O desejo assim caracterizado é o desejo fechado, deturpado, mediocrizado, impossibilitado de investir o campo social, o plano relacional, e produzir-se em mundos a viver, por circulação e expansão em agenciamentos heterogênicos. Esse impasse é a circunscrição do desejo a campos cada vez mais restritos: os amigos, o trabalho, a família, o casal, o ser próprio, aquilo que falta. Essa contração e clausura do desejo a meios fechados bloqueia o desenvolvimento dos modos de circulação coletiva.

O desejo em circuito restrito tende a fechar-se cada vez mais e mais, perdendo suas máquinas constituintes, ou seja, os agenciamentos que se fazem como corpo social, chegando mesmo a desejar a própria impossibilidade, a própria falta de um objeto a desejar e que possa plenamente satisfazer. Essa falta no desejo é apenas a outra face da moeda do desejo idealizado em seu mais alto grau, consumismo às galáxias, capital incrustado na carne e nos afetos, determinando a toda circulação desejante um eixo homogeneizador e, portanto, nulificador da produção.

O desejo do motorista de ônibus não se restringe nem mesmo a seu próprio organismo, individual ou profissional, pois isso ainda seria fechar-se num sujeito que deseja, num grupo



idealizado. Não há como abordar o desejo do motorista sem acompanhar toda a heterogênesse de mundos, de modos de produzir, no trabalho do motorista, envolvendo, por expansão própria ao processo de trabalho, elementos os mais diversos possíveis. A análise e produção do desejo do motorista são cada vez mais potentes quanto mais essas matérias e forças díspares compõem a circulação, entram em transporte, fazem-se passageiras, afirmando um horizonte político que não nos deixa voltar os olhos aos próprios umbigos em primeiro lugar.

Esse desejo em circuito fechado sobre si mesmo circula também, na atividade do motorista de ônibus coletivo urbano, como um desejo paranoico que produz e põe a funcionar um sistema de perseguição, suspeita, vigilância, produzindo eus, individualidades, em função da defesa e do medo, seja o eu indivíduo trabalhador, seja o eu indivíduo categoria profissional. Pinto (2001) e Caiafa (2002) destacam esses aspectos de suspeitas e vigilâncias como críticos na produção de subjetividade entre os motoristas de ônibus. Em nossas conversas, a relutância acerca da gravação de áudio, o medo constante da identificação, a suspeita ininterrupta sobre com quem está se falando, a recusa imediata à produção de vídeo como dispositivo de análise da atividade, são cenas em que pungem essa disposição paranoica do desejo do motorista.

Nas conversas com diversos motoristas, em situações e encontros distintos, o vídeo aparece instantaneamente como ameaça, como possibilidade de punição e controle. O vídeo repellido no percurso da pesquisa, contudo, retorna e rebate constantemente o trabalhador a si, colocando-o frente à máquina de vídeo que já compõe sua atividade. Máquina essa que produz, registra e circula, num regime hegemônico de controle, pelas imagens da atividade do motorista. Mas o vídeo não se limita a essa utilidade, assim entendemos, exatamente por ser povoado de máquinas desejantes, não apenas paranoicas, pois esse é apenas um dos polos, mas também esquizofrênicas, fragmentárias, desviantes. A possibilidade de outros funcionamentos do vídeo entre os motoristas nos esp्रेita.

Com o fiscal secreto, a vigilância sobre si e sobre os outros desperta diante dos sinais de suspeita, variando continuamente em função de uma análise dos riscos de desvio para realizar o que há a ser feito no trabalho, assumindo o perigo de ser flagrado. Com o fiscal obscuro incorporado na câmera de vídeo, esta vigilância sobre si e sobre os outros ganha uma materialidade ininterrupta, próxima do invariável e do controle total. Com o fiscal secreto poder-se dizer que a paranoia está mais “na cabeça” do motorista, cabendo a ele avaliar e fazer a gestão dos riscos no cotidiano de trabalho. Por sua vez, com as câmeras de vigilância

no interior do ônibus, poder-se-ia argumentar que a subjetividade do meio é investida diretamente pelas estratégias de controle, que não se limitam mais à subjetividade pessoalizada no trabalhador. “O trajeto se confunde não só com a subjetividade dos que percorrem um meio mas com a subjetividade do próprio meio, uma vez que este se reflete naqueles que o percorrem” (DELEUZE, 1997a, p. 73)

Contudo, “não se deve perguntar qual é o regime mais duro, ou o mais tolerável, pois é em cada um deles que se enfrentam as liberações e as sujeições” (DELEUZE, 1992, p. 220). De qualquer modo, a atividade do motorista de ônibus só pode prosseguir inventando meios de escapar nessas novas situações, encarando o ressentido desejo de dominar em suas mutações. É nas situações de trabalho as mais parciais e fragmentárias possíveis que se enfrentam os problemas mais abstratos, mais longínquos, mais transversais. Essa é a maneira de transformar o trabalho, por desvirtuação da separação entre local e global, ao enfrentar as questões mais ínfimas do trabalho como estratégias do poder na produção de subjetividade pelo coração da atividade produtiva. Trata-se de saber que os problemas da sociedade de controle, do capitalismo mundial integrado, das crises econômicas e políticas, do subdesenvolvimento e da fome, constituem nossos problemas familiares, de amizade, de amor, de ódio: nossos primeiros e principais problemas.

Numa conversa com certo número variável de motoristas em um terminal de ônibus, peço para poder gravar o áudio de nossas conversas. Um deles reluta em consentir, mas aceita. Após cinco minutos de gravação, em que ele já fala bastante do trabalho, se dispondo a “falar a verdade” sobre o trabalho, a se abrir francamente para a conversa, pede para desligar o gravador – o que faço prontamente. Começo então a anotar em um caderno trechos de falas de nossa conversa. Anoto os nomes dos motoristas com quem converso. O motorista logo pede que risque o nome dele dali – o que faço prontamente, mais uma vez. Desisto do caderno, portanto, e fico na conversa. Ao final, o motorista ainda me pede mais uma vez que apague o nome dele do caderno, mesmo riscado.

Cabe, entretanto, marcar – e isso é a questão crucial no jogo de polaridade desejante entre paranoia e esquizofrenia na atividade do motorista de ônibus coletivo urbano – que não se trata de uma disjunção exclusiva, de um maniqueísmo trabalhista, em que o foco do problema seria encontrar os trapaceiros delatores e vangloriar os bons colegas. Para além das individualizações que se afiguram aos nossos olhos e sentidos, há um processo de produção

desses modos pessoais e coletivos de conduta no trabalho. São os próprios encontros e conversas fragmentárias e fortuitas que criam condições de emergência das conflituosas do trabalho pelas figuras do fiscal secreto, ele também fragmentário – pode ser qualquer um; pode pegar qualquer coisa que se fale, qualquer gesto – e fortuito – aparece quando menos se espera, onde se distrai. Sendo assim, pode-se dizer que os bandos fragmentários e dispersivos de motoristas em conversações constituem um modo de luta e resistência pelo desenvolvimento da própria atividade de trabalho diante das estratégias de poder em organização do trabalho baseada na gestão por vigilância e controle.

O funcionamento paranoico no trabalho, desse modo, precisa sempre ser remetido aos modos de produção do transporte coletivo entre os motoristas e seus parceiros de trabalho. Não é primeiramente intra-subjetivo, nem intersubjetivo. Esse funcionamento se apresenta em paradoxos que permeiam os modos de produzir o transporte coletivo urbano, compondo-os por meio de problemas que situam séries de impasses e saídas no corpo social, num ponto de interferência pela atividade de trabalho. Tal ponto é a possibilidade de se inventar micropolíticas capazes de desmontar os impasses paranoicos.

Há uma oscilação contínua entre a postura de conversa aberta e o medo de ser identificado, punido, controlado. A conversa é riquíssima, de um compartilhamento de afetos surpreendente. Produz-se algo de comum, uma zona de conversa, um plano transpessoal, para além de qualquer sujeito e objeto em questão, quanto mais as situações em fragmentos movem-se por contornos provisórios para tratar das questões que atravessam o trabalho. A referência ao eu se esvai cada vez mais na conversa, trazendo à tona situações que nos envolvem, nos puxam, nos imantam, com suas possibilidades e impossibilidades, com os afetos em jogo na produção social.

Essa imantação coloca em movimento na conversa os impasses da atividade, como uma possibilidade de encontrar recursos para escavar um buraco nesse chão duro em que se cai de cara a cada vez que se ousa sonhar e desejar no trabalho. As conversações são um meio artificial – inventado, e nem por isso menos real – de se encarar os impasses e bloqueios vividos socialmente, para o quais não há espaço livre de relações de poder. Trata-se, antes, de inventar outros jogos de poder por outros modos de viver, mais potentes. Para isso, se é pego e puxado de volta pelos sistemas de controle da produção desejante, dos processos de trabalho: é preciso, a cada vez, lidar com os impasses.

Na conversa, desenham-se outras situações que se fazem a partir de matérias e forças do trabalho do motorista: o vídeo, a identificação, a denúncia, o companheirismo, a confiança. Não se trata, contudo, de uma situação clínica protegida, um pequeno paraíso para onde se pode transferir as questões do campo social e encará-las podendo sair ileso. O transcendente, que a clínica tem hegemonicamente arranjado, é uma ilusão das mais medíocres e inúteis para a lida com as questões do campo social visando criar outros agenciamentos de desejo. A conversação não se configura como um espaço clínico protegido das forças sociais: ela é inteiramente atravessada por questões políticas e éticas. O transcendente é o polo de miséria do desejo, é seu remetimento à falta. Mas, primeiro, o desejo é afirmação, agenciamento, produção, funcionamento, circulação.

O que deseja o trabalhador que trabalha na passagem, se não a própria construção de passagens? Passagens que enfrentam seus impasses, seus bloqueios, por desvios, por vezes como impedimento da produção, por outras vezes como questões que atravessam o corpo social e lhe alcança por fazer-se meio, passagem. Esse trabalhador é instigante, porque não há um sequer que se encontre que não afirme o desejo de ser motorista a seu modo, e em meios intensamente obstaculizados, refreados. É toda produção de relações na passagem que é contida sucessivamente no embarque e desembarque, na informação solicitada, na questão a solucionar. Não seria aí exatamente cada respiro do trabalho do motorista? Cada inspiração e expiração, cada entrada de novos ventos, novos fluxos, carregados de possibilidades, de gentes? De onde se produziria o sentido do trabalho do motorista, a não ser na produção da passagem, figurando como passageiro?

E que saídas os motoristas puderam inventar por meio das conversações? Quais os efeitos de intervenção que se pode acompanhar nesses passeios que fizemos com os motoristas acerca das situações de trabalho que vivem? Como se sustentou o paradoxo dos nomes riscados pelas voltas que fizemos? Primeiramente, cabe considerar que a saída da situação só é possível pela própria situação, pela experimentação que tensiona os modos como se vivencia um problema. Dessa maneira, os modos de desmontar os impasses relativos às conversações, os entraves e bloqueios ao estabelecimento de diálogos e controvérsias, se fez pela própria conversação.

A conversação não é um meio para obter uma representação do trabalho, meramente. Clot (2010b) afirma que a atividade dialógica funciona em revezamento com o ofício do trabalhador em questão. Sendo meio de transformação da atividade de trabalho, a conversação

funciona por alternâncias com a atividade de trabalho, como atividade principal, atividade problemática. A dicotomia entre meios e fins é assim desmontada sucessivas vezes pela própria atividade analítica da atividade. Isso não por uma equivalência da conversação com a atividade do motorista, mas por intercessões, atravessamentos mútuos, deslocamentos funcionais. É assim que junto com os motoristas vamos desenvolvendo as conversações, lidando com os impasses que se apresentam em função das formações de poder organizacionais. Abordar os entraves às conversações pela própria atividade dialógica em dispositivo clínico visa, sobretudo, desenvolver o que já acontece nos meios de trabalho: a invenção incessante de paradoxos e problematizações, bem como de suas múltiplas saídas, para seguir a construção dos percursos de trabalho.

Eu penso que, no dia-a-dia do trabalho normal, o que nós fazemos (os métodos da auto-confrontação e da auto-confrontação cruzada) se passa sem parar. A clínica da atividade visa a restaurar o ambiente do trabalho normal. A clínica da atividade não é outra coisa senão a reabilitação da função ordinária do trabalho. Nós repetimos e sistematizamos a vida ordinária. E para mim, isso é muito, muito importante. Trata-se de redescobrir ou de reencontrar o recurso interno do meio profissional considerado. (CLOT, 2006b)

Desse modo, vamos ainda encontrar outras vezes o motorista que solicita que se risque o caderno. E ele próprio demonstrará já outro interesse, outra postura, diante do dispositivo clínico. Não por uma superação do medo natural diante dos sinais de confiança. Embarcamos na construção de um plano comum, um plano ético político, em que uma política da amizade se afirma para além e aquém dos modos organizativos do ser amigo. O motorista também desistiu de participar da pesquisa. Não respondeu a outras convocações para prosseguirmos as conversas. Procura-me para ajudá-lo a resolver problemas familiares, uma vez que eu sou psicólogo, e meu ofício extrapola a minha atividade de pesquisa com eles em função de uma história de construção dos modos de trabalhar em psicologia. Ainda aparece numa visita à casa de outro motorista para conversarmos. Esse motorista são muitos.

## ANÁLISES DA ATIVIDADE POR CONVERSACÕES: LINHAS QUE SE TRAÇAM PELA CLÍNICA

[PARADOXO DO MOTORISTA QUE DANÇA]

[indispensáveis conversações]

A menina adentra o ônibus pela porta da frente carregada pela mãe que segura sua mão. Seu olhar se conecta ao adesivo no vidro dianteiro do ônibus em que se lê “fale ao motorista somente o indispensável”. Ela pensa: quem é o indispensável? E esse problema a cutuca sempre que entra no ônibus, e se esquece em sua memória: o que seria esse tal indispensável? Ela cresce e vive milhões e milhões de coisas. Mas, em algum canto desse mundo imenso do que se vive, a menina persiste sorradeira a se questionar: Quem é o indispensável? Quem é esse único que pode falar ao motorista, somente ele?

Menina, nunca o encontrei. Talvez precisemos nos inventar indispensáveis, inventando os motoristas assim também. Sobretudo o encontro entre passageiros e motoristas há que ser indispensável para podermos conversar com esses trabalhadores do transporte coletivo urbano e para que eles possam conversar com as gentes. Acho que o seu problema já apontou uma grande saída a construir: inventar a conversação com o motorista como indispensável, subvertendo as prescrições estabelecidas, para podermos criar passeios conversantes em desenvolvimentos do trabalho. Menina, você me ensina a ser clínico esquizoanalista da atividade ao habitar o problema do indispensável na atividade do motorista do transporte coletivo urbano.

Convocam-se, então, muitas conversas em nossas múltiplas viagens pela vida, em nossos passeios pela cidade. A conversa compõe nosso dispositivo de pesquisa entremeando os encontros com os motoristas. Ao nos propormos pensar o dispositivo de análise da atividade conectado às lutas desejantes e sociais, vemo-nos em meio a hibridizações de meios de atividade clínica na sua constituição, ou seja, em meio a interseções genéricas, entre modos diversos de se fazer a clínica. Esses cruzamentos possibilitam a produção, funcionamento e desenvolvimento de gêneros próprios de atividade, pelas estilizações do trabalho: atividade de motorista, atividade de pesquisador, atividade dialógica.

A clínica – como a atividade do motorista de ônibus ou qualquer outro gênero de atividade – se produz no entrecruzamento de vários outros gêneros, não apenas clínicas diversas, ao

compor um esquema das relações variantes entre os gêneros díspares no campo social. Constrói-se a clínica por funcionamentos singularizantes, em conexões com outros dispositivos no campo social, num certo conjunto de obra a realizar. Dentre esses gêneros de atividade que podem compor a clínica, destacamos a conversação como um gênero de atividade relevante em nossa atividade de análise do trabalho do motorista de ônibus. A clínica por conversação é, portanto, conjunto aberto, sempre em produção, cuja integridade se faz, não em uma unidade isolada e impermeável, mas em intercessões incessantes com outros gêneros de atividade social.

[impasses à conversa: compreensão, reflexão,  
explicação]

Acompanhando a conceituação de conversa por Deleuze (DELEUZE; PARNET, 1998), aventamos algumas considerações acerca do gênero de atividade conversatória. A conversa funciona como um traçado das transformações que se passam por meio das experiências, uma transformação de outras atividades em atividade conversatória, que coloca em tensionamento essas experiências vividas para lançá-las ao movimento de experimentação. A atividade de trabalho em questão e a conversação acerca dela “[...] não são encontros entre domínios, pois cada domínio já é feito, em si mesmo, de tais encontros. Só há intermezzo, intermezzi, [interlúdio, interlúdios,] como focos de criação. É isso uma conversa, e não [...] o debate pré-formado de especialistas entre si” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 38).

Especialistas da clínica do trabalho e especialistas do transporte coletivo urbano podem conversar à medida que seus saberes próprios não se fechem sobre si mesmos, e nutram sua vitalidade de produção de saberes e práticas por intercessões com outros gêneros de atividades. Mas, há – como podemos acompanhar pelos paradoxos que desenvolvemos junto com os motoristas e que escrevemos aqui – diversos impasses à atividade conversatória, que são enfrentados por nós durante os percursos de análise da atividade com os motoristas. Esses impasses se constituem como transcendentais à construção de relações produtivas pela conversa, como quebras do fluxo conversacional. Deleuze & Guattari (2010) já destacavam a compreensão, a explicação e a expressão como “formas típicas do idealismo” (p. 39), que nos fazem desgarrar da dimensão concreta da produção social e desejante.

A conversa não é vontade de querer compreender o outro, pois isso seria tomar o outro como algo constituído, pronto, apreensível completamente. Não há nada a compreender numa

conversa, além de um mínimo necessário talvez de significação. Mas, justamente, essa significação mínima se coloca na conversa em função de desmanchamentos de sentido que a experiência promove para que outros sentidos possam se produzir. A conversa é processo de produção, constituindo-se em funcionamentos e sentidos próprios. Há máquinas de conversação montáveis por diversas maneiras, máquinas variantes constituídas pelos atravessamentos de uma situação produtiva.

Sempre que a vontade de compreensão domina a conversa, o que entra em jogo é uma tentativa de capturar o outro, de interceptar todas as linhas problemáticas que as experiências, por meio da experimentação conversacional, colocam em movimento, em cena. A vontade de compreensão quer fazer a conversa depender de um significante, unidade de compreensão, princípio e totalidade de entendimento; ou então, marcar um espaço vazio de irracionalidade, pontuando as incoerências no discurso e tratando-lhe, por fim, como uma estrutura atrelada a essa falta de verdade absoluta. Ambas as posições num jogo de conversação anulam – nunca completamente – a própria conversa, reprimem-na, encarceram-na, em um ponto significativo do qual a conversa passaria a depender ou em uma estrutura compreensiva que engessaria as relações em construção. Nesse modo empobrecente da conversa, surge, como efeito da afetação desgastante, a sensação de que aquilo não vai levar a nada, de querer sair da verborragia, que inibe a constituição e desconstituição de sentidos e faz acabar-se preso na vontade de entender. Escapar do “ninguém entende ninguém” ou do “eu consigo compreender você” é crucial, portanto, ao desenvolvimento conversacional.

A conversa não é ainda reflexão: é, antes, um exercício, um jogo. Ela não quer produzir uma imagem do real, como um espelho. A conversação afirma sua imanência ao plano de produção de relações de produção. Ela pode acontecer em meio a uma reflexão sobre o trabalho – esse movimento de espelho, estabelecimento de uma imagem do que se faz –, mas a conversa não se confunde com essa reflexão. A conversação é o que quebra o espelho, o que quebra as imagens que construímos sobre nossas atividades, e também o processo de constituição dessas imagens por transformação indireta da própria atividade. Ao se conversar, as imagens especulativas sobre o trabalho são perturbadas no ideal de espaço liso refletor e podem se quebrar, ondular, partir, desfazer, desfigurar, colocando em questão o que podemos ver pelo espelho da reflexão. É mesmo isso a realidade do trabalho, essa imagem bem enquadrada que conseguimos com tanto esforço isolar dos movimentos da vida? E o



movimento constituinte do trabalho do motorista, como seria captável totalmente numa imagem? Insistem as conversas deturpando as imagens reflexos.

Se conversar não é compreender, nem refletir, não pode também ser explicação, pois aquilo que se pretende explicar numa conversa se transtorna pela própria atividade conversatória. Yves Clot (2006a) constata que “aqueles que trabalham e aceitam ou – melhor – exigem nos acolher como interlocutores de seus gestos e de suas palavras não nos transmitem ‘verdades’ que esperavam, para ser ditas ou mostradas, a nossa chegada” (p. 129). Não há nada a compreender nem a explicar numa conversa (DELEUZE; PARNET, 1998). A conversa é plenamente uma atividade – e não mera reflexão ou comunicação abstrata das situações concretas – que, segundo Clot (2010b), toma as situações de trabalho como fonte e recurso para a atividade conversacional, em alternâncias deslocantes.

[para além da representação e sua estruturação  
na linguagem: problematizações por  
hibridismos conversacionais]

A conversa é um meio de produção de sentidos, uma atividade plena, e não apenas uma representação das experiências. Quando se pretende apenas apresentar o que se faz de outro modo – numa imagem que captaria o real, que o rerepresentaria num outro lugar, mas sempre mais ou menos infiel, por não ser a verdadeira atividade – perde-se a dimensão de transversalidade de constituição da atividade conversacional. Caí-se na busca de uma verdade sobre o que se faz, em vez de acompanhar os processos de constituição desse fazer. É por isso que a conversação não seria ainda expressão para outras atividades. Considerá-la assim seria anulá-la como uma atividade específica, pela tentativa de sobrepô-la às outras atividades, negando-lhe uma dimensão produtiva.

Yves Clot (2006a) aponta que o diálogo é uma atividade plena, atividade dialógica, com a qual outra atividade pode entrar em intercessão, em análise. Conversar é produzir certas formações de realidade por problematizações; uma produção que se dá pelo acompanhamento em trânsito dessas formações. “O encadeamento conversacional, objeto de nosso estudo, mostra que a relação entre um enunciado e outro, distribuída entre os dois interlocutores, pode ser origem de um acontecimento de pensamento e, portanto, recurso para a análise de um problema.” (CLOT, 2010b, p. 267). Ao propor a atividade dialógica em dispositivos de confrontação entre sujeitos acerca dos modos de trabalhar, Clot visa, principalmente, a

desenvolver a análise problematizante do trabalho, forçando o pensamento coletivo à acontecimentalização, à singularização e multiplicização dos modos de trabalhar pela manutenção das controvérsias entre os trabalhadores – assim captamos seu trabalho como clínico da atividade.

A conversa não se restringe à estrutura da linguagem, pois ela arrasta em seu fluxo elementos da ordem do olhar, dos gestos, das máquinas técnicas, da organização da sociedade, das experiências amorosas. A conversação acerca do trabalho não é um encadeamento abstrato de língua em um uso individual da fala, expressão geral e íntima. Há sempre um fora da linguagem que a conversa, colocando em jogo os usos individuais da fala e as estruturas sobrecodificadoras da língua, acompanha através de conjuntos abertos no plano de produção social, gêneros de atividade dialógicas, meios de conversação próprios, que constituem modos e tonalidades de conversa em máquinas diversas.

Em clínica da atividade, tem-se procurado acompanhar essa dimensão híbrida dos agenciamentos coletivos de enunciação, do plano conversacional, constituindo-se por composições com elementos diversos em jogo na atividade. Ao produzirem-se vídeos das confrontações entre trabalhadores, assistindo a imagens do trabalho e dialogando acerca das modulações na atividade, a consideração desses elementos extralinguísticos em análise da atividade dialógica tem se desenvolvido. Os gestos no trabalho tornam-se elementos de produção da atividade conversacional. E a clínica da atividade começa a acompanhar isso que não cabe na língua, desde os elementos corporais.

[insistências por conversar]

Os mundos do trabalho podem ser analisados por meio da intercessão com a atividade dialógica, sendo o diálogo já uma atividade mais ou menos relevante na composição da atividade de trabalho em consideração. No trabalho dos motoristas, a dimensão dialógica atravessa o trabalho, ultrapassando a imagem de um trabalho mecânico, restrito à lida com a máquina. Os motoristas insistem e apontam que lidar com os passageiros e com os colegas de trabalho – especialmente aqueles ligados à administração, mas também aqueles que trabalham diretamente na execução do transporte – é crucialmente problemático e, portanto, constitutivo do seu trabalho. Não se trata, então, de reduzir o trabalho do motorista a uma relação exclusiva com os automóveis. E mesmo essa relação com as máquinas está permeada pela produção de subjetividade, exigindo ir além do mecânico, pela invenção de maquinações

próprias para seguir no trabalho – como se tem abordado no campo de estudos da atividade de trabalho, desde a ergonomia.

Algumas propostas de cabines de isolamento do motorista em relação aos passageiros têm surgido, justificadas pela perturbação que a relação com os passageiros promoveria no trabalho – especialmente, vinculadas ao discurso da segurança. Tais dispositivos, em vez de se constituírem em solução ao problema levantado pela atividade dos motoristas, desencaminham e dissolvem o problema, pretendendo resolvê-lo ao nível da gestão apartada da atividade. O problema não é tão somente obstáculo à atividade, mas uma situação a viver para construir modos de trabalhar. As conversações com os motoristas não se podem acabar com a escuta especializada dos projetores e sua compreensão dos problemas vividos pelos executores do transporte. É preciso que a atividade do motorista interfira insistentemente no processo de projeção do transporte, da construção das condições de trabalho. A conversa insiste como problema a viver.

De outro lado, a clínica tem se fechado, hegemonicamente, em dispositivo isolado, vinculado a especialismos, visando extrair a verdade do sujeito, desde o seu discurso tomado como propriedade individual. A clínica tomou um impulso e um desenvolvimento extraordinário, em termos de dispositivo de intervenção e produção de saber psicológico, com a invenção da psicanálise. Mas, a clínica enfrenta, em seus desenvolvimentos, um obstáculo crucial, ou seja, o tornar-se um espaço restrito, homogêneo, transcendente, onde a liberdade poderia ser exercida para além de um mundo opressivo e constrangedor, espaço onde a verdade pode ser dita livremente. Por esse impasse, acaba-se furtando às questões éticas e políticas que atravessam a atividade clínica, escamoteando-se à dimensão histórica e situada da sua produção como dispositivo social. Portanto, as cabines isoladas assediam também o trabalho clínico como dispositivo de trabalho. Mas aí, também, mesmo na clínica mais fechada possível, a conversa insiste como problema a viver.

E é nessa insistência que as complicações aparecem e podem ser enfrentadas a cada vez. Nesse sentido, reduzir o diálogo à interpessoalidade nos parece um equívoco, tendendo a separar mundo e sujeito, meios de trabalho e trabalhadores. Resta-nos acompanhar os agenciamentos produtivos, a partir do que se indica pela preocupação com os sistemas homens-máquinas (MONTMOLLIN, 1971; DELEUZE; GUATTARI, 1997b; 2010), quebrando a dicotomia que separa as relações entre homem-homem e homem-máquina. É por

essa via que Clot propõe como objeto de análise do trabalho a atividade dirigida, triplamente dirigida, aos outros, aos objetos e a si. Desse modo, procura-se abordar os conflitos que promovem o desenvolvimento da atividade de trabalho pelas incongruências entre esses três polos de sentido, inseparáveis entre si. As relações entre os sujeitos no trabalho se enredam às relações com os objetos de trabalho – as coisas, o ambiente, o mundo, constituindo máquinas de produção com esses sujeitos – e, ainda, à dimensão de constituição subjetiva pela implicação de si na atividade. Por aí, em clínica da atividade, procura-se quebrar as disjunções exclusivas entre indivíduo, coletivo e mundo, pela abordagem dos processos de produção em tensionamentos.

Ao escolher a atividade dirigida como unidade elementar de análise na psicologia do trabalho, fazemos uma opção pelo conflito como ponto de partida da pesquisa. Essa atividade dirigida é uma arena, ou melhor, o teatro de uma luta, e toda unificação em favor de uma de suas configurações é um engodo. A única “unidade” que se pode conceber aqui é aquela, não de um estado, mas de um movimento desarmônico: a unidade de um desenvolvimento cujo equilíbrio transitório aparece ulteriormente, depois de uma luta, no “ponto de colisão” entre vários desenvolvimentos possíveis. (CLOT, 2006a, p. 99)

[o motorista que dança: e nós com ele]

Seguiram com uma câmera digital na mão, a dois, professora e aluno, pesquisador e auxiliar, amiga e companheiro, rapaz e senhora, analista e analisante, confidente e inconfidente, e outros dois. Estacionaram na biblioteca do terminal de ônibus a fim de recarregar as baterias da câmera já usada há algum tempo em viagens de ônibus. Zanzaram para lá e para cá a procura de uma tomada de energia elétrica. Único lugar que encontraram após algum tempo. Foram, a seguir, a uma das várias cantinas que se formam como ilhas nos terminais. Enquanto comiam e riam e falavam, circulavam e circulavam e circulavam pessoas, barulhos, ônibus. Após, retornam à biblioteca.

E de repente, em conversa descarrilada, a dois, rodoviário e rodoviária, trocadora e motorista, pai de família e mãe solteira, vizinha e compadre, homem e mulher, pança e quixote, confidente e inconfidente, e outros dois. Procuram um livro na biblioteca, durante a conversa que não cessa. Medo do casamento que se desfaz, pelo nervosismo que lateja no trabalho e toma o uniforme grudando a pele com suor. Não sai mais nem com o banho após o dia de trabalho. O abraço na esposa algo gruda, compartilhando seus sucessos e insucessos do dia de labuta. Transpiração: piração que circula e atravessa. O olhar para a filha que pede atenção está cansado pelo cheiro que invade e

carrega e pesa. Suor de impaciência que não sai e que faz agir rispidamente. Arrependimento logo em seguida. E sabe-se que o grude que se cria no trabalho não deixa a pele com o banho a sabonete. E ela ouve tudo, ela diz de tudo, ela e tudo.

Aos pares, cruzam-se e convidam-se para danças infinitas. A câmera de vídeo retorna potente de imagens possíveis a produzir. Inclina-se a lente para baixo no desfoque dos traços de rostidade para captar a maresia do corpo que exige que a câmera se erga e se curve banhada pelas espumas brancas do uniforme que compõem já o motorista. A câmera surge como um plano inventado, em que o motorista pode dançar. Pois seria insuportável que a dança se fechasse ali, mesmo que entre quatro – paredes ou pessoas. Impossível fechamento, a conversa inventa outras vias. Conversar acerca do trabalho se torna uma dança em que os sapatos giram para lá e para cá e o salto se ergue em um único pé no chão em quadrilha de pernas para convocar o olhar aos desgastes do solado. “É que o freio gasta mais. Tem que tá freando toda hora. Usa bem mais que a marcha”. A entrega da empresa que não lhe fornece o sapato como instrumento de trabalho é um movimento que se integra à dança do trabalho que não cessa. Segue adiante o balançar das mãos, como se limpassem da sujeira que não sai. Mas isso quem diz? As vozes se entrecruzam e misturam sem parar. Conversa consistente, que se encerra com convites. A conversar sobre o trabalho, a conversar sobre o casamento. As danças se misturam em ritmos inesperados a acolher.

Nessas conversações em meio à produção de vídeo, desenvolve-se o paradoxo do motorista que dança. Mas como ele dança se não há música formal tocando, situação para que se disponha o bailado? Será que não há mesmo situação? Apenas nos lugares identificados para tal pode haver dança, tal qual a clínica que deveria se reservar ao consultório ou a atividade do motorista que deveria se reduzir ao manejo do volante e seus anexos? O motorista que dança é possível pela produção videográfica situada, que se faz pelas experiências do trabalho retomadas em composição de outras obras. Se o motorista dança, no sentido de ter complicações e se dar mal, pelas câmeras de vídeo instaladas em seu ambiente de trabalho, esse sentido se perturba e varia em função de outras disposições videográficas. Durante a gravação do vídeo por nós, em meio a conversas, os pés, as mãos, as posturas e os gestos nos conduzem a um baile que tumultua a sinistra dança de se ferrar para que se construam outros

modos de dançar no trabalho. O drible às situações constrangedoras, os manejos minúsculos das variações, os passes para o colega tocando em frente o objeto do trabalho constroem a dança ao barulho estrondoso do motor e da multidão no trabalho.

Ao editarmos o vídeo *Paradoxos do Motor* (ZAMBONI; OLIVEIRA, 2011), a revolta do motorista que se dispõe a falar dos curtos circuitos entre vida e trabalho, a atenção à precaução do motorista que nos ensina as vantagens do ônibus mais recente – cujo motor situa-se na traseira do ônibus e cujo volante é hidramático, diminuindo o ruído e o calor e tornando a direção mais suave –, a tranquilidade do motorista que nos autoriza a filmá-lo a partir do acordo firmado pela conversa, todas esses motoristas nos surgem aos olhos dançando. Os seus gestos nos fascinam o olhar, nós pesquisadores que editamos o vídeo buscando construí-lo com visões construídas pelas conversações em viagens de ônibus afora.

Mas aqui já é a dimensão estética de criação que predomina como meio de intervenção entre clínico do trabalho e motorista de ônibus. Deturpando as imagens, transtornando-as desde os impasses dos pés e relutâncias das mãos em corpos exaustos, buscamos provocar e criar outras visadas acerca da atividade de motorista, outros olhares – olhar como agenciamento entre trabalhador e trabalho – pela edição do vídeo. Esses agenciamentos são a tomada dos gestos, que em clínica do trabalho vêm sendo abordados em função da análise dos desenvolvimentos da atividade (CLOT, 2010b), destacando a dimensão de criação por outras estratégias clínicas, em intercessão com outras atividades. Produzir olhares, pela criação videográfica, como propõe Amador (2009), pode ser um meio crucial para desenvolver a dimensão ética que a clínica da atividade sempre encontra no horizonte das análises da atividade – uma vez que a ética se define, tanto em clínica da atividade como em esquizoanálise, como criação de regras e normas coletivas em meios de produção da vida.

Encontramo-nos, de repente, vivendo uma situação paradoxal, que se produzia pelo nosso encontro entre clínicos do trabalho e motoristas de ônibus coletivo urbano. Como outras situações, essa surge de repente, num deslize ligeiro enquanto produzíamos um vídeo acerca da atividade desses motoristas na GV-ES. Nas sinuosidades do percurso de pesquisa, decorrentes das paisagens dos nossos trabalhos, acoplados às peças de produção de vídeo – roteiro, câmera de vídeo, programas de edição digital, atuação, dentre outros –, inventávamos um jeito de prosseguir a proposta de produção videográfica acerca da atividade como dispositivo analisador do trabalho do motorista. Os motoristas se recusavam de pronto a

participar de qualquer atividade relacionada à produção de vídeo. Mas, pensávamos, já estão imersos em redes de produção videográfica! E a recusa não é, por nós, respeitada apenas; há incitação à invenção de entradas e saídas no mundo das imagens captáveis do cotidiano de trabalho, pois a imagem videográfica já se instalava no trabalho como problema a viver.

Seguíamos, então, pelas vias construídas em funcionamentos comuns com os motoristas. Guiados por eles em conversações por arranjos grupais oscilantes, as cenas de situações problemáticas desenhavam-se junto com eles, pela clínica como acompanhamento problematizante do vivido. Assim, o processo de roteirização já se esboçava ali, sem aviso prévio, numa proposta, após uma de nossas conversas, para que nós pesquisadores captássemos imagens que pudessem dar passagem às questões que discutíamos por outras vias. É aí, no que embarcamos na produção de vídeo – sob as condições em que se fez possível, construídas coletivamente –, que esse fazer tornou-se via para o desenvolvimento das conversações. Engajamos conversas com motoristas até então desconhecidos, e encontrados por acaso, num caminho diferente do até então arrumado, que se fazia em função das indicações de motoristas conhecidos por amigos e colegas.

Ao nos lançarmos pela cidade com uma câmera de vídeo na mão e algumas situações previamente discutidas – mas sem roteiro estruturado, tratando o vídeo como experimentação –, nos víamos imediatamente – senão mediados pela produção videográfica – em meio a análises da atividade do motorista de ônibus coletivo urbano. O vídeo, entretanto, só se apronta bem mais tarde, e apenas um dos motoristas chega a assisti-lo, durante uma de nossas conversações. Mas o que acontece nesse processo de produção de vídeo que se estende por meses? É que algo dura nele tanto que nos faz não nos apressarmos em trabalhar com o vídeo pronto, mas valorizar o percurso de produção. Uma duração como construção que se afirma primordial.

[co-análise da atividade de trabalho:  
interpretação e confrontação pela dispersão do  
dispositivo dialógico]

Ao propor uma co-análise da atividade, entre trabalhador e pesquisador, Yves Clot (2006a) propõe que não se permita ou busque que os sentidos da atividade se dissolvam nos conceitos, sejam eles do próprio trabalhador ou acompanhem a atividade científica do pesquisador. Isso

não implica uma perda de valor instrumental dos conceitos em relação às análises da atividade, mas a necessidade de não se fecharem os universos teóricos em si mesmos.

Impõe-se o desvio pela análise da atividade. Com efeito, o sentido renasce nos deslocamentos provocados pela atividade comum [...]. A própria matéria da análise do trabalho são as metamorfoses da atividade ao longo do tempo, incluindo as metamorfoses que essa análise provoca (p. 129).

A co-análise se faz pela criação e habitação de um meio comum, como espaço-tempo de conversações, à medida que se furem os entraves da homogeneização, identificação e generalização, que molestam as conversas. Esse comum é um espaço de interseções, de encontro, de afirmação de uma linha de mutações singularizantes que atravessam os corpos em suas distinções, sem apelar a uma correspondência por igualdade em comparação. É nisso que acabamos nos engajando com a produção de vídeo: em um espaço de análise coletiva em que os sentidos do trabalho podem transtornar-se em outros modos de trabalhar, em modulações na atividade.

Os sentidos do trabalho são suas orientações, direções, entradas e saídas. É aquilo que se produz no percurso, que não se identifica sem se deslocar com o trajeto realizado ou com um projeto de caminho a efetuar. A conversa é o acompanhamento desses sentidos, dessa produção de sentidos. É o próprio presente da atividade no que já não se distingue do passado e do futuro, pois estes compõem a atualidade do trabalho. Essa produção de sentido se faz sempre nesse ponto em que o presente é imediatamente uma linha que se dirige ao vivido e ao vivível no trabalho, como nos conduz a pensar Deleuze (2007b) ao opor à ordem temporal cronológica um tempo Aion. É assim que procuramos criar com os motoristas esse espaço comum de conversações, em que são possíveis outras temporalidades e localidades – criação que não tem um começo absoluto nem um fim cabal. Seguimos inventando, de diversos modos, pelos jeitos que conseguimos, espaços e tempos de conversas várias. Dançamos como perturbação aos espaços e tempos instituídos no trabalho e na vida.

A conversa se faz por interpretações. E é preciso sempre situá-la nesse entre, “inter”. As interpretações são meios que existem como curso dissonante. São discursos pois se dão numa divisão em cursos a-paralelos, divergentes. Procurar rebater um curso sobre o outro é esmagar o processo de diferenciação que é a própria conversa. Portanto, interpretar não é decodificar outro discurso, mas construir um curso outro por acompanhamento diferenciante. Diferenciação é o que toda conversa promove, um ferir que produz bifurcação, é produção de



diferença que fura o estanque no mesmo. É assim que o vídeo e os paradoxos escritos sob a forma de fragmentos textuais funcionam como máquinas – ou partes de máquinas – de conversação.

Não conversamos para reafirmar nossas ideias, mas para colocá-las em jogo, trabalhá-las, desenvolve-las, levá-las a seus limites, onde o impensado se espreita como força a pensar. O incômodo da experiência conduz a buscar saídas para o problema que se inventa para viver. Há ainda, entretanto, uma dimensão de poder na interpretação que é a sobrecodificação do discurso do outro numa tradução – que se trai mediocrementemente buscando uma verdade escondida em vez de afirmar a exploração de um campo que se inventa pela própria exploração. Toda descoberta é, afinal, inventada.

Nosso coletivo de análise funciona por meio das atividades de conversação. Em contatos informais, por meio de pessoas que conhecemos, ou que encontramos pelas ruas, vamos tecendo alianças e formando uma rede de experimentação analítica da atividade produtora do transporte coletivo urbano pela produção de vídeo e pelas conversações. Os motoristas se constituem, pela informalidade dos encontros, em nossos informantes – menos no sentido de nos entregar uma informação pronta e acaba do trabalho e mais no sentido de sustentar o informe, a instabilidade das formas, em que se engendram trabalho e trabalhador. Motoristas que não se conheciam poderão encontrar-se em algum momento em meio aos trajetos de conversação. Isso é o que já é o próprio processo de trabalho. E é por isso que eles se conhecem todos, de um jeito ou de outro, mais ou menos extensivamente: há uma intensa atividade conversatória entre os motoristas como via de produção do transporte. Convidamos os que encontramos e acompanhamos seus processos produtivos seguindo o primeiro princípio da esquizoanálise: não atrapalhar. “Ficar, justamente, na adjacência da mudança em curso, e desaparecer o mais cedo possível” (GUATTARI, 1988, p. 188). Trata-se de insurgir-se contra essa imagem que assedia o clínico como interprete decodificador e estabelecido do significado do discurso.

Nesse sentido, o enquadramento de conversação que constitui a entrevista, por vezes, tem funcionado como estruturação da conversa, organização insuportável ao diálogo. Aquele que faz entrevista muitas vezes participa de um adoecimento que marca a produção do conhecimento nas ciências humanas, na clínica e na psicologia. Isso também se passa, ou antes, se complica, no trabalho do motorista pelas entrevistas com o pessoal da gerência,

quando das justificações forçadas relativas a aspectos da atividade de trabalho. Ao haver algum ponto de conflito entre a gerência e a execução do transporte, os motoristas, assim como outros executores, são convocados a aparecer e entrar num embate cara a cara. A entrevista do motorista com o gerente, exigindo justificativas e explicações, configura-se como uma série de impasses à conversação, que se encadeiam como disjunção exclusiva entre quem planeja e quem executa no transporte coletivo urbano. Trata-se de uma incapacidade de conversar que se recria, se reproduz, num bloqueio infinito da criação de fluxos produtivos. Tenta-se tornar funcional e orgânica a conversa, mas só se faz impedi-la..

Por isso, geralmente ocorre, nesse adoecimento da conversação, o apego às palavras na depuração de seus sistemas orgânicos (fonético, sintático, semântico), para formar a língua como organismo sólido, fixo, uma propriedade a ser conversada, e a fala como mera individualidade, um uso individual por um proletário da língua, cujo uso variável tem seus limites demarcados pelos padrões, administradores da língua culta e dos padrões discursivos. Cada fala, nesse esquema sórdido, tem que ter um propósito, uma utilidade, tem que servir num certo quadro fixo pré-estabelecido em função da consciência, da razão, do saber oficial. A conversa se esvai da composição de corpos e assume um roteiro de fixação orgânica das palavras, que precisam fazer sentido, de acordo com uma ordem vigente.

Mas pensamos que a entrevista e a conversação implicam, antes, um entre as vistas e um versar junto, uma poesia comum. Esse entre é atravessamento – e não separação absoluta – que a conversa pode desenvolver. Somente assim, pode-se conversar. E a conversação desenvolve-se desvairada, (a)casual, em que assuntos diversos se conectam para integrar pela vida o que costumamos separar tão naturalmente: doença e condições de atividade, nervosismo e relações de produção, vida e trabalho. A estruturação da conversa vem sempre depois. No seu processo de produção, a conversa se faz por agenciamentos entre forças e matérias as mais diversas, compondo-se num fluxo comum e heterogenético. O fluxo conversacional, torrente que nos assunta às problemáticas do trabalho, se constrói pelas divergências, pelos conflitos em jogo, o que possibilita tornar comum o que, muitas vezes, acreditamos ser inconciliável. O trabalho promove e incita a construir o comum pelas divergências em confrontação, no que elas podem engendrar diferenciações.

[polêmica: impasse ao diálogo]

Confrontar, entretanto, não se confunde com polemizar. A polêmica é uma estratégia de poder que pauta a invalidação de saberes concorrentes. Funciona pelo desgaste defensivo e inútil em que um fluxo discursivo pode circular em torno de si mesmo, em fechamento aos diálogos pela interceptação de um discursivo totalizado. Pelo contrário, a confrontação é a afirmação de diferenças, não pela sua negação, mas pela sustentação das diferenciações e não apenas das diferenças constituídas. Só se pode confrontar construindo políticas de amizade, fazendo-se companhia em meios de vida, promovendo intercessões entre gêneros de relações de produção diversos. O confronto sem esse plano de composição é nulificador do outro, enclausurador na opinião própria tornada propriedade privada e mesmificada, suscita esquiva ao encontro. A polêmica é, portanto, uma reação ao encontro, uma negação do encontro, rebatendo-o sobre si mesmo, anulando-o em seu próprio meio. Com os motoristas em dança, tratava-se, sobretudo, de criar uma disposição, um suporte, para que as conversações persistissem, desmontando os impasses que complicavam nossos encontros.

Clot (2008a, 2010b), ao insistir que as discordâncias e controvérsias entre os trabalhadores em seu meio de trabalho próprio são vitais à atividade, não se opõe contraditoriamente à postura que Deleuze (1992, DELEUZE; PARNET, 1998) assume ao rejeitar a polêmica. Pelo contrário, ambos podem se encontrar exatamente onde suas afirmações divergem. Deleuze, ao preocupar-se com os modos de conversações, indica a importância da conversa em função da criação, numa perspectiva multiplicizante, pela qual podem se desenvolver os dispositivos dos processos de análise do trabalho em clínica da atividade.

Já é difícil compreender o que alguém diz. Discutir é um exercício narcísico, no qual cada um se exhibe, por sua vez: muito rapidamente, não se sabe mais sobre o que se fala. O que é difícil é determinar o problema ao qual esta ou aquela proposição responde. Ora, se se compreende o problema formulado por alguém, não se tem nenhuma vontade de discutir com ele: ou se se formula o mesmo problema, ou então se formula um outro e se tem, antes, vontade de avançar nessa direção. Como discutir se não se tem um fundo comum de problemas, e por que discutir quando se o tem? Tem-se sempre as soluções que correspondem aos problemas que se formulam. As discussões representam muita perda de tempo para problemas indeterminados. As conversações são outra coisa. É preciso certamente entrar em conversações. Mas a menor conversação é um exercício esquizofrênico que se passa entre indivíduos que têm um fundo comum, e um grande gosto por elipses e atalhos. A conversação é feita de pausas, de longos silêncios; ela pode dar idéias. Mas a discussão não faz, absolutamente, parte do trabalho filosófico. Terror da fórmula “vamos discutir um pouco”. (DELEUZE, 2003, p. 355-356, tradução de Tomaz Tadeu da Silva)

Sustentamos, então, que a proposta em clínica da atividade, com seus vários dispositivos de confrontação – a autoconfrontação cruzada (CLOT et al., 2000; CLOT, 2006a, 2010b; FERNÁNDEZ; CLOT, 2007), a instrução ao sócia (CLOT, 2006a; 2010b), a oficina de fotos (OSORIO, 2002; PACHECO, 2010), a produção de vídeo (AMADOR, 2009) – segue na direção ética, estética e política de criar meios de conversação, para o desenvolvimento do poder de agir dos trabalhadores. Essas conversações promovidas por tais dispositivos tendem a se aproximar “desse exercício esquizofrênico que se passa entre indivíduos que têm um fundo comum, e um grande gosto por elipses e atalhos”, pois sendo “feita de pausas, de longos silêncios; ela pode dar idéias”, como Deleuze nos indica. Não se trata de se conseguir escapar completamente da discussão pelo dispositivo tecnológico de intervenção, mas de construir máquinas de guerra para desmontar essas modalidades de bloqueio às conversações, que se pautam em conceitos de igualdade, respeito, direito, remetendo a uma concepção de democracia representativa, onde a palavra é feita propriedade de direito privado.

A construção coletiva que possibilita instalar num plano comum as perspectivas da esquizoanálise, com Deleuze & Guattari, e da clínica da atividade, com Clot, sustenta-se por uma perspectiva de coletivo que cabe precisar. O coletivo, nessas duas vertentes clínicas, refere-se a conjuntos, que em vez de definir-se em termos de identidade e limites bem delimitados, afirmam a estilização e a produção de diferenças em meios situados de experimentação e produção. Trata-se de uma concepção de coletivo que se constitui e se mantém pela controvérsia, pelos tensionamentos, pela heterogeneização. Portanto, não se trata também de igualdade descoberta nesse plano comum de conversações, mas de criação do comum pelo desenvolvimento de encontros possíveis.

[passageiros que conversam: Gilles  
Deleuze & Félix Guattari]

Gilles Deleuze e Félix Guattari inventam, em seu trabalho conjunto de produção filosófica pela qual se propõe a esquizoanálise, um modo de funcionar, disposições de trabalho modulantes, que se arranjam diferentemente a cada vez em função do processo de criação. Forjam, portanto, um dispositivo de trabalho que se modifica continuamente em função dos problemas que se aborda. Por isso, já em Guattari e Deleuze se configuram tantas variações do que aqui tomamos como esquizoanálise – pragmática, rizomática, psicanálise social,

psicanálise dos grupos militantes, estratoanálise, micropolítica, nomadologia, ciência das multiplicidades, cartografia, dentre outras.

Acredito, diz Deleuze, que sobretudo dois elementos intervêm em nosso trabalho comum. Em primeiro lugar, as sessões orais. Acontece termos um problema sobre o qual estamos vagamente de acordo, mas procuramos soluções capazes de precisá-lo, localizá-lo, condicioná-lo. Ou então, encontramos uma solução, mas não sabemos muito bem para qual problema. Temos um [sic] idéia que parece funcionar em um domínio, mas procuramos outros domínios, muito diferentes, que poderiam prolongar o primeiro, variar suas condições, com a ajuda de uma manobra. [...] O outro elemento, são as versões múltiplas. Cada um escreve uma versão sobre um tema dado (que foi destacado precisamente nas sessões orais). Em seguida cada um reescreve levando em conta a versão do outro... Cada um funciona como incrustação ou citação no texto do outro, mas, depois de um tempo, não sabemos mais quem cita quem. É uma escrita de variações. Estes procedimentos a dois só ampliam o que se passa quando se trabalha só. É o mesmo que dizer: estamos sempre completamente sós, e: somos sempre muitos. Estamos sós a dois, e somos muitos quando estamos sós. (DELEUZE; GUATTARI, 2010a)

Deleuze (2003), em *Carta a Uno*, afirma que “não há receita ou fórmula geral para se trabalhar junto” (p. 218, tradução de Tomaz Tadeu da Silva). É nesse sentido que pensamos as conversações com os motoristas de ônibus em esquizoanálise da atividade. Trata-se de variações em arranjos que se compõem singularmente a cada vez em função da situação em que nos encontramos. Não é o caso, então, de tomar como modelo a aplicar os dispositivos da esquizoanálise entre Deleuze & Guattari e seus bandos, nem os dispositivos desenvolvidos por Clot e seus companheiros de construção da clínica da atividade, dos campos diversos das clínicas do trabalho e da análise da atividade. É antes questão de inventar modos de produzir junto que variem acompanhando a expansão do poder de ser afetado pelo outro e do poder de agir coletivamente (CLOT, 2010b). Para tanto, é preciso construir um plano comum de produção, de experimentação, que Deleuze & Guattari (2010; 1996) conceituavam e desenvolviam como corpo sem órgãos, enquanto Clot o desenvolve como gênero de atividade – tendo em conta que essas conceituações não se caracterizam pela coincidência, mas pelos atravessamentos possíveis a perfazer entre elas.

Entretanto, a condição para poder efetivamente trabalhar a dois, é a existência de um fundo comum implícito, inexplicável, que nos faz rir das mesmas coisas, ou nos preocupar como as mesmas coisas, ficar desgostoso ou entusiasmado por coisas análogas. Este fundo comum pode animar conversas as mais insignificantes, as mais idiotas (elas são até necessárias antes das sessões orais). Mas é também o fundo de onde saem os problemas aos quais estamos dedicados e que nos assediam como ritornelos. Isso faz com que nunca tenhamos nada a objetar ao outro, mas cada um deve impor ao outro volteios, bifurcações, abreviações, precipitações e catatonias. Sozinho ou a dois o pensamento está sempre em um estado longe do equilíbrio. (DELEUZE; GUATTARI, 2010a)

O que podemos ressaltar dessas considerações de Deleuze & Guattari acerca dos seus procedimentos de trabalho conjunto não é exatamente o percurso como um modelo a reaplicar, mas certas questões que o processo coloca. Como vemos, entre esses dois, e entre nós com os motoristas, a dimensão linguística não exerce um domínio absoluto sobre outras dimensões de signos numa conversação – apesar das nossas dificuldades de acompanhar isso pelos meios estabelecidos em pesquisa nas ciências humanas. O que interessa são os “volteios, bifurcações, abreviações, precipitações e catatonias” que indicam a dimensão criativa e moduladora dos signos da atividade de trabalho nas conversações. São esses signos que se criam e se comunicam – constroem-se num plano comum – que constituem as conversações. Um modo de olhar, uma postura, um pequeno gesto que já “diz tudo”, ou ainda, certos modos de proceder comuns que permitem a dois desconhecidos trabalharem juntos nos indicam o que é uma conversação.

Então, ainda não é o caso de tomar como modelo universal quaisquer dispositivos dialógicos, mas de extrair-lhes funções generalizáveis ou conceitos em desenvolvimento, como formula Clot (2010b), ou, como propõem Deleuze & Guattari, sustentar as singularizações em planos de multiplicidades próprios. Em nossas conversações com os motoristas, seguimos também por desarranjos dos dispositivos dialógicos, desenvolvidos pela esquizoanálise e pela clínica da atividade, desmontando-os e remontando-os de modo bastante distinto, funcionando de outros modos, em função dos agenciamentos que estabelecemos na situação. Afinal, dispositivo é o que desarranja, para promover criações, desarranjando-se inclusive, por fragmentação e dispersão.

[compartilhamento de experiências pela  
produção videográfica]

O que não cessa como questão nos nossos caminhos de pesquisa é a possibilidade, ou melhor, a potência de compartilhar experiência. Afinal, como podemos conversar acerca da experiência de trabalho do motorista de ônibus, nós, que estamos fora do meio profissional em caso? Como podemos traçar distâncias, que não seriam a negação da relação, mas a própria consistência da relação, por manter as diferenças em tensionamento com o trabalho do motorista? Que meios podemos inventar para encontrar com os motoristas? Quais as potências desses meios? Aqui, parece-nos, justamente, que essa potência emerge daquilo que Guattari chama de transversalidade (GUATTARI, 1981; 2004; DELEUZE, 2010b). A

transversalidade é a potência de atravessamento das intensidades que se produzem por meios de vida, de circulação desejante nos agenciamentos produtores de realidade e sentido. Trata-se, portanto, da invenção de meios de vida, meios esses sempre híbridos, estabelecidos por junções e disjunções figuradas por bandos, tribos, grupos. O meio de vida e trabalho é sempre um cruzamento, uma via cortada por outras vias.

No sentido desses atravessamentos em conversações, é preciso procurar escrever “*in loco*, sem literatura” (CESAR, 2008, p. 161, grifo nosso). Este é o nosso desafio de uma escrita situada, não pela negação da literatura, mas tratando-a como exterior, como um fora na situação. Sendo assim, a escrita dos fragmentos paradoxais por nós, clínicos esquizoanalistas da atividade, é a sustentação desse fora na conversa. Essa exterioridade inclusa é também caso do vídeo no diálogo entre pesquisador e motorista. O vídeo, insistentemente rejeitado pelos motoristas nas conversações, retornava por meios diversos, constituindo um fora na nossa conversa. Construimos, assim, conversações acerca do vídeo, e pelo vídeo, como perturbação que provoca a desenvolver a atividade em outros sentidos. Ser vigiado constantemente e punido a partir de um marcador da verdade do que aconteceu realmente é um terrível assédio da organização ao processo produtivo. Mas ele não impede por completo o trabalho, uma vez que os trabalhadores persistem em construir estratégias coletivas para prosseguir.

Inventávamos, então, retomar a produção videográfica a partir das questões que os motoristas parceiros levantavam, fazendo nós mesmos, pesquisadores, um vídeo. Esse vídeo configurou-se num dispositivo de conversações, em que encontrávamos outros motoristas, desconhecidos, e ampliávamos a rede analítica do trabalho. Pelas conversas, prosseguimos a proposta de produção de vídeo num caminho que, valendo-se de uma longa preparação, juntando ideias as mais diversas acerca de como se poderia proceder na criação videográfica, trilhava-se em singularizações que forjavam um dispositivo dialógico inesperado. Diversas propostas foram por nós elencadas a partir de sugestões em conversas com pesquisadores e amigos, de leituras acerca da produção videográfica e de vídeos que acompanhamos atentos aos modos de produção. Mas, sobretudo, o que determinava o percurso de produção de vídeo eram os encontros com os motoristas, permeados pelos problemas que compartilhávamos. Essa se tornou a força preponderante e essencial do nosso vídeo.

[Alice, passageira para uma filosofia  
concreta: o paradoxo como inacabamento da  
atividade]

Além da produção videográfica, propomo-nos a formular paradoxos, compondo visadas que condensassem a problemática situada no trabalho e que compartilhávamos e desenvolvíamos em conversações. Os paradoxos perturbam os sentidos, questionam-lhes em seu processo de produção, e nos conduzem a acompanhá-los em seu percurso de construção. Eis o que faz Gilles Deleuze (2007b) ao seguir Lewis Carroll, numa paisagem filosófica que se desloca, pela literatura, com Alice em suas viagens. Deleuze toma as conversações diversas que Alice trava em suas aventuras pelo país das maravilhas através das cenas em que Carroll cria os problemas vividos pela menina. Dessa forma, o filósofo lança mão do pensamento que se engendra pela obra do escritor em atravessamentos que permitem problematizar questões de seu próprio campo, a filosofia. Mas isso, sem perder de vista a situação, cada aventura de Alice.

Permita-me, enfim, um conselho de trabalho: é sempre interessante, nas análises de conceito, partir de situações muito concretas, muito simples, e não de antecedentes filosóficos, nem mesmo de problemas enquanto tais (o uno e o múltiplo, etc.); por exemplo, para as multiplicidades, de onde é preciso partir, seria assim: o que é uma matilha? (diferente de um animal sozinho), o que é um ossuário? Para os acontecimentos: o que é cinco horas da tarde? Por exemplo, é na relação concreta entre o homem e o animal que é preciso buscar a crítica possível da mimese. Não tenho, pois, mais que uma coisa a lhe dizer: não perca o concreto, volte a ele constantemente. Multiplicidade, ritornelo, sensação, etc., se desenvolvem em puros conceitos, mas são estritamente inseparáveis da passagem de um concreto a outro. [...] Creio que quanto mais um filósofo é dotado mais ele tem tendência, no começo, a deixar o concreto. Ele deve evitar isso, fazendo-o apenas de tempos em tempos, o tempo de voltar às percepções, aos afectos, que devem reduplicar os conceitos. (DELEUZE, 2003, p. 340, tradução de Tomaz Tadeu da Silva)

O paradoxo é a sustentação do problema que a atividade inventa para si como um plano de produção, pois a questão é antes que problemas criar do que quais soluções encontrar. Criar o problema exige habitá-lo, consistir nele, sustenta-lo como meio a viver, circular por ele, construí-lo. O problema sempre se inventa a partir de uma situação concreta cujos entornos constitutivos são conflitantes, como limites perturbadores para a experiência, para a produção em experimentação. Daí que as linhas problemáticas podem se atravessar por intercessões com outras situações diversas. Os paradoxos cumprem essa função problematizante do vivido, enquanto os desenvolvimentos conceituais que daí extraímos podem se prestar a esses atravessamentos. Eis que o paradoxo encerra como obra a situação, tornando-se suporte duma construção problemática, para que se possam viver outras situações pelo transtornar do vivido



em vivível. Reviver a experiência pelas conversações e pelos paradoxos é sustentar-lhe as aberturas, que não sendo polêmica nem troca, afirmam-se inacabadas, obra aberta,

[...] diferença infinita que se manifesta, pois o que ele havia feito e dito como “eu”, na primeira pessoa, se expressa novamente no “outro” e, sem alterar-se, torna-se, portanto, absolutamente outro, emprestando ao que já se fez contornos de inacabamento. Assim, a atividade realiza suas trocas por meio do diálogo e, por isso, paradoxalmente, subtrai-se à troca. Na repetição dialógica a qual a submetemos, a atividade de trabalho, redita e refeita por outro, não se repete. Melhor dizendo, ela marca sua diferença essencial com todo discurso que procure acabá-la, tornando-se, fundamentalmente, inacabável. (CLOT, 2011b, p. 8-9)

[controvérsias para além da individualidade:

Espinosa e Blyenbergh]

A potência da conversa não está nas identificações, nem nas diferenças isoladas em si mesmas. O real do conflito instala-se em outro plano que, não se restringindo ao das formas e lugares delimitados como propriedades particulares, constitui-se de posições móveis, deslocamentos infinitos em função das problematizações e invenções conjuntas. Este plano de criação exige tais deslocamentos por tensionamentos, que extrapolam ações realizadas, no sentido da invenção de possíveis. A conversa só acontece, persiste e prossegue criando seus próprios meios e multiplicando bifurcações. Uma conversa precisa levar a delirar, a multiplicar os próprios pontos de vista; do contrário, ela apenas reifica ideias, estados de coisas, opiniões e verdades estabelecidas. A conversa entre Espinosa e Blyenbergh é uma situação passível de extrairmos ainda boas pistas acerca das potências da atividade dialógica, para nossas conversações com os motoristas.

Ela representa um grande interesse psicológico. Blyenbergh é um corretor de sementes que escreve a Espinosa para questioná-lo sobre a problemática do mal. De início, Espinosa acredita que seu correspondente é movido pela procura da verdade. Ele percebe rapidamente que Blyenbergh demonstra antes de tudo uma disposição pela disputa, pelo desejo de ter razão e pela mania de julgar [...] Mas, apesar de tudo, continua a correspondência como se *ele próprio estivesse fascinado pelo tema*. Espinosa apenas romperá a correspondência após uma visita de Blyenbergh, quando este começa a questioná-lo sobre temas aleatórios, estranhos à problemática do mal. [...] Não temos absolutamente a impressão de que Blyenbergh seja estúpido ou confuso, apesar do que dele foi dito (seus defeitos encontram-se alhures). Apesar de não conhecer a *Ética* e de iniciar sua primeira carta com observações alusivas à exposição da filosofia de Descartes, ele não cessa de questionar acerca dos temas essenciais diretamente vinculados ao espinosismo, ele obriga Espinosa a multiplicar os exemplos, a desenvolver paradoxos, a destacar uma estranhíssima concepção do mal. É como se o amor da verdade levasse Espinosa a negligenciar sua própria prudência e a se desvelar, mesmo diante de alguém que ele sente como hostil ou rancoroso, sobre um tema delicado. (DELEUZE, 2002, p. 37-38, grifos do autor).

Espinosa cria um plano de diálogo que está para além dos sujeitos individuados, com suas características estabelecidas, e para além do relacionamento interpessoal demarcado numa certa grade causal das ações, em que os comportamentos se determinam mutuamente em séries fechadas que tendem, desse modo, a padronizar atitudes e consequências, forçando a previsibilidade das ações alheias. Espinosa prossegue a conversa porque o que a sustenta são as situações que o problema suscita pelas séries de questões que lhe faz Blyenbergh. Não é a pessoa do seu correspondente que protagoniza a cena da conversa, sendo esta várias vezes arrebatada pelos problemas que emergem e que implicam o estabelecimento de uma relação analítica, para além das questões reduzidas a individualidades, egoicidades.

Quando li vossa primeira carta, acreditei que nossas opiniões estavam de acordo. A segunda (que me chegou às mãos no dia 21 de janeiro [de 1665]), porém, fez-me compreender que estamos bem longe disso, pois vejo que discordamos não somente quanto às conseqüências mais afastadas dos primeiros princípios, mas quanto a estes próprios princípios. Não creio, portanto, que nossa troca epistolar possa servir para nos instruímos mutuamente. Percebi, com efeito, que nenhuma demonstração, mesmo a mais sólida segunda as leis, tem valor para vós, a não ser que concorde [...] Tinha intenção de terminar minha carta por aqui, a fim de não vos importunar mais com essas coisas que, por vossa carta pude perceber, são motivo de chacota e riso e sem qualquer utilidade para ninguém. Entretanto, para não deixar vosso pedido sem resposta, explicarei [...], e depois exporei rapidamente o que é necessário saber para que possais compreender o que vos disse anteriormente. (Espinosa, 1983, p. 377-378)

Já na segunda carta enviada por Espinosa a Blyenbergh, o impasse pela confusão promovida por este é apontado pelo filósofo. A concordância com os princípios é condição fundamental para a conversa não porque seja o caso de concordar completamente. Trata-se, antes, de criar um ponto comum que possa se desenvolver em linha de conversação tensionante, promotora de uma crítica concreta, em vez de se resvalar para uma oposição a priori. É esta oposição, “disposição pela disputa, pelo desejo de ter razão e pela mania de julgar”, que Espinosa detecta e critica em seu interlocutor. Espinosa faz, assim, a clínica da sua conversação com Blyenbergh, marcando os pontos de bloqueio e propondo desvios, como maneiras de inventar um meio de diálogo. Desse jeito, Espinosa insiste em provocar Blyenbergh a sair do lugar de oposição, colocando-se em posição dialógica, desenvolvendo sua filosofia, prosseguindo seu inacabado trabalho pela posição em deslocamento pelo encontro.

Pode-se, ao embarcar nos mundos dos motoristas, por demarcações egóicas, decalcá-los, representá-los, empobrecê-los, respeitando o estatuto de realidade estabelecida, em vez de ingressar e prolongar as vias a viver. Tal postura é o impasse do qual é preciso sair, desde o estabelecimento de relações com os motoristas e durante seus desenvolvimentos, para

potencializar a conversa, para sermos arrastados para além das ideias e sentidos já produzidos, para afirmar o movimento de criação pela atividade dialógica da atividade do motorista de ônibus coletivo urbano.

Isso nos conduz a definir nossas conversações com os motoristas como partindo de um plano problemático, em vez de cair-se numa individualidade como princípio. Nas conversas que engajamos com eles, o que nos dava passagem aos seus mundos era o compartilhamento das situações, a análise coletiva das séries problemáticas que põem a funcionar o trabalho, que incitam os processos inventivos na atividade do motorista. Haveria até bastantes dificuldades se permanecêssemos identificados aos lugares a priori determinados. Psicólogo, passageiro, pesquisador e registrador de ações, tudo isso se constituía em pontos problemáticos a nossas conversações possíveis. Mas, como Espinosa, conseguíamos, nós e motoristas, desvencilhar-nos desses lugares e funções marcados e definidos, construindo funcionamentos próprios à conversação por meio das problematizações compartilhadas. Logo, as problemáticas da análise e da clínica se destacam pelas nossas conversações.

[análise e clínica]

Propomo-nos aqui, então, a desenvolver algo acerca de dois conceitos cruciais para nossas conversações entre motoristas: clínica e análise. Esses conceitos são fundamentais em nosso trabalho pela intercessão entre os planos de produção da esquizoanálise e da clínica da atividade, assim como em diversos outros campos da prática e do saber coletivo. Não pretendemos resolver-lhes as definições em poucas linhas de escrita, mas colocar em cena algumas perspectivas que vamos assumindo no percurso de pesquisa e intervenção que construímos junto com os motoristas. Consideramos que esses conceitos estão permeados por uma multiplicidade de sentidos e usos indeléveis, decorrentes das situações em que se compuseram. Passearemos aqui entre tal multiplicidade, experimentando-as como sombras, uma vez que não poderemos lançar-lhes luzes completas e construir-lhes olhares definidos de uma vez por todas. Sombras que criam e impregnam as dimensões que aqui destacaremos.

Guattari afirma que “o analítico é o processo, o processo maquínico enquanto tal. Por outro lado, com efeito, a articulação de um processo com sistemas de expressão pode ser da maior importância”. (GUATTARI; ROLNIK, 2008, p. 274). Já dissemos que a conversação não se confunde com o plano expressivo, mas define-se como uma atividade plena. Podemos acompanhar uma dimensão expressiva própria a cada atividade. Clot (2006a) destaca que há

“regras de vida e de ofício destinadas a conseguir fazer o que há a fazer, maneiras de fazer na companhia dos outros, de sentir e de dizer, gestos possíveis e impossíveis tanto aos outros como ao objeto” (p. 50), de tal maneira que, concluímos, a dimensão expressiva conecta-se à dimensão produtiva em cada meio de atividade com suas multiplicidades próprias – sem que haja uma correspondência direta entre os modos discursivos e os modos produtivos. Esta correspondência, entretanto, implica deslocamentos na atividade, assim como na enunciação. O expressar acerca do fazer coloca-o em questão, e vice-versa. A própria expressão acaba, assim, por configurar-se em atividade, não podendo ser compreendida fora da própria atividade. Os deslocamentos decorrentes da análise são acompanhados por dispositivos clínicos.

Teixeira (2008) destaca, também pela intercessão entre os planos da clínica da atividade e da esquizoanálise, essa preocupação com a dimensão clínica do trabalho como *clinamen*, desvio, desestabilização, conflito. Fazendo intercessão com outros autores (PASSOS; BENEVIDES DE BARROS, 2000) também preocupados com a dimensão clínica e situados no plano esquizoanalítico, Teixeira busca extraviar a discussão do conceito de clínica, tal como desenvolvido por estes autores, para essa intercessão com a clínica da atividade. Destaca, então, a ideia de que “a clínica se dá num espaço a ser construído, [que] diz respeito a uma outra clínica, clínica da diferença, da experimentação, de práticas que são sempre social e historicamente constituídas” (TEIXEIRA, 2008, p. 41). Essa outra clínica é a única possível, nos parece, uma clínica sempre a outrar-se, metamorfosear-se, pelos movimentos de construção das vias de vida. “A direção que se aponta é bem outra: a possibilidade de pensar o campo da clínica nisso que ele tem de potência de se criar e recriar a cada instante” (PASSOS; BENEVIDES DE BARROS, 2000, p. 71).

[deslocamentos e seus traçados: a clínica]

A partir desses apontamentos, tomamos a noção de clínica como desvio, como errância, como escape que afirma a potência da vida em diferir, em criar. Fazer clínica é, então, não atrapalhar os movimentos que se insinuam incessantemente como produção da vida, da existência. É, também, sustentar esses movimentos, construindo-lhes condições de passagem, pois a instabilidade decorrente da condição de potência do desvio exige que as forças em jogo possam construir outras relações próprias para afirmar-se. A clínica é acompanhar o processo de produção coletiva, de criação de novos modos de vida, é o rastrear da atividade e a

configuração de margens para o fluxo do movimento de criação. Margens que correm sempre o risco de cercear, breçar e esmagar estes movimentos. Portanto, plena de paradoxos a sustentar, a clínica é o traçado desviante cuja atenção e criação de possibilidades ao plano expressivo, em função das intercessões, é crucial.

Ao produzirmos traçados do trabalho com os motoristas por meio das nossas diversas conversas, construímos um plano de clínica, um plano móvel de forças e matérias a conjugar para experimentar outras relações com os sujeitos, os objetos e si próprio pelo trabalho. Ao conversar acerca do trabalho, já se instauram desvios. Pois é preciso desviar para conversar com um psicólogo, esse tão odiado profissional que, hegemonicamente, atrapalha-os. É preciso desviar, ainda, já que o diálogo se compõe com um passageiro, esse interlocutor de múltiplas experiências, que extrapola e constitui o trabalho do motorista e enxameia a conversa. É preciso desviar ainda mais, uma vez que conversar do trabalho não é considerado oficialmente trabalhar, de tal modo que a organização do trabalho a contragosto aceita algumas conversações, mas, sobretudo, procura inibi-las. Estes desvios produzem-se porque as conversas implicam sempre multidões de afetos, ideias, experiências, que se colocam em cena para construir paradoxos a habitar, para além das condições dadas.

Trabalhamos, então, construindo uma clínica peripatética (LANCETTI, 2008), uma clínica que retoma um princípio nietzscheano, segundo o qual “somente os pensamentos que surgem *passeando* tem valor” (NIETZSCHE, citado por LANCETTI, 2008, p. 15, grifo do autor). E essa clínica construímos com os motoristas, pensando por passeios, analisando por transportes dos paradoxos que é preciso sustentar para seguir adiante com o trabalho. Essa clínica peripatética é, afinal, uma clínica como produção de desvios, como acompanhamento das errâncias cotidianas. Errâncias cujo estatuto procura-se subverter, tornando-as ocasião de produção de meios de vida, de modos de passeio, de relações de transporte.

Com os motoristas, a clínica é possível abrindo e construindo veios de passagem aos signos que se criam pela experiência do trabalho. Estes signos possibilitam as intercessões entre situações diversas. Entre a produção de vídeo acerca do trabalho por nós e a experiência das câmeras de vigilância, a irritação em casa e as complicações no trabalho, dentre outras intercessões, os gestos de operação são retomados pelos trabalhadores como signos dos afetos que perpassam e constituem a atividade como plano de produção vital. Por isso, a clínica

atenta-se à dimensão expressiva, sempre em função da expansão dos agenciamentos produtivos, das modulações constitutivas de uma atividade potente.

A análise, por sua vez, é a dimensão de corte que implica o fluxo clínico. “É que há sempre uma máquina produtora de um fluxo, e uma outra que lhe está conectada, operando um corte, uma extração de fluxo [...] O desejo faz correr, flui e corta” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 16). Os cortes são fundamentais na conversação. Uma conversa em que se estruture um regime de inibição dos cortes perde sua configuração, torna-se algum daqueles diálogos em que as passagens de afetos, ideias, percepções, são brecadas, interrompidas constantemente, tornadas coisas fixas em propriedades individuais buscando expressão por compreensão. Pelo impedimento da análise, tornam-se conversas egóicas, em que o que importa é ser ouvido, pelo outro e por si, constituindo o si mesmo a reconhecer. Estas são conversas em que só ficam certos traumas, no sentido de fluxos de intensidades desejantes reprimidos. Certo desgosto em conversar, sentimento de fracasso na construção dialógica, paira “no ar” desde que a conversação não funcione como analisador das ideias. Haveria que se fazer uma clínica dessas estruturações, uma clínica que ao traçar os processos, fazendo vir à tona seus impasses, imediatamente lhes inventa os desvios.

Só é possível escapar produzindo cortes. São os cortes que possibilitam aos fluxos não se firmarem contínuos, não se tornarem os mesmos pelo procedimento de repetição. Os cortes permitem uma repetição diferenciante, uma continuidade por bifurcação. Eles possibilitam que se dirija o mesmo ônibus todos os dias, desmanchando esse todo dos dias e explodindo-o em multiplicidades de sentidos que, a cada viagem, se configuram distintamente, tensionando-se para que novas configurações possam se arranjar. Sem análise, não há transformação do trabalho, nem sequer seu prosseguimento. A análise e a clínica confundem-se como dimensões do mesmo processo em questão: a criação pelos desvios.

Mas não nos equivoquemos imaginando a análise como um momento apartado do próprio trabalho. A análise é imediatamente ação, ou justamente a mediação que na ação se inventa como campo de possibilidades. Não há outro modo de pensar a não ser agindo. Concomitantemente, não há análise sem clínica. A clínica é o saber que a análise produz. Ação e pensamento correm juntos (ESPINOSA, 1983; DELEUZE, 2002). É por isso que definimos a análise como corte. Análise é a atividade de cortar, de cruzar para desviar. Tais cortes e cruzamentos implicam paisagens ético-políticas, as quais cabe à clínica traçar.

Retomemos, então, a situação das perguntas perturbadoras dos passageiros. A análise está no corte que a pergunta lançada pelo passageiro ao motorista produz no fluxo de trabalho do motorista ao dirigir. A análise está também no corte que o humor de raiva sofre assim que o motorista inventa a pergunta que lhe permite desviar do beco sem saída das perguntas passageiras. Há análise ainda quando, fora do meio de trabalho, o motorista retoma a situação em conversa e se depara com outro humor, como risos de um estranhamento das perguntas sem resposta.

A análise, portanto, é uma dimensão intrínseca à própria atividade. Não há atividade que não se componha por essa dimensão. Não é possível atividade sem análise. Sem análise, o motorista não sairia da situação. Não haveria sequer situação sem análise que recortasse, da infinidade de movimentos cotidianos, um desenho problemático do trabalho, uma figura incômoda já que faz saltar aos olhos o inacabável da atividade produtiva. O motorista se encontraria, bloqueado no processo analítico, atado diante do real e a situação, estagnada, impossibilitada de desenvolver-se. Diante de forças e matérias frente às quais não se podem encontrar táticas para se posicionar e agir, jogando na situação, esta fica paralisada pela impossibilidade de se analisar. Há situação na medida em que o motorista lhe inventa saída possível, constituindo um problema a viver: “para onde deseja ir?”. Isto funciona numa série de situações que se agenciam como vias a percorrer no trabalho.

Quando em nosso paradoxo do motorista que dança, dançamos junto com o trabalhador e sua colega trocadora, uma infinidade de cortes e desvios já se fizeram e continuam a se fazer. Somos uma oportunidade para o motorista inventar outro espaço-tempo analítico, prolonga-lo diferentemente, desdobrá-lo em outros cantos. Multiplicar os meios de análise é crucial para prosseguir a atividade de motorista, já que, por vezes, a organização do trabalho torna-se insuportável, invivível, cabendo ao corpo arranjar-se por intercessão com outros espaços. Resta desviar para continuar produzindo meios de vida.

[...] o especialista em matéria de condições e organização do trabalho é o próprio trabalhador. [...] Uma análise da atividade real topa com falhas, situações atípicas e formas de regulação utilizadas diante dos imprevistos. [...] É no mergulho no trabalho real que emerge a singularidade em operação do humano [...]. O operar do trabalhador se confunde com o próprio processo de criação de si [...] trabalhadores que no curso da atividade criam permanentemente na relação com os instrumentos de trabalho, reinventando-se como trabalhador incessantemente, é prática de tateio [...] Dessa forma, o real do trabalho [...] é apreendido sob a forma de experiência vivida [...]. Sendo assim, um sistema não funciona se as pessoas não consentirem em fazê-lo funcionar, dedicando-lhe inteligência prática e modos de subjetividade [...] a

gestão, como verdadeiro problema humano, está presente onde há variabilidade, história. (BARROS, 2004, p. 97-110)

Portanto, há já um denso trabalho analítico pelos modos de trabalhar dos motoristas quando os encontramos. Nas palavras de Yves Clot (2006a), “o problema reside precisamente nisto: o analista do trabalho é ‘precedido’ no campo por aqueles que nele vivem” (p. 127). As análises desenvolvidas pelos trabalhadores produzem desvios incessantes que constroem e afirmam os sentidos do trabalho. Os cortes conjugam-se e disjuntam-se inclusivamente para produzir máquinas que engendram sujeitos a trabalhar. Tais máquinas podem tornar-se mecânicas, ou seja, modos de trabalhar que se enrijeceram, ou sustentar os movimentos de criação maquínicos, modos de trabalhar que afirmam a primazia da inventividade.

[o trabalho analítico]

O trabalhador, ao intervir no coletivo de trabalho e no trabalho coletivo, assume a figura de analista de trabalho: torna-se o personagem que especializa a atividade de análise, o profissional analista. O analista da atividade quer desenvolver e fortalecer a atividade analítica que se faz cotidianamente, pela construção de dispositivos e ferramentas de análise. Logo, a figura do analista, desenvolvida em profissão pelo clínico, é efeito de certas máquinas de análise, sempre abertas a diversas conexões. Por isso, cabe pensar a clínica e a análise pelas situações, pelos problemas, antes que por sujeitos constituídos, pretensos proprietários dos dispositivos analíticos. Por vezes, o trabalhador assume a função de dirigir a máquina analítica mais facilmente até que o analista profissionalizado, já que este constantemente, seduzido pelo especialismo, torna-se ponto bloqueio dos revezamentos da função de analista, que a máquina analítica exige em função dos acontecimentos, dos analisadores concretos.

A especialização do trabalho de análise pelo clínico, assim como a do trabalho de criar conceitos, de produzir vídeos, de dirigir ônibus coletivos, ou qualquer outra, não significa necessariamente o fechamento desse trabalho em si mesmo. Tal fechamento implicaria a negação de outras atividades concorrentes que possibilitam intercessões para o desenvolvimento do trabalho situado, sem as quais o trabalho especializado não pode desenvolver-se. A especialização se refere aqui aos processos de composição de um meio consistente de atividade, à constituição de um meio de trabalho, a um plano coletivo próprio, uma multiplicidade contra a homogeneização e a estagnação dos trabalhos em si mesmos.



A especialização do trabalho, sua singularização e coletivização, não implicam necessariamente especialismos. O especialismo seria justamente o processo oposto à especialização. Trata-se do enclausuramento de um trabalho em si mesmo pela exclusão do plano de produção da atividade que, pelos seus atravessamentos com outras atividades, pode produzir um determinado território de trabalho. O especialismo é uma infeliz configuração de ideias e práticas que sugerem e determinam que as atividades especializadas só podem ser feitas por sujeitos autorizados num sistema exclusivo que serve para constranger as intercessões entre os diversos gêneros de atividade. O especialismo é, portanto, o moralismo do trabalho. Contra isso, a especialização afirma singularizações, reversões, descaminhos, investimentos e desinvestimentos, experimentações de combinação que permitem desenvolver multiplicidades de atividades em ofícios abertos às intercessões.

As figuras do clínico e do analista do trabalho estão sempre em relação, produzem-se por relações clínicas e analíticas, afinal. Apesar da clínica e da análise muitas vezes serem compreendidas como atividade distintas e sem relação necessária, entendemos, pela nossa prática em clínica esquizoanalítica da atividade e pelos desenvolvimentos que apreendemos desses conceitos, que são dimensões inseparáveis. Ao acompanhar os processos de trabalho, ao desenhar nesse acompanhamento as problemáticas inventadas, ao firmar-lhes um saber, o clínico intervém e se constitui analista do trabalho por interferir nesses processos que se dispõe a acompanhar. Portanto, a clínica constitui atividade que perpassa o campo social e que pode especializar-se por dispositivos produtores de sujeitos clínicos. Mas a criação e uso dos instrumentos clínico-analíticos não é privilégio exclusivo de um proprietário de direito, mas um trabalho especializado, compartilhável, interseccionável – e que só pode se desenvolver por essas intercessões. Ao ser forçado a pensar pelos conflitos no real, o trabalhador pensa intervindo nesse real, configurando-se analista do trabalho. E, ao cartografar as mutações na dinâmica do trabalho, situando-o num contexto ético-político, afirma-se clínico do próprio trabalho. A analítica da construção desejante – redundância?! – se faz um pouco em todo lugar. Não é possível agir sem análise. Como diz René Lourau,

A análise não é o oposto da ação. A ação *é* a análise. Ou melhor, para não confundir sob um mesmo nome coisas tão diferentes como a análise feita por um especialista dotado de jargões e a análise no sentido que propomos aqui, digamos que a ação é *analisador*, inclusive na análise instituída como atividade de especialista. (LOURAU, 2004, p. 123, grifos do autor)

Ainda nesse sentido, Oury (2009, p. 23) atribui aos enfermeiros nas instituições de saúde mental a função de analistas, à condição de que isto seja articulado com um conjunto. Desse

modo, em qualquer meio de trabalho, a função do analista transita entre os sujeitos e objetos do trabalho, configurando acontecimentos disruptivos capazes de fazer variar o trabalho em produção. Aliás, não há análise possível sem a consideração de um conjunto, de uma certa multiplicidade em que se engaja e produz junto.

Trata-se, na análise, de desenvolver, pela heterogeneização e multiplicização, os sentidos e valores da atividade. Isso só é possível num movimento transversalizante, que permeie conjuntos diversos. “O *sentido* é o fenômeno de passagem de um discurso a outro (por oposição à significação)” (OURY, 2009). Esses cruzamentos onde os sentidos se desestabilizam e produzem são sempre críticos. Entretanto, o que tem se hegemonizado como sentido do termo crítica nos deixa perturbado pela paralisia que tem produzido. Quando surge o crítico, eis a figura do paradoxo paralisado, caso a crítica ainda se confunda com imperativo de boa escolha, de bom gosto. Engendra-se uma fantástica máquina de julgar e se lhe estampa o rótulo de crítica. A boa escolha no trabalho nunca pode ser definitiva e geral; sendo assim, a melhor maneira de fazer de uma vez por todas, engessada em função de uma vontade de invariabilidade, revela-se logo a pior maneira de produzir. É este paradoxo que a crítica precisa sustentar para desmontar todo esse tribunal que lhe expropria continuamente.

Crítica compartilha um sentido crucial com a palavra crise. A crítica só é possível a partir da crise que se produz numa certa paisagem ao tornar-se incerta. Ao ser arrastado à margem do trabalho, à sua linha limite, precisa-se inventar modos de agir, táticas pela própria atividade para dar conta dos tensionamentos dessa posição perturbadora. A crise, contudo, não emerge de um sujeito, como aponta Lourau (2004) ao afirmar a pertinência do conceito de analisador para desmontar qualquer arrogância do analista que pretendesse provocar por si mesmo a análise. A análise, a crítica, é possível ao criarem-se analisadores, ao se acontecimentalizar a atividade, ao situar o movimento produtivo, a luta do trabalho cotidiano, construindo um ponto, uma linha, uma mancha, uma borda paradoxal a viver, a habitar, a delirar, para inventar-lhe saídas, pontos de fuga. Invenção que se produz no plano das intensidades emergentes pela sustentação dos paradoxos, não lhes permitindo paralisarem-se em contradições, em antagonismos anuladores das forças em jogo. À medida que se sustentam os paradoxos, elevam-se a intensidades do viver, configuram-se multiplicidades pelas experiências, produzem-se sentidos e valores, criam-se modos de agir variantes.

[cruzamentos]

Em que consistiria, afinal, a análise? No desvelamento de “uma experiência oculta que o trabalhador detém malgrado ele mesmo” (BARROS; PASSOS; EIRADO, 2011)? Numa repartição infinita da totalidade do trabalho pela busca de seus átomos, suas unidades indivisíveis a nos dar alguma segurança de descoberta? Em nossas experimentações clínicas junto com os trabalhadores motoristas de ônibus coletivo urbano, a análise se afirma nos meios de produção social e desejante, pela atividade, como a vertigem do olhar pela visada das cenas do trabalho. As situações deslocadas, seja para a conversa, seja para o vídeo, ou qualquer outro gênero de atividade que funcionasse como intercessor à atividade de trabalho considerada, funcionam como analisadores.

Os analisadores se configuram como matérias transversalizantes. Ao enxertar à conversa forças e matérias da atividade de motorista de ônibus, o diálogo desloca-se de um ponto específico de atividade para desenvolver-se como atravessamento, como circulação, como interferência, em outras atividades situadas em outros tempos e espaços. Dança-se ao conversar. O que produz a análise é esses analisadores, essas transversalizações, que se forjam em situações preñes de estranhamento numa certa paisagem, acontecimentos que tornam o caminho vertiginoso diante do movimento ao se erguer o olhar ao horizonte ético-político que compõe a multiplicidade de atividades numa vida íntegra, considerada para além das dicotomias dilacerantes das atividades do corpo.

Como ouvir as análises dos motoristas de ônibus em conversas de terminal – sentados ao meio fio, em meio à circulação – rápidas e rasteiras e não deixá-las ao vento, já que não se podia gravá-las nem anotá-las? O princípio de “quem sabe melhor sobre o trabalho é o próprio trabalhador” ali se encaminhava. Partindo desse começo, ao percorrer o caminho ao mesmo tempo em que ele se constrói, transmutava-se esse princípio: ouvir as sínteses avaliativas do trabalho, em sustentação de paradoxos da atividade, conduzia-nos a que esse melhor saber se dava justamente no protagonismo do motorista ao compor cruzamentos como paradoxos no caminho. Assim constituía-se uma rota: ao avançar na invenção dos paradoxos para trabalhar. O trabalhador sustenta em si a multidão que o perpassa. “Cada um de nós era vários, já era muita gente” (DELEUZE; GUATTARI, 1995a, p. 11). Seu melhor saber não deriva da experiência subjetiva privatizada, mas dos cruzamentos que compõe. É nesse caminho que

nos inventamos escrevendo os paradoxos, inscrevendo-os no plano de construção de uma experiência partilhada, de intensidades comunicadas, circulando em meios da conversa.

## A ATIVIDADE DO MOTORISTA DE ÔNIBUS: UM PROBLEMA

[PARADOXO DAS PERGUNTAS SEM RESPOSTA]

[a construção como essência: humorística dos  
acontecimentos entre motoristas]

O que é a atividade do motorista de ônibus coletivo urbano? Essa questão é necessário que entre pelo meio da atividade se constituindo. Propor tal pergunta, evocando o ser, nos convoca, contudo, a não apartar esse ser do movimento que o constitui. De tal modo que esse ser nunca chegue, que esteja sempre a meio caminho, sempre fazendo caminho. E não é sempre no meio do caminho que o motorista trabalha? Ainda quando chega ao terminal, ali o meio do caminho só se intensifica, se cruza a vários outros meios caminhos. Mesmo o ponto final é só uma curva pra refazer de novo o caminho. Atualizar o caminho por sua repetição diferencial. Fazer de novo não é fazer o mesmo. Nunca é o mesmo caminho que se faz, nunca é do mesmo modo, nunca a mesma experiência. E sempre pela repetição. Então, cabe torcer a pergunta inicial, dispensando o acento à questão do ser, e perguntar: E a atividade do motorista de ônibus?

O e remete às conexões diversas que se fazem pelos meios do caminho e que impedem definir completamente o que possa ser o motorista de ônibus. A essência do trabalho do motorista se constrói na relação com outras forças, sempre diversas e diversificando. Essa própria essência, essa força característica do motorista, varia e multiplica seus sentidos em função dessas forças diversas. O movimento de ser, de existir, de construir-se, de compor-se, é o que nos interessa no motorista de ônibus, é a condição de possibilidade de perseverar em sua existência. O que é esse trabalho do motorista, ou seja, a essência dessa atividade produtiva está sempre em questão, em jogo, convocado à construção pela situação de trabalho sempre singularizante, cheia de imprevistos, de acontecimentos a acompanhar e a dar passagem. Nosso problema de pesquisa se afirma então nessa pergunta: como se produz a atividade do motorista de ônibus? Como se constrói o trabalho do motorista de ônibus?

Se por um lado, conhecer o trabalho do motorista de ônibus coletivo urbano requer abordar as regras e prescrições visíveis e oficiais, implica também abordar normas e tarefas invisíveis, mais ou menos visíveis, e em distintas oficialidades. Além disso, saber como faz o trabalho implica ainda que se abordem as estratégias que inventam, para além das definições em prescrições e tarefas, ou seja, suas experimentações no trabalho, que são a fonte de definições

possíveis. Portanto, como se constitui a atividade do motorista é um problema sempre inacabado, aberto, incômodo, presente a cada instante, a cada movimento e a cada parada no trabalho. Como diz Yves Clot (2011a), “ele só pode durar se a última palavra não for jamais dita, e o último gesto jamais for completado. Portanto, a vitalidade interpessoal do ofício repousa por inteiro sobre os ombros de cada trabalhador, e todos são responsáveis por preservá-lo da imutabilidade” (p. 74).

Tencionamos encontrar nesse problema, por meio do desmonte dos estados de coisas que fixam esses motoristas em representações e julgamentos sobre seu trabalho, acontecimentos, situações, singularizações na história de um coletivo de trabalho. Singularizações que não permitem que se conte uma história única e definitiva sobre seu trabalho, mas que multipliquem as versões em controvérsias a viver. Esses acontecimentos são convocações a estranhamentos a cada vez que encontramos os motoristas na contingência do seu existir entre nós circulando e constituindo essa casualidade que é a cidade. Esses estranhamentos são também ponto de partida para os desenvolvimentos possíveis do trabalho.

É com humor que os encontramos, humor como substância que constitui o circular dos corpos em sua produção, em seus diversos funcionamentos. Humor que nos derruba das alturas de procurar a definição do que é ser motorista e nos arranca das profundidades de designar o que faz o motorista de fato, para correr com ele os acontecimentos da rua, habitando o corpo ônibus, o corpo cidade e qualquer corpo que produzamos em acoplamentos díspares, em aventuras. Para tanto, investimos um humor dos paradoxos, que consiste em criar problemas em vez de procurar respostas para problemas naturalizados, para combater o humor negro do corpo capitalista. “[...] e o humor negro se encarrega não de resolver as contradições, mas de fazer com que elas não existam, que jamais tenham existido. [...] Na verdade, nunca há contradições, aparentes ou reais, mas tão somente graus de humor [...]” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 24 . 95). É esse humor como buraco negro, que tende a tudo sugar e equivaler, que se procura combater pelo desenvolvimento do trabalho coletivo em singularizações, que não entrarão em contradições entre si, o que já aponta para o buraco negro de anulação das forças entre si, mas constituirão paradoxos de tensionamento entre as forças, convocando humorísticas como variações de intensidade na experiência de situações no trabalho.

Tomar a atividade do motorista de ônibus do transporte coletivo urbano da GV-ES como um tema de estudo é entrar numa paisagem de trabalho já em construção, cuja história não pode ser deixada de lado. Por essa perspectiva de abordagem do trabalho procuramos inventar saídas ao binarismo entre sujeito e objeto, entre trabalho e trabalhador, entre pesquisador e pesquisado. Nessa paisagem problemática o que interessa são os acontecimentos. “O acontecimento não é o objeto como designado, mas o objeto como expresso ou exprimível, jamais presente, mas sempre já passado e ainda a vir” (DELEUZE, 2007a, p. 139). “E a imagem que ele extrai de si mesmo não é uma imagem mentirosa, pois não lhe cabe responder ou não a uma realidade preexistente.” (DELEUZE, 1997a, p. 134). É nesse sentido que procuramos subverter a vontade de verdade estabelecida, a ser descoberta, pela vontade de verdade a ser inventada, em construção.

Trata-se de procurar vias de quebrar os binarismos entre mentira e verdade, sujeito e objeto, que dominam os campos de saber, pelo rigor da produção de planos problemáticos de conhecimento. São as paisagens habitadas pelo motorista que nos interessam, que nos fascinam, em seus acontecimentos. Interessam-nos os meios de expressão desse motorista, suas singularizações incorporadas e incorporais, seus sentidos como valores situados em jogos que constroem histórias por afirmar as lutas pela atividade. Tais sentidos e acontecimentos estão sempre em relação com seus corpos, suas atividades, seus meios de existir, ou seja, suas paisagens. Essas paisagens designam séries de acontecimentos que divergem infinitamente na montagem, desmontagem, remontagem de um corpo de trabalho.

Deslocamos em nosso problema a centralidade do sujeito para focar a atividade produtiva, atividade que constitui e desconstitui as matérias de seu mundo de trabalho e vida. Isso não significa que desconsideramos a dimensão da subjetividade no trabalho, mas entendemo-la como fundamentalmente fabricada, como produzida em meio às máquinas de territórios de existência, em meios às atividades desenvolvidas no coletivo laboral. A subjetividade – os modos de vida – é a matéria-prima de toda produção (GUATTARI; ROLNIK, 2008). Interessam-nos, primordialmente, essas máquinas como meios para a produção dos sujeitos no trabalho, esse plano coletivo, multiplicizante e singularizante, em que o motorista pode existir.

[perguntas sem resposta]

Como a produção de transporte, a máquina do transporte coletivo urbano, pela atividade do motorista de ônibus produz modos de vida por meio desse próprio trabalho? Essa pergunta assinala uma zona problemática ao acompanhar esses modos de vida variantes em função da atividade. Aos nos perguntarmos que atividades estão se produzindo e que tipos de maquinaria e modos de funcionamento estão em jogo nessa produção, que afetos se produzem nos encontros de corpos, que humores passam a circular nesses corpos constituídos nos encontros como óleo na máquina, em meio às engrenagens, podemos acompanhar o processo de produção do transporte pelo motorista.

Que matérias e forças compõem o motorista de ônibus? Para lidar com tais questões consideramos que esse motorista de ônibus já é expressão de uma força em matérias que se compõem por relação: o motorista, o ônibus, a rua, o passageiro, o patrão, o botão, o volante, o freio, a moeda, a câmera de vídeo, etc. Força de transportar coletivos pela cidade. Portanto, a força é sempre plural, está sempre em relação com outras forças (DELEUZE, 2010). Ao nos perguntarmos como se produz a atividade do motorista de ônibus, nos deparamos com um ser em constituição e luta no tempo, produzindo histórias que nunca se reduzem a uma única linha, ainda que aja dominância de uma história sobre outras, por vezes.

Que sentidos se produzem na atividade desse motorista? Podemos com Nietzsche e Deleuze (DELEUZE, 1976) arriscar uma hipótese como princípio vertiginoso da nossa entrada nos mundos dos motoristas coletivos urbanos na GV-ES: “uma coisa tem tantos sentidos quanto forem as forças capazes de se apoderar dela” (p. 4). Portanto, encontrar o sentido da atividade do motorista de ônibus é conhecer as forças que desse ser se apropriam, ou exploram, ou exprimem-se nele. A história da atividade do motorista é tecida nessa complexidade de sentidos, de lutas de forças, presente em cada gesto e ausência de gesto, em cada modulação gestual que o trabalhador põe em jogo para realizar a tarefa que ele se engaja pelas prescrições da organização do trabalho. Desse modo, encontramos na atividade do motorista de ônibus uma pluralidade de sentidos em função da pluralidade de forças em lutas na sua existência pelos mundos que habita. É essa pluralidade de forças e lutas que nos interessa na atividade do motorista.

– Motorista, esse ônibus vai reto?



– Motorista, por onde passa esse ônibus?

– Motorista, ...

(– O que eu faço com todas essas perguntas? Fico irritado, e já nem sei porque. Mas fico. Como eu saio disso?)

– Senhora, para onde deseja ir?

Qual é o problema que inventa viver o motorista nessa situação? Há uma força pela qual o motorista do transporte coletivo se agencia para existir e que lhe é essencial: o passageiro. Sem o passageiro, o motorista de transporte coletivo urbano desmancha a flexível linha que lhe traça um limite em relação a outros corpos, linha que delimita um corpo a construir, funcionar e habitar. Dentre as múltiplas relações que o motorista estabelece, na história do seu gênero profissional, a relação com o passageiro é essencial. Sem ela, seu corpo muda radicalmente de sentido, o que lhe daria contornos radicalmente distintos dos que se produzem em função da relação com o passageiro e que lhe possibilita relações com outros corpos.

A condição intrínseca à produção do motorista de ônibus coletivo urbano é o passageiro. O motorista transporta passageiros e ele mesmo é um passageiro. O passageiro pode ser qualquer um, até qualquer coisa, se pensarmos algo diferente do humano individualizado. Podem ser malas e animais e rádios dentre quaisquer outros que insistem em se fazer passageiros apesar das recusas oficiais. O passageiro não é exatamente o indivíduo, o cidadão, o homem. A figura do passageiro se compõe em meio a essas imagens, mas afirmando um personagem novo, sem o qual a produção de transporte é impensável. O passageiro configura a dimensão da alteridade no trabalho do motorista de ônibus. No plano de produção do seu trabalho, num meio de variações e imprevistos na atividade, o passageiro é tudo aquilo que pode trazer à cena incômodos e estranhamentos ao motorista, forçando desvios em sua atividade.

Essa figura imanente à atividade do motorista é primordial para pensar o seu trabalho, não a partir de imagens extrínsecas à sua produção, como seria operando com o personagem cidadão, habitante da cidade, ou com o indivíduo, portador de direitos e deveres, ou com o homem, “[...] como realidade espessa e primeira, como objeto difícil e sujeito soberano de

todo conhecimento possível [...]” (FOUCAULT, 2007, p. 326). O motorista arranja pela sua atividade o seu próprio contexto, suas paisagens, seu meio de trabalho no que esse contexto irá arranjá-lo. Aí emerge o personagem passageiro, com relativa coincidência com os personagens cidadão, indivíduo, homem, mas estes já são desfigurados na paisagem do transporte coletivo urbano produzida pelo motorista.

A partir disso, surpreende-nos, de imediato, a irritação como humor para viver a situação das perguntas sem resposta. Por que esse humor, e não outro qualquer? Como se constrói esta postura em relação à alteridade, ao estranhamento, que tais perguntas lhe apresentam? Ao trazer a situação à baila, o motorista perambula no conflito que se instala em seu corpo, sustenta a irritação como problema a viver. Mas acaba por afirmar que a principal dificuldade do trabalho é o passageiro. De imediato, pode-se então estranhar que a relação essencial ao trabalho do motorista de ônibus coletivo urbano seja vivida como impedimento, obstáculo, entrave ao trabalho. Mas se prender a esta sensação imediata, ou a qualquer outra, nos impediria de viver o jogo que aí se instala e no qual a irritação é um modo de funcionar inventado para prosseguir o trabalho, mas não único nem definitivo. Como se produz essa situação? Quais seus desenvolvimentos?

Pode-se também rir ou se assustar ou ter medo ou outros afetos quaisquer nessa situação. As questões colocadas pelo motorista – “o que eu faço com todas essas perguntas?”, “fico irritado, e já nem sei porque”, “como eu saio disso? – podem ser vividas e arranjadas nos mais diversos modos, com os mais variados humores. Diante destas perguntas, podem-se levantar outras: De onde as pessoas inventam de fazer esse tipo de perguntas? O que elas querem, afinal, com isso? O que se pode responder a elas? Essas questões que permeiam o problema construído no trabalho do motorista, e que aparecem no dispositivo clínico das conversas durante a pesquisa, podem funcionar como um desvio da primeira série de questões levantadas pelo motorista: questões que remetem a si no próprio trabalho.

Este si corre então o risco de se tornar si mesmo, tornar-se uma repetição do mesmo, uma atitude sem saída, na qual se fica preso num comportamento engessado. É também este o risco que habita o motorista em sua atividade: o humor em que funciona na situação, e que constitui a própria situação como um problema a viver, pode se fechar e não permitir vivê-la como uma fonte de criação de meios de agir para continuar o trabalho. O motorista diante das perguntas pode ficar paralisado, sem resposta possível. Ou ainda, reagir de modo a criar complicações

diante das normas da empresa e do estabelecimento de relações com as pessoas. A questão a que se chega pode-se assim formular: o que fazer dos afetos no trabalho?

[afetiva humorística]

Não se controlam completamente os afetos, as paixões entre os corpos, que são a fonte do humor que passa a correr em circuito pelo motorista ao estranhamento proporcionado pela situação. O meio de trabalho e os instrumentos genéricos como modulações da ação e da expressão são maneiras de facilitar bons encontros, evitando os maus encontros. Contudo, as paixões ao circularem assumem um funcionamento que aqui remetemos fundamentalmente ao humor. Para Espinosa (1983; DELEUZE, 2002) as paixões constituem os corpos, são efeitos dos encontros de corpos, uma constituição que se faz pela relação, na relação.

Para Vygotsky (1998, citado por CLOT, 2006a), “o sentir da emoção não tem tempo de assumir proporções inibidoras, o corpo é tonificado para agir” (p. 32). A ação, contudo, não é imediata, é sempre desenvolvida, situada numa história, maquinada, mas também experimentada a cada vez, apresentando pontas de deriva, de mudança. A paixão entre os trabalhadores é tornada sentimento profissional, instrumentando-se como emoção que permite que certos modos de agir se expressem. Da emoção, extraem-se os recursos do gesto (CLOT, 2006a). Portanto, o funcionamento humorístico nunca se isola no sujeito: suas fontes assim como seus recursos estão sempre em jogo, em relação num meio de trabalho em construção coletiva.

O diálogo interior do motorista consigo próprio não é de modo algum isolável do diálogo exterior com o passageiro, o que nos leva a questionar radicalmente a utilidade dessas categorias dicotômicas de exterior e interior para as análises. Na situação que desenhemos em fragmento junto com o motorista, os parêntesis perpassam uma conversa na outra. É que o diálogo entre motorista e passageiro não se fecha no dualismo e na interpessoalidade binária, excludente do plano coletivo em que se compõem. Cabe ainda interrogar como o dispositivo clínico também diferencia essa situação, redesenhando a cena como processo de intervenção. Ao contrário do que se costuma estabelecer no campo da clínica, isolando a situação como conteúdo e o dispositivo clínico como forma, dicotomizando-os, trata-se de acompanhar seu coengendramento.

Há um jeito de perguntar e de responder que extrapola a cena, sem romper com ela. O diálogo se constitui por modos de pensar e agir que concorrem, e que não se esgotam no diálogo realizado: há o real do diálogo que, segundo Clot (2006a; 2010b) extrapola o realizado, evocando todo o campo de possíveis que o meio de trabalho dispõe pela atividade. As situações se constituem por essa concorrência que insiste, que não cessa, e que mantém o trabalho vivo, em tensionamento. Do contrário, acreditar-se-ia numa fórmula geral e final para lidar com o passageiro diagnosticado irritado. A irritação não é um estado psicológico, mas uma via de subjetivação. As outras conversas possíveis, que a clínica da atividade visa ampliar, atravessam o diálogo realizado e compõem a multiplicidade da situação a viver.

A situação é a paisagem, o desenho, a cena composta pelo estranhamento. Sendo assim se faz por relação, pela invenção de agenciamentos, por misturar paisagens para construir outras. Os motoristas forjam um plano comum de problemas pela situação de trabalho que compartilham: é esse plano que torna possível sustentar situações como problemas a viver e a pensar. Inventar paradoxos como provocações a invenção de maneiras de agir é crucial. Por que o motorista ao ser convidado a conversar acerca do seu trabalho traz essa situação? Por que a constrói de tal maneira em vez de trazer outra situação qualquer e de outro modo? Num plano comum de atividade coletiva do motorista, que podemos em clínica da atividade denominar gênero de trabalho, trata-se de “[...] um verdadeiro trabalho do sentimento, uma modificação estética do afeto. [...] Ele não permite somente a expressão dos afetos. Ela não é seu exutório. [...] Tem-se a transformação dos nossos afetos em um meio de viver outros afetos” (CLOT, 2010b, p. 64). A transformação portanto é o que se passa já no próprio trabalho – e o que o dispositivo da clínica da atividade visa promover, auxiliar, desenvolver, inventando juntos outros meios de viver o trabalho.

O que conta, afinal, são as forças em jogo na atividade, a multiplicidade de sentidos que a situação desenhada consegue sustentar. Essa situação é singular, se repete pela insistência em diferir. Repete-se a cada vez que o motorista a revive, quando me fala dela, quando escrevo acerca, quando se recorda, quando age em função dela em outra situação. Mas cada repetição já difere, já se instaura num outro arranjo, já abre a paisagem às forças que a compõem para ensaiar outros desenhos. Enfim, ela difere em si própria, já que nunca se tem a mesma situação a não ser por impasse. Afinal, por que se construiria essa situação, essa cena em nosso diálogo, se não fosse ela já um problema a viver, uma cutucada que força a pensar?

Procuramos escapar de uma abordagem que, ao prestar-se ao enaltecimento do trabalho do motorista, descolaria esse meio de produção social do plano de realidade, vinculando-o a ideais ascéticos. Seria o caso de tratarmos do trabalho do motorista como a dignidade de transportar pessoas, de ser alguém importante para o funcionamento da cidade, no orgulho de lidar com máquinas gigantescas e com trânsito extremamente complicado. Mas, na medida mesmo em que se vai permeando a honra e o orgulho do motorista com as situações paradoxais que os engendram nos processos de trabalho, esses valores se fragmentam em uma multiplicidade axiomática, em redes valorativas que colocam em jogo diversas avaliações e escolhas em conflito e produção pela atividade. Por esse meio, pode-se elogiar o trabalho do motorista de ônibus coletivo urbano sem exaltá-lo com ideais que colam em nosso pensamento e em nossas práticas.

Em tempos em que há um investimento maciço em relação aos modos de atendimento do cliente, do consumidor, do comprador de serviço, em que o motorista deve apresentar habilidades sociais pré-estabelecidas e ideais para lidar com os passageiros e colegas de trabalho, há um sufocamento do desenvolvimento humorístico da atividade. Trata-se de tomar essa problemática desviando-lhe dos impasses de um afeto sobrecodificado, que a atrapalham o desenvolvimento por conta das prescrições transcendentais, idealizadas. Empobrecida dos sentimentos e emoções cultivados socialmente para serem usados como recursos, instrumentos, patrimônio, de um coletivo de trabalhadores, a atividade vital se encontra em sufocamento. Recusando as experiências e a humorística dos motoristas, a organização do trabalho se deteriora em regras supostamente universais de tratamento do cliente.

O que se passa, então, no paradoxo? Que paisagem problemática se desenha nele, por ele, com ele? Que sentidos esse paradoxo nos convoca a construir pelo (des)manchamento de representações sobre o trabalho do motorista? Pode parecer-nos à primeira vista, e o mesmo se dá com a organização do trabalho do transporte coletivo urbano, público e privado, que o essencial do trabalho do motorista se estabelece pela relação com a máquina metálica movida à combustão sobre rodas móveis, ônibus. O processo de formação do motorista é basicamente voltado para a função de dirigir, numa concepção de sistema homem-máquina um tanto fechada sobre si mesma. Questões sociais e políticas se apresentam bastante reduzidas nas formações das auto-escolas a anexos – direção defensiva, ecologia – um tanto desligados do que seriam os temas principais – legislação de trânsito, mecânica de automóveis. Por essa

perspectiva, visa-se um trabalhador mecanizado, cujo trabalho corresponderia a leis a obedecer estritamente, tão somente, sejam materiais ou sociais. As questões situadas que se desenvolvem durante o processo coletivo de trabalho não encontram meios de formação na organização, embora fluam no cotidiano de encontros entre motoristas.

Essa formação mecanizada – mas, vale lembrar, nunca completamente, pois caberia colocar em análise os processos de formação pela atividade docente nas auto-escolas, que sempre de algum modo escapam a isso – corresponde ao nosso olhar para o motorista cuja relação essencial se daria com a máquina metálica, se não tão somente, primordialmente. Mas as nossas conversações clínicas com os motoristas nos encaminham por outra perspectiva, mudam radicalmente o ponto de vista hegemônico sobre seu trabalho, e nos convidam a abordá-lo, a tomá-lo pelas bordas, pelos limites problemáticos, em vez de olhar sobre, desde um olhar das alturas para baixo. Estar junto é a condição para habitar essa paisagem, é uma construção cujos meios se inventa em relação.

Nessas conversações, o que se coloca são problemas coletivos – não sociais como problemas distantes da nossa individualidade, mas justamente quebrando essa dicotomia –, problemas com os passageiros, problemas com os outros agentes do transporte coletivo urbano. Tais problemas perpassam as relações com a máquina, como nos indica Guattari (2003). Desse modo, as questões que os motoristas formulam também são imediatamente atravessadas por problemas técnicos e materiais, do funcionamento do ônibus, do trânsito, das câmeras de vigilância, de tal modo que se torna impossível distinguir completamente elementos técnicos e sociais, materiais e afetivos. Quando falamos em ônibus, vejam só, mal conseguimos distinguir um automóvel puramente técnico e um espaço puramente social, porque na atividade do motorista de ônibus, pelos processos analíticos que acompanhamos, não há distinção definida, mas coengendramento. O ônibus é imediatamente técnico, social, político, subjetivo, econômico, desejante, cognitivo.

Cruza-se então a atividade de direção do veículo no trânsito de automóveis e a atividade de relação com o passageiro. Um motorista já aponta que um problema que o trabalho coloca são as paradas nos pontos de passageiros, devido às dificuldades de retornar ao fluxo do trânsito. Trata-se de um corte no fluxo do trânsito de automóveis pelo fluxo de passageiros que entra e sai pelos ônibus. O motorista irá afirmar nesse entrecruzamento de pessoas e automóveis a problemática da atividade do motorista de ônibus.

[uma conversa com motorista]

[...]

Motorista (M) – Muitos hoje já estão pedindo pra sair, que não está aguentando. Eu até agora não tenho o que reclamar, assim... fora o trânsito, não tenho o que reclamar. Tanto que eu já...

Clínico (C) – E esses que saem? O que que eles falam de porque está saindo?

M – Estresse. Eu vi um levantamento que é uma das profissões mais estressantes que tem. Porque é muito estressante mesmo. É muito para-para, buzina e... é muito estressante.

C – Você falou também, semana passada, a coisa das pessoas, né?

M – É. Pessoas... o comodismo, a educação que sai de casa. A pessoa acomoda, o comodismo: você tá parado aqui, a pessoa não anda dois metros, aí você tem que sair daqui, andar dois metros pra pegar ela de novo. Está no direito dela, mas, poxa, tem que haver o bom senso, né? Já está parado aqui, dois metros, vai parar de novo? Aí, as pessoas acha... O desgaste. Vai desgaste de embreagem, de freio. Há o desgaste. Não é eu que vou pagar, não é ela...

Outro (O) – [...] me prepara mais [...]?

M – Rapidim?

O – Rapidão!

[silêncio, barulhos]

C – E pra você, como é que é o desgaste? Com essas coisas aí, nessa situação.

M – Rapaz, eu, graças a deus, eu trabalho na... mas eu trabalho até brincando. Porque não adianta você se estressar que, igual assim, um passageiro vem, perturba ali: ele vai descer no outro ponto, você vai ter que ficar ali. Você vai ficar brigando? Arrumar

confusão? Não! Ele vai descer no outro, né? E você vai embora! Só que tem uns que é um... tem uns que é um...

O – Pela-saco!

M –... É de doer mesmo!

C – Como é que é?

M – É, é igual estou te falando do estresse. É muita coisa que incomoda. É aqueles meninos que entram com o radinho alto, senta atrás de você, fica [...] alto. É pessoas... igual hoje. Tem uma senhora que, às vezes, ninguém gosta de embarcar ela.

C – Por quê?

M – Rapaz, ela não tem... não é muito certa da ideia não. Ela fica gritando a viagem toda. Vê um na rua, fica gritando “ê, cuidado com não sei o que, ê”. Aí, aí é meio tenso você...

[silêncios, barulhos]

C – Então, camarada, você estava falando do passageiro...

M – É.

C – Tem uma senhora que...

M – Que ela é muito escandalosa. Grita muito. A gente pede pra poder, né, falar mais baixo. Incomoda, não só a gente, como outros passageiros.

C – Você mesmo pede?

M – Peço. Aí, eu sou o condutor, ela grita mais ainda. Fala que não vai parar. E você vai fazer o que? Botar pra fora é o que... não vai. [...] Você tem que aguentar. Tem que aguentar porque é complicado, né. É... pessoas mal-educadas, acha ruim com tudo. Se você parar um pouco fora do ponto, eles acham ruim. Se você parar antes, acham ruim. Se você parar depois, acham ruim. É muito complicado. Mas a gente precisa trabalhar, né?!



[...]

M – Não sou... creio que não seja um mau funcionário, entendeu? A gente tá aí

C – Você falou que vai entrar de férias, né?

M – Vou, graças a deus. Terça-feira, eu estou de férias.

C – Você pega sempre as suas férias? Ou, você, às vezes, vende as férias?

M – Não. Eu pego as férias. Eu já fico o ano todo esperando as férias. Eu já... eu saio agora em ~~aaaaaa~~, volto em ~~bbbbbb~~, já estou querendo outras férias já.

O – Você está de férias, ~~cccccc~~?

M – Não. Terça-feira.

O – Né?! Então, agora a gente vai [...] o dia inteiro.

M – Num [a]guento não. A gente acorda muito cedo.

C – E se eu fosse te substituir, o que que você falava preu [para eu] fazer? Como que eu tenho que fazer seu trabalho?

M – Paciência!

C – Paciência?

M – É!

C – Por quê?

M – Tranquilidade! Porque tem que ter paciência, né?! Às vezes, você para duas, três vezes, no mesmo ponto. É, é... acho que todo motorista... – Boa noite! – É.... acho que todo motorista tem alguns pontos que não gostam de parar, tem alguns pontos que não gosta de parar... – [...] Boa noite! Sim?! [...]

M – Aí, falando, aí sempre tem uns pontos que não gostam de parar. Que esses pontos mais chatos não é nem questão da parada, é mais questão de ter que sair dele depois. O

peçoal não deixa sair, não deixa você voltar, retornar pra pista. Aí, você já aí... quando você passa direto aquele ponto, você fica até feliz.

C – Você fala do trânsito, no caso?

M – É.

C – [...]

M – Oi?!

C – Esse é o ponto ruim? O ponto em que o trânsito atrapalha a parar e [...] de volta?

M – É assim... ponto que você dá uma parada, aí, depois, pra você retornar pra pista, porque o peçoal não deixa você voltar...

C – Mas, como é que você faz?

M – Você tem que esperar e... , ou então, ir botando o bico do carro devagar e devagar e devagar... até...

C – Até deixar você passar, né?

[silêncio]

[conversas várias]

M – É. Aí, tem uns... são três pontos que, na linha que eu faço, que eu num... é, que é na, no bairro ~~delelelele~~, que é um no meio do morro...

C – No meio do morro, você fala na subida?

M – É. Na ladeira. E... dois na ~~eeeeeee~~, ali em ~~ffffff~~. Esse da ~~delelelele~~ não é questão de voltar pra pista, é questão de você parar no meio do morro.

C – Mas, como é que você faz? Você entra...?

M – Não! É no meio da pista, no meio da pista.

C – Não tem problema?

M – Não. Por que é a parada mesmo. – ~~ssssssss~~, boa noite!

[...]

[variações dialógicas]

A partir deste trecho que montamos com a única conversação gravada com um motorista durante nossa pesquisa, podemos desenvolver a discussão acerca atividade do motorista de ônibus do transporte coletivo urbano como sendo uma atividade imediatamente material e social, sem distinções possíveis a não ser no plano representacional. Pela análise da atividade, esta distinção se mostra infrutífera e atrapalhando a análise por preestabelecer o critério. Vejamos, então, como esse processo de trabalho se desenvolve a partir da análise dialógica e polifônica.

Pelo recorte que fazemos, é importante considerar que essa conversa se faz durante a atividade de trabalho de vendedor do motorista que trabalha em dois empregos com quem dialogamos. O diálogo é permeado por barulhos do trabalho, de outras conversações que cruzam incessantemente o diálogo, seja por colegas de trabalho de vendas, seja por clientes. Há inclusive intervenções desses outros sujeitos no diálogo, das quais conseguimos registrar algumas aqui. Os barulhos nos parecem importantes sobremaneira, como podemos ver em *Paradoxos do Motor* (ZAMBONI; OLIVEIRA, 2011). Os trabalhadores desenvolvem uma acuidade auditiva em relação aos sons do meio de trabalho apropriando-se deles e por vezes instrumentando essa habilidade construída em situação como ferramenta de trabalho, detectando falhas mecânicas ou sinais dos colegas de trabalho. Caberia fazer uma análise desde os ritmos e tons da conversa em seus fluxos constituintes, o que se coloca como limite para nós.

Pontuemos, então, algumas questões importantes para nós diante do trecho de conversa gravado. Inicialmente, a posição discursiva do motorista constrói um lugar de constatação de acontecimentos por alguém que trabalha no meio do transporte coletivo urbano. A seguir, ele se coloca em relação a isso que se constata, interpelado por perguntas ou não. Afirma assim que não há problema além do trânsito. Mas que trânsito? Inquietamo-nos. Evoca-se também o conceito de estresse, ainda bastante comum ao se discutir as relações entre saúde e trabalho, e

complicador para a análise dos processos de trabalho já que remete a uma concepção de saúde que separa o meio do corpo em seus processos de construção. O clínico desvia a partir de seu incômodo a questão para o tema que se desenvolvia na conversa da semana anterior, pela qual se produziu o paradoxo das perguntas sem resposta, focando numa problemática primordial ao trabalho do motorista: a relação com o passageiro.

Esta direção inicial do diálogo é composta pelo gravador, que não se fazia presente na conversa anterior com o motorista. O uso do gravador modifica o tom da conversa. O gravador de áudio, assim como a atividade de trabalho de vendedor, irá compor nosso meio dialógico clínico. A princípio, o diálogo é hesitante apesar da confiança já estabelecida. Em contraste, o final do trecho dialógico compõe-se de debates evocando elementos passíveis de identificação, cujos nomes riscamos, como nos foi solicitado. Contudo, não se trata do gravador apenas como máquina técnica, mas dele num regime de funcionamento dos processos de trabalho em transporte coletivo urbano.

Insiste deste modo como sobredestinatário dialógico a organização do trabalho, que se presentifica pelo gravador, ou seja, pelo registro e arquivamento da atividade relacionada ao trabalho que remete à vigilância e ao controle pela empresa. Ao indicar que os prejuízos são mecânicos e relativos ao ônibus, o endereçamento do diálogo marca a pungência da organização empresarial no trabalho. Ao questionarmos sobre seu próprio desgaste, o motorista traz à cena a dimensão da brincadeira e do humor no trabalho, o saber formulado acerca do passageiro como aquele que passa diante do motorista que permanece e que por isso precisa e pode suportar. Estranhamos ainda isso, uma vez que no paradoxo a irritação do motorista comparece sem tanta cerimônia. Mas o motorista não deixa assim de evocar os casos mais difíceis, “de doer mesmo!”.

E ao apresentar os personagens do seu drama laboral o motorista formula problemas acerca do trabalho. Diante do passageiro incômodo e barulhento, seja pelo rádio alto ou pelos gritos loucos, decide-se não proceder à retirada do passageiro. Mas, na tentativa de incitar o passageiro a atender ao pedido do responsável pelo ônibus, o motorista sente que o não atendimento marca uma desconsideração da sua incumbência. Então, a fórmula do trabalho que daí se extrairá é o “tem que aguentar porque é complicado”, que logo remeterá aos sentimentos de paciência e tranquilidade, tornados necessários ao prosseguimento do trabalho.

O motorista, então, evoca a situação das várias paradas no mesmo ponto em função da atitude acomodada dos passageiros. Elegem-se os pontos complicados de paradas para passageiros na ladeira e numa via bastante movimentada, cujos nomes riscamos. Revezam-se nessa interlocução os elementos sociais e os elementos materiais em função do sobredestinatário do diálogo, ou seja, da polifonia discursiva do meio de trabalho. Aí se pode traçar nitidamente a posição do poder organizador, mas também se promove o diálogo desde a experiência do gênero profissional, trazendo a situação dos colegas de maneira a remeter a questões genéricas daqueles que compartilham um horizonte profissional comum. Quando o motorista usa o termo *você* para indicar o que se faz, o que se sente, o que se deve fazer ou sentir, indica as normatizações genéricas assentadas pelo próprio coletivo de trabalho. Essas normatizações nunca correspondem exatamente à atividade, trata-se da sedimentação da experiência, do aprendizado para agir. Na experimentação cotidiana do trabalho, este solo da experiência sedimentado move-se em função dos percursos a realizar. Se as normatizações mostram-se endurecidas ou mesmo muito distantes do realizável, com pouca potência instrumental para o trabalho, trata-se do enfraquecimento do gênero profissional, do qual é preciso cuidar como instituição laboral.

A estilização do trabalho, entretanto, já se encontra entre *você* e *eu*, referentes usados no discurso acerca do trabalho pelo motorista. Não seria o caso de assinalarmos um discurso genérico quando usa *você* ou outros termos correspondentes opondo-o a um discurso estilizado quando usa *eu*. A análise discursiva, dessa maneira, ainda deixaria de acompanhar os entremeios dessa conversa. O estilo já está presente no próprio discurso genérico. Se esse motorista com quem conversamos aponta que não se tira o passageiro do ônibus, veremos que essa não é uma normatização indicando um modo único de agir. Há diversas maneiras de lidar com isso que se acorda entre os motoristas. E, imediatamente, o motorista com quem dialogamos destaca isso pelos modos como lida com essa conflitiva do trabalho.

[transportes]

Partimos da ideia de que os motoristas não meramente executam o trabalho que os organizadores do trabalho de transporte coletivo urbano pensam por entendermos sua atividade como plenamente produtora, como um plano de produção, uma máquina. Os motoristas de ônibus produzem transporte promovendo circulação de pessoas. E se pensa através da invenção de transportes, de modos de transportar, da criação de agenciamentos que

o constituem motorista com o volante, os pneus, a porta, o barulho, o semáforo, o engarrafamento, o assalto, o xingamento, os botões, o relógio, a família, os amigos. Como o filósofo que pensa por meio dos conceitos, o artista que pensa por meio das composições de arte e os cientistas que pensam por meio de funções (DELEUZE; GUATTARI, 1997c), o motorista pensa por meio de transportes.

Como transportar é a questão que a cada vez se inventa em função do plano de circulação e das multiplicidades que carrega junto consigo, desde um lugar até outro, sempre pelo meio. Desse modo, questionamo-nos: que transportes seriam esses os produzidos pelos motoristas de ônibus coletivo urbano na GV-ES? Não são os mesmos transportes que operam seus colegas rodoviários em outros meios de trabalho, nem os mesmos de outros motoristas em outras regiões urbanas do Brasil, mas certamente constituídos por diversos vetores comuns. O transporte de passageiro na cidade é possível por um corpo genérico composto pelas estilizações que os motoristas de ônibus coletivo urbano constroem como invenção do trabalho. Isto não implica uma dissociação do meio rodoviário, mas a emergência de questões próprias aos motoristas de ônibus coletivo urbano.

No caso das perguntas incômodas dos passageiros, o que constitui problema para o motorista é como transportar estas perguntas. Trata-se de uma série de perguntas que o motorista forja a partir de distintos momentos, traçando entre elas um contínuo para expressar uma situação precisa, mas que não se reduz a um momento ou outro. A situação e sua problemática se instalam nesses entre-momentos. Assim como os afetos produzidos por essa situação e os modos como o motorista os apreende em emoções e sentimentos produzem outras séries problemáticas como efeitos da série de perguntas. Mas não se permanecendo na ordem dos efeitos, é o caso na atividade de tomá-los e deles fazer alguma coisa. No trabalho, instala-se para si a situação e encarrega-se de inventar-lhe saídas. Nunca completamente sozinho, pois isto é impossível. E quanto mais se produzir um plano coletivo de invenção destas saídas, plano de sustentação problemática, que não significa encontrar vias similares ou iguais, perfeitas e finais, mas vias comuns que se abram a modos vários de proceder, mais o trabalho se fortalece em função da autonomia coletiva, oposta a individualização culpabilizante.

Mas o que há de problemático na série de perguntas? Assim como a louca que incomoda o motorista com suas gritarias e como as paradas difíceis durante o trajeto de ônibus, essas perguntas desestabilizam a organização do trabalho no motorista. Trata-se de um problema

bastante complexo, já que a circulação automobilística na cidade está bastante organizada. Mas a organização do trânsito não é meramente material, relativa às ruas e aos automóveis apenas. Tal organização implica uma apropriação subjetiva, que não é nunca meramente um reflexo de espelho da objetividade mais ou menos embaçado, e remete à produção de modos perceptivos do espaço, do tempo e da velocidade, e também aos modos afetivos configurados em emoções, sentimentos e maneiras de pensar desde a experiência do trânsito. A série de perguntas desloca a lógica predominante no trabalho do motorista: racionalidade do trânsito organizado pela cronológica do tempo útil e demarcado a não perder o quanto possível.

Diante da série problemática aberta pela situação paradoxal, a intervenção clínica pode construí-la de novo como um meio de interferências visando ampliar o poder de agir do trabalhador. Este poder implica ampliar o poder de ser afetado pela situação, como nos diz Clot (2010b). Esta ampliação do poder de ser afetado é crucial para que o trabalhador e o clínico se coloquem mais uma vez na situação, de modo a não rejeitá-la como dificuldade tão somente contornável ou suportável já que imutável, tomando-a como construída no plano de forças que se afetam e que cabe habitar para transformar. Deste modo, nossa intervenção clínica encontra como acento a ética em tempos de tecnologização das relações humanas em função de um controle das emoções bastante prescritas. Com isso, não é o caso de menosprezar as técnicas de intervenção desenvolvidas, como é a autoconfrontação cruzada em clínica da atividade (CLOT et al., 2000; CLOT, 2006a; 2010b), mas de lançá-las continuamente ao seu plano ético de constituição, questionando seus efeitos, sempre diversos.

A surpresa com a irritação que o motorista desenvolve diante das perguntas sem resposta é acompanhada por riso, que toma de assalto o clínico durante o diálogo. Procurando melhor desenhar com o motorista a paisagem da situação, explorando suas nuances, os risos do clínico confrontam e são confrontados pela irritação do motorista. Trata-se de uma interferência mútua em que está em jogo o desenvolvimento de perspectivas relativas ao trabalho, aos modos de proceder pela atividade. O clínico, despedaçando a maquinaria bastante complexa feita de várias partes da autoconfrontação cruzada e da instrução ao sócio desenvolvidas em clínica da atividade, usa os pedaços que lhe convém, experimentando-os em função da conversa como ela se desenvolve.

A situação ainda se repete um bom número de vezes pela clínica afora. Em várias conversações, o clínico junto com diversos motoristas toma essa situação como objeto de

conversa a compartilhar na rede aberta e indireta de encontros. A cada vez uma tonalidade humorística diversa. Há o motorista que já ri de imediato quando lhe acontecem as perguntas sem resposta. Há ainda outro que fica estupefato. Os humores dialogam pela confrontação humorística pois pelo diálogo traz-se à cena outro modo de viver a situação, outras configurações de força pela paisagem de produção do transporte. Convocam-se conversações indiretas em que o diálogo se traça entre humores, antes que entre indivíduos ou sujeitos. E a intervenção se processa sobretudo nesse confronto entre humores, já não se sabendo pertencente a quem, nem se se trata de uma autoconfrontação simples ou cruzada. Talvez, seria o caso de definir um procedimento de transconfrontação. Confrontações que se promovem por suportes diversos como planos afetivos para o desenvolvimento do poder de agir.



## CORPORATIVIDADE: O MOTORISTA COMO CORPO QUE CIRCULA

## [PARADOXO DA CORPORATIVIDADE]

[corpo e organismo]

O motorista é um corpo. E, aqui, não falamos de um indivíduo ou de um conjunto de trabalhadores numeráveis, pois essas abordagens apenas permitem ver o organismo do motorista. O corpo é isso que perpassa toda a organização como um meio de vida e trabalho próprio. O corpo sustenta a dimensão de indeterminação da ação, ou seja, um plano, uma via, em que a atividade sempre inacabada ganha suporte. Um corpo de trabalhadores é um mundo próprio como um coletivo “entendido aqui no sentido de uma multiplicidade que se desenvolve para além do indivíduo, junto ao *socius*, assim como alguém da pessoa, junto a intensidades pré-verbais, derivando de uma lógica dos afetos mais do que de uma lógica de conjuntos bem circunscritos” (GUATTARI, 1992, p. 20, grifo nosso). O corpo é um meio de possibilidades, enquanto o organismo é o estabelecimento no corpo de ordenações funcionais em relações determinadas, hierarquizadas, definidas.

O organismo é o motorista individualizado nos gestos que executa e que tem que executar. São, também, os erros que comete ao não corresponder às funções delimitadas para que sua atividade seja conforme a prescrição. É o adoecimento que aflige o trabalhador individualmente – lombalgias, dores no corpo, complicações cardíacas, auditivas, visuais, etc... A visada do corpo motorista é, antes, o acompanhamento desses gestos e execuções, e também desses adoecimentos, por meio das forças em jogo, dos desejos e impedimentos em formação no fluxo da ação, atentando para o processo coletivo de produção. Os erros, na perspectiva do corpo, constituem errâncias, como desvios afirmativos que criticam a organização do trabalho pela tentativa de produzir outros modos de agir e existir no trabalho. Os erros não são, então, ausentes de sentido e funcionalidade, ainda que geralmente não se enquadrem no funcionalismo organizacional. Sinaliza-se com o adoecimento de um ou de outro no trabalho não sua incapacidade individual, mas a necessidade de superar os impasses na indisposição de meios para transformar a organização do trabalho. Os adoecimentos implicam, enfim, processos de luta coletivos contra os constrangimentos nos meios de trabalho: o trabalhador não tolera sua condição de vítima da situação e procura transformá-la, de um jeito ou de outro.

O organismo é, também, o conjunto dos profissionais em suas formas de juntarem-se, nas relações intersubjetivas entre motoristas e com outros trabalhadores associados ao transporte coletivo urbano – o cobrador de passagens, o fiscal, o despachante, o administrador da empresa, o patrão, o segurança, o profissional da limpeza, etc. –, com o usuário – transportado, passageiro –, com o trânsito, com a sociedade em suas organizações. O corpo motorista, por sua vez, é um plano coletivo para além de uma união de indivíduos, pois é a própria via de criação desse coletivo, seu meio de desenvolvimento. O corpo coletivo, rompendo a dicotomia entre indivíduo e sociedade, funciona como um meio de produção de modos de ser e agir, modos de expressão e de convivência. O corpo atravessa as interessoalidades organizadas deslocando-as pelas modulações na atividade e na subjetividade.

A abordagem orgânica não nos permite, portanto, habitar o problema da invenção do motorista de ônibus. Há, nesse modo orgânico, a impossibilidade de perguntar: como o motorista de ônibus inventa seu trabalho? Como surgem e se transformam, nos tempos e espaços que o motorista cria e habita, táticas e maneiras singulares de proceder no trabalho? Como produz e se reinventa ao recriar os meios de trabalho? Como o motorista é sempre, mesmo intimamente, um motorista diferente em todas as repetições que vive, nos mesmos trajetos, nas mesmas funções?

A visada do organismo só permite apreender as funções em suas relações estabelecidas, para além das suas variações criativas, numa transcendência, ou seja, numa dimensão além do movimento da vida. A perspectiva do organismo implica um pensamento representacional, que busca suprimir a variabilidade intrínseca ao trabalho. E, ao pretender explicar o trabalho, o pensamento representacional assume-se como origem da ação no trabalho, caracterizando-se como um plano superior, determinante. A atividade, com suas variantes em função dos imprevistos no trabalho, tem seus sentidos, nessa perspectiva, sempre avaliados em função da representação do trabalho. Trata-se de uma avaliação extrínseca, um julgamento divino, sobre o trabalho, que busca subsumir e subjugar as avaliações próprias do coletivo.

O pensamento representacional, correspondente à organicidade dos coletivos de trabalho, implica a deturpação do corpo produtivo. Contudo, mesmo o organismo é criado pelo corpo; para poder intervir nas organizações sobredeterminantes ao coletivo de trabalho, é preciso partir do próprio corpo, de suas experimentações, criações e avaliações. Só a partir da

construção do corpo laboral, pode-se conhecer, e não meramente reconhecer, como as relações produtivas se inventam e se transformam. Conhecer é transformar, criar. O conhecimento é próprio do corpo. O organismo pensa por representação, complicando os movimentos de criação próprios à atividade.

Com isso, não dizemos que é impossível conhecer a atividade do motorista sem ser motorista, mas que há um plano específico de produção desse saber e dessa prática, que é a produção de transportes e que só se compõe pelas aberturas aos outros planos de produção social, por intercessões. Podemos conhecer essa atividade, portanto, por meio de outras atividades, à medida que sejam permeáveis pela produção do motorista de ônibus, por suas experiências. É, nesse sentido, que nos afirmamos como clínicos do trabalho, pela possibilidade de acompanhar as atividades dos sujeitos trabalhadores, constituindo nossa atividade como criação de meios de análise transversais situados.

Os corpos são sempre abertos, mesmo quando entram em processo de clausura de si em modos de organização engendrando formas fechadas. É essa abertura que nos permite traçar um limiar de composição do corpo clínico do trabalho junto ao corpo motorista, na produção de movimentos singularizantes pelos meios que criamos entre nossos corpos. Apenas nessa produção mútua é que podemos interferir nas organizações transcendentais ao corpo motorista. O desenvolvimento da clínica do trabalho é importante à medida que pode catalisar as intercessões entre diversas atividades, produzindo zonas de desenvolvimento potencial entre os corpos – tal qual Clot as define, a partir da perspectiva vygotskyana de mediação na produção de conhecimentos, atentando-se para a dimensão afetiva desestabilizadora dos afetos e inteligências constituídas.

A organização do sistema instrumental da atividade mediatizada é afetada pela atividade mediatizante em sua própria composição. Nesse âmbito, suas hierarquias podem ser abaladas. O funcionamento do gesto pode ver-se deformado, reordenado, e os automatismos que eles conservam, naturalmente, na qualidade de invariantes operatórias da ação, assumem funcionalidades novas geradas pelas finalidades renovadas da ação. (CLOT, 2006a, p. 161)

Trata-se, portanto, ao investir a atividade de trabalho, da dimensão corporal do coletivo de trabalhadores, de criar uma corporatividade como atividade mediatizante. Compor o corpo como um meio para a dimensão plural da atividade é sustentar as controvérsias, constituindo uma zona polifônica de expressão cujas dissonâncias afetivas podem produzir e abarcar a transformação dos sentidos do trabalho. A corporatividade é redefinida por nós em

problematização do que se tem produzido sob esse termo, como fechamento do coletivo profissional em interesses e finalidades de um grupo supostamente homogêneo. A corporatividade implica a multiplicidade do coletivo de trabalhadores promovida por suas intercessões com outros meios coletivos de produção e de existência.

[o corpo sem órgãos do capital]

No modo de organização capitalista, a distribuição dos órgãos funciona no motorista em torno de uma utilidade extrínseca à sua própria atividade de transportar passageiros. Produzir e reproduzir capital pelas cobranças de passagens, constituindo um fluxo abstrato de renda que miraculosamente se produziria a si mesmo por investimentos do próprio capital, sobrepõe-se como utilidade transcendente à produção de transporte do passageiro pelo motorista. A vitalidade da cidade em fluxo nos aparelhos de circulação é organizada, sobredeterminada, canalizada, para a produção de fluxos monetários.

Esse plano transcendente do capital, contudo, se produz no plano de produção da própria atividade ao transcender excessivamente o plano real e retornando abruptamente, a partir do ponto de fuga, em direção ao chão em que a realidade se constrói. Tal como Ícaro, que se agencia com Dédalo, o artesão, com a cera e as penas em asas, com a ilha e o vento, e se transporta pelo céu desmanchando seus agenciamentos terrestres por meio da máquina de asas, ao se confrontar com poder do sol, retorna bruscamente à terra, plano de produção dos seus voos, numa queda em velocidade exponencial. O capital é esse transcendente aos agenciamentos produtivos que, como funcionamento, os faz retornar sobre si mesmos, esmagando-se.

Deleuze & Guattari abordam o capitalismo como corpo, antes que como organização. É o corpo capitalista que permite engendrar máquinas organizativas assentando-se sobre a produção desejante e social, atraindo e apropriando-se dela, registrando-a a partir de critérios monetários. Nesse sentido, passamos a abordar o capitalismo, com Deleuze & Guattari, não somente como bloqueio aos processos desejantes e criativos na atividade de trabalho, mas como um modo de funcionamento de um corpo, como um meio social de produção. O capitalismo não é tão somente repressão ao desejo produtivo, ele é também um modo de desejar, um modo de produzir, que engendra organizações que não permitam rompimentos com suas modulações possíveis.

Ao partirem da experiência da loucura, polarizada entre esquizofrenia e paranoia, Deleuze & Guattari buscam definir o capitalismo não somente em termos repressivos, mas se questionam acerca de como chegamos a desejar e a produzir esse corpo capitalista, no qual nos engendramos, como nossos modos de pensar, perceber, sentir, agir. A experiência da loucura, nos limites de apropriação pelo corpo capitalista, seria, em sua perspectiva, privilegiada para a análise da produção desse corpo.

É dele que Marx diz: não é o produto do trabalho, mas aparece como seu pressuposto natural ou divino. Ele não se contenta, com efeito, em se opor às forças produtivas em si mesmas. Ele se assenta sobre toda a produção, constitui uma superfície na qual se distribuem as forças e os agentes de produção, de modo que se apropria do sobreproduto e atribui a si próprio o conjunto e as partes do processo, que, então, parecem emanar dele como de uma quase-causa. (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 22)

Desenvolvendo a noção de corpo sem órgãos, de Antonin Artaud, em conceito na esquizoanálise – uma máquina filosófica que procura compor-se em um plano transversal de produção de saber e práticas –, Deleuze & Guattari problematizam as concepções de Karl Marx e Sigmund Freud. Não haveria, então, uma falsa consciência, uma ideologia, que enganaria os trabalhadores, mas uma “percepção verdadeira de um movimento objetivo aparente” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 23), que seria do capital. A fragmentação da realidade para os psicóticos, esquizofrênicos e paranoicos, não derivariam de mecanismos característicos do funcionamento neurótico normalizado socialmente; pelo contrário, as neuroses é que derivariam seus mecanismos histéricos e fóbicos da dispersão desejante, que salta aos olhos nos loucos. Portanto, Deleuze & Guattari provocam torções em concepções desenvolvidas desde Freud e Marx para eliminar a dicotomia binarizante entre desejo e produção.

O motorista que eu encontro em qualquer canto, e converso e rio e brinco. E o motorista que conversa, ri e brinca, vai e me dedura na direção. *É* o motorista que dedura. *E* o motorista que conversa.

Esse é um dos paradoxos que os motoristas de ônibus do transporte coletivo urbano da GV-ES desenvolvem na experiência do labor – lançando mão do conceito desenvolvido por Barros, Passos e Eirado (2011). Situando as questões que levantamos acerca do trabalho coletivo, desde a experiência concreta de trabalho dos motoristas, poderemos desenvolver o conceito de corporatividade como um instrumento analítico da atividade em seus paradoxos. Que corpo é esse que brinca, ri, se encontra nos intervalos de trabalho, e mesmo durante o

trabalho, em conversações, mas ao mesmo tempo configura-se como um corpo de intrigas, vigilâncias, competições e desavenças que acabam mal por vezes, seja em nível de brigas entre indivíduos ou de conflitos entre grupos? Que corpo é esse capaz de ainda sustentar greves num momento em que essas estratégias de luta são contornadas continuamente pelas empresas? E, ao mesmo tempo, como é possível que essas greves funcionem em sentidos tão estranhos à multiplicidade desejante do corpo profissional, articulando-se perversamente ao funcionamento instituído na categoria pelos acordos com o empresariado? Como podem cultivar uma política da amizade simultaneamente a embates tão destrutivos que fazem se chocar e debater em conflitos sinistros os motoristas?

Deleuze & Guattari (1996; 2010) apontam que o grande inimigo do corpo sem órgãos é a organização. Não há conflitos contraditórios entre os objetos-parciais diversos que os motoristas desenvolvem coletivamente como sentidos e funcionamentos vários do trabalho. O que promove a guerra como fato entre os trabalhadores não são as controvérsias no plano da atividade; isso, pelo contrário, é o que promove o desenvolvimento do corpo motorista à medida que as multiplicidades de modos de trabalhar entram em diálogo, em confrontações, para o desenvolvimento de modos singularizantes de trabalhar. Os conflitos desastrosos entre motoristas seriam, antes, decorrentes da organização que a corporatividade enfrenta.

É que o corpo sem órgãos não é, de modo algum, o contrário dos órgãos-objetos parciais. [...] os órgãos-objetos parciais se engancham nele e, sobre ele, entram em novas sínteses de disjunção inclusa e de conjunção nômade, de recobrimento e de permutação que continuam a repudiar o organismo e sua organização. É certamente pelo corpo, é certamente pelos órgãos que o desejo passa, mas não pelo organismo. Eis porque os objetos parciais não são a expressão de um organismo despedaçado, estilhaçado, que suporia uma totalidade desfeita ou partes libertadas de um todo; e menos ainda se pode tomar o corpo sem órgãos como expressão de um organismo recolado ou “des-diferenciado” que se sobreporia às suas próprias partes. No fundo, os órgãos parciais e o corpo sem órgãos são uma só e mesma coisa, uma só e mesma multiplicidade que deve ser pensada como tal pela esquizoanálise. *Os objetos parciais são as potências diretas do corpo sem órgãos, e o corpo sem órgãos é a matéria bruta dos objetos parciais.* (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 431-432, grifo dos autores)

Nesse sentido, não cabe evocar os diferentes modos de trabalhar, as variações da atividade, para explicar os conflitos insolúveis e bloqueadores da atividade entre os trabalhadores. Por outro lado, não é desde a perspectiva transcendente do organismo que ainda poderemos interferir nos modos de quebra dos processos produtivos entre os trabalhadores em conflitos tenebrosos. Como enfrentar, então, as organicidades do trabalho partindo dos processos produtivos, no horizonte da atividade, como multiplicidade afetiva que se instrumenta em uma diversidade modos de ação, inteligência e percepção?

[o corpo coletivo de trabalho]

Mas o paradoxo que evocamos das nossas conversações com motoristas não tratam simplesmente de conflitos entre motoristas? Por que evocar uma discussão desde os objetos-parciais da atividade para entender esses problemas individuais? Não estaríamos, com esse procedimento, perdendo a dimensão concreta do conflito? Mas que perspectiva é essa que nos lança esses tipos de interrogações? Por que seria mais conveniente voltar-se para os indivíduos a fim de entender o que passa no paradoxo? E porque temos a sensação de perder a concretude da realidade ao direcionarmos nosso olhar para horizontes mais amplos? Pensamos que se trata, sobretudo, de perspectivas éticas, estéticas e políticas, que implicam modos de relação com a multiplicidade que se outra a nós, num jogo de forças conflitual em que nossos modos perceptivos se produzem.

Não ser de esquerda é como um endereço postal. Parte-se primeiro de si próprio, depois vem a rua em que se está, depois a cidade, o país, os outros países e, assim, cada vez mais longe. Começa-se por si mesmo e, na medida em que se é privilegiado, em que se vive em um país rico, costuma-se pensar em como fazer para que esta situação perdure. Sabe-se que há perigos, que isso não vai durar e que é muita loucura. Como fazer para que isso dure? As pessoas pensam: “Os chineses estão longe, mas como fazer para que a Europa dure ainda mais?” E ser de esquerda é o contrário. É perceber... Dizem que os japoneses percebem assim. Não vêem como nós. Percebem de outra forma. Primeiro, eles percebem o contorno. Começam pelo mundo, depois, o continente... europeu, por exemplo... depois a França, até chegarmos à Rue de Bizerte e a mim. É um fenômeno de percepção. Primeiro, percebe-se o horizonte. (DELEUZE, 2010a, p. 37)

Essa perspectiva esquerdista, proposta por Deleuze, serve à problematização de definições do esquerdismo que se baseiem em formas estabelecidas de agir. O esquerdismo seria, antes, movimentos que primam pelo horizonte relacional, social e desejante, em vez de evocar o indivíduo como fonte da problematização social. A partir daí, consideramos que as problematizações não se fazem desde o indivíduo. Fechando sobre si mesma a pessoa, o que conseguimos produzir é um buraco negro, um poço sem fundo, numa concepção da subjetividade como interioridade profunda, que quanto mais se escava, mais se perde em mesmices do eu.

Os paradoxos produzidos nos conflitos relacionais pelo mundo afora, ao se fecharem num modo subjetivo interno, evocando uma alma além mundo, tornam-se contradições insolúveis, elevando os sentimentos e ideias ao estatuto de naturezas imutáveis – “esse é meu jeito de ser”, “eu nasci assim, não tem como mudar”, “quem sabe de mim, sou apenas eu”, “essa é minha ideia, pronto, acabou”. Desde esse buraco subjetivo, desenvolver as contradições

implica desbloquear essa queda em si mesmo, que vai produzindo esse mesmo em si, para criar um plano como uma superfície a percorrer, superfície composta de multiplicidades em relação, em disjunções inclusivas.

É assim que a situação do motorista que dedura implica uma substancialização monolítica da situação: “É o motorista que dedura”. Tal modo de perceber a situação, evocando a concretude do real como descoberta da verdadeira personalidade dos colegas, nos faz perder de vista o horizonte plural e produtivo dos modos de ser e se conduzir estabelecendo relações. A realidade não *é*, ela devira porque se constrói a partir das ações e pensamentos que conseguimos produzir juntos a partir de agenciamentos coletivos que permitem que as divergências não se percam em negações de outra perspectiva profissional. “É o motorista que dedura [...] *E* o motorista que conversa”. O *e* funciona como indício de conexões produtivas entre os trabalhadores e convoca as conflitualidades a habitarem um plano comum em que possam ser confrontadas e coexistirem, para colocarem em questão o *é*, que remete o pensamento à representação, a uma imagem fixa da verdade absoluta velada, e a ação a uma realidade já dada e pronta, a ser apenas reconhecida.

Por outro lado, nos modos de expressão, nas multiplicidades dialógicas – que não se restringem à fala e à língua –, o *e* se expressa como *ou*, que “designa um sistema de permutações possíveis entre diferenças que se retornam [...], deslocando-se, deslizando” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 25). Trata-se de um *ou* inclusivo que instaura uma série de possibilidades que se expressam como vias que se cruzam num meio próprio de pensamento e ação. É por isso que Clot (2008a) insiste que

O coletivo na Clínica da Atividade não se compõe somente porque pessoas concordam em trabalhar juntas. Eu acho que até para se construir o coletivo, precisa-se primeiro ter uma observação muito precisa dos conflitos da atividade em si, bem como conhecê-la para achar os pontos de desunião entre os trabalhadores. Quando somos capazes de achar os pontos de discordância é que o coletivo se cria. O coletivo não se compõe e não se cria sobre a união, mas sobre a desunião. Vocês perceberam, nas autoconfrontações que mostrei, é precisamente por que eles não concordavam que, de certa maneira, há uma mobilização grande, subjetiva, intensa e, várias vezes há ainda um grande prazer em discutir. Quer dizer que a controvérsia é a fonte do coletivo, não o contrário. Não é o coletivo sendo a fonte, mas a controvérsia sendo a fonte do coletivo. (p. 66)

Clot formula assim a dimensão coletiva pois, na clínica da atividade que desenvolve, privilegia o diálogo como atividade intercessora para as análises da atividade específica dos trabalhadores com os quais está junto. Dessa maneira, Clot vai perceber que os coletivos de trabalho se compõem, se expandem ou se retraem, em seu poder de agir coletivo à medida que



conseguem sustentar as controvérsias, de modo a possibilitar uma expansão da série de permutações possíveis pelos deslocamentos e deslizes da confrontação entre modulações da atividade. Corresponde a essa controvérsia no plano dialógico, a consideração de Clot acerca das dissonâncias afetivas no plano corporal, em referência a Espinosa (1983) e a Vygotsky (1998, citado por CLOT, 2006a; 2010b), privilegiando-as como fonte de produção dos instrumentos emocionais e sentimentais.

De fato, a afetividade nada tem de homogêneo. [...] o afeto resulta de um conflito que coloca à prova a atividade do sujeito e sua organização pessoal, ao passo que a emoção se refere, sobretudo, à paleta dos instrumentos corporais através dos quais o sujeito responde a tal situação. [...] As emoções, corporalmente vivenciadas por cada um, não deixam de ser socialmente construídas e compartilhadas – às vezes, inclusive, contagiosas. Eis o motivo, sem dúvida, pelo qual elas acabam por se cultivar especialmente nos sentimentos, ou seja, as representações coletivas e os instrumentos sociais do pensamento que veiculam normas, ideias e valores. (CLOT, 2010b, p. 9, nota de rodapé)

Portanto, não se trata de apelar ao indivíduo constituído, mas aos processos de produção pelos afetos construídos em relação, por meio de forças que se cruzam, atritando-se, não necessariamente opostas uma a outra – o que configuraria as contradições insolúveis, oposições anuladoras das forças – mas em obliquidades, incitando desvios como fonte de um coletivo multiplicizante e singularizante. Os agenciamentos afetivos construtores de coletivos e as controvérsias expressivas constituem o corpo coletivo de trabalho.

[política da amizade e grupalidade no trabalho]

Para prosseguir em nossa discussão acerca do paradoxo da corporatividade, talvez possa nos ser útil evocar alguns outros elementos que nos possibilitaram formular o paradoxo de modo tão curto, rápido e rasteiro. Uma das conversas que empreendi com motoristas foi por meio de um motorista que convocou dois amigos, também motoristas, que aceitaram a proposta de análise do trabalho. Tratava-se de amigos, como se afirmavam, uma vez que havia presença e apoio mútuo para além dos limites do trabalho, mas, sem dúvida, perpassando o ofício como um meio de desenvolvimento dessa amizade. Mas, como é possível que essas amizades, como formas de convivência podem emergir no trabalho?

O trabalho não seria, necessariamente, espaço de estabelecimento de amizades como formas instituídas de estar junto. Não é para formar amigos que se trabalha: é para produzir coletivamente algo que circulará para além dos vínculos estabelecidos. Por isso, seria antes o caso de pensar o trabalho em termos de políticas da amizade. As políticas, ou seja, as relações

de força que se estabelecem entre os diversos sujeitos numa situação, seriam modos de construção de relações pelo meio em que se vive, aqui, no caso, o trabalho. A amizade que pode, ou não, se desenvolver em formas de relação, se produz antes, antes de tudo, em função de políticas de existência, modos de produzir juntos.

Por outro lado, há que se considerar outras políticas em jogo no trabalho do motorista de ônibus coletivo urbano. Há uma política da trapaça, ou da deduração, que consiste nas denúncias de colegas de trabalho à empresa pelos próprios colegas. Alguns motoristas dizem que é preciso sempre manter a atenção com o que se diz e o que se faz, mesmo entre motoristas. Isso ganha visibilidade em algumas situações bastante complicadas, como a relatada por um motorista: diante do “pessoal da empresa”, um colega motorista denuncia o outro – que me relata a situação – e diz que “na empresa, ele só faz o que quer”. Tal situação persiste como fantasmagoria fazendo oscilar as relações entre motoristas, entre políticas da amizade e políticas da trapaça.

Se essa estratégia, denunciada pelo colega motorista, não chega a poder configurar uma contravenção às normas estabelecidas, ela indica, antes, um modo de proceder no meio do transporte coletivo urbano, em meio a todas as suas complicações, como veremos em outro trecho de nosso percurso, nisso que escrevemos. Mas esse modo, em vez de se fazer presente num meio onde as controvérsias acerca das posturas éticas pelo trabalho possam promover desenvolvimentos acerca dos modos de trabalhar, é lançado num jogo de denúncia e silenciamento. Num meio em que o que importa nos registros dos motoristas são quaisquer acusações que apareçam, essa denúncia é uma arma terrível que ameaça o desenvolvimento das conversações entre motoristas.

Mas, se essa paranoia com a deduração se faz presente, como política, os motoristas ainda insistem em conversações casuais nos tempos e espaços que conseguem construir. Seus coletivos se configuram por conversas, as mais diversas, durante o trabalho e fora dele, durante os descansos nos terminais ou partidas de futebol nos fins de semana, e até mesmo durante o tráfego, quando um colega sobe pela dianteira e se encontram – vale destacar que essas últimas conversas são proibidas oficialmente pelas empresas, consideradas dispensáveis à organização do trabalho.

São esses encontros em redes imprecisas que nos parecem constituir o plano de produção das forças no trabalho dos motoristas de ônibus. Quando, praticamente, todos os motoristas

apontam que o sindicato maior da categoria não corresponde aos desejos e problemas dos trabalhadores, nos interrogamos acerca da produção de um coletivo que se mantém forte no trabalho, apesar das intempéries várias e duríssimas. Acabamos por encontrar o plano de composição do coletivo de motoristas, junto com outros trabalhadores com quem fazem intercessões várias, nesses encontros extra-oficiais, que em vez de ativar um mecanismo de coletivização fechado sobre si mesmo, propicia o engendramento maquínico, cuja produção se faz como invenção de modos de estar junto.

Guattari formula questões importantes para abordarmos os modos de funcionamento grupal. Ele propõe dois polos de funcionamento grupal, que não tratariam de formas grupais, mas de modos de funcionamento que estão sempre em oscilação, em construção, pois não se trata de definir idealmente os tipos grupais.

Seja essa imagem verdadeira ou falsa, eu a sugiro tão-somente para ilustrar aquilo que entendo por *grupos sujeitados*: grupos cuja lei vem do exterior, ao contrário de outros grupos [grupos sujeitos], que pretendem fundar-se a partir da assunção de uma lei interna [...] Como reconhecer uma reviravolta social cujo desenvolvimento objetivo é tributário de uma demanda social? Já não há aí mecanismo algum. [...] A iniciação militante consiste na aceitação da finitude de todo empreendimento humano, a ausência de toda e qualquer garantia transcendental [...] Entendo por “instinto de morte do grupo” a pulsão inversa àquela que advém da vontade de se reunir. É indispensável localizar essa inversão, que se instaura em simultaneidade à instauração da figura positiva, a fim de compreender o grau de agressão, de violência, implicado na existência de um grupo. [...] Esse aspecto é, sem dúvida, inevitável na constituição de um grupo (GUATTARI, 2004, p. 63.66)

Podemos chamar esse coletivo submetido ao organismo, com Guattari (2004), de grupo sujeitado: grupo fechado em si mesmo, que cria leis a serem seguidas à risca, líderes concentradores da força e do ordenamento do grupo, bodes expiatórios, dentro ou fora do grupo, enfim, grupo que não acolhe a sua morte, a sua contingência histórica, seu estatuto de passagem, sua ordenação em movimento. Tal grupo produz em função de ideal transcendente ao próprio processo de produção: prosperidade, eficiência, máxima rentabilidade, sucesso.

Podemos ainda falar de processos grupais no trabalho, ou modos coletivos de produção, buscando implicar a produção desses coletivos em modos de funcionamento que engendram realidades. Do contrário, analisando-se os efeitos de ampliação ou redução da perspectiva analítica que promovem, estaríamos propondo, como já se faz aos montes em psicologia, modelos grupais que pretendam a verdade, independente dos contextos em que são utilizados. O grupo sujeitado, portanto, preso ao modelo grupal, não consegue apreender a perspectiva de

produção e finitude dos objetivos e das normas, busca uma lei que garanta uma realidade imutável à sua existência.

Por outro lado, o modo sujeito do grupo funciona com as possibilidades de desmontagem de sentidos e normas, quando o próprio grupo procura meios de assumir a condução da sua existência, quando produz práticas de autonomia coletiva. Autonomia coletiva que não significa isolamento em relação aos outros grupos, o que implicaria um modo sujeito, mas uma responsabilidade coletiva pelo que se cria juntos. É claro que essa produção de autonomia dispõe-se sempre em embates e alianças, internos e externos ao grupo, e, sobretudo, em problematizações desses limites. Afinal, entre motoristas nunca se trata apenas de motoristas, eles são vários outros sujeitos no corpo social: pai, marido, amigo, etc.

O instinto de morte, a que se refere Guattari, trata de uma torção e uso próprio do conceito feito no sentido de abordar a problemática institucional. Sendo assim, a morte não apontaria necessariamente para extinções totais e globais, a morte final, mas a pequenas mortes experienciadas no trabalho como derivas de sentido, problematizações do que se está produzindo, conflitualidades emergentes no coletivo, que podem acabar mal, mas que podem possibilitar mudanças nos funcionamentos grupais em função das intempestividades do trabalho, sempre imprevisíveis por completo. Trata-se de uma dimensão improdutiva, que desmancha os sentidos e usos tornados habituais, convocando transformações.

A produção do conceito de grupo sujeito, não mais encarado como definição e essência universal do grupo, por Guattari (2004), coloca o problema da exclusão da conflitualidade, dos embates, das lutas, que, na perspectiva de Guattari, assim como na de Clot (2008a), estaria na origem das formações coletivas. Abandona-se, nesses diferentes horizontes de intervenção social, o da clínica da atividade e o da esquizoanálise, a percepção do conflito como desvio e erro no desenvolvimento das relações, compreendido assim a partir de critérios de estabilidade, segurança, homogeneização. Pelo contrário, nessas perspectivas tais critérios são os obstáculos ao processo de produção, compreendido como invenção, multiplicidade, heterogeneidade.

[produtividade]

A partir do encontro com Deleuze, Guattari abandonará a instrumentação com o conceito de instinto de morte, advindo da psicanálise, para construir o conceito de corpo sem órgãos

(DELEUZE; GUATTARI, 2010). Trata-se de um desprendimento, alheio a justificações, que pretende desenvolver o debate com o modo psicanalítico de análise, predominante na França e ofício de Guattari. Em um primeiro uso, o conceito de corpo sem órgãos funciona, sobretudo, ao se considerar a dimensão antiprodutiva do desejo no campo social. No desenvolvimento desse conceito, lançado a debates múltiplos, o corpo sem órgãos terá usos diferenciados; e já em outra obra (DELEUZE; GUATTARI, 1996), o conceito terá outras dimensões de funcionamento. Não que o conceito tenha se modificado ao ponto de perder sua essência, ou seja, sua força de consistência como uma ferramenta específica, mas ele certamente não permaneceu com os mesmos usos, uma vez que as vias problemáticas, desde *O anti-édipo* até *Mil platôs*, foram se deslocando.

Mas, afinal, que sentidos de análise se abrem ao abordar a dimensão antiprodutiva do desejo? Taylor (1990) destaca, como um dos mais terríveis inimigos do desenvolvimento produtivo, a vadiagem, o trabalho retardado. É a fim de combater essa dimensão improdutiva do trabalho que Taylor desenvolve seus diversos dispositivos assentados em *Princípios de administração científica*. Deleuze & Guattari (2010) nos convocam a desmanchar essa dicotomia nefasta nas organizações do trabalho. Nefasta porque esta mútua exclusão entre o produtivo e o improdutivo pretende afirmar a construção, o desenvolvimento, pela negação da desconstrução, dos desvios que o trabalho sofre. Afirmar a dimensão improdutiva nos processos de construção de relações de produção é necessário para não totalizar e universalizar o conceito de produção como tendo um único sentido, o que nunca tem. Os trabalhadores que empenham conversas improdutivas em diversos lugares, informalmente, estão, paradoxalmente, produzindo – desde outra percepção que não alimente binarismos e maniqueísmos.

Afinal, o que é produtividade? Quais são os critérios de produtividade? A partir de que valor se determinam os valores de produtividade em um meio de trabalho? Deleuze & Guattari (2010) provocam ainda a pensar a dimensão de produtividade dismantelando a primazia de consideração do capital como fonte de avaliação e valoração do trabalho. Eles definem o capital como corpo sem órgãos porque se constitui como um plano relacional, um plano coletivo, onde se constroem relações, uma dimensão comum referencial múltipla e polifônica. Mas como funciona esse plano coletivo? Essa é a questão mais importante. O plano do capital compõe-se de um valor que transcendeu a produção e que sobrevém para determinar e julgar o que é mais produtivo e menos produtivo por comparação totalizante.

A partir desse critério transcendente, universaliza-se um sistema de avaliação, desconsiderando as multiplicidades próprias a cada meio de existência e trabalho. O capital funciona como valor produzido em meio a outros jogos de produção e que passou a pretender sobrevoar e julgar, como um tribunal divino, todos os outros valores produzidos. É assim que tudo que entra no plano do capital pode ser comparado numa modulação de equivalências. Perguntas como “o que vale mais? A vida do motorista e do passageiro ou os gastos com ônibus? A manutenção dos ônibus para ampliar a margem de segurança no trabalho ou o desajuste lucrativo ao se responsabilizar os motoristas pelos desgastes na máquina?” são naturalmente respondidas em função do valor monetário. “É a realidade”, dizem os que constataam a existência desse modo de funcionamento.

Mas agir e pensar como se essa fosse a única realidade é o que o capital ainda produz. Ele se arroga universal, ele produz um corpo coletivo que procura abranger todo o globo terrestre, e até mais. Deleuze & Guattari disparam, desse modo, a consideração do processo produtivo desde os corpos sem órgãos, multiplicidades em relação num meio que nunca é o mesmo, nunca é geral e absoluto. Mesmo o capital é um corpo sem órgãos, mas seu funcionamento e seus modos de produção conduzem a algo terrível, à nulidade dos acontecimentos, uma vez que tudo é comparável. Com vistas a dismantelar a incontornabilidade da referência ao capital, coloca-se como questão crucial enfrentá-lo, pelas vias de criação e sustentação de outros valores próprios aos coletivos situados.

Guattari (2004), para tanto, ataca o ideal de sentido e o sentido ideal de existência, que no discurso de Taylor se apresenta em termos de produtividade e rendimento. “O máximo de prosperidade somente pode existir como resultado do máximo de produção” (TAYLOR, 1990, p. 26). Guattari atinge o coração da proposta de Taylor, que se centra numa perspectiva de desenvolvimento do Estado e da “eficiência nacional”, questionando a conceituação do grupo em função de um objetivo unificador. Tais objetivos unificadores – eficiência, produtividade, prosperidade, nacionalismo, categoria – são contestados por Guattari como sendo a essência das formações coletivas – tal como a psicologia dos grupos, hegemonicamente, ainda propõe. Um grupo não se formaria pela monolitização de um objetivo ou de um sujeito, líder – esses configurariam grupos sujeitados, tais como Guattari esboça seus modos de funcionar.

Clot (2008a) trata esse problema da composição coletiva, da construção social, também a partir da dimensão do trabalho humano, afirmando a disjunção como conexão. Existe “um trabalho coletivo de organização do trabalho que garante a transfiguração da organização oficial a fim de ‘mantê-la’ como instrumento diante do real” (CLOT, 2010b, p. 167). Esse trabalho coletivo, que remetemos à dimensão genérica transpessoal do ofício e ao corpo sem órgãos como plano relacional de criação de mundos e sujeitos, paradoxalmente quer reformar a organização, assumindo o poder de mantê-la ou transformá-la. Os trabalhadores se instrumentam desde aquilo que lhes atrapalha no trabalho e transtornam os bloqueios em instrumentos apropriados que podem até desmanchar a organização, como perspectivam Deleuze & Guattari.

É necessário guardar o suficiente do organismo para que ele se recomponha a cada aurora; pequenas provisões de significância e de interpretação, é também necessário conservar, inclusive para opô-las a seu próprio sistema, quando as circunstâncias o exigem, quando as coisas, as pessoas, inclusive as situações nos obrigam; e pequenas rações de subjetividade, é preciso conservar suficientemente para poder responder à realidade dominante. Imitem os estratos. (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 23)

Em *Mil Platôs*, Deleuze & Guattari exploram, acerca do problema do corpo sem órgãos, a necessária prudência nas experimentações sociais de subversão dos modos capitalistas. Quando procuravam animar as lutas sociais que emergiam na França, desde vários cantos, sua preocupação voltou-se para definir o corpo sem órgãos do capitalismo, e viram-se diante de um imenso perigo: o das mortificações absolutas que as organizações atualizam, repelindo as pequenas mortes necessárias ao desenvolvimento coletivo. A prudência procederia desse paradoxo de manter a organização, problematizando-a a cada vez, numa luta pela expansão do poder de agir, de produzir, de inventar-se e inventar mundos a viver.

[desunião e cooperação]

A clínica da atividade irá sustentar sua atividade analítica visando ao desenvolvimento dos coletivos de trabalho, portanto, pelo paradoxo da desunião e cooperação na atividade. Compor o coletivo e acionar seu modo de produção passa pelos conflitos que estão em jogo nas relações. Essa desunião pode ter o sentido de contradição, de antagonismo de forças, de oposição dualista, ou seja, de duas forças opostas entre si, reativas uma à outra, ou pode afirmar-se como paradoxo, como coexistência de sentidos em luta, como condição para a produção de um plano problemático da atividade, onde se pode inventar uma multiplicidade de saídas, como meio de criação na atividade.

Ao afirmar o sentido de contradição, a atividade do trabalhador é atrapalhada, entra num movimento de imobilização, de impedimento, por não conseguir inventar uma saída como meio de passagem entre os diversos mundos em que habita. Há apenas anulação de forças, despotencialização da ação, como ocorre na deduragem. Mas subverter esses bloqueios à sustentação das controvérsias e promover agenciamentos coletivos entre os trabalhadores, como processos desejanter comuns – o que não implica igualdade e concordância geral, frisamos –, é um desafio que só pode ser enfrentado pela produção do coletivo, pela sustentação de outros modos de viver e trabalhar, a cada vez, em cada situação.

Diante da organização, a contradição não seria nada além do que o mesmo percurso, em sentido oposto, à lei absoluta, na tentativa de anular sua força constrangedora, cujo efeito é uma rota única, um vai-e-vem, sem saída. Desmontar a organização constrangedora dos processos criativos no trabalho implica afirmar os desvios num plano coletivo em construção. Essa saída inventa-se sempre singularmente, de modo inesperado, ao sustentar o conflito como paradoxo da união. É nessa tensão que se é forçado a pensar e desenvolver a atividade.

Clot, portanto, aposta no processo de produção do coletivo e não em seu estado acabado, ou forma fechada, de grupo ou sociedade. O corpo do trabalhador, a corporatividade, funciona e produz por meios das disjunções expressas em controvérsias tensionantes ao trabalho organizado em funções que fixam as normas inventadas no meio de trabalho em regras repressivas à própria atividade.

O desequilíbrio, a desestabilização, as disfunções, as avarias, os erros se deslocam de um estatuto negativo, para afirmarem-se como abertura possível, experimentação, errância pela construção coletiva. Sempre há riscos de essa abertura tender a se fechar, do possível se estabelecer num plano pré-arranjado, da experimentação fracassar constituindo falha, da construção no seu desconstruir necessário não inventar outras conexões, da errância fixar-se como erro. São riscos que enfrentamos em nossas atividades diversas e que se configuram como problemas a enfrentar no contemporâneo. O trabalho do motorista de ônibus coletivo urbano se desenvolve nos cruzamentos dessa problemática.

A atividade, portanto, é disjuntiva. “Uma disjunção que permanece disjuntiva, e que afirma, todavia, os termos disjuntos, que os afirma através de toda a sua distância, *sem limitar um pelo outro nem excluir um do outro*, talvez seja o maior paradoxo. ‘Ou... ou’, em vez de ‘ou então’” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 106, grifo dos autores). O coletivo é atividade



disjuntiva inclusiva, produção de diferenças puras, afirmação das diferenças pela relação, não derivadas de comparações entre termos prontos, mas invenção de lutas, batalhas, a construir corpos sociais, grupos, bandos, abertos e inacabados, por isso, produtores. Entre esquizoanálise e clínica da atividade, o coletivo é o plano das forças que compõem os corpos diversos em seus encontros. “De nossa perspectiva, um grupo não é uma coleção de indivíduos, mas uma comunidade inacabada” (CLOT, 2006a, p.38).

O corpo social é um corpo múltiplo, híbrido, composto. Ele é nunca integrado, definitivamente, numa unidade, uma totalidade. Ele é sempre arranjado e desarranjado em parcialidades. Tais parcialidades são os corpos de intensidades e forças coletivas que fluem em meios de vida, meios de produção da vida. O corpo motorista de ônibus do transporte coletivo urbano é um desses corpos parcializados, nunca completamente definidos, misturados a outros corpos, seja pelos indivíduos, que participam de outros meios de produção, sejam pelo grupo profissional, que se arranja como rodoviário, misturando vários outros corpos, dentre outras misturas que se dão nesse quadro. Podem-se multiplicar os âmbitos de consideração das parcialidades corporais e encontraremos sempre cruzamentos, multiplicidades em passagens umas pelas outras, umas nas outras, tornando-se outras tão logo passem.

O gênero profissional motorista de ônibus coletivo urbano colocaria em curso uma série de questões que configurariam uma apropriação de um meio de agir pelas questões próprias que uma máquina de trabalho, corpo coletivo, órgão produtivo, enfrenta no cotidiano. Esse órgão é aberto e funciona em intercessões incessantes com outros órgãos compondo um corpo em que as paixões e paradoxos, práticas e saberes, perpassam os distintos órgãos e se desenvolvem nessas transições, com a condição de não se desmancharem num todo indiferenciado. O organismo, contudo, é a sobredeterminação desse meio coletivo de trabalho por um modo estruturante que injeta questões de outra ordem, uma ordenação sobrenatural que se afirma distinta da natureza produtiva e histórica dos meios de trabalho, ordem do capital e ordem estatal. Apesar de serem essas ordenações emergentes e estremecidas na história, elas se sustentam e se mantêm por negarem seu caráter ocasional de emergência e seus estremecimentos mais ou menos abertos à descontroladas desordenações.

Portanto, as questões relativas ao organismo, às sobredeterminações, não configuram o primeiro plano de atenção quando se trata de considerar os processos de trabalho, a atividade

produtiva, os movimentos de criação coletiva. Os motoristas de ônibus compartilham bastante conhecimento acerca dessas ordenações no funcionamento pelego do sindicato, na aliança público-privado que marca a gestão do transporte coletivo urbano, nas estratégias empresarias para contornar os paradoxos da atividade rodoviária. Mas, se ficam apegados a essa dimensão como ponto de partida das análises, acabam por colocar em segundo plano a dimensão produtiva do trabalho, da qual dependem inexoravelmente – por mais que se faça parecer não dependerem. Na medida em que os motoristas sustentam seus paradoxos, como princípios vertiginosos de análise e transformação das relações de produção social, a desenvolver em interferências e abalos na organização do trabalho, sua potência de agir se amplia, seu corpo ganha consistência para lutar sem reagir.

O próprio corpo motorista coletivo urbano é passagem, passageiro. Naturalizar seu trabalho em função de uma necessidade eterna, desde o início até o fim nunca experimentados, ou isolá-lo, buscando compreendê-lo fora das encruzilhadas em que se metem e das quais saem para poder prosseguir em viagens, é colocar o motorista numa rua sem saída, cuja única possibilidade se apresentaria como retomar o caminho de volta nessa via única, fazendo dele mão dupla, para, o mais breve possível, inventar outro curso. O paradoxo da corporatividade é um problema a enfrentar corpo a corpo, transtornando as armas do poder.

## MICROPOLÍTICA DA ATIVIDADE

### [PARADOXO DA FERRAMENTA ANALÍTICA]

[um conceito inacabado]

O conceito de atividade é inventado pela ergonomia, compondo-se como um eixo num campo multidisciplinar de análise do trabalho, desde meados do século XX na Europa e nos Estados Unidos da América. É claro que o conceito não é criado do nada, mas sim nos entrecruzamentos que a ergonomia promove entre diversas áreas de saberes e práticas sociais constituídas como trabalho. Contudo, a noção de atividade já circula no pensamento, e pode ser encontrada na filosofia por exemplo, já bem antes das complexidades da organização do trabalho no capitalismo industrial à beira da revolução informática; ainda, no âmbito da psicologia científica, no começo do século XX, já se encontra o conceito de atividade ocupando uma posição crucial nos trabalhos de Lev Vygotsky (CLOT, 2006c).

A invenção da atividade no campo da ergonomia é uma retomada do conceito pela afirmação de seu inacabamento. Cabe considerar essa apropriação em suas oscilações criativas pelas questões em que se forja e pelos conflitos decorrentes das situações de trabalho. A ergonomia instaurará um terreno consistente de intervenção nos mundos do trabalho por sustentar movimentos de problematização do seu próprio campo produtivo. Esses movimentos decorrem dessas intervenções em função da dimensão viva do trabalho que compõe, forjando-se em máquinas, processos produtivos diversos. Nesse sentido, a ergonomia demarca-se como um terreno consistente não por compor-se monoliticamente como uma estrutura em que se homogeneizam e estabilizam as matérias decorrentes das diversas intervenções, promovendo previsões e controles sobredeterminantes ao trabalho como criação. O campo ergonômico firma-se como uma zona comum em que as multiplicidades produtivas, advindas da abertura necessária aos planos de análise e intervenção, podem se comunicar, estabelecer diálogos como conflitivos e não como acordos homogeneizantes.

Por privilegiar o vivo em seus movimentos de variação e construção de si, em sua relação constitutiva com as máquinas e os meios de ação, a ergonomia prima, em sua própria produção de ferramentas, de um terreno de saber, pela abertura incessante de seu campo de intervenção junto com os trabalhadores. Essa abertura é o que possibilitará a emergência de um plano da atividade, atravessando a ergonomia, como abstração de terrenos distintos em termos de práticas e saberes, estratégias e ferramentas. Esses terrenos se veem convocados

constantemente a diálogos em suas fronteiras próprias, em função da dimensão da atividade. Essa dimensão refere-se aos tensionamentos e aos movimentos de criação configurando variações intrínsecas aos meios produtivos, da ergonomia e dos meios diversos de trabalho, em conexão, de maneira a possibilitar a lida com as imprevisibilidades no mundo que se fazem como desafios concretos pelas situações de trabalho.

Se, por um lado, a ergonomia nos convoca a não cair na ilusão fácil de que ela tiraria da cartola o conceito de atividade, já que, de modo dispersivo, ele emerge diferentemente em outros tempos e espaços; por outro lado, sustenta-se em ergonomia a dimensão enigmática do conceito de atividade (SCHWARTZ, 2004). Essa dimensão indica que o conceito não se coloca como uma ferramenta acabada capaz de identificar a atividade numa realidade considerada pronta e inerte. “Todo conceito tem um contorno irregular” (DELEUZE; GUATTARI, 1997c, p. 27). A cada situação, é preciso inventar, no próprio processo de intervenção, a ferramenta de trabalho que é o conceito de atividade. A situação força o conceito a usos não previsíveis, borra seus limites, deslocando-os, convoca um fora no conceito, pelo conceito, ou seja, um plano de forças em que a luta e a construção do trabalho continuam, tanto em ergonomia como nas atividades de trabalho em jogo na intervenção.

[entre conceito e função]

Propomos definir que a atividade se instrumentaliza, em ergonomia e nos outros campos comunicados pelo plano da atividade, como conceito, correspondendo à atividade filosófica, mas também como função, relativa à atividade científica – tal como Deleuze & Guattari (1997c) delimitam tais atividades. Apesar da ergonomia e das outras máquinas de análise da atividade situarem-se predominantemente pelas vastas terras da ciência, a atividade não se limita à instalação de um plano de referência pela renúncia ao infinito do pensamento e pelo estabelecimento de coordenadas espaço-temporais de determinação da atualização das virtualidades do trabalho. Nesse sentido, a noção de atividade ganha instrumentalização como conceito, também.

Yves Schwartz propõe, por essa via conceitual, a constituição da ergologia, uma disciplina filosófica que convoca a dimensão da atividade como perturbação incessante ao trabalho do filósofo em fabricar conceitos. A ergologia toma o problema de atividade na ergonomia e o desenvolve como conceito num campo da filosofia preocupado com a atividade industriosa. A atividade, nessa perspectiva, remete a uma “matéria estrangeira” (SCHWARTZ, 2003) que

funcionaria como uma exterioridade, um limite, uma perturbação, dos instrumentos conceituais. Seguindo esse horizonte, para o qual Schwartz nos aponta, podemos dizer que a atividade é uma ferramenta de fabricação de outras ferramentas conceituais, uma máquina de fazer máquinas.

Por outro lado, há movimentos, no plano dos aparelhos teórico-metodológicos de intervenção nos mundos do trabalho instigados pela dimensão da atividade, que sustentam o projeto de desenvolver a atividade num aparelho funcional científico. É o caso de Yves Clot (2006a), preocupado em desenvolver a ciência psicológica do trabalho pela clínica da atividade. A clínica da atividade, para tanto, busca “atribuir um privilegio à ação – à clínica – a fim de transformá-la na mola propulsora de uma psicologia” (CLOT, 2010b, p. 12), uma psicologia do trabalho que não meramente aplique conhecimentos de laboratório às situações laborais, mas que assuma a situação da psicologia no trabalho como local privilegiado para o desenvolvimento científico, constituindo um laboratório cuja inserção na trama social é primordial à produção do saber.

É por esse projeto de psicologia em construção junto aos trabalhadores que Yves Clot (2006a) busca definir uma função psicológica do trabalho, com referências à prática científica. O que se revela bastante promissor uma vez que transtorna os ideais científicos de universalização e uniformização. Clot, ao preocupar-se com a generalização científica a partir das pesquisas em clínica da atividade, não está tomado pela obsessão de obter dados de um real por trás dos panos, escondido no fundo das mentes dos trabalhadores, mas com a possibilidade de construir funções, a partir da experiência clínica e analítica com os trabalhadores, para instrumentalizar-se em outras intervenções.

Podemos dizer, com Deleuze & Guattari (1997c), que, “finalmente, o que é problemático é menos a relação da ciência com a filosofia do que a relação ainda mais passional da ciência com a religião, como se vê em todas as tentativas de uniformização e de universalização científicas, a procura de uma lei única, de uma força única, de uma única interação” (p. 162). Nesse sentido, tem menos importância se a atividade é tomada como conceito ou como função, se ela é desenvolvida no plano de pensamento da ciência ou da filosofia. Importa, sobretudo, no plano da atividade, que não se perca a dimensão de perturbação ao pensamento, de força do fora que força a pensar o que ainda não foi pensado, de afirmar o inacabamento das ferramentas filosóficas e científicas. Trata-se de primar pela dimensão de intervenção na

realidade, de construção da realidade, que essas ferramentas implicam, em vez de cair na ilusão de verdade absoluta finalmente alcançada, seja lá, cá ou acolá.

[entre condições e organizações do trabalho:  
materialidades e relações de produção]

A ergonomia se monta pelo princípio de transformar o trabalho a partir do humano. Essa proposta se sustenta sob os conflitos entre o desenvolvimento tecnológico e a atividade humana. A ergonomia buscará transformar as ferramentas do trabalho e suas condições materiais – máquinas mecânicas, assentos, painéis de maquinário, iluminação, ruídos, tempos e ritmos de trabalho e descanso, etc. (LAVILLE, 1977) – em função do homem. Entre o homem e o ambiente de trabalho, a atividade, ou seja, o que ele faz com essa máquina, nesse ambiente, torna-se o foco de análise do trabalho pela ergonomia.

A ergonomia irá desenvolver a relação entre a organização do trabalho e o ambiente de trabalho sustentando seus conflitos analisados pela atividade dos trabalhadores que colocam em questão tanto a organização de trabalho quanto as condições de trabalho materiais produzidas por essa organização, como procedimento e expressão do modo de produção capitalista. A divisão fundamental do trabalho no capitalismo entre patrão – proprietário dos meios de produção – e empregado – força de trabalho – se desdobra na separação entre planejamento e execução, entre pensamento e ação. Disjunções exclusivas em uma “atividade apartada de si” (CLOT, 2006a). Procura-se, nesse modo, abordar uma organização do trabalho apartada da atividade dos trabalhadores e compreendida do lado do planejamento sob a lógica do proprietário, problematizando-a, colocando-a em questão: o planejamento acerca do trabalho é separável da execução? Quais os efeitos dos modos de gestão no trabalho que investem a mútua exclusão entre pensar e fazer?

Essa separação é confrontada com o desenvolvimento tecnológico estreitamente relacionado à produção social. O desenvolvimento das máquinas no século XX força a consideração do trabalhador para além de meramente executor de tarefas prescritas pela organização. Isso se desenvolve e expande, questionando a organização de trabalho: organização e planejamento do trabalho, funções do pensamento tomadas como predeterminantes da ação e apartadas do gesto operatório, não estão presentes na atividade dos trabalhadores, mesmo quando considerados meramente executores de um planejamento externo? Esse problema inquieta os ergonomistas e leva-os a desenvolver críticas à organização do trabalho. As condições de

trabalho passam a ser referidas à organização de trabalho. Não é possível alterar as condições materiais sem interferir nas relações sociais em jogo no âmbito da fábrica, da empresa. A materialidade dos meios de trabalho implica relações de produção. “Assim se fabricam os meios de trabalho, que traduzem sempre, simultaneamente, relações sociais que definem as condições de trabalho” (CLOT, 2006a, p. 96).

Entra-se em choque com a organização científica do trabalho, uma tecnologia em consonância com o regime capitalista na produção de modos de trabalhar e viver, proposta por Frederick Winslow Taylor (1990), hegemônica nos mundos do trabalho no século XX. Busca-se, a partir dessa proposta, reduzir a subjetividade a um ruído na produção. O limite do taylorismo é a subjetividade do trabalhador. Procura-se nessa organização prescrever e controlar todo e qualquer gesto do trabalhador no tempo e no espaço.

[trabalho real e atividade]

Sendo assim, formam-se duas linhagens, duas tribos da ergonomia no confronto com Taylor e seu exército, em virtude de posicionamentos críticos distintos. O coletivo anglo-americano desenvolverá a ergonomia sem, contudo, questionar o essencial da organização taylorista do trabalho, a subordinação da execução ao planejamento, da ação ao pensamento, do proprietário da força de trabalho ao proprietário dos meios de produção. Por isso, pode ser caracterizada como uma posição crítica reformista que, ao questionar as formas de produção do trabalho no taylorismo, não interfere, contudo, na relação social e desejante fundamental que institui os modos capitalistas de produção em formas de organizar o trabalho apartadas da atividade concreta. Essa tribo acaba por desenvolver o taylorismo em continuidade com seus princípios fundamentais.

A linhagem francesa, no entanto, sustentará a tensão entre planejamento e execução no contexto do capitalismo com vistas a encontrar saídas dessa dicotomia, tensionando-a. Em disposição de pensar outros modos de trabalho, rompendo o binarismo pensar-agir, abre-se à consideração da atividade na situação de trabalho, vai ao encontro dos processos de gestão do trabalho entre os trabalhadores. Essa entrada crítica nos meios de análise do trabalho expande a potência de problematização dos processos de produção no capitalismo disparada na ergonomia a partir do conceito de atividade.

Produzem-se nessas críticas diversas ferramentas conceituais fundamentais: a distinção entre trabalho prescrito e trabalho real, primeiramente. Trabalho prescrito é o que a hierarquia, a organização, o planejamento sobreposto à execução, impõem como determinação do trabalho, como conjunto de normas e regras a cumprir em função da finalidade que, no capitalismo, sobrepõe-se à atividade no trabalho. O trabalho real é o que trabalhador faz, como ele executa o trabalho, considerando as normas e regras prescritas numa operação sempre diferente em relação a esse prescrito. Essa distinção é básica nas diversas abordagens ou linhas de desenvolvimento da ergonomia.

A distinção e a relação entre prescrição e realidade do trabalho desenvolvem-se pela ergonomia no sentido de procurar compreender a complexidade negada da execução, visando fortalecer as interferências desde o próprio trabalho realizado nessa relação. Nesse sentido, o trabalho real não é apenas sempre diferente em relação ao trabalho prescrito, mas vem a ser diferenciante do prescrito no desenvolvimento do trabalho. Não se trata mais de denegar a subjetividade, mas de compreendê-la, de aprimorar sua conexão com os aparelhos produtivos, para desenvolver a produção. Analisa-se como os desempenhos são realizados ou não pelo trabalhador, para além de seus efeitos esperados pela organização. Nessa distinção, contudo, ainda não se coloca o problema do princípio de subordinação do fazer em relação ao saber e sua mútua exclusão (DARSES; MONTMOLLIN, 2006). A consideração da complexidade do trabalho realizado pode integrar-se tranquilamente à constituição dos aparelhos produtivos sem questionar a própria produção no contexto do capitalismo.

A tribo de origem francesa, ou francófona – uma vez que não comporta apenas bandos de ergonomistas franceses, mas também de outras nacionalidades que utilizam a língua francesa –, desenvolverá outra distinção, em relação com a primeira entre trabalho prescrito e trabalho real, no rumo do desmonte da dicotomia saber-fazer. Diferencia-se, então, tarefa e atividade, ampliando as dimensões envolvidas na distinção entre trabalho prescrito e trabalho real.

A tarefa é o que se deve fazer, a atividade é o que se faz. Mas, a partir daí, a análise concentra-se no sujeito da ação, no trabalhador, e não mais em função de uma prescrição a ser reformada, a ser aprimorada, para otimizar uma produção inquestionada. Não se observa o que se faz no trabalho do ponto de vista das regras prescritas, a fim de aprimorá-las, pois o foco é o sujeito que coloca em jogo diversas funções, que se mobiliza de diversas maneiras, para realizar o que tem a fazer. Por isso, essa linhagem compõe a chamada ergonomia



centrada na atividade. É também denominada ergonomia situada, por partir das situações de trabalho assumidas pelos sujeitos, saindo da perspectiva que se volta para a organização do trabalho em suas complicações diante dos avanços tecnológicos. Nesse contexto, a tarefa não se confunde com o trabalho prescrito, mas funciona como a prescrição subjetivada, assumida e apropriada pelo trabalhador. Tarefa e atividade estão em jogo, em desenvolvimento, a partir do sujeito.

A ergonomia situada, ou ergonomia da atividade – expressões mais pertinentes para nomear a linhagem da ergonomia que emerge nos países francofônicos, mas que, atualmente, se constrói em diversos países e em diversas línguas –, analisa a atividade por meio dos comportamentos, das lógicas de ação, do vivido e dos processos biológicos dos sujeitos no trabalho (DARSES; MONTMOLLIN, 2006). A subjetividade, tomada como ruído e empecilho no funcionamento e na comunicação entre máquinas e homens, passa a ser considerada por outro viés. Se no taylorismo o sujeito é também primordial é no sentido de evitar o desperdício dos recursos humanos, como parte dos recursos naturais, em função da eficiência produtiva nacional e empresarial (TAYLOR, 1990). Em ergonomia, especialmente em ergonomia da atividade, a consideração da subjetividade subordinada aos objetivos estabelecidos será problematizada, não pela negação da dimensão da produtividade, mas pelo questionamento dos objetivos formulados em instâncias que apartam os sujeitos da determinação de seus meios de produção e existência.

[devir do trabalho]

A clínica da atividade, protagonizada por Yves Clot (2006a; 2010b), inventa-se por essa tribo da ergonomia da atividade, pertence à linhagem dos que se interessam pela atividade como composição do trabalho a partir da dimensão subjetiva na produção. Está numa relação dinâmica com esse bando e suas distâncias e proximidades marcam suas transmissões e engates com o aparelho ergonômico. Trata-se de uma filiação intensiva, “uma herança em discussão” – para retomarmos a expressão utilizada por Clot (2010b) diante das contribuições de Alain Wisner, proeminente ergonomista da atividade. Quer se retomar, na clínica da atividade, como um meio de desenvolvimento da psicologia do trabalho, a consideração da subjetividade que a ergonomia situada encaminhou. Nessa clínica irá retomar-se o conceito de atividade desenvolvido pelos ergonomistas da atividade, expandindo-o para além da

objetivação do trabalho realizado e da subjetivação que se estrutura pelo encadeamento de lógicas e comportamentos (CLOT, 2006a).

A crítica de Yves Clot (2006a) ao conceito de atividade desenvolvido pelos ergonomistas incide sobre o modo como a análise da atividade é promovida. Ela ainda faz a atividade se definir pela tarefa (GESLIN, citado por CLOT, 2006a, p. 65), prendendo-se às funções fisiológicas e mentais, à capacidade técnica e à sequência de operações despendidas para realizar a tarefa. Essa definição da atividade pela tarefa parte da dimensão de produção do sujeito e da coletividade no trabalho; no entanto, limita-se o plano de análise à medida que, por sua abordagem, a atividade do sujeito “se volta unicamente para o objeto da tarefa” (CLOT, 2006a, p. 65). Poderíamos então afirmar, pela perspectiva a que Yves Clot nos encaminha, que a ergonomia situada trata a atividade como um encadeamento de ações em função da tarefa do sujeito tomada como núcleo da ação.

A atividade, contudo, é excêntrica, não se desenrola a partir do prescrito, nem da tarefa, a princípio; é o prescrito que deriva como atividade de gestão e concepção esfriada, desacelerada (CLOT, 2006a, p. 95). A tarefa não é apenas a reapropriação das normas da organização de trabalho; os coletivos de trabalho são protagonistas da produção de normas e valores imanentes aos processos de trabalho. A organização de trabalho sobrecodifica essas normas e valores e as rebate sobre os trabalhadores estruturando-as de maneira que assegure a sobredeterminação capitalista da produção.

A tarefa, entretanto, é imanente à atividade. A tarefa é a atividade em determinadas condições e como meio dos processos de trabalho, após um processo de territorialização, constituição, das normas e valores produzidos, provocadas pelas situações de trabalho. A tarefa dá consistência a um corpo coletivo de avaliação e desenvolvimento da atividade. As normas instituídas entre os trabalhadores podem ser reificadas e sobrecodificadas em normas da empresa dirigidas à atividade dos funcionários: essa é a função hegemônica da organização do trabalho atualmente. As normas de trabalho reterritorializadas conformam as prescrições. Nesse processo de rebatimento das normas produzidas em meio à atividade sobre a atividade produtora, dispõem-se conflitos acerca da organização do trabalho como problematização dos modos de produção capitalísticos. A partir daí, dispõem-se enfrentamentos por meio desse corpo territorializado que, entretanto, precisa dispor-se à desterritorialização, à transformação

das normas, à estilização, pela atividade, para promover a vitalidade do trabalho, sem a qual não há sentido possível para produzi-lo.

A tarefa na clínica da atividade se configura como foco de um embate social acerca dos processos de produção e dos meios de ação, como dimensão intrínseca, indissociável, imanente, à atividade. E esse embate problematizando os mundos do trabalho por meio da tarefa como codificação da atividade em valores e normas visa questionar a sobrecodificação de normas e valores que as relações de produção capitalistas impõem aos trabalhadores em contradição com o desenvolvimento das forças produtivas na atividade. É um poder de coerção que o capital assume para assegurar suas provisórias estabilidades que se combate pela tarefa, por meio da criação na atividade, fazendo frente às sobrecodificações e reterritorializações na produção. A tarefa são as condições sociais dos fluxos desejantes da atividade. E a atividade é o processo de desterritorialização produtiva nas bordas da tarefa.

Desse ponto de vista, Yves Clot (2006a) aborda a atividade a partir dos conflitos empreendidos em seu desenvolvimento, nos desvios que precisa inventar para prosseguir seu percurso. A atividade é o devir do trabalho, nunca completamente determinável, fazendo-se sempre pontas de derivas abertas à criação na produção. Em clínica da atividade sustenta-se a tarefa como condição a ser reinventada em função da atividade, sempre variante. Um desenvolvimento na história do trabalho, mas que a transtorna por desmanchar a cada vez uma ordem cronológica do tempo na sucessão passado-presente-futuro. Transtorna-se também o espaço de constituição do desenvolvimento produtivo, colocando na análise o presente da atividade em situação, que inclui seus possíveis, seus conflitos, os feitos, os desfeitos, os refeitos, seu futuro, seus sonhos, seus porvires. A produção do possível pela atividade está no presente, no passado e no futuro, e entra em jogo nos conflitos a que é lançada.

A clínica da atividade desenvolve a subversão das análises no mundo do trabalho ao expandir a noção de atividade criada no campo da ergonomia. Engaja-se no empreendimento de desmanchar a dicotomia produzida entre execução e planejamento ao abordá-los como atividade entre os trabalhadores, fundamentalmente. A organização do trabalho é reterritorializada no capitalismo, mas essa reterritorialização entra em jogo nas análises dos mundos do trabalho numa crítica situada e transversal pela atividade coletiva de trabalho. “A organização é de qualquer maneira desnaturalizada por sua respectiva atividade; a própria divisão do trabalho é o objeto de um trabalho” (CLOT, 2006a, p. 84). Não mais o ponto de

vista do efetuado a partir do prescrito, nem do composto a partir da tarefa. O real da atividade não é apenas a atividade realizada, mas todo o processo produtivo em suas diversas possibilidades pela atividade. É a produção que a clínica da atividade irá abordar: como o mundo do trabalho, seus sujeitos e seus objetos, se produzem pela atividade? Como se compõem os coletivos profissionais em máquinas desejantes produtoras de produção?

Clot (2006a) problematiza a contradição suscitada pelas relações capitalistas entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações da produção. Trate-se de habitar os limites que o capitalismo traça entre o processo de produção e as relações de produção por meio da organização do trabalho reterritorializada e da disjunção exclusiva entre prescrição e execução abordadas pela atividade situada em suas possibilidades desterritorializantes. Guattari (1981) afirma que “pode-se conceber outras relações de produção no contexto da indústria altamente desenvolvida, da revolução informática, etc., que não sejam antagônicas com a produção desejante, artística, onírica...” (p. 22). Tal perspectiva permeia a clínica da atividade animando a consideração da multiplicidade de universos de atividade implicados na produção das situações de trabalho e das saídas para os impasses a que somos lançados no jogo capitalista de produção.

[a atividade é sempre situada: entre concreto e  
abstrato]

A atividade é sempre situada. Nessa posição se concentra a radicalidade da abordagem psicológica do trabalho em clínica da atividade, a partir da ergonomia da atividade. A situação é o paradoxo que desmancha a dicotomia maniqueísta entre concreto e abstrato. “As referências mais abstratas, mais radicalmente incorporais, encontram-se ligadas ao real; elas atravessam os fluxos e os territórios mais contingentes. Elas não são, de forma alguma, uma garantia contra as alterações históricas ou as mutações cosmogénicas” (GUATTARI, 1996, p. 55-56). A situação é ainda o que possibilita não tomar a história do trabalho como abstração transcendente, imutável, incontornável, nem presa à realidade constituída, vivida, dada. A situação é uma perturbação, um problema, um traçado de limites entre o concreto e o abstrato.

As situações de trabalho experienciadas pelos motoristas de ônibus do transporte coletivo urbano podem ser tomadas em conversas e, a seguir, em produções de vídeo, ou outros dispositivos quaisquer de análise da atividade que se monte, num movimento de abstração por

outras atividades, porque transtornam o realizado, o acontecido, o feito, o vivido, para existirem como paradoxos, como problemas a viver. A situação se constrói por não se fechar a experiência na concretude dos acontecimentos fadados aos fatos e por não se desencarnar dos afetos que nos relançam às relações constituintes. Funcionando como tensionamento, a situação provoca a pensar o trabalho de transportar passageiros e de transportar o automóvel coletivo em por problematizações singularizantes. As situações não ficam restritas a um caso que possamos focar perdendo de vista o universo de questões que o enxameiam e o constituem, nem a abstrações lógicas compreensíveis fora da experiência. Ao mesmo tempo, a situação é concreta, mais concreta que o pronto e acabado porque insiste nos ossos, nos músculos, nos olhos, nas mãos, nos pés, desconcertando a organismo motorista.

“As relações sociais *e* as relações metafísicas não constituem um após ou um além” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 70, grifo dos autores). Os problemas na experiência não ficam restritos ao passado em situação, nem ao futuro antecipável, nem ainda ao presente sem história e sem devir, encurralado entre o passado e o futuro. Eles constituem um passado e um futuro por um presente vivo, insistente: são problemas vivíveis. A situação, pela problemática que a sustenta, é o plano de constituição do real da atividade, sua possibilidade de construção, de transformação, pelo ponto onde o pensamento é perturbado e movido pelos afetos no plano das relações. O real não está dado de antemão, ele está sempre sendo construído. Está aqui nosso embaraço no que ainda confundimos o real com o fato, o comprovável, o supostamente passível de acordo por todos, de modo igual. O real é, pelo contrário, o corpo coletivo, os afetos pelos encontros, em suas variâncias, a criação cotidiana no trabalho, a concretude da situação. A doença no trabalho se produz exatamente quando essa história se engessa, quando ela não se presta a ser meio pra viver outras experiências (CLOT, 2010b). A situação retoma o vivido do passado e o previsível do futuro questionando-os pelos problemas do presente a viver. Portanto, a situação é sempre paradoxal, bifurcante. Ela instala um plano de multiplicidade de vias, uma malha viária problemática.

Tomemos a situação, com a qual nos deparamos em nosso percurso de pesquisa, da experiência do motorista que deseja ser demitido em meio às perseguições que vive no trabalho e para isso age nos entremeios da atitude proibida pela organização no que ela pode ainda ser tolerada para percorrer esses limites. Em que está a abstração dessa situação? No ponto em que ela já não é somente ponto, já é mancha, linha, enovela, não é mais assinalável como sendo vivida por fulano ou ciclano, um sujeito caso particular, mas ela é compartilhável

pelos companheiros de trabalho, pelos passageiros, circula na organização de trabalho, faísca no corpo social. É aí que ela passa a ser situação de trabalho, quando ela se abstrai de um sujeito e de um objeto particulares. No mesmo movimento em que a situação se constitui por abstração, em sentido contrário, mas em mesma via, concretiza-se. Ela ganha corpo, os colegas podem compartilhar a experiência e não, meramente, julgar o companheiro; os passageiros podem sacar porque o motorista está agindo de modo grosseiro, podem participar dessa experiência, jogar com ela, e não contra o motorista, caindo no modo consumidor em reclamação, individualizando a problemática, mas implicando-se na construção dos processos de trabalho do transporte coletivo na cidade.

Essas vias, da concretude e da abstração, na situação, estão sempre a meio caminho. Não existe situação ideal, em que haja compartilhamento absoluto da experiência, compreensão mútua, ou qualquer desses ideais de relação. Há sempre o conflito e o conflito é o ponto de emergência e a linha vibrante de sustentação da situação. Ele é crucial para que sejam possíveis as duas vias em disjunção inclusiva na situação, abstração e concretude, para que o motorista indignado não completamente haja em desacordo com as normas de trabalho, para que os passageiros e colegas de trabalho não entendam completamente sua atitude, para que a solução final não seja encontrada, e, afinal, para que haja situação a viver.

[a linha dura entre trabalho prescrito e trabalho  
real]

Ao fazer o percurso do conceito de atividade em diferentes campos de prática e saber que se intercessionam, desde a ergonomia da atividade passando pela clínica da atividade, o que está em jogo é a micropolítica do trabalho. É na prática das análises situadas do trabalho, em processos de intervenção, que pode surgir e se desenvolver o conceito de atividade tal qual o traçamos aqui. O conceito de atividade é povoado de sentidos múltiplos, divergentes, que se constituem a partir dessas diversas situações em que funciona como ferramenta. A cada vez que ele aparece em uma paisagem de trabalho, em meio às análises situadas, a batalha do sentido se instaura e o conceito se pode configurar em novos arranjos de uso.

Propomo-nos, então, traçar um percurso relativo aos desenvolvimentos do conceito de atividade. Outros percursos do conceito de atividade poderiam ser feitos. Nosso trajeto não abarca a totalidade de práticas e saberes variados e variantes constituídos a partir da consideração da atividade situada em análises do trabalho. As problemáticas relativas ao

desenvolvimento da análise científica e filosófica da atividade são dispersivas, desafeitas ao progressismo. Trata-se de uma construção aberta em diversos limites, trabalhadas numa multiplicidade de questões e perspectivas. Nossa via percorre alguns desses problemas levantados e trabalhados no plano da atividade, traça uma linha por alguns pontos de embarque de questões.

Num primeiro movimento, no campo da ergonomia, que se desenvolve com furor interdisciplinar a partir dos problemas da indústria em desenvolvimento, pelos meados do século XX, constitui-se uma bifurcação entre trabalho prescrito e trabalho real. Tal bifurcação irá funcionar em disjunção inclusiva. Não é possível pensar um conceito sem o outro, a existência de um depende da existência do outro. Eles funcionam como polaridades que se tensionam mutuamente, tal qual um ímã. O trabalho prescrito e o trabalho real funcionam em sentidos distintos, porém estabelecendo uma via de mão dupla para a análise situada do trabalho.

Por tal procedimento, inventado pelos ergonomistas, acaba por se abrir um certo plano de produção conceitual, uma vez que os conceitos não se isolam, não transcendem o tensionamento constituinte de suas funcionalidades sempre variantes. De tal maneira, não ganham aparências de eterno, de propriedade de especialistas autorizados, não se descola do plano de produção do real convocando sempre à investigação do trabalho lá onde ele acontece. O tensionamento no plano conceitual entre trabalho prescrito e trabalho real permite que este plano possa se abrir à criação de problemas pela atividade situada. No plano das análises do trabalho marcado pela primazia do fator humano a ser contornado se criam os conceitos magnéticos de trabalho prescrito e trabalho real, funcionando como polos magnéticos: capazes de atrair, puxar as forças das máquinas de diversas ordens colocando-as em outros jogos de relação, em outras considerações da subjetividade no trabalho.

Esse dispositivo magnético que instaura a ergonomia permitiu desenvolver a dimensão da produção no trabalho no sentido de uma micropolítica. Partindo de uma linha dura, linha com contorno bem marcado, separando nitidamente o trabalho prescrito do trabalho real, a micropolítica do trabalho irrompe desde o começo da ergonomia pela abordagem do plano macropolítico. Afinal, como já dissemos, é a partir do problema do fator humano incontornável, das variações que os sujeitos inevitavelmente imprimem a cada vez para realizar o trabalho, que a ergonomia é inventada. A micropolítica do trabalho na ergonomia

principia, com a impossibilidade das formas estabelecidas de gestão suprimirem a dimensão instituinte do trabalho concreto e da análise desse trabalho, voltando-se para o trabalho real.

Olha-se, assim, como o trabalhador realmente executa o trabalho para definir novas normas, novos equipamentos, novos funcionamentos. É em função desse objetivo que a atenção do ergônomo se volta para o trabalho em situação. A micropolítica está, nesse caso, subordinada à dimensão macropolítica do trabalho, ou seja, às normas e regras, condições e organizações do trabalho no que ela se estabelece, ganha visibilidade e legitimidade. Entretanto, abre-se um horizonte de questionamentos da organização do trabalho. Ao voltar-se para o real em contraste com o planejado, já se instaura a possibilidade de uma reviravolta pelo privilégio da micropolítica, ou seja, da produção de realidade em relação ao estabelecido, ao macropolítico.

No trabalho do motorista, essa micropolítica seria dispor-se a acompanhá-lo, de algum modo, no fazer do trabalho para verificar que condições de trabalho poderiam ser mudadas: um assento que não permite regulação e o motorista fica desconfortável, o calor e barulho que pode ser diminuído ao transpor o motor da parte dianteira do ônibus para a traseira, rearranjar os horários prescritos de viagens em função dos reais horários necessários para completar um percurso e poder descansar o tempo correspondente sem sacrificá-lo, como é habitual. Tal abordagem é, sem dúvida, crucial para promover transformações no trabalho. Ao atentarmos para isso já podemos imaginar como o trabalho do motorista poderia fluir bem mais fácil a partir dessas considerações.

– Micose, fungo, outras coisas, a gente senta ali, esquenta: cara, é horrível! [...] – Tem vários outros itens [e tem!] que eu poderia tá falando pra você, que teria que ficar o dia inteiro aqui se for falar [...] Tem uma série de problema se você for ver no carro: poltrona que não regula, num suspende nem abaixa... O meu padrão de corpo é diferente do de alguns dos meus colegas – Ah! Poltrona que não regula... – Então, o que que acontece... (ZAMBONI; OLIVEIRA, 2011)

Mas é aí, ao colocarmos os conceitos em uso, considerando seus funcionamentos, que podemos avistar e logo percorrer seus limites. Como dissemos, o magnetismo do imã trabalho prescrito - trabalho realizado opera em função da macropolítica do trabalho. Olhar o dia-a-dia do motorista se faz para compreender em que pontos e como ele faz diferente do trabalho prescrito e como se podem mudar as prescrições para facilitar o trabalho. Nesse sentido, a preocupação não parte diretamente do trabalho efetivamente realizado, mas sempre do polo da prescrição, o norte da intervenção ergonômica nesse começo. O limite da linha dura é que se ficamos presos a ela nas análises do trabalho secundarizamos a dimensão micropolítica do



trabalho real, que sempre envolve mais do que está estabelecido na organização do trabalho, espalhando-se por outros espaços e tempos de relação, outros modos de gestão.

Como adequar os horários de viagem aos imprevistos de trânsito se a cada dia, a cada itinerário, a cada minuto até, não se sabe quanto tempo afinal vai se demorar a completar o percurso? O engarrafamento pode durar mais ou menos a depender de tantas variações que é impossível saber de antemão certamente o tempo real de trabalho. O mesmo limite aparece na situação do calor e do barulho: ainda que o motor fique na traseira do ônibus, o calor do asfalto, da lotação de gente, da parada no engarrafamento, dos dias ensolarados, continua. Com relação à cadeira regulável, as características físicas de cada motorista variam, mesmo nele próprio. Há ainda o problema das hemorroidas, difícil de ser discutido coletivamente. Uma coceira no meio do caminho nas costas, um jeito de sentar que se gosta e que não cabe na forma certa exigida pela cadeira: eis alguns tópicos limites, situações problemáticas, ao imã analítico trabalho prescrito - trabalho realizado. Todas essas questões remetem então ao plano das relações sociais e desejantes atravessando os diversos meios de atividade vital, impedindo isolar as análises situadas do posto de trabalho definido em linhas duras.

[a linha vibratória da análise da atividade: por  
uma micropolítica do trabalho]

Suscitando situações, a micropolítica irrompe pleiteando uma visada que não venha dos planejadores e organizadores apartados das multiplicidades que compõem o trabalho e que lhes vem visitar para fazer melhor seu gerenciamento; o que é ótimo para os motoristas, de certo modo, mas dessa maneira ainda se sustenta a linha dura que separa nitidamente administradores e projetistas prescritores do transporte coletivo urbano e trabalhadores executores, entre eles, o motorista. Desse modo, a ferramenta analítica do trabalho real em relação ao prescrito perde sua potência de analisador das relações produtivas. Essa dicotomia fortalecida torna-se problema a desenvolver a partir da consideração da micropolítica do trabalho.

O motorista não consegue criar modos de expressão para além do esquema porque há um padrão para a organização do trabalho ouvi-lo. O sistema de trabalho se modifica, mas tem que haver paciência, nesse modelo, por que o sistema muda aos poucos, devagar, a cada vez ele melhora, supõe-se. Como se o trabalho se desenvolvesse numa linha única, progressiva. Está aí a centralidade do trabalho prescrito, a linha reta e dura, ainda que se quebrem em

várias, que se tem a percorrer de modo exato. O ideal da prescrição é revelado, mas ele continua ali, impassível como princípio do processo de produção. Por vezes, cai-se mesmo numa tomada da prescrição como inimigo; o que se faz como um equívoco pela desconsideração da história dos meios de trabalho. Trata-se, ainda, de sustentar o privilégio do prescrito, ainda que se lhe conteste. E quando um motorista não consegue ser ouvido, como na situação de querer ser demitido porque já sacanearam demais, e se inventa outros meios pra se fazer ouvir, a dimensão micropolítica questiona o privilégio da macropolítica mais uma vez. Os próprios ergonomistas promovem o desenvolvimento de seu terreno teórico-metodológico pelo questionamento dos limites de suas próprias práticas (WISNER, 2004).

Mas como seria possível tomar a micropolítica em primeiro plano no processo de trabalho, sem cair nas estratégias que transcendem e contradizem os processos de trabalho por impasses e bloqueios? É preciso considerar, acerca dessa questão, algumas perspectivas. Não se trata de eliminar a conflitualidade, mas de suscitá-la, de criar-lhes meios de tensionamento, para que não cessem diante de acordos que supostamente resolveriam os conflitos de uma vez por todas. O transcendente são impedimentos e bloqueios dos movimentos próprios dos trabalhadores nos processos de trabalho; não estão restritos ou localizados definitivamente, mas se efetuam como práticas dispersas entre os diversos sujeitos. Portanto, a saída a tais bloqueios se constrói afirmando as conflitualidades e controvérsias iminentes aos processos produtivos.

Tal saída se vai inventando em meio a ergonomistas da atividade à medida que se voltam para essas lutas em meio à produção. Esses ergonomistas, preocupados em não privilegiarem cadeiras, iluminação, painéis, rotinas, em detrimento dos sujeitos que compõem o trabalho, passaram a se focar principalmente nos aspectos subjetivos, considerando que cada trabalhador é diferente de outro, e mesmo diferente de si em outro tempo e espaço. As dimensões cognitivas, fisiológicas, comportamentais, dentre outras, passam a figurar como protagonistas da intervenção acerca das normas de trabalho. Esse sujeito abordado pela ergonomia da atividade se faz com linhas vibratórias, um tanto diferentes da linha dura que predominava na análise ergonômica do trabalho realizada em função do prescrito. As linhas móveis da micropolítica, cabe entretanto destacar, estão desde o início constituindo o dispositivo ergonômico: situam-se nas passagens e nas interferências entre o prescrito e o real.

Mas a linha dura predomina na visível separação mantida entre as duas dimensões do trabalho, prescrito e real.

As linhas de análise estremecentes predominam à medida que se prefere o trabalho realizado ao trabalho prescrito – não negando este, mas abordando-o em função do real em vez do contrário – ao focar a dimensão subjetiva como imanente aos processos de trabalho e não restritas ao trabalho realizado apenas, como demarca a linha dura dos primórdios da ergonomia. A atividade passa a figurar como dimensão crucial na subversão e desenvolvimento do imã analítico da ergonomia. Cria-se um novo dispositivo magnético, polarizando atividade e tarefa, forjado desde a dimensão subjetiva considerada como foco das análises do trabalho.

Sendo a dimensão subjetiva presente na prescrição também, é preciso questioná-la desde outro ponto de vista, em que a subjetividade não seja tão somente elemento a considerar na reformulação racional dos meios. Passa-se a questionar os próprios objetivos da organização do trabalho em função da atividade dos sujeitos. A produção desejante coletiva irrompe na organização do trabalho, excedendo a mera consideração das condições estabelecidas de trabalho, pelos seus processos de institucionalização como irracionalização das razoabilidades assentadas, dando margem à produção de outras razões para trabalhar, ou melhor, outros sentidos e modos de produzir. E aí as variações se configuram em torno dos diversos sujeitos implicados no trabalho: cada um por seu modo, em cada situação de trabalho, vai fazer modulações próprias na linha, sustentando seu trabalho em meio às infidelidades do meio ao prescrito tarefa. O que passa a ter interesse para esses novos ergonomistas são as ondulações pelo que a linha de trabalho passa, como o trabalhador habita uma linha flexível de trabalho, criando-a de modo a perpassar toda a organização do trabalho.

A linha agita e os conceitos se movem, se transformam. Não se consegue mais abordar o trabalho realizado tão somente, tomando-o em função do prescrito. Para marcar a instabilização no trabalhado, um novo conceito entra em jogo: a atividade. O conceito de atividade se desenvolve nas análises do trabalho em meio a uma nova micropolítica, já que não existe micropolítica sem considerar as linhas flexíveis de produção da realidade, bem como as linhas tensionantes que configuram formas visíveis, delimitadas, marcadas. Eis um cruzamento fecundo entre um horizonte de desenvolvimento e uma verticalidade histórica

suporte para tal. É daí que a análise do trabalho pode se fazer como transversalidade pela integridade vital dos sujeitos em atividade.

## ESQUIZOANÁLISE DA ERGONOMIA: UM ENCONTRO E SEUS VESTÍGIOS

[PARADOXO DO SISTEMA HOMENS-MÁQUINA]

[O anti-édipo e sua luta]

Em 1972, Gilles Deleuze & Félix Guattari (2010) publicam, na França, *O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia I* – o livro será publicado em português, no Brasil, em 1976. É uma obra profundamente irritante, perturbadora. Num período dominado por totalizações teóricas, que se configuram a partir de certas apropriações de Marx e Freud principalmente (FOUCAULT, 1999; FOUCAULT, 1991), *O anti-édipo* é uma escavação de saídas em meio à programática teórica e revolucionária que encerrava o mundo numa unidade fechada sobre si – seja o mundo psíquico, seja o mundo econômico-político. A obra funciona como limite aos acontecimentos de maio de 1968, na França: um resto incômodo a estender-se pelos limites dos movimentos revolucionários.

*O Anti-Édipo* é um dos momentos fortes de cristalização de um movimento que poderia ter resvalado, como ocorre um pouco mais tarde na Itália e na Alemanha, em direção ao terrorismo por deter a fase de refluxo que tomou conta dele. A organização mais próxima da tentação terrorista, a Gauche Prolétarienne (GP), desaparece em 1973. Será que se podem ver aí os efeitos dissolventes, abrasivos da esquizoanálise sobre a paranoia militante? Não se pode afirmar isso, mas, se a teoria do desejo teve o efeito de fazer morrer a pulsão coletiva de morte dessa juventude militante maoísta, terá sido útil. (DOSSE, 2010, p. 175)

Todo ideal revolucionário estava posto em questão pelo problema que Deleuze & Guattari construíam para habitar: o paradoxo do desejo de repressão (DELEUZE; GUATTARI, 2010). Podemos formulá-lo numa pergunta:

Como o desejo pode chegar a desejar a sua própria repressão? Em que condições se produz a servidão voluntária? [Ou ainda,] como fazer para não vir a ser fascista mesmo quando (sobretudo quando) se crê ser um militante revolucionário? Como desembaraçar nossos discursos e nossos atos, nossos corações e nossos prazeres do fascismo? Como caçar o fascismo que se incrustou em nosso comportamento? (FOUCAULT, 1991, p. 83).

“A essa questão fundamental, há duas respostas, uma dada por Marx e outra por Freud, e ‘é elas que Deleuze e Guattari combatem, não para atacá-las, mas para lhes devolver essa força que o desdobramento idealista quer tirar delas’” (CHÂTELET, citado por DOSSE, 2010, p. 176). Há na visão de François Châtelet acerca do trabalho conjunto de Deleuze & Guattari uma perspectiva comum a Yves Clot (2006a; 2010b), que pensa ser crucial, paradoxalmente, atacar o ofício para expandir o poder de agir entre os trabalhadores.

Deleuze & Guattari instalam-se nos limites das práticas de movimentos sociais, de grupos militantes, cartografando uma linha crítica das lutas sociais para que possam se desenvolver, levando em conta os perigos dessa aventura que pode sempre descambar em linhas de abolição – terrorismo, racismo, paranoia, etc. Trata-se, sobretudo, de um trabalho contra a idealização que assedia as lutas sociais, convocando-as a retomar a imanência da construção social pela luta e pelo conflito, como tensionamento e abertura, para processos de criação e singularização.

Por habitarem o paradoxo do desejo que chega a desejar sua própria repressão – que os eventos de maio de 1968 e seus efeitos pelos anos seguintes expuseram –, Gilles Deleuze & Félix Guattari não perdem de vista a relação da produção de saber com as lutas sociais. Compostos em seus efeitos de encontro nesses acontecimentos e carregados pelas ondas de experimentação coletiva, provocam profundos transtornos arrastando consigo diversas matérias tipologizadas em estratos de saber. Produzem uma estilização da psicanálise pelo atravessamento de diversos outros gêneros de saber, colocando a psicanálise em relações transversais com outros saberes, fortalecendo e expandindo seus atravessamentos constituintes, fazendo-os fluir em meio às transformações sociais. Isso é a esquizoanálise proposta em *O anti-édipo*.

[um encontro entre ergonomia e  
esquizoanálise]

Nessas convulsões do pensamento, em meio às propriedades de conhecimento, produzindo desterritorializações, encontramos a ergonomia, território em que se desenvolve o conceito de atividade e que se configura como uma das linhas de filiação pela qual a clínica da atividade se desenvolve, entre esses terrenos em desterritorialização. Trata-se de um encontro instantâneo, que ganhou marca em poucas linhas nas duas obras de *capitalismo e esquizofrenia – O anti-édipo* (DELEUZE; GUATTARI, 2010) e *Mil platôs* (DELEUZE; GUATTARI, 1995a, 1995b, 1996, 1997a, 1997b). Queremos, nesse trecho de viagem pela analítica da produção social, explorar esse cruzamento entre meios analíticos um tanto distintos por um escarafunchar de entradas para uma esquizoanálise da atividade – experiência de atravessamento da clínica da atividade pela esquizoanálise, e vice e versa.

Encontramos uma primeira marca desse encontro no apêndice de *O anti-édipo*, *Balanco-programa para máquinas desejantes*, enxertado no livro a partir da 2ª edição francesa, de

1973. Ao se retomar a abordagem da produção desejante social como máquina – conceito que atravessa e liga todos os vários pedaços do primeiro volume de *capitalismo e esquizofrenia*, funcionando como protagonista da obra, por meio do qual ela se compõe em mil deslocamentos –, aparece o campo da ergonomia, que em todo livro ainda não emergira. A ergonomia não se configurou, nesse primeiro momento, como um plano explorado extensivamente pela esquizoanálise efetuada por Deleuze & Guattari. Trata-se de um encontro que não desenvolve a força que perpassa a ergonomia como intercessora para a esquizoanálise, embora seja indicada sua potência de intervenção no campo social. Em apenas uma breve consideração da ergonomia a partir da obra *Les systèmes hommes-machines* [*Os sistemas homens-máquinas*], publicada em 1967 por Maurice de Montmollin (1971) encontra-se, contudo, uma senda aberta a uma esquizoanálise da atividade, através da produção no campo da ergonomia. No apêndice de *O anti-édipo*, Deleuze & Guattari discutem a definição de máquina desejante e encontramos aí essa primordial aproximação entre os pontos de vista da esquizoanálise e da ergonomia, como planos analíticos da subjetividade e da atividade, respectivamente.

[...] Não foi de um emprego metafórico da palavra máquina que partimos, mas de uma hipótese (confusa) sobre a origem: a maneira como elementos quaisquer são determinados a compor máquinas *por recorrência e comunicação*; a existência de um “*phylum* maquinico”. A ergonomia aproxima-se deste ponto de vista quando levanta o problema geral, não mais em termos de adaptação ou substituição – adaptação do homem à máquina e da máquina ao homem –, mas em termos de comunicação recorrente em sistemas homens-máquinas. É verdade que no próprio momento em que acredita ater-se, assim, a uma abordagem puramente tecnológica, ela levanta problemas de poder, de opressão, de revolução e de desejo, com um vigor involuntário infinitamente maior do que nas abordagens adaptativas (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 510, grifo dos autores).

Um encontro apaixonado e apaixonante, que até esse momento não havia acontecido, apesar da ergonomia já se desenvolver na França desde os anos 1950 como disciplina, e desde o início do século XX em termos de práticas de intervenção nos mundos do trabalho – para um apanhado dessa história da ergonomia, pode-se consultar Clot (2010a). E, até onde sabemos, esse cruzamento entre perspectivas de intervenção considerando a dimensão da subjetividade nos processos produtivos, de maneiras distintas, não se desenvolve então, apesar do encontro fulgurante pelo “vigor involuntário infinitamente maior do que nas abordagens adaptativas”. Mas ele já se processa de um modo intenso, ao abrir vias a explorar em caminhos não realizados, mas que se tornam possíveis e que retomamos desde o encontro. Guattari & Deleuze apontam para o desenvolvimento da ergonomia em sua potência revolucionária no campo social.

[princípios e deslocamentos em ergonomia]

Essa potência, entretanto, se mascara, uma vez que a ergonomia procura delimitar seu território num âmbito de atividade de intervenção específico, ainda que multidisciplinar desde seu nascimento. A ergonomia não aposta na intervenção social sem a criação de meios próprios que lhe sustentem desde a situação de trabalho. As técnicas, conceitos e princípios da ergonomia estão sempre em jogo, em questionamento e debate, pelos terrenos do trabalho. Desenvolvem-se no campo social como intervenção nos modos de trabalhar, nos modos de organizar o trabalho, perturbando a dicotomia entre saber e fazer, e indiretamente questionando as relações de saber e poder constituindo o trabalho. Desse modo, as formas e modos que a ergonomia assume estão em constante e profunda transformação em função de sua abertura – um tanto imperceptível, por não se afirmar como luta social direta – à problemática social.

A ergonomia coloca em jogo seus princípios diante dos desafios dos modos de gestão no trabalho; e é isso que a leva a desenvolver-se com tanta força, sustentada por essa potência crítica das relações de produção social. A partir da perspectiva mecanocêntrica, preocupada primordialmente com o desenvolvimento das máquinas técnicas não humanas, procura-se adaptar o homem à máquina por conta das complicações produtivas decorrentes desse ponto de vista que isola o homem dos meios produtivos, considerando suas relações exteriores aos processos de constituição próprios. Superando uma visão mecanocêntrica na produção dos sistemas de atividades, de máquinas do trabalho, a ergonomia assume um ponto de vista antropicêntrico, em que a máquina deve se adaptar ao homem.

Desenvolve-se, na ergonomia, a partir dessas perspectivas e dos impasses que elas produzem, afinal, uma outra perspectiva, centrada no sistema (MONTMOLLIN, 1971). Trata-se de uma procura por superar a dicotomia entre homens e máquinas, instalando como problemática do trabalho o processo produtivo. Da máquina ao homem ao sistema: são rupturas que marcam os desdobramentos em três movimentos de modelização do trabalho. A complexidade do trabalho é continuamente incorporada para o desenvolvimento da ergonomia e irá conduzi-la a levantar problemas no campo social pelo próprio campo de intervenção situado no trabalho. A condição de sustentação da ergonomia como prática de intervenção social nos mundos do trabalho é sua primazia pela situação produtiva concreta, que a leva sempre a considerar os modelos de análise, as aparelhagens teórico-técnicas, em função dessa prática. A abordagem



da situação de trabalho é um meio de atravessar o corpo social e perturbá-lo em seus impasses para afirmar a potência de criação do vivo. Nesses desenvolvimentos, pode-se acompanhar como o limite de suas intervenções se coloca como problemático à prática do ergonomista. A complexidade expande essa linha problemática e leva a ergonomia a um desenvolvimento de seus princípios, não se permitindo estancar nas palavras de ordem de seus princípios experimentais iniciais.

Sustentando-se no princípio de “adaptar a máquina ao homem”, a ergonomia nasceu deslocando o foco de análise da produção dos meios de trabalho desde a máquina técnica apartada do homem para a organização de trabalho, abordada a partir do homem e de seu trabalho real sempre em deslocamento em relação ao trabalho prescrito. Transtornam-se, a partir daí, os modos de inserção da psicologia e a consideração da saúde nos mundos do trabalho, ampliando a potência de questionamento das máquinas produtivas. Pensar a psicologia como engenharia de dispositivos clínicos do trabalho torna-se possível a partir dessas condições.

A psicologia então, hegemonicamente, limita-se ao recrutamento, seleção e desenvolvimento dos trabalhadores para lidar com os sistemas produtivos centrados na máquina – e acerca dos quais nada teria a dizer. Estamos no período de emergência e pleno desenvolvimento da psicologia industrial, uma psicologia que se constrói fora do ambiente de trabalho para atender às necessidades da organização do trabalho, por aplicação de conhecimentos produzidos externamente ao contexto laboral. Com a ergonomia, perturbar-se-á o pensamento e as práticas dos psicólogos nos mundos do trabalho, criticando sua desconsideração das condições e da organização do trabalho. A abordagem da saúde do trabalhador irá, seguindo essa via, provocar o questionamento do ambiente do trabalho e, a seguir, dos modos de organizar o trabalho, como maneira de tratar os processos de produção de saúde e doença no trabalho.

A ergonomia desenvolve, a seguir, o princípio de “conhecer o trabalho para transformá-lo”, ao afirmar a prática de intervenção na organização do trabalho, em seus valores e normas, como essencial à atividade do ergonomista e desdobrar a dicotomia entre trabalho prescrito e trabalho real na distinção entre atividade e tarefa. Esse desdobramento implica considerar o trabalhador como sujeito ativo do trabalho, que constrói seus meios de produção e a si mesmo por esse trabalho, e não meramente como um objeto de estudo do ergonomista

antropocêntrico que, frequentemente, se isolará como sujeito autorizado das intervenções no trabalho.

Os trabalhadores passam a ser considerados, nessa ergonomia da atividade situada, sujeitos das transformações no trabalho. Produz-se, então, um campo de análise dos processos de trabalho que focaliza o processo de produção do sujeito trabalhador. Esse sujeito da ergonomia da atividade se apropria da prescrição do trabalho como tarefa, tornando-a algo próprio, coletivamente, e sua atividade não será um mero desvio inevitável da prescrição – trabalho realizado sempre em defasagem em relação ao trabalho prescrito –, mas uma criação desde a dimensão subjetiva.

Em um terceiro momento, na ergonomia já desterritorializada pela clínica da atividade, encontramos esse segundo princípio revirado. “Transformar para conhecer” (CLOT, 2006a; 2010b) é a consigna dos que se embrenham nos processos de produção de normas do trabalho. É uma posição radical que se assume na produção de saber. E que Clot (informação verbal), durante o I Colóquio Internacional de Clínica da Atividade realizado em São João Del Rey em 2010, afirma já se fazer pela prática dos ergonomistas desde o começo de seu trabalho, ainda que os próprios ergonomistas em geral não formulem isso. A ergonomia, pela visada do clínico da atividade, produz seu conhecimento pela invenção de dispositivos que transformem as condições de trabalho, interferindo também na própria organização do trabalho. Nesse sentido, ela primeiramente transformaria para conhecer.

Esse princípio já estava presente, também, na análise institucional, protagonizada por Guattari (2004) nos anos que antecederam maio de 1968 e desenvolvida por Lourau (1993; 2004), dentre outros. A esquizoanálise pode ser considerada um desenvolvimento diferenciante dentro de um plano amplo de produção de análises institucionais. Apesar da clínica da atividade não se filiar a esse plano, entendemos que ela compartilha desse princípio transtornador das práticas de produção de conhecimento e intervenção no campo social, provocando os ergonomistas a afirmarem o primado da intervenção como meio de produção de saber. Reencontramos, nesse princípio, portanto, o elo ético-político que produz uma abertura para que se construam vias de cruzamento entre o plano da análise da atividade e o plano da análise institucional, entre os campos de intervenção da ergonomia e da esquizoanálise.

Montmollin (1971) discute esses limites que a ergonomia irá atravessar definindo-se como plano de análise a partir deles. Inicialmente, em ruptura com a perspectiva “centrada na máquina” no desenvolvimento do trabalho, assume o ponto de vista do ser humano, do trabalhador. Compõem-se, de partida, modelos de análise que podem ser chamados de homem-máquina. Esses modelos isolam um posto de trabalho num conjunto de relações entre um homem e uma máquina. Nesse modo de análise, a situação de trabalho é tratada pelas diferentes disciplinas envolvidas na empresa, podendo incluir-se aí a psicologia. Trata-se de uma apropriação dos diversos saberes disciplinares num plano de intervenção – em que há bastante discussão se constituiria, afinal, uma nova disciplina (DANIELLOU, 2004) – de tal maneira que acaba por problematizar a produção desses saberes em função do princípio de intervenção que a ergonomia desenvolve.

Num primeiro momento, da ergonomia antropocêntrica, cabe ao ergonomista o estudo do nível de relação homem-máquina por um enfoque interdisciplinar, ou seja, envolvendo diferentes disciplinas do saber na consideração de um terreno de conhecimento (MURREL, 1978). O homem é abordado como indivíduo e suas relações com outros homens são secundárias no plano de análise dessa ergonomia. O modelo homem-máquina, alicerce da prática ergonômica nos primórdios – e, ainda hoje, predominante na corrente anglo-saxônica –, faz o trabalho real depender do trabalho prescrito, questionando esse último em função do indivíduo no trabalho. Tal abordagem acaba por interferir na organização de trabalho; contudo, não coloca vai longe na problematização da separação entre prescrição e planejamento. A sobrecodificação de normas e valores no trabalho persiste, uma vez que o modo de produção individual não é questionado. E a individualização, totalização e fechamento sobre si mesmo, se constitui como o efeito de subjetivação do modo capitalista de produção (GUATTARI; ROLNIK, 2008; BENEVIDES DE BARROS, 2007) no qual a ergonomia passa a se debater a partir de suas práticas de intervenção junto aos trabalhadores.

O lucro capitalista é, fundamentalmente, produção de poder subjetivo. Isso não implica uma visão idealista da realidade social: a subjetividade não se situa no campo individual, seu campo é o de todos os processos de produção social e material. O que se poderia dizer, usando a linguagem da informática, é que, evidentemente, um indivíduo sempre existe, mas apenas enquanto terminal; esse *terminal individual se encontra na posição de consumidor de subjetividade*. Ele consome sistemas de representação, de sensibilidade, etc., os quais não têm nada a ver com categorias naturais universais. (GUATTARI; ROLNIK, 2008, p. 41, grifo dos autores)

É incomodada pela naturalização e universalização do indivíduo que a ergonomia desenvolve-se a partir dos limites problemáticos de suas intervenções, que emergem na sua abordagem dos sistemas homem-máquina. Passa-se, então, a se considerar os sistemas homens-máquinas, uma vez que o levantamento dos problemas no nível do posto de trabalho acabava por conduzir à problematização dos modos de organização do trabalho, ou seja, das relações entre os homens na produção das condições materiais. Furando a perspectiva centrada no indivíduo, pode-se expandir o poder de agir em ergonomia. Desse modo, pode-se questionar a organização do trabalho desenvolvida no mundo capitalista situando essa crítica na experiência de trabalho concreta, procurando não perdê-la de vista.

Esse desenvolvimento só é possível por se tomar o modelo homem-máquina como um dispositivo de transformação do trabalho, permitindo transformar também o próprio dispositivo, em vez de engessá-lo como padrão inalterável da prática ergonômica. Entretanto, isso não significa que no plano da análise da atividade, a abordagem do indivíduo seja desconsiderada, assim como não significa que ele seja considerado “apenas enquanto terminal”. Em ergonomia, assim como em clínica da atividade, a prática de intervenção e os saberes produzidos a partir daí ainda se debatem no problema do indivíduo no trabalho, apesar de se afirmar que “entre nós, também, a dicotomia entre o individual e o coletivo pode ser ultrapassada” (CLOT, 2011b, p. 10). Consideramos que essa ultrapassagem se faz pela expansão do poder de intervenção nos processos de produção capitalistas que engendram subjetividades consumidoras, indivíduos ilhados em si mesmos, seriados. Por isso, o desenvolvimento de dispositivos de intervenção pela perspectiva dos sistemas homens-máquinas, centrados no sistema, é um avanço nesse poder de intervenção nos mundos do trabalho, abalando a dicotomia entre mundo e sujeito.

[a variação sistemática]

Os sistemas são um conjunto de variáveis humanas e não-humanas interdependentes funcionando por transformações na comunicação, por interações, supondo um fim ou projeto comum (MONTMOLLIN, 1971). O sistema seria uma série de variáveis que se tem que considerar: “Portanto, somente de forma excepcional o sistema é um objeto físico cujos contornos se fazem bem delimitados. Há tantos sistemas quanto finalidades, e aqueles podem se sobrepor uns aos outros, encobrir-se, organizar-se hierarquicamente” (ASHBY, 1958, citado por MONTMOLLIN, 1971, p. 4, tradução nossa). Esses sistemas são complexos

apresentando ordens distintas, ou seja, modos de realização diversos que operam num processo de produção em um plano social comum.

Os sistemas homens-máquinas expandem a noção de posto de trabalho e colocam em cena a transformação da informação nas passagens entre homens e máquinas. Os signos do trabalho, como incorporais produzidos pelas relações produtivas, entram em jogo na análise, considerados nas diversas ordens de meios de trabalho. Entre homem e homem, a relação é sempre atravessada e construída por uma paisagem das máquinas, e entre homem e máquina, a relação é sempre composta pelas questões coletivas. Desse modo, a relação entre homem e máquina é afirmada como constituindo-se pelas questões sociais que a produzem. A problemática social torna-se imanente à máquina e ao homem, já que o que está em questão é o sistema produtivo, sistema cuja ordem, cujo fim, é trabalhar. Nesse ponto, a afinidade entre esquizoanálise e ergonomia se coloca, uma vez que a ambas interessam às máquinas compostas por relações produtivas.

Assume-se, assim, em ergonomia, definida como tecnologia das comunicações nos sistemas homens-máquina, a transformação dos signos como objeto de análise, em perspectiva de “transformação eficaz da realidade” (MONTMOLLIN, 1971, p. 122, tradução nossa). Esse modo de intervenção sustenta a abertura dos sistemas considerados na análise ergonômica. Montmollin (1971) afirma, portanto, que “é sempre conveniente considerar, a princípio, o sistema mais amplo possível” (p. 12, tradução nossa). Na esquizoanálise da atividade, podemos seguir essa ideia, pela potência involuntária de crítica social que a ergonomia anima. Podemos expandir a análise dos sistemas homens-máquinas no plano da produção desejante no campo social, no âmbito da produção de normas, valores e modos de produção. A ergonomia nos conduz à intervenção efetuada no campo social, ao sistema mais vasto, por meio das abordagens de situações problemáticas do trabalho. Aliás, em clínica da atividade, por seus dispositivos analíticos, despontam as dimensões éticas, estéticas e políticas do trabalho como horizonte de intervenção.

[repetir para inventar: desestruturações]

A perspectiva sistemática de construção e abordagem de problemas não se instala somente entre os ergonomistas. Essa se desenvolve num horizonte de produção do saber que constitui um movimento dispersivo que se faz por diversas disciplinas do conhecimento. Nesse

movimento se comporá um conjunto produtivo denominado estruturalismo. Deleuze (2006b), em sua tese de filosofia, *Diferença e Repetição*, nos diz que

Há duas direções de pesquisa na origem deste livro: uma concerne ao conceito de diferença sem negação, precisamente porque a diferença, não sendo subordinada ao idêntico, não iria ou "não teria de ir" até a oposição e a contradição; a outra concerne a um conceito de repetição tal que as repetições físicas, mecânicas ou nuas (repetição do Mesmo) encontrariam sua razão nas *estruturas* mais profundas de uma repetição oculta, em que se disfarça e se desloca um "diferencial". Estas duas direções de pesquisa juntaram-se espontaneamente, pois, em todas as ocasiões, estes conceitos de uma diferença pura e de uma repetição complexa pareciam reunir-se e confundir-se. À divergência e ao descentramento perpétuos da diferença correspondem rigorosamente um deslocamento e um disfarce na repetição. (p. 16, grifo nosso)

Nesse sentido, Deleuze irá desenvolver uma filosofia da diferença, duma diferença “pura”, afirmativa, que não dependeria dos conceitos de uma filosofia da representação, esta sustentada pela perspectiva identitária, em que a diferença seria precedida e se oporia à verdade absoluta. Para tanto, considera os problemas levantados pelo estruturalismo, focando a dimensão da repetição, de um eterno retorno, “uma repetição oculta, em que se disfarça e se desloca um ‘diferencial’”. Entremeando-se pelas discussões no plano do estruturalismo, não se trata de definir esse eterno retorno como repetição do mesmo, referindo-se ao domínio da identidade, resvalando numa imagem de pensamento representacional como substrato a todo pensamento. Haveria um eterno retorno da diferença, um plano de criação, de invenção, de surgimento de algo novo, mas que, exatamente, não prescinde da repetição. Essa negação da dimensão da repetição no processo criativo, tratando-os em termos de oposição, ao relegar a repetição ao domínio do idêntico, produz uma dicotomização estéril. Ela, inclusive, nos parece, seria responsável por desligarmos trabalho e arte, associando o primeiro à repetição e o segundo a criação, de maneira a reproduzir, pela imagem do pensamento hegemônico, um empobrecimento dos processos produtivos, no campo da arte como no do trabalho ao dissociarem-se.

Isso nos conduz ainda a pensar que as críticas relativas ao trabalho como meio opressivo e de exploração, que seria necessário abolir – algumas perspectivas de “fim do trabalho” veem nessa contemporaneidade “pós-moderna”, em que os vínculos de trabalho se fragmentam e dissolvem, uma positividade ou negatividade absolutas –, associadas à crítica ao trabalho repetitivo, precisam ser retomadas e questionadas em seu ponto de vista. De que repetição se está falando? Tratar-se-ia de uma repetição tomada num modo de pensamento representacional, encarado como absoluto, única possibilidade para pensar o trabalho? Não se

trata, cabe explicitar, de uma negação dos efeitos opressivos da organização do trabalho, mas de buscar compreender como se produzem essas relações opressivas. Ao associarmos o opressivo e o repetitivo no trabalho, naturalizando essa relação, e logo negando a atividade produtiva em meios coletivos, excluindo a dimensão da repetição do processo criativo, tornando-os contraditórios e opostos negativamente entre si, dissociamos o processo inventivo de um plano relacional, imanente aos problemas que construímos pra viver na história. A criação se faz pela retomada, pelo retorno, daquilo que incomoda e nos incita a inventar-lhes saídas, repetindo-o diferentemente.

Mas ao dissociarmos a criação do plano das relações em constituição, tratamo-la como transcendente às conflitivas do real, como se o plano inventivo nada tivesse que ver com as problemáticas sociais sobre as quais nos debatemos para lhes abrir passagens. Inventa-se no plano representacional a figura do gênio, que possui acesso à inventividade para além das condições sociais, desconsiderando a situação histórica e os meios sociais de produção. Essa perspectiva aprisiona-se na tentativa de dissociar invenção e relações sociais; sendo assim, criar dependeria do indivíduo e do acesso desse a um plano transcendente às relações produtivas. Kastrup (2007) trabalha com o conceito de invenção como processo coletivo de produção do conhecimento, em oposição a uma perspectiva de criação que desconsidera a dimensão de produção de relações, que remete a invenção a algo individual. Pelo contrário, pensando repetição e diferença como dimensões intrínsecas e não necessariamente contraditórias do processo inventivo, pode-se situar a fonte da criação no plano relacional – toda invenção é sempre coletiva. Pode-se ainda borrar os limites tão arduamente marcados em nosso pensamento hegemônico entre arte e trabalho. Esse, pensamos, talvez seja um dos maiores desafios e um horizonte bastante fecundo para os processos analíticos do trabalho.

[romper com a estrutura: da máquina ao  
agenciamento]

Deleuze compôs, em *Diferença e Repetição*, uma série de questões pelas quais se produzia o plano de pensamento estruturalista, destacando o problema das multiplicidades e das singularidades, por crítica ao impasse que ainda remetia o estruturalismo à imagem do pensamento representacional. Deleuze se propõe a trabalhar os conceitos de diferença e repetição nos entremeios dum modo de pensamento bastante popular em seu tempo, o estruturalismo. E o que afirma em termos conceituais de tal maneira condiz com sua prática

filosófica que Deleuze apropria-se do estruturalismo em estilizações, ou seja, há uma série de considerações e avaliações que configuram toda uma modulação singularizante no modo de desenvolver o problema da estrutura. Guattari entra em diálogo com Deleuze, pela tese que este acabara de defender, e escreve um artigo em 1969, um ano após a defesa de tese, dirigido inicialmente à Escola Freudiana de Paris. Marcando uma diferenciação entre os conceitos de *máquina e estrutura*, esse artigo será um primeiro encontro de trabalho entre o psicanalista e o filósofo, que nos anos seguintes desenvolverão diversas produções filosóficas conjuntamente.

Retomando as categorias introduzidas por Gilles Deleuze, a estrutura, no sentido aqui concebido, deveria ser atribuída da generalidade caracterizada por uma posição de troca ou de substituição dos particulares, ao passo que a máquina relevaria da ordem da repetição “como conduta e como ponto de vista referente a uma singularidade imutável, insubstituível” (*Différence et répétition*, PUF, 1969, p. 7). (GUATTARI, 2004, p. 309, nota de rodapé)

A partir daí, Guattari prossegue a estilização deleuziana, lançando mão do conceito de máquina. Destacam-se, como perturbações problematizantes provocadoras desse desenvolvimento da diferenciação entre máquina e estrutura, as relações entre desejo e história, entre subjetividade e política. Mas ainda se faz isso de maneira tímida, afirmando que

[...] distinção aqui proposta entre máquina e estrutura só tem como fundamento o uso que lhe daremos [...] se trata de um “artifício de escritura” do tipo daquele que se é levado a introduzir no curso do tratamento de um problema [...] que pode ser questionado numa ou noutra etapa do desenvolvimento (GUATTARI, 2004, p. 309).

Quando, enfim, Deleuze & Guattari (1995a; 1995b; 1996; 1997a; 1997b; 2010) construírem um trabalho conjunto, que se chamará *capitalismo e esquizofrenia*, a ruptura com o estruturalismo se dará em função de uma abordagem maquínica do real. Em *O anti-édipo*, o conceito de máquina será o crucial para a abordagem dos processos produtivos e desejantes, naturais e históricos, individuais e coletivos, de maneira a quebrar dicotomias e asfixias disciplinares estruturadas nos diversos campos de produção social. “Uma vez desfeita a unidade estrutural da máquina, uma vez deposta a unidade pessoal e específica do ser vivo, um liame direto aparece entre a máquina e o desejo, de modo que a máquina passa ao coração do desejo: a máquina é desejante e o desejo é maquinado.” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 376-377).

Em *Mil platôs*, o conceito de agenciamento assumirá o protagonismo que exercia o conceito de máquina no primeiro volume de *capitalismo e esquizofrenia*, uma vez que este conceito



ainda remetia as multiplicidades e singularidades a uma unidade, a uma totalidade (DELEUZE; GUATTARI, 1995a). Trata-se de um desenvolvimento próprio da máquina teórica esquizoanalítica, em que se produzem conceitos, como perturbação às sedimentações do pensamento em vez de se primar pela teoria como estruturação dos conceitos num conjunto bem ordenado. Por um procedimento transversal, procura-se nesse desenvolvimento furar os pontos de bloqueio que uma abordagem do inconsciente como campo problemático ainda suscitavam. Se *O anti-édipo* opera com o conceito de inconsciente como produção no campo social, como máquina desejante, *Mil platôs* irá prolongar essa abordagem, levando a campos de saber até então inexplorados, numa ampliação da potência de desterritorialização das ferramentas teóricas, propiciadoras de novas criações conceituais.

Cada vez que um agenciamento territorial é tomado num movimento que o desterritorializa (em condições ditas naturais ou, ao contrário, artificiais), diríamos que se desencadeia uma máquina. E essa a diferença que queríamos propor entre *máquina* e *agenciamento*: uma máquina é como um conjunto de pontas que se inserem no agenciamento em vias de desterritorialização, para traçar suas variações e mutações. Pois não há efeitos mecânicos; os efeitos são sempre maquínicos, isto é, eles dependem de uma máquina diretamente conectada com o agenciamento e liberada pela desterritorialização. [...] *As máquinas são sempre chaves singulares que abrem ou fecham um agenciamento, um território*. E mais, não basta fazer intervir a máquina num agenciamento territorial dado; ela já intervém na emergência das matérias de expressão, isto é, na constituição desse agenciamento e nos vetores de desterritorialização que o trabalham imediatamente. (DELEUZE; GUATTARI, 1997a, p. 146.148, grifos dos autores)

[Alain Wisner e a crítica ao sistema homens-máquina]

Mas, que desterritorialização se pode promover em esquizoanálise pela ergonomia? E, inversamente, em ergonomia pela esquizoanálise? Que relações são possíveis traçar entre o plano de produção de subjetividade e o plano de produção da atividade? A esquizoanálise é proposta numa apropriação e estilização do conceito de estrutura a tal ponto radicalizada que promove uma ruptura com o paradigma estruturalista, que já consistia em um desenvolvimento desde o conceito de sistema. Mas como esse conceito é usado em ergonomia da atividade? Por quais desenvolvimentos funciona e transforma-se?

Na ergonomia da atividade, a proposta de abordagem dos sistemas homens-máquinas torna-se bastante controversa. Basta ver o posicionamento de Alain Wisner (1987; 1994; 2004), bastante divergente e conflitivo em relação aos desenvolvimentos da ergonomia da atividade promovidos por Montmollin, dentre outros, para se ter um indício de como a análise

ergonômica da atividade constitui-se por controvérsias. Dessa maneira se colocam as críticas de Wisner (1987), já em 1976:

Assim temos condições de compreender cada vez melhor a influência da teoria dos sistemas sobre a ergonomia: se, por um lado, determinou um enriquecimento, por outro representou um desvio na ergonomia, a qual foi apresentada como a ciência dos sistemas homens-máquinas. [...] Nas grandes empresas, existem engenheiros de sistemas cujo papel é tornar compatíveis os diversos elementos de um sistema e levá-los a produzir de modo confiável e abundante. O ergonomista não seria nada mais que um engenheiro de sistemas especializado. [...] Neste caso, se negligência o que é próprio do homem: o caráter penoso do trabalho (carga física, mental, tédio) e eventualmente os riscos de acidentes [...] Sabe-se que o desempenho pode permanecer excelente ao se dirigir um automóvel (tarefa superaprendida), durante um trajeto longo e monótono, até o momento de um acidente, quando o eletroencefalograma mostra o adormecimento. (p. 27-28)

Desse modo, Wisner (1987, p. 28) insiste no problema da saúde, que está na origem da ergonomia e que ele teme possa ser esquecido pela abordagem dos sistemas homens-máquinas. Assinala ainda que “a análise dos conflitos mais ou menos expressos entre os diversos interesses em jogo” assim como a consideração dos “conjuntos mais vastos, em diversos níveis” são deixados de lado facilmente na atividade concreta dos ergonomistas. Mas, afinal, destaca que é “evidente que a exploração dos limites reais do seu campo de ação é uma das atividades mais interessantes, mais úteis, mais difíceis e mais arriscadas da prática ergonômica”. Concordamos veementemente com Wisner nessa sua colocação. E compreendemo-la com Clot (2008a) que destaca a dificuldade de estabelecer diálogos nos campos de produção do saber, sem que isso resvale para domínios pessoalizados de conflitos estéreis ao desenvolvimento de instrumentos de trabalho.

Entendemos, por aí, que se estabelecem, no plano da análise da atividade, diversas posições que irão consistir em conceitos e técnicas de intervenção relativamente distintos. Essas posições poderão se desenvolver na medida em que se disponham a conflitos iminentes à atividade, relativos aos problemas concretos da prática que se abstraem pelos diálogos que se pode promover. As questões levantadas por Wisner, portanto, não se opõem negativamente, contraditoriamente, ao desenvolvimento divergente da abordagem dos sistemas homens-máquinas, mas convocam-na a não perder de vista as dimensões mais amplas relativas aos sistemas, questões que percorrem as práticas e os valores no campo social, essencialmente atinentes à dimensão da saúde levantada pelos trabalhadores. Wisner, dessa maneira, evidencia os limites da abordagem dos sistemas homens-máquina, sustentando alguma via dialógica que integre a ergonomia num plano comum de atividade, sem subsumir suas controvérsias e divergências.

[motorista de ônibus como um sistema  
homens-máquina]

A situação trazida à tona por Wisner acerca do motorista nos remete às nossas conversações com motoristas de ônibus coletivo urbano pelos paradoxos do motor. Em um de nossos encontros com um motorista para conversar acerca da atividade de trabalho, uma situação se destaca como problema a viver na experiência profissional. O motorista relata, para mim e para o trocador de ônibus que nos acompanha, que durante uma viagem que fazia de uma cidade à outra pela madrugada, num itinerário interestadual, realizou o percurso de modo um tanto “inconsciente”, do qual pouco se lembra, cujas memórias resumem-se a pequenos trechos um tanto sem sentido na trama da viagem. Por aí, o motorista avança e prossegue viagem para além do terminal previsto, seguindo por um caminho não planejado. Ao perceber o extravio, o motorista retorna até o terminal de desembarque dos passageiros. Essa situação, portanto, evoca o problema da atividade nesse aspecto que Guattari designa como maquínico ao abordá-lo desde a problemática da produção de subjetividade.

No ato de dirigir um carro, não é a pessoa enquanto indivíduo, enquanto totalidade egóica que está dirigindo; a individuação desaparece no processo de articulação servo-mecânica com o carro. Quando a direção flui, ela é praticamente automática e a consciência do ego, a consciência do *cogito* cartesiano não intervém. E, de repente, há sinais que requisitam novamente a intervenção da pessoa inteira (é o caso de sinais de perigo). É claro que sempre se reencontra o corpo do indivíduo nesses diferentes componentes de subjetivação; sempre se reencontra o nome próprio do indivíduo; sempre há a pretensão do ego de se afirmar numa continuidade e num poder. Mas a produção da fala, das imagens, da sensibilidade, a produção do desejo não se cola absolutamente a essa representação do indivíduo. Essa produção é adjacente a uma multiplicidade de agenciamentos sociais, a uma multiplicidade de processos de produção maquínica, a mutação de universos de valor e de universos da história. (GUATTARI; ROLNIK, 2008, p. 40)

A partir dessas proposições de Guattari, podemos descartar um ponto de vista apressado em concluir que bastaria eliminar o agenciamento entre o carro e o motorista, tornando-os bem distintos e estabelecendo apenas uma relação exterior um ao outro, para exterminar o problema. Não se trata, ao inventar saídas, como meios de realizar o que se tem a fazer, de eliminar o problema, mas de desenvolvê-lo, de habitá-lo em um melhor buraco possível, que lhe sirva de saída para os impasses. Não é caso de negar o problema, mas de afirmá-lo. Canguilhem (2009) já aponta que o “homem normal é o homem normativo, o ser capaz de instituir novas normas, mesmo orgânicas” (p. 98). A questão não é instituir uma norma absoluta transcendente aos processos produtivos, mas não atrapalhar os processos de normatização próprios dos trabalhadores, permitindo-lhes inclusive não se apartarem da

organização do trabalho. O que se impõe, portanto, é saber que normatizações os motoristas podem fazer valer para realizar seu trabalho.

O motorista aponta, então, uma das estratégias coletivas para dar conta do problema. É o uso de rebite ou arrebite, bebida com guaraná concentrado, usada para preencher o espaço vazio da atenção que a atividade de dirigir produz. Mas (ar)rebite é também um composto de anfetaminas, de uso bastante frequente entre motoristas de longas viagens e viagens noturnas – especialmente caminhoneiros, motoristas de carga comercial, motoristas interestaduais – como um meio estimulante, de manter-se acordado, “preso” ao volante e com atenção concentrada. Kastrup (2007) já aponta que não há uma concentração absoluta de atenção, que ela funciona por flutuação, em oscilações que permitem não se fixar em estados de coisas, mas acompanhar as variações do processo. E esse acompanhamento nos parece imprescindível no trabalho do motorista, cuja viagem constante só é possível pela consideração às inconstâncias sucessivas: curvas, sinais, carros, objetos na estrada, etc.

Os compostos sintéticos produzidos em laboratório alteram, portanto, as disposições do motor humano do transporte em suas relações com o carro e a estrada e a noite e... e... e... A organização do trabalho, bastante estruturada para além desses problemas de saúde e das problemáticas sociais atravessando a vida no trabalho, relativas à ética, destaca-se como dimensão insensibilizada ao motorista, apesar da atenção concentrada em seus dispositivos de vigilância. O vigor da droga, instrumentalizada para o trabalho, corresponde à (im)potência de se organizar o trabalho de outra maneira, de se dirigir sem perder pelos meios do caminho, sob o risco de cair em uma linha mortal. A questão que se coloca ainda aqui é a de como delirar essa organização do trabalho, como construir outro modo corpóreo no trabalho, que não seja tão submetido à organização sobredeterminante, de modo a não se desprender do plano de imanência, de produção da atividade.

Afinal, então, a esquizoanálise nos indica uma outra concepção de subjetividade, bastante desenvolvida numa crítica radical às estruturações, tanto no plano do conhecimento como no plano das práticas sociais. É essa perspectiva que nos possibilita abrir os antolhos e tirar os olhos si mesmos, em vez de partir de uma visada egóica sobre o mundo. Produz-se, então, um meio de olhar primeiramente para o horizonte de produção de relações sociais, pela abordagem do “sistema mais amplo possível”. Por outro lado, a ergonomia, atenta à situação, ao acoplamento homens-máquina, pela perspectiva da atividade, possibilita retomar essa

máquina abstrata de análise social que é a esquizoanálise para inventar saídas aos problemas que nos perpassam no horizonte. É assim que procuramos cruzar a horizontalidade da atividade situada com a verticalidade da subjetividade no campo social em transversalidades pela produção paradoxal de modos de viver e modos de trabalhar.

[um conceito para a história do capital e do  
Estado]

Mas, voltemos ainda ao encontro entre esquizoanálise e ergonomia da atividade, especificamente entre Deleuze & Guattari e Montmollin, pela obra *capitalismo e esquizofrenia*, para extrairmos mais algumas pistas de desenvolvimento desse entrecruzamento de práticas analíticas no campo social. Ao retomarem, em *Mil platôs*, publicado em 1980 na França, o conceito de sistemas homens-máquinas, Deleuze & Guattari desenvolvem-no pelo “sistema mais amplo possível”, ou antes pelo atravessamento dos mais diversos sistemas, expandindo-o para além de sua incidência na ergonomia, fazendo-o transitar pelos campos de saber da história, da política, da economia, da subjetividade. Se, em *O anti-édipo*, os sistemas homens-máquinas comparecem na definição de máquina ou máquina desejante, em *Mil platôs* o conceito advindo da ergonomia da atividade se desloca pela discussão da relação entre o Estado e o capital, mas sempre atravessada pelo problema da produção desejante. Situa-se, então, nessa retomada da ergonomia pela esquizoanálise, um problema específico que se abstrai, o problema das relações entre a máquina de Estado e a máquina capitalista. Trata-se da efetivação de uma esquizoanálise da ergonomia, desenvolvendo a indicação de possibilidade instalada em *O anti-édipo*. Desterritorializando um conceito fundamental da ergonomia, Guattari & Deleuze convocam a esquizoanálise a transitar pelas bordas da análise da atividade. Retracemos essa abertura pelo seu percurso inédito.

Ao discutir o Estado e suas formas, Deleuze & Guattari (1997b) distinguem a servidão maquínica e a sujeição social. A servidão maquínica é um modo de funcionamento social ligado à emergência do *Urstaat*, a figura do Estado que funciona como transcendente às relações de força constituintes da coletividade e que se coloca no horizonte da história como problema a viver. O Estado, que surge de um lance, já todo formado e incondicionado, é tomado como figura imemorial em processo a se desenhar por distintas formas – o império, o reino, a cidade-estado, o Estado-nação. Trata-se de borrar os limites entre natureza e história

na consideração do Estado, bloqueando-se a velha querela entre construído e eterno. Mas, mostrando exatamente nessa consideração, como o problema do Estado perpassa o corpo social em suas mais diversas construções. É a questão da construção de relações de poder entre os sujeitos sociais que emerge assim. O *Urstaat* é a reterritorialização dos fluxos sociais de constituição de meios de vida, o movimento de sobrecodificação dos valores construídos coletivamente, a sobredeterminação das relações em funcionamento (DELEUZE; GUATTARI, 2010, 1997b). O *Urstaat* é o Estado em sua processualidade através das formas que assume na história.

Um aparelho de Estado se erige sobre as comunidades agrícolas primitivas, que têm já códigos de linhagem-territoriais; *mas ele os sobrecodifica*, submete-os ao poder de um imperador déspota, proprietário público único e transcendente, mestre do excedente ou do estoque, organizador dos grandes trabalhos (sobretaxa), fonte de funções públicas e de burocracia (DELEUZE; GUATTARI, 1997b, p. 116, grifo dos autores)

O *Urstaat* é o horizonte e o passado imemorial como transcendente, uma unidade que se pretende além de nós, que vem, veio e virá – assim se apresenta o Estado e assim funciona – para reajustar os sentidos que produzimos e os meios de criação em nossas atividades. Numa condensação dos sentidos e fixação dos movimentos de apropriação desejante em propriedade constituída de direito, numa homogeneidade de percurso, prescrevendo início, meio e fim, causas e efeitos, para que a ordem vigore como princípio irrevogável, o Estado se impõe. Há uma operação de significação que o Estado como propriedade impõe aos sentidos produzidos pela vida coletiva, acompanhada por toda uma estruturação dos processos de produção, das relações de produção em mecânica social.

A servidão maquínica é o sistema homens-máquina, pelo qual funciona o *Urstaat*. “Há servidão quando os próprios homens são peças constituintes de uma máquina, que eles compõem entre si e com outras coisas (animais, ferramentas) sob o controle e a direção de uma unidade superior” (DELEUZE; GUATTARI, 1997b, p. 156). A servidão maquínica é o funcionamento da máquina social que se produz como Estado, a partir do excedente de produção estocado. Reterritorializam-se, por esse procedimento, todos os meios de produção, todas as máquinas sociais, em propriedade de fundamental pertencimento ao Estado, em moeda que sobrecodifica a circulação da produção coletiva e em trabalho público que organiza toda a atividade em função da unidade do Estado.

À medida que o Estado se organiza menos em função de uma reterritorialização dos fluxos de produção e mais em função de “*organizar conjunções de fluxos descodificados como tais [...]* a servidão máquina tende a ser substituída por um regime de *sujeição social*” (DELEUZE; GUATTARI, 1997b, p. 148-149, grifos dos autores). A figura do escravo liberto no Estado imperial arcaico assinala a emergência de um corpo de metalúrgicos, comerciantes e artesãos que absorvem e consomem o excedente estocado, configurando-se como trabalhadores relativamente autônomos em relação ao governo estabelecido. Esses trabalhadores irão compor, sob condições diversas, um mercado relativamente livre da sobrecodificação do Estado imperial, mas enxertado no Estado, tirando-o do impasse do controle burocrático monopolista ao mesmo tempo em que o supõe.

A natureza objetiva da propriedade torna-se meio comum de uma apropriação privada, “relações pessoais de dependência, ao mesmo tempo entre proprietários (contratos) e entre propriedades e proprietários (convenções), duplicam ou substituem as relações comunitárias e de função” (DELEUZE; GUATTARI, 1997b, p. 148). Uma nova modalidade de reterritorialização da produção se configura com a instauração dos meios privados de produção que permeiam o Estado se redesenhando. Um modo mais fluido em relação à produção de modos de vida e, por isso mesmo, mais hegemônico em sua repressão.

A sujeição social se instaura quando a unidade superior, finalidade do sistema produtivo, a manutenção do Estado, “constitui o homem como sujeito que se reporta a um objeto tornado exterior, seja esse objeto um animal, uma ferramenta ou mesmo uma máquina: o homem não é mais componente da máquina, mas trabalhador, usuário..., ele é sujeitado *à* máquina, e não mais submetido *pela* máquina” (DELEUZE; GUATTARI, 1997b, p. 156, grifos dos autores). Esses processos de subjetivação ganhando forma de sujeito em relação exterior e excludente a um objeto acontecem quando a máquina de Estado transmuta-se, a partir de uma função sobrecodificadora e reterritorializante, numa nova modalidade dessa função: organizar conjunções dos fluxos descodificados e desterritorializados como tais, fluxos que o próprio Estado suscita, fluxos de trabalhadores “livres”. Fluxos de propriedade pública compondo propriedades privadas, fluxos de moeda compondo circulações de mercado abertas, fluxos de trabalhadores públicos compondo redes comerciais ao configurarem-se como trabalhadores livres por meio e para além dos impérios.

[instrumento conceitual: para a  
problematização do presente]

Deleuze & Guattari operam uma genealogia da figura do trabalhador inscrito na história do trabalho como paradoxo a viver. Se o trabalhador torna-se sujeito no regime de uma sujeição social, ele funciona em outros modos de existência sob a servidão maquínica. Esses dois regimes correspondem a modulações distintas na processualidade do *Urstaat*. Na servidão maquínica, o que se desenha é a figura do trabalhador público, submetido pela máquina de Estado em um regime monopolista totalizante que compõe um corpo unificado de trabalho, consumidor do excedente de produção acumulado. Na sujeição social, configura-se o sujeito trabalhador individuado da máquina de produção social, separado da máquina técnica, mas definido a partir dessa disjunção. Esse trabalhador livre, que constrói meios produtivos atravessando as fronteiras de Estado, entretanto, supõe o Estado como condição de sua emergência. Tem-se, então, a figura do trabalhador livre e não mais do escravo libertado, este ainda determinado pela escravidão, em relação intrínseca com o Estado.

O regime capitalista trataria ainda de produzir uma linha de fuga diante do impasse da reterritorialização produzida pela conjunção dos fluxos descodificados nas subjetivações. “Ele começa por invocar uma só Subjetividade global e não qualificada, que capitaliza todos os processos de subjetivação [...] o capitalismo aparece como uma empresa mundial de subjetivação” (DELEUZE; GUATTARI, 1997b, p. 150.157). Tal funcionamento instaura um mercado mundial e se desenvolve como uma conjunção generalizada, universal, dos fluxos de produção imanente aos processos sociais. Alcança-se, no capitalismo, um nível de descodificação e de desterritorialização que o *Urstaat* trata de acompanhar. E o capital torna-se homogêneo, universal, puro, livre das determinações fundiárias e negociantes. O capital tornado puro é independente das formas de Estado que suscita apenas artificialmente. Entretanto, se o capitalismo de uma subjetividade global dispensa o *Urstaat*, por um lado, encontra nas formações de Estado modelos disponíveis para sua realização, por outro. É o Estado em situação mercantil. “Com o capitalismo, portanto, os estados não se anulam, mas mudam de forma e assumem um novo sentido: modelos de realização de uma axiomática mundial que os ultrapassa. Mas ultrapassar não é de modo algum passar sem...” (DELEUZE; GUATTARI, 1997b, p. 153). O Estado já não se configura essencialmente como uma reterritorialização dos meios de produção, uma sobrecodificação dos valores transcendentais,



mas funciona como modelos de realização imanentes aos processos de produção do capital em seus fluxos abstraídos em subjetividade generalizada.

A sujeição social, ou as formas sujeitos, passam a corresponder, no contexto do capitalismo global, a modelos submetidos às modulações de mercado, funcionando como compensações à desterritorialização e descodificação radicais que o capitalismo promove. O capitalismo mesmo, contudo, “restaura ou reinventa, sob novas formas tornadas técnicas, todo um sistema de servidão maquínica. [...] as máquinas da cibernética e da informática formam uma terceira idade [da máquina técnica] que recompõe um regime de servidão generalizado: ‘sistemas homens-máquinas’” (DELEUZE; GUATTARI, 1997b, p. 157). No modo capitalista, o que se produz em termos de subjetividade é cada vez menos uma sujeição do trabalhador, e cada vez mais uma nova servidão máquina, um novo agenciamento homens-máquina. “Dir-se-á mesmo que um pouco de subjetivação nos distanciava da servidão maquínica, mas que muito nos reconduz a ela” (DELEUZE; GUATTARI, 1997b, p. 158).

Portanto, a conceituação de servidão maquínica em Deleuze & Guattari desenvolve a definição de sistemas homens-máquina, proposta por Montmollin. Temos aí um conceito desgarrado das aparelhagens conceituais da ergonomia tais como elas são montadas, em disjunções e funcionamentos conjuntivos provisórios, transversalizado por outros campos problemáticos – história, economia, sociologia, política, psicanálise, filosofia, dentre outros. A instrumentação do conceito na ergonomia de Montmollin é de outra ordem de multiplicidades que a da esquizoanálise. Contudo, ambas são atravessadas pelo conceito em sua singularidade, como um diferenciante de ambas. Produzem-se posições analíticas, princípios, práticas, discursos em composições distintas, porém abertas e ligadas em uma mútua interferência.

Trata-se em Deleuze & Guattari, quando trabalham com o conceito de sistemas homens-máquina, extraído da ergonomia, de situá-lo e usá-lo como instrumento, em sua potência de parcialidade, para pensar os modos de produção e de subjetivação, em vez de tomá-lo como um modelo a ser meramente aplicado. Desse modo, desenvolvem o problema colocado pela ergonomia ao expandirem sua abordagem dos postos de trabalho para a consideração dos sistemas homens-máquina, das relações de trabalho entremeadas pelas máquinas. “A máquina técnica é o meio entre dois sujeitos” (DELEUZE; GUATTARI, 1997b, p. 158). Da perspectiva da produção desejante, dos processos de produção social, do sistema mais amplo

possível, Guattari & Deleuze afiam este conceito que se desenvolveu no campo da ergonomia e que podemos lançar mão para constituir uma esquizoanálise da atividade.

Desse modo, Deleuze & Guattari tomam o conceito de sistemas homens-máquina pela radicalidade da proposição de Montmollin, de que seria preciso sempre partir do sistema mais amplo possível, de uma circunscrição a mais abrangente possível, para se colocar em análise os problemas dos processos de produção social. Cabe, entretanto, não perder de vista nessa ampliação de perspectiva a dimensão da atividade que nos remete ao campo da micropolítica do trabalho. A ergonomia, entretanto, ainda se mostra bastante hesitante ao ver-se diante das problemáticas decorrentes dessa ampliação, relativas à prática de intervenção nos meios de trabalho como interferências políticas. Esse consiste em um dos grandes desafios da esquizoanálise: a abordagem das micropolíticas na imanência dos processos produtivos. Mas como cruzar a história situada dos meios coletivos de produção e a história das formações sociais num nível mais amplo, sem abordá-las de forma sistemática e harmonizadora dos conflitos que se fazem pelos seus desníveis? Eis o problema sobre o qual nos instalamos para inventar saídas, e entradas, junto com os trabalhadores para os problemas que se constroem como micropolíticas do trabalho.

## CLÍNICA DA ATIVIDADE E FILOSOFIA DA DIFERENÇA: SINGULARIZAÇÕES NO TRABALHO

[PARADOXO DO ARCANJO MIGUEL]

[em diferenciações]

Uma micropolítica do trabalho é desenvolvida, por Yves Clot e pelo bando de clínicos do trabalho pelo qual se forja como clínico da atividade, em dispositivos de intervenção construídos na intercessão entre os planos de análise da atividade e da subjetividade. Esses dispositivos são compostos por técnicas, princípios ético-políticos, conceitos e funções maquinados em clínica da atividade. Esse desenvolvimento de uma clínica do trabalho focando a atividade produtiva não é linear, progressivo, evolutivo, no sentido de um caminho em direção a uma verdade pré-estabelecida. É pela emergência de conflitos, pela quebra das continuidades, pelo processo de construção dos mundos e das verdades do trabalho, que a clínica da atividade pode se desenvolver. Ela assume o conflito como fundamental ao desenvolvimento do trabalho – e do trabalho clínico da atividade. Por aí, essa clínica do trabalho se abre às controvérsias, pode assumir recuos, traçar caminhos deixados de lado, interromper vias já um tanto traçadas, recomeçar outras, desviar ainda para prosseguir.

É nesse deslocamento incessante, crucial à construção da clínica da atividade, que diversos conceitos se desenvolvem como ferramentas de intervenção nos processos de trabalho. Considerando a fecundidade do plano de produção analítica da clínica da atividade, dispomo-nos, nesse trecho de nosso trabalho acerca da atividade dos motoristas de ônibus coletivo urbano da GV-ES, a considerar mais detalhadamente alguns dos instrumentos conceituais produzidos nesse meio clínico. Propomo-nos a isso por uma intercessão com o paradigma da filosofia da diferença, especialmente em seus desenvolvimentos nos trabalhos de Deleuze e Guattari.

A filosofia da diferença se constrói, sobretudo, num processo de estilização do trabalho filosófico. Não se trata de declarar e engajar a morte ou a superação da filosofia, mas de desenvolvê-la atacando-a. “Porque o melhor meio de defender um ofício – problema recorrente, hoje em dia – é talvez ainda atacando-o” (CLOT, 2010b, p. 300-301). Atacar, então, não significa absolutamente opor-se contraditoriamente, implicando a mesmificação da via filosófica em sentido oposto. Não é caso, então, de assumir a filosofia como algo pronto e acabado que seria preciso destruir de uma vez por todas, mas vitalizar-lhe, desenvolver-lhe,

pela retomada da filosofia como um meio de trabalho inacabado, em construção – um ofício onde a última palavra não foi dita, como formula Clot (2010b; 2011a).

A filosofia da diferença ataca a imagem de pensamento representacional, que se instala desde o surgimento da filosofia como modo de pensar, ou ainda, como trabalho do pensamento. Justamente por entender essa imagem do pensamento como uma modulação, em vez de identificar, definindo um pelo outro, pensamento e representação, a filosofia da diferença pode desenvolver as divergências a esse modo de pensar, pelas estilizações no pensamento. É por isso que em filosofia da diferença há tanto interesse por obras, independentemente que sejam filosóficas ou não, em que haja um processo de singularização implicando uma criação que afete todo o meio de trabalho em consideração. Isso se faz de maneira que se possa, por entrecruzamento, intercessão entre os meios de trabalho distintos, extrair, desses meios de produção e pensamento diversos meios de construção de conceitos que impliquem um pensamento em diferenciação, por oposição ao estático fundamento da representação.

A filosofia da diferença irá atacar o fechamento do pensar pela representação numa transcendência aos processos produtivos imanentes, promovendo intercessões com trabalhos em meios diversos: literatura, cinema, psicanálise, psicologia, história, geografia, sociologia, pintura, matemática, dentre vários outros. O fechamento da filosofia em um transcendente aos meios de produção coletivos, sob as formas de atividades de reflexão, contemplação, comunicação (DELEUZE; GUATTARI, 1997c), é desmontada investindo-se a transversalidade constitutiva dos meios de criação. Clot (2006a; 2010b) destaca que esses atravessamentos entre gêneros diversos de atividade, e entre dimensões relativamente distintas em um ofício, são a fonte de vitalidade dos meios de trabalho situados. Portanto, a estilização é um processo primordial à criação nos meios de trabalho. Trata-se da própria criação no trabalho.

[...] o estilo, longe de ser um atributo psicológico invariante, está sempre situado no interior do gênero ou, mais exatamente, no ponto de colisão entre os gêneros que ele combina de maneira diversificada a depender do momento a fim de conseguir libertar-se deles. O estilo é a criação a que o sujeito deve recorrer a fim de dominar o jogo das mudanças de gênero, as passagens entre gêneros. (CLOT, 2006a, p. 196)

O estilo no trabalho, então, corresponderia a processos de singularização nos meios de trabalho. As singularizações não se apartam da concretude das atividades situadas, mas desenvolvem-na pelos seus limites em cruzamentos com outros meios de atividade. É por aí que procuraremos desenvolver nesse percurso de nossas linhas de trabalho alguns conceitos

da clínica da atividade pela perspectiva da filosofia da diferença, promovendo diferenciações das ferramentas analíticas – para que nunca sejam as mesmas, pelo desenvolvimento de sua consistência própria. Sigamos, então, pelos entremeios dos conceitos, de maneira a situar-lhes em problemáticas ético-políticas que acabamos por encontrar no horizonte da atividade concreta.

[um legado: o gênero de atividade como plano  
produtivo]

Em clínica da atividade, os conceitos de gênero e estilo se forjam pela constituição do plano da atividade produtiva. Isolar a atividade desse plano de produção é transcender a ação do seu meio de criação. Sendo assim, a atividade é desprovida de sentido, desligada de seu meio de invenção próprio. A atividade imanente, portanto, configura-se sempre como uma situação, problemática a viver. E a situação é crucial para que se não se menospreze a multiplicidade de sentidos implicados na atividade e o jogo em conflitualidade pelo qual se engendra. Por isso, afirmamos que a atividade é sempre paradoxal. A atividade compõe-se nesse meio conflituoso de produção de sentidos sempre aberto, sempre inacabado; do contrário, trata-se da extinção da atividade, da sua estagnação numa suposta solução ideal.

Quando nos propomos a abordar a atividade de trabalho, do motorista de ônibus coletivo urbano, em nosso caso, como essa atividade se apresenta? Como ela se torna visível a nós, pesquisadores e trabalhadores? Clot (2006a; 2010b) nos indica que a atividade, assim como seu plano de produção genérico e estilístico, manifesta-se sob condições de tensionamento, constituindo o conflito sua natureza própria de existência e funcionamento. É por isso que em nossas conversações com os motoristas, pela intercessão com sua atividade de trabalho, o que se constrói como paradoxos do motor são situações problemáticas que nos provocam a pensar.

O pensamento não é homogêneo, nem em si mesmo nem na relação que estabelece com a atividade que lhe corresponde. O pensamento responde à perturbação da atividade pela situação, sem encontrar-lhe uma resposta ideal definitiva, de tal modo a sustentar o tensionamento que mantém o pensamento e a atividade em movimento. Do mesmo modo, não há correspondência direta entre o pensamento e a atividade como planejamento e ação completamente similares em sua coordenação mútua. A atividade é sempre deslocada em relação ao pensamento, em função da variação contínua da situação. Assim também o pensamento abstrai a situação, atravessando-a de maneira a perturbar seus limites pela crítica,

transtornando-a em outra. Se há paralelismo entre o corpo e a alma, como propõe Espinosa (1983; DELEUZE, 2002), isto é possível porque paixão e pensamento se definem pelo movimento, pelo deslocamento diferenciante que implicam. É o desajuste entre o pensamento, a atividade e a realidade que promovem o deslocamento de um em função do outro, por um paralelismo disjuntivo, promovendo o movimento criador de sujeitos e mundos.

O plano genérico e estilístico comporia, então, o plano de pensamento da atividade, o meio produtivo que promove o deslocamento intrínseco à atividade, como criação pelas variabilidades do real. Trata-se de uma imagem de pensamento transcendental da atividade. Transcendental é esse pensamento porque se produz pela superação dos clichês de ação, por uma repetição diferenciante. Esse pensamento é o próprio transcendental da atividade, o que não implica que seja transcendente à atividade, ou seja, que se desligue dela ao ponto de se definir o pensamento separado da prática. O pensamento no trabalho se desenvolve pela superação dos clichês, pela modulação contínua da ação. E não há trabalho sem pensamento, posto que a cada momento se interpõem entre-momentos de pensamento, já que o real é sempre imprevisível completamente, sempre invadido por pequenas variações.

Para lidar com tais imprevistos constituintes da situação, o gênero de atividade sedimenta-se no trabalho como um território de ação, como um meio próprio profissionalizável. Clot (2010b) chega a definir o gênero como uma memória para agir, compartilhada e aberta, como suporte para a invenção no trabalho. Os gêneros profissionais fornecem uma multiplicidade de instrumentalidades em normatizações que possibilitam a invenção a partir de “cartas na manga”.

Eles são os antecedentes ou os pressupostos sociais da atividade em curso, uma memória transpessoal e coletiva que confere seu conteúdo à atividade pessoal em situação: maneiras de comportar-se, de dirigir a palavra, de encetar uma atividade e de leva-la a termo, de conduzi-la eficazmente a seu objeto. (CLOT, 2010b, p. 123)

Define o gênero, ainda, como um “sistema aberto de regras impessoais” (CLOT, 2006a, p. 50). Aberto porque em constante produção, transformação, criação e recriação de regras para conduzir a atividade na produção de um meio de vida. O gênero toma a prescrição em regras impessoais e abre-a em função da transversalidade constituinte da atividade. Nesse sentido, a dimensão genérica é a dimensão de multiplicidade, de uma continuidade intensiva no plano coletivo de trabalho. De que matérias se constituiriam essas multiplicidades? De regras instituídas em um meio coletivo de trabalho situado, que permanecem sempre abertas,

instituintes; do contrário, há a necrose do gênero, pois, caso as regras fixem a variação contínua da atividade, passam a não conseguir corresponder às imprevisibilidades na situação de trabalho. O gênero ainda se compõe de normatizações, como pressupostos implícitos às regras instituintes, como avaliações compartilhadas e encarnadas nos atores e nos cenários da atividade, nos sujeitos e nos mundos do trabalho.

Elas estão entranhadas na carne dos profissionais, pré-organizam suas operações e sua conduta; de algum modo, estão grudadas às coisas e aos fenômenos que lhes correspondem. Por isso não exigem, forçosamente, formulações verbais particulares. O gênero, como intermediário social, é um conjunto de avaliações compartilhadas, que, de maneira tácita, organizam a atividade pessoal. (CLOT, 2010b, p. 122)

O gênero, então, configura-se como uma multiplicidade de regras e normas produzidas a partir de jogos de valores no trabalho. É por isso que, no horizonte da intervenção clínica da atividade, com o desenvolvimento da análise, tende-se sempre a instalar-se num plano de controvérsias e composição da ética. O que está em jogo nesse plano ético são os modos de construção da vida coletiva, em que o trabalho não mais se pode colocar como apartado da vida, pelas separações entre vida pública e vida privada, entre vida profissional e vida afetiva, entre “dentro” e “fora” do trabalho, de maneira exclusiva entre uma e outra. Não que o trabalho não seja um meio situado, relativamente distinto de outros meios de vida, mas essa distinção não implica uma separação absoluta em relação aos outros meios de vida, mas bifurcações que se promovem por entrecruzamentos entre meios de vida diversos. Portanto, no horizonte ético da atividade é a questão da vida, desprendida dos seres e dos acidentes de uma vida individual, que se torna primordial.

[três ou quatro diários do arcanjo Miguel num  
ônibus]

Daquelas tardes terríveis o que mais poderia sair? Ou antes, entrar. Ônibus querendo lotar. E meu dia que parecia ia correr tão bem. Que engraçado pensar isso agora, pois sempre vou trabalhar assim tranquilo. De outro modo não dá: como é possível já chegar com segunda ou terceira marcha? E aí se pode fluir com a máquina gigante de toda aquela gente louca como se estivesse entre nuvens no trânsito caótico. Mas sempre parecem doces as nuvens. Entretanto, elas são tão terríveis! Num instante de piscadela, a figura que se via já se desmanchou, alguma forma já se desfaz entre as nuvens, e corre formando outros blocos. No ônibus, o voo é entre nuvens, certamente. Passageiras, mas não indiferentes. Aliás, se caio na besteira de confundir passageiro

com indiferente, se brincando me esforço demais pra tentar isso, não sei onde vou parar... Enfim... Mas enquanto estou pensando tudo isso, já começou confusão lá atrás: de novo! A tempestade se formou entre as nuvens pelas quais me dirijo. Dessa vez, eu não aguento. Empunho minha espada e, num relance célere, estridula a roleta de cobrança minha arma improvisada ao grito. “Vamos acabar com essa bagunça ou vou ter que ir aí atrás?!”. O arcanjo desenha a ordem, por duas alternativas, com um bastão de ferro entre pessoas. A viagem se inicia. A que será que se destina?

Em meio à viagem. Ônibus quase sem passageiro. Será que agora o barulho se estabiliza no motor a diesel? Então, por que já me vejo com asas?! A espada empunhada e toda essa aura num voo ligeiro. Apito para o ponto de parada. Luz vermelha. Paro e ninguém desce. Apito para o ponto de parada. Luz vermelha. Paro e ninguém desce. Apito para o ponto de parada. Luz vermelha. Paro e ninguém desce. Apito para o ponto de parada. Luz vermelha. Paro e ninguém desce. Apito para o ponto de parada. Luz vermelha. Paro e ninguém desce. A providência se faz. Um policial, mas sem farda, se ergue, saca a arma, aponta para o infeliz e decide: “desce”. O pobre demônio, em julgamento sumário, agora talvez habite o inferno de estar num fim de mundo sem passagem. Mas isso não deveria me interessar. Minha função é prosseguir com o batalhão em guerra. Mas isso,

Era noite, dessas de fim de semana, sem mais lembrar qual dia exatamente. Sexta, sábado, ou outro ainda! Mas, certo, era noite de baile funk. Pouca gente no ônibus, quase ninguém. Ah, isso não vai dar certo: eu nem penso. Do contrário, não prossigo. Mas, e se o pensamento me tomar de assalto pela vida afora? Era daquelas noites em que se está à espera das horas mais tardias pra correr mais depressa e viajar fluido pelas avenidas da cidade. O vento frio das ruas sem gente, enquanto quase todos dormem as primeiras horas de sono, prepara o frescor inigualável da madrugada. Será que a cordinha ainda funciona? Um laço mágico que nos permite, a nós, anjos da passagem, acelerar transgredindo as ordens de deus chefia. Mas sessenta quilômetros por hora a essa hora? Ora! Que hora infeliz pra me pedir tamanho sacrifício, desperdiçar o vento urbano fresco ao luar. Corte: “Ônibus saiu da pista, pau no cu do motorista. Motorista sentiu a dor, pau no cu do cobrador. Cobrador saiu ligeiro, pau no cu do passageiro. Passageiro saiu sorrindo, pau no cu de quem tá ouvindo!”. Corte:



sigo direto para a delegacia. Desvio. Destino. Agora o pau vai comer. Cronos engole seus filhos e o poder se marca a cassetetes. Mas não sou eu também engolido por esse deus dos tempos que vivemos?

De que outro modo se poderia prosseguir em passagens?

[ética e atividade]

O paradoxo do arcanjo Miguel desenha o limite ético a que a análise da atividade nos conduz. Ao montar uma série de situações, que se encadeiam pelo problema da relação entre o motorista e o passageiro, encaminha-se até um ponto final, que, de fato, é um ponto de retorno, uma volta pelo caminho percorrido. Sem dúvida, trata-se de uma relação permeada e constituída por diversos atravessamentos institucionais, sem que se possa reduzi-la a uma interessoalidade atomizada. A ética é a modulação, em sua multiplicidade de cruzamentos e sentidos, que se faz percurso pela atividade vital. Esta é definida por Canguilhem (2009) como saída “de um abismo de impotência” (p. 46), “contra a entropia crescente” e em “oposição à inércia e à indiferença” (p. 107). Portanto, a ética do motorista de ônibus coletivo urbano refere-se à luta contra a indiferença ao passageiro, contra a inércia das ações estereotipadas, contra a impotência de se inventar os meios de trabalho ao se apegar ao poder constituído. A ética do motorista é, então, a própria variação dos movimentos que compõem tais lutas.

É assim que define a vida como “atividade polarizada de conflito com o meio, e que se sente ou não normal, conforme se sinta ou não em posição normativa” (CANGUILHEM, 2009, p. 91). Desse modo, podemos definir as normatizações como procedimentos de constituição entre o vivo e seu meio, na luta contra a morte, que se define como interrupção da atividade. É assim que podemos dizer que toda vida é intrinsecamente ética, ao mesmo tempo em que a ética é sempre da ordem da construção. Desse modo, cabe sempre sustentar o movimento de avaliação do que estamos produzindo como nós em mundo. O motorista, como corpo coletivo de trabalho, luta então para criar normas, regras e procedimentos de maneira a assentar um meio comum de ação. A respeito das normatizações e da ética, pode-se assinalar que

Com efeito, uma coisa é uma regra de conduta; outra, a conduta que se pode medir a essa regra. Mas, outra coisa ainda é a maneira pela qual é necessário “conduzir-se” – isto é, a maneira pela qual se deve constituir a si mesmo como sujeito moral, agindo em referência aos elementos prescritivos que constituem o código. Dado um código de ação, e para um determinado tipo de ações (que se pode definir por seu grau de

conformidade ou de divergência em relação a esse código), existem diferentes maneiras de “se conduzir” moralmente, de diferentes maneiras, para o indivíduo que age, de operar não simplesmente como agente, mas sim como sujeito moral dessa ação. [...] Elas concernem ao que se poderia chamar *determinação da substância ética*, isto é, a maneira pela qual o indivíduo deve constituir tal parte dele mesmo como matéria principal de sua conduta moral. (FOUCAULT, 1984, p. 27, grifo do autor)

Nesse sentido, apresentado por Foucault, a ética seria a dimensão de modulação normativa, constitutiva das normas e das condutas em relação às normas. A ética são os modos, ou seja, as maneiras de agir, que são os tensionamentos próprios às territorializações em condutas e que se estabilizam em propriedades normativas. Em clínica da atividade (CLOT, 2006a; 2010b) irá se retomar a problemática da *Ética*, crucial em Espinosa (1983), pelo princípio de ampliação do poder de agir entre os trabalhadores, que consistirá na fórmula que integra a política de intervenção dessa clínica. Portanto, as questões éticas constituirão o ponto de princípio e a linha de horizonte da clínica da atividade pelos atravessamentos que perfazem em modulações da atividade.

*Ao dirigir um trem* – responde um agente da SNCF a uma questão puramente técnica, formulada por um colega –, *comporto-me como se minha mulher e meus filhos estivessem na primeira carruagem* (Faïta, 1999, p. 129). Na mesma ordem de ideias, um professor de liceu, prestando-se ao procedimento das “instruções ao sócia” (Clot & Soubiran, 1999) justifica assim seu compromisso, simultaneamente, profissional e sindical:

*Não limito a dar um curso no liceu, mas faço também o liceu em que venho dar cursos... eu o construo.* (CLOT, 2010b, p. 132, grifos do autor)

Em nossa conversação com o arcanjo Miguel, na qual ele encadeia eventos diversos para compor uma série situacional, esse horizonte ético se afirma pela própria retomada dos conflitos diários, percorrendo e integrando-os em uma linha crítica que culmina com a questão: “de que outro modo se poderia prosseguir em passagens?”. Assim, toda situação poderia ser definida como uma série problemática em que as variáveis, antes de marcarem uma distinção absoluta entre si, assinalam traços de distância tensionantes. Pela repetição situacional, pode-se questionar, enfim, a circulação que se tem feito pela vida. Será um círculo vicioso em que se percorre sempre o mesmo? Ou poder-se-ia prosseguir de outras maneiras, construindo condutas inesperadas, de assalto, para um outro assalto? Poder-se-iam forjar novas normas por um fazer diferente do que se tem feito?

Mas não se trata de alternativa de livre escolha, cabe dizer, mas da abertura de outros campos de possibilidades que não apelem às estratégias de poder estabelecidas por rivalidades de força física ou moral constituída. É uma questão de potência que se apresenta entre ética e

atividade. Afinal, o que se pode inventar, nessa série de situações complicadas, para lhes desdobrar em saídas? Será raio máximo de ação o que se apresenta como vivido? E, afinal, não será o limite do trabalho configurado por esses que não se suporta transportar? Não nos é o caso de suportar qualquer coisa, mas como se inventa lidar coletivamente com essas situações? Será que o poder de agir nessas situações é tão limitado que se precise recorrer ao poder constituído, pela barra de ferro, pela arma de fogo ou pela delegacia de polícia?

[ética e subjetividade]

Espinosa (1965, v. 39, citado por CLOT, 2010b, p. 31) afirma que “O esforço para desenvolver o poder de agir é inseparável de um esforço para elevar, ao grau mais elevado, o poder de ser afetado”. É, ao abrir-se, ou ainda, ao dobrar-se por essas situações, que o motorista arcanjo pode tomar para si as forças do fora, isso que ultrapassa seu poder de agir, como meio de poder ampliar seu poder de ser afetado pela situação e seu poder de agir na situação. Dobrar-se, então, não é uma submissão ao real como algo pronto e dado, absolutamente exterior ao sujeito tomado como interioridade, mas exatamente esse modo de constituição subjetiva como curva que se faz para apreender as forças do percurso. Deleuze, com *Foucault*, desenvolve essa questão da subjetividade.

Quer dizer que não há lado de dentro? Foucault não deixa de submeter a interioridade a uma crítica radical. Mas *um lado de dentro que seria mais profundo que todo mundo interior*, assim como o lado de fora é mais longínquo que todo mundo exterior? O lado de fora não é um limite fixo, mas uma matéria móvel, animada de movimentos peristálticos, de pregas e de dobras que constituem um lado de dentro: nada além do lado de fora, mas exatamente o lado de dentro *do* lado de fora. *As palavras e as Coisas* desenvolvia esse tema: se o pensamento vem de fora e se mantém sempre no lado de fora, por que não surgiria no lado de dentro, como o que ele não pensa e não pode pensar? Também o impensado não está no exterior, mas no centro do pensamento, como a impossibilidade de pensar que duplica ou escava o lado de fora. [...] O que pertence ao lado de fora é a força, porque em sua essência ela é relação com outras forças; em si mesma, ela é inseparável do poder de afetar outras forças (espontaneidade) e de ser afetada por outras (receptividade). Mas, o que decorre, então, é uma *relação da força consigo, um poder de se afetar a si mesmo, um afeto de si por si*. (DELEUZE, 2005, p. 103-104.108, grifos do autor)

A subjetividade define-se, portanto, como a constituição de uma dobra das forças que configuram a realidade como apropriação desejante, à maneira de constituir um si, não como interioridade absoluta, mas como criação de um território de existência, um meio de pensamento da ação. É por essa perspectiva de consideração da subjetividade que Guattari (GUATTARI; ROLNIK, 2008) propõe que consideremos a produção de subjetividade excêntrica ao sujeito individuado, sendo este um efeito, um produto, dos processos de

produção da subjetividade. Clot nos indica, ainda, que a subjetividade não deve ser confundida com a forma sujeito, não sendo assim mero produto da atividade.

Portanto, nossa tentativa consiste em definir o que é um sujeito capaz de ser afetado. Mas se existe essa possibilidade é graças ao desenvolvimento de sua mobilidade interfuncional; à sua capacidade de colocar uma função a serviço de outra – por exemplo, suas emoções a serviço de seu pensamento e inversamente. Essas migrações interfuncionais são, no psiquismo, um instrumento decisivo para conferir um destino dinâmico ao afeto. Este “desfaz” o sujeito e o desconstrói, se ele permanece intransformável e sedentário, se não se metamorfoseia. E ele só consegue essa transformação ao realizar-se em um jogo aberto entre expressão das emoções e representações mentais, entre intelecto e sentimento. Esse movimento avalia a plasticidade funcional do sujeito. (CLOT, 2010b, p. 32)

Deleuze, Guattari e Foucault, por modos diversos, numa diversidade que perpassa suas próprias abordagens do problema da subjetividade, fazendo-as variar nelas mesmas, fazem explodir o fechamento subjetivo da interioridade como transcendente ao mundo. Isto se efetua pela construção de uma filosofia da diferença, em que os conceitos de multiplicidade e singularidade são fundamentais. Por essa via, que é sempre preciso lembrar é múltipla e conflitante, compreender os processos de produção de subjetividade implica considerar os jogos de força relacionais que engendram mundos e sujeitos. Clot, por sua vez, promove a quebra das dicotomias – mundo e sujeito, afeto e cognição, atividade e subjetividade, vida e trabalho, dentre outras – por deslocamentos, migrações, alternâncias, variações que atravessam o domínio do psíquico estourando as cercas de suas propriedades constituídas no âmbito de privado e do individual.

É por isso que podemos definir Yves Clot como um cartógrafo da atividade. Clot (2006a; 2010b) irá promover o desenvolvimento do conceito de atividade sustentando, como horizonte, o problema da ética. Pelo desenvolvimento que a clínica da atividade promove no seu uso do conceito de atividade, sustenta-se o tensionamento da distinção entre trabalho prescrito e trabalho real na ergonomia, retomando os desdobramentos que a ergonomia da atividade promove ao multiplicar as dimensões dessa distinção no plano subjetivo. Mas esse prolongamento trata de fazer o trabalho não depender apenas das regras estabelecidas, a prescrição, nem da conduta que se pode traçar em relação a essas regras, a atividade real, mas de certa dobra das conflitualidades de força do real num si que consistiria pelo real da atividade.

Quem deseja compreender as exigências da atividade, deve confrontar-se com esses conflitos. [...] Nisso também, o real da atividade é, igualmente, o que não se faz, o que se tenta fazer sem ser bem-sucedido – o drama dos fracassos – o que se desejaria ou poderia ter feito e o que se pensa ser capaz de fazer noutro lugar. E convém

acrescentar – paradoxo frequente – o que se faz para evitar fazer o que deve ser feito; o que deve ser feito, assim como o que se tinha feito a contragosto. [...] Ora, a existência dos sujeitos é tecida nesses conflitos vitais, que eles procuram reverter em intenções mentais, para deles se desprenderem. A atividade é uma provação subjetiva mediante a qual o indivíduo se avalia a si próprio e aos outros para ter a oportunidade de vir a realizar o que deve ser feito. [...] Por que negar a qualidade de atividade real à atividade não realizada? A atividade subtraída, ocultada ou recuada nem por isso está ausente, mas influi, com todo o seu peso, na atividade presente. Pretender dispensá-la na análise do trabalho equivale a retirar, de maneira artificial, os [sic] que trabalham os conflitos vitais de que eles tentam liberar-se no real. O realizado não tem o monopólio do real. (CLOT, 2010b, p. 103-104)

Clot situa-se no campo da psicologia definida como ciência do psíquico. Desenvolve, assim, toda uma desterritorialização das funções psíquicas transcendentalizadas como objetos de saber do especialismo psi, pela proposta de construir uma psicologia do trabalho com os trabalhadores, em vez de sobre os trabalhadores, uma psicologia situada, que sirva de terreno fecundo para experimentações e construção de uma psicologia plena, e não uma mera aplicação de dados esterilizados em laboratório. A memória, a inteligência, o afeto, o sentimento, a emoção, o medo, a angústia, o sofrimento, a linguagem, a criatividade, e todas essas funções psíquicas que a psicologia científica forjou como objetos de conhecimento são trabalhados como funções em deslocamento.

Trata-se de um deslocamento em função dos problemas concretos advindos da própria atividade. Clot (2010b) destitui, desses “objetos” da psicologia, o estatuto de seres relativamente homogêneos e estáveis e os define como funções que apenas podem funcionar por transição, por deslocamento funcional. É assim que Clot irá construir uma psicologia como psicologia situada, psicologia do trabalho em função do desenvolvimento do poder de agir dos sujeitos trabalhadores, mas generalizável para outras situações também, por intercessões indiretas e não por aplicação direta. Propõe, assim, seguindo os encaminhamentos de Lev Semenovitch Vygotsky, “elaborar uma Psicologia Geral, e ela é histórico-cultural porque, a meu ver, não pode haver outra psicologia fora da histórico-cultural” (CLOT, 2006d, p. 29)

Clot irá proceder à constituição, nos campos conceitual-funcionais das análises do trabalho, de um plano de intercessão com a criação e transformação no trabalho, pela abordagem dos gêneros de atividade profissionais. Esse plano é o meio de composição da atividade territorializada, do movimento efetuado e encadeado de operações, das normas e valores na atividade, que, por vezes, são reterritorializados em prescrição e organização do trabalho apartados dos trabalhadores. Mas a atividade corresponde sempre a uma desterritorialização, a

um deslocamento funcional. A abordagem do real da atividade em Clot pretende acompanhar o movimento de desterritorialização, de criação de possibilidades na atividade, de ampliação do poder de transformá-la.

Então, podemos afinal, com arcanjo, em suas diárias passagens, construir a problematização disso que hoje define-se como campo da violência. Afinal, que seria a violência no trabalho do motorista de ônibus coletivo urbano? Em que consistiria essa violência? E como poderiam ser desmontados seus efeitos de morte e inércia? Certamente, o que nos indica a esquizoanálise, a clínica da atividade e a conversação com os motoristas é que esse problema precisa ser deslocado dos lugares hegemônicos do pensamento. Acostumados à lógica representacional, a trabalharmos com conceitos já bastante definidos e deslocados das situações concretas de funcionamento, seria necessário, sobretudo, quebrar esta forma de pensar, que se encontra desligada da situação que se vive. Como já afirmamos, a situação é o próprio problema que construímos para viver. É preciso então construir outros problemas. Problematizar a própria violência no que ela transcende às situações concretas de atividade vital, como se fosse uma entidade a ser expurgada do real.

Arcanjo nos leva a passear, a circular pelas situações vividas, não para sentir o gosto da eternidade como circulação do mesmo, nem para viver na passagem como espaço homogêneo e indiferente, já que ambos estes movimentos são nulificadores, correspondem à repetição sem diferença. Trata-se, antes, de habitar passagens em tensionamentos, para experimentar o vivido, repetindo-o, (des)dobrando-o em si, para que se torne meio de viver outras experiências. É por isso que a clínica da atividade se interessa tanto por essas dimensões que extrapolam na atividade. Elas são todo um campo de possibilidades que nos possibilitam, pelos conflitos intrínsecos à atividade, produzir outros possíveis, por singularizações no limite do horizonte ético. Como se compõem e funcionam essas multiplicidades e singularidades próprias aos meios de trabalho? Como os conceitos de gênero e estilo da atividade podem ser situados no plano de uma filosofia da diferença?

Afinal, estamos tratando de uma ciência psicológica ou de uma filosofia das relações entre atividade e subjetividade ao tratarmos da clínica da atividade? Pensamos que não se trata de estabelecer uma demarcação a ponto de isolar uma de outra. Trata-se de, ao precisar com nitidez as funções psicológicas e os conceitos de uma filosofia situada, promover relações de intercessão para o desenvolvimento de umas e de outras, por tensionamentos mútuos. As

funções, em clínica da atividade, retomando os “objetos” da psicologia científica, são consideradas em seu funcionamento a partir das situações de trabalho. Por outro lado,

os conceitos vão, pois, ao infinito e, sendo criados, não são jamais criados do nada. Em segundo lugar, é próprio do conceito tornar os componentes inseparáveis nele: distintos, heterogêneos e todavia não separáveis, tal é o estatuto dos componentes, ou o que define a consistência do conceito, sua endo-consistência. (DELEUZE; GUATTARI, 1997c, p. 31).

Portanto, a clínica da atividade é uma máquina analítica que se situa entre os terrenos da ciência, da filosofia e, inclusive, da arte. Esta última, sendo o terreno menos explícito, é contudo grande fonte de desenvolvimento dessa clínica, desde a *Psicologia da arte*, tese de Vigotsky, até as atuais experimentações com produção fotográfica (TEIXEIRA, 2008; OSÓRIO, 2010; PACHECO, 2010) e videográfica (AMADOR, 2009; DADALTO et al., 2011).

[gêneros e estilizações na atividade:  
multiplicidades e singularizações no trabalho]

Tomemos o gênero de atividade, então, para compreendermos seu desenvolvimento como conceito, transitando entre os trabalhadores e assumindo aí funções psicológicas diversas. O gênero, como se pode definir com Clot (2006a; 2010b), é composto por uma multiplicidade de normas, regras de um jogo vital num meio situado, que não se individualiza nem totaliza, não correspondendo a uma internalidade individual nem a uma propriedade da estrutura social. O gênero, em seus funcionamentos, só pode ser compreendido pelo processo de constituição de um coletivo situado, e não totalizado num fechamento identificatório e definitivo. “Trata-se de um sistema flexível de variantes normativas e de descrições, comportando diversos cenários e um jogo de indeterminação que nos diz como funcionam aqueles com quem trabalhamos [...]” (CLOT, 2010b, p. 125).

O gênero não se identifica pelos funcionários de uma empresa classificados por suas funções significantes, ou por uma categoria profissional definida, como um conjunto fechado. Por meio do gênero, “duas pessoas que não se conheciam antes são capazes de compor imediatamente uma equipe operacional, de coordenar-se de maneira eficaz para realizar uma missão difícil num contexto complexo” (JOUANNEAUX, 1999, p. 236, citado por CLOT, 2006a, p. 36). Esse protótipo, essa imagem, do gênero de atividade não permite defini-lo a partir do indivíduo nem da totalidade grupal, desligados do seu processo de produção

coletivo. Essa produção é disjuntiva, conflitiva, diferencial, afirmando acordos, contratos, estabilidades e funcionalidades provisórias, inacabadas, abertas, construtivas.

Por isso, há sempre uma zona de indeterminação de um gênero profissional em relação a outros gêneros de atividade. É sempre um recorte que se faz, cujos limites não podem ser precisados exatamente, uma vez que nessa zona de indeterminação é que se produzem as intercessões tensionantes que produzem as regras de consistência do gênero como território ou meio de trabalho próprio. Há diversos estratos de análise possíveis, para não enclausurar um nível de análise, resvalando para a oposição entre microanálises a macroanálises. Ou seja, a abordagem do gênero de atividade se faz a partir da consideração das suas pontas de desterritorialização por outras atividades. Do contrário, o gênero seria tomado como um solo endurecido em que um coletivo de trabalho pode tranquilamente se assentar, sem considerar os deslocamentos e interfuncionalidades que marcam as variações constituintes do gênero.

Ao abordar-se o gênero de atividade profissional, produz-se um objeto parcial de análise. A análise da atividade, ao implicar a definição das fronteiras do gênero profissional, sustenta-se na multiplicidade de interfaces de um gênero com outros gêneros. Tal multiplicidade se sustenta e se promove pela transversalidade, na abertura do gênero às conflitualidades dispersas, mas tomadas no recorte provisório de um gênero de atividade. Trata-se, dessa maneira, de afirmar em situação as forças do campo social em jogo no mínimo gesto do trabalhador. É a produção de um objeto parcial de experimentação em atividade que, por vezes, se institucionaliza em categoria profissional, mas que nunca se restringe nem se esgota nessa forma codificada e territorializada do gênero como profissão. Os tensionamentos e as lutas em torno da definição da categoria profissional, escapando a ela por meio dela, desterritorializando-a, compõem os gêneros de atividades profissionais.

Como, então, essas variações genéricas constituem funcionalidades psíquicas? Clot (2010b), por exemplo, define o gênero em termos de uma funcionalidade da memória no trabalho, uma memória para agir. Mas o gênero é também a instrumentação dos afetos em sentimentos, construídos coletivamente como meios para a ação. Outras funcionalidades psíquicas ainda podem ser definidas a partir do conceito de gênero, com a condição de se sustentar que essas funções se constroem por transições e deslocamentos. Assim, o gênero como memória de um meio de trabalho é também função de esquecimento, sua borda de desterritorialização a não perder de vista, pois o gênero só pode funcionar à medida que se encarna nos esquemas de



ação tornados profissionais. Esse esquecimento é o que possibilita que os esquemas sejam superados, que sirvam para um desmonte que possibilite a invenção de outros modos de ação em função das singularizações da situação.

O que se opõe à memória não é o esquecimento, mas o esquecimento do esquecimento, que nos dissolve no lado de fora e que constitui a morte. Ao contrário, enquanto o lado de fora está dobrado, um lado de dentro lhe é coextensivo, assim como a memória é coextensiva ao esquecimento. É essa coextensividade que é a vida, longo período. [...] É todo o lado de dentro que se encontra ativamente presente no lado de fora sobre o limite dos estratos. O dentro condensa o passado (longo período), em modos que não são de forma alguma contínuos, mas o confrontam com um futuro que vem de fora, trocam-no e recriam-no. Pensar é se alojar no estrato no presente que serve de limite: o que é que posso ver e o que posso dizer hoje? Mas isso é pensar o passado tal como se condensa no dentro, na relação consigo (há um grego em mim, ou um cristão...). Pensar o passado contra o presente, resistir ao presente, não para um retorno, mas “em favor, espero, de um tempo que virá” (Nietzsche), isto é, tornando o passado ativo e presente fora, para que surja enfim algo novo, para que pensar sempre suceda ao pensamento. O pensamento pensa sua própria história (passado), mas para se libertar do que ele pensa (presente) e poder, enfim, “pensar de outra forma” (futuro). (DELEUZE, 2005, p. 115.127)

Essas questões desenvolvidas em conceitos, entre Deleuze (2005) e *Foucault*, correspondem, não exatamente, mas num plano comum de diferenciações, ao desenvolvimento das funções psicológicas de memória e esquecimento no gênero de atividade. Isso se dá, sobretudo, pela zona comum que se instaura a partir de uma perspectiva ética, estética e política comum. Em filosofia da diferença e em clínica da atividade, a questão que se formula é a de como transformar a memória em meio de se viver, pensar e agir diferentemente; ou ainda, como o gênero profissional pode ser instrumento para pensar um “tempo que virá”.

É assim que a memória das situações vividas pelo arcanjo Miguel, em suas batalhas diversas, compõem uma série problemática para instalar o problema do esquecimento: como é possível pensar essas histórias para se libertar do jeito que se pensa nelas, para pensar diferentemente a maneira de trabalhar? Se os modos de agir nessas situações complicadas do trabalho, como afirmamos, não são escolhas isoladas individualmente, a atividade situada é o processo de construção do sujeito trabalhador e do mundo do trabalho. Porque seria insuportável tentar desligar-se completamente, desvencilhar-se de todo, dos problemas em situação de trabalho. A questão que se coloca pela atividade é de como criar outras regras de jogo da atividade no trabalho, como modular a atividade produzindo diferenciações.

O esquecimento não é a latência dos fatos ou representações memoriadas como acúmulo de objetos de lembrança, mas a atividade de desterritorialização desses objetos, dessas

lembranças, fatos e representações pela construção e sustentação do paradoxo como problema a viver. Sendo assim, o arcanjo Miguel não recorda aleatoriamente as situações de conflito violento durante o trabalho de motorista no ônibus. Sua recordação é do incômodo que, pela conversação clínica, pode se encaminhar, (re)configurando-se como problemática da produção coletiva no trabalho. Trata-se, afinal, de tensionar as redes de poder, saber e subjetividade de modo a encadear processos de subjetivação diferenciantes, construindo novos saberes de ofício e ampliando o poder de agir entre os trabalhadores como potência de ser afetado pelas forças do fora.

Esse tensionamento conceitual, que estamos promovendo, pode nos ajudar a desenvolver e expandir as ferramentas de trabalho na clínica da atividade, ao considerarmos situá-la numa perspectiva de filosofia da diferença. Por aí, a atividade pode ser polarizada em gênero e estilo, como dimensões intrínsecas e como suporte da atividade. “Não existem senão gêneros e estilos” (CLOT, 2006a, p. 51): é a tese a que derivamos com a clínica da atividade. O gênero, numa abordagem da atividade coletiva desejante, é a dimensão de multiplicidade da atividade, enquanto o estilo refere-se ao seu processo de singularização. As singularidades são os elementos da multiplicidade (DELEUZE; GUATTARI, 1995a, p. 8).

A multiplicidade está para além de um conjunto baseado na identidade e na comparação. Se assim não é, temos um termo de referência ao qual comparar todas as singularidades. Guattari (1981; 2004; GUATTARI; ROLNIK, 2008; DELEUZE; GUATTARI, 2010) denomina esse termo de referência absoluta como “significante despótico” porque ele pretende centralizar e emanar todas as condições de sentido, organizando todas as vias de condução das experiências, fazendo as singularidades dependerem desse significante. Totalizando as singularidades pela identidade, homogeneizando a heterogeneidade radical das multiplicidades, subordinando as diferenças a um termo que não compreende a criação, estabelece-se um jogo de comparação entre as singularidades, anulando-as. Trata-se de um processo reativo, repressivo e bloqueador às singularidades, à criação. O elemento primordial da lógica da representação é a operação de comparação tomada como princípio. A referência absoluta, portanto, é a relação comparativa entre termos, para além de qualquer termo verdadeiro que se invente.

Há nisso uma tentativa de anulação da processualidade intrínseca ao singular, quando se pretende ao tomá-lo como unidade individualizada, por comparações com outras

individualidades unificadas em si mesmas. Produz-se assim estruturação da multiplicidade em conjunto fechado, em totalidade enclausurante. A multiplicidade, pelo contrário, só se produz pela abertura que consegue sustentar. A multiplicidade é heterogeneizante, diferença que produz diferença, que incita à criação, à singularização. A identidade é a diferença lançada no jogo da sua afirmação por meio da negação do diferenciar. Estanca-se o movimento singularizante ao reprimir a produção e afirmar a estabilidade do diferente como transcendente ao seu processo de produção. A identidade afirma-se negando a diferença radical, o processo de singularização.

Os trabalhadores expressam-se em múltiplas formas, criando signos em modos singularizantes das matérias específicas do trabalho. Entre cobradores e motoristas de João Pessoa – Paraíba, essa produção semiótica é fundamental para a realização do trabalho.

*“A gente se comunica pela válvula da porta quando o ônibus está cheio, quando alguém entra pela frente prá pagar na roleta o cobrador bate três vezes com a moeda quando recebe a passagem; quando não recebe dá sinal de lá [...] pelo retrovisor você vê o passageiro subindo o degrau e dá sinal para o cobrador; às vezes é uma pessoa suspeita. O cobrador acende a luz tentando avisar alguma coisa” (PINTO, 2001, p. 84, grifos do autor).*

O plano de produção semiótica, ou seja, dos signos e sentidos da ação, dos códigos que são também instrumentos de trabalho, agencia as diversas matérias que compõem o trabalho: os equipamentos, as ferramentas, as estruturas arquitetônicas, os gestos, as entonações, as posturas, os olhares. A enunciação arrasta matérias de diversas procedências em fluxos sígnicos, e essas estilizações do meio de trabalho irão compô-lo como multiplicidade de usos e sentidos dos objetos da atividade.

Os estilos são as singularidades que se produzem e compõem pelas multiplicidades de mundos da vida no trabalho e pelo trabalho. São as pontas de criação laboral. Essas singularizações é que possibilitam que o trabalho prossiga, que se repita mil vezes o mesmo percurso sempre diferentemente. São movimentos de invenção, sempre transversais porque implicam a vida em seus diversos meios de produção, intercessores porque se fazem como pontes entre os diversos mundos a viver. Afirmando o plano coletivo, preferimos ainda evocar a invenção como singularizações na atividade, para não nos prendermos às singularidades constituídas em seres e coisas individuados. As singularidades permeiam os diversos gêneros, constituindo-os. Como criação, podemos afirmar que é a própria vida no trabalho. Essa

criação se dá sempre em meios que os conflitos engendram, a serem percorridos e desmanchados, reconstruídos, repetidos e diferenciados.

O paradoxo da diferença e repetição produzido por Deleuze (2006b) é também um paradoxo a sustentarmos para não sairmos à caça de ações inéditas, exóticas, disparatadas no trabalho, esvaindo a dimensão coletiva da atividade. Não se trata também de procurar o mesmo do trabalho, sua repetição generalizante – num sentido representacional, distinto do que Clot (2010b) imprime ao termo generalização, o qual poderíamos definir como uma abstração percorrendo situações diversas, sem delas desprender-se por completo. O paradoxo da diferença e da repetição é uma tensão que as análises do trabalho produzem e que precisamos afirmar para podermos acessar e investir a dimensão criativa do trabalho, as produções estilísticas no coletivo, e não meramente estilizadas individualmente.

“O estilo retira ou liberta o profissional do gênero não negando este último, não contra ele, mas graças a ele, usando seus recursos, suas variantes, em outros termos, por meio de seu desenvolvimento, impelindo-o a renovar-se” (CLOT, 2006a, p. 41). Essa libertação, então, é a fuga no gênero e, ao mesmo tempo, sua apropriação. A estilização desterritorializa o gênero profissional, trabalhando em seus limites, deslocando-os, e desenvolvendo-lhe um novo território, novos modos de trabalhar e de viver. Essa apropriação desejante das variantes do gênero em atividade só é possível pela variação elevada a uma potência de criação em estilizações. “A tarefa da vida é fazer com que coexistam todas as repetições num espaço em que se distribui a diferença” (DELEUZE, 2006b, p. 16). Essa tarefa se apresenta pela dimensão genérica da vida no trabalho se constituindo pelo estilo. Os estilos serão, então, essa diferença que não se opõe à repetição no trabalho, mas afirma-a, desenvolvendo-a em meios de ação.

A estilização se passa entre processos de subjetivação e processos de objetivação. Clot (2006a) define como catacreses o processo de individuação pela transformação e pelas bifurcações de sentidos e usos nas relações com os objetos de trabalho, com os outros sujeitos no trabalho e consigo próprio. Trata-se de sustentar a “polifonia funcional” da instrumentação objetiva e subjetiva do trabalho de tal maneira que essa distinção só caberia pela classificação de modos catacréticos (CLOT, 2010b, p. 106). Mas nos inquietamos com essa distinção, pois ela nos parece restituir o privilégio das objetividades e subjetividades em oposição, como termos distintivos de processos diversos. E não estamos seguros de que isso nos ajude a

compreender a dimensão de multiplicidade das singularizações próprias ao trabalho. O que possibilita traçar uma linha de fuga entre esses termos disjuntos exclusivamente, objetos e sujeitos do trabalho, é tensioná-los por uma transfuncionalidade a qual precisamos estar atentos e trabalhar em favor. Desse modo, por deslocamentos vários possíveis, privilegia-se a dimensão de singularização no trabalho, a estilização.

“[...] a singularidade da situação é o próprio objeto da análise psicológica” (CLOT, 2006a, p. 132). É por isso que destacamos, por nossos percursos nessa pesquisa, as situações de trabalho, evocando sua multiplicidade própria como paradoxo da atividade. Em meio às situações, podem-se desenhar as catacreses como esses sentidos e usos que se multiplicam por estilização, sem esgotar-se no vivido pelo sujeito nem no objetificável da ferramenta, mas os constituindo ambos numa situação de trabalho. Por exemplo, o trabalho do Clot (2006a) junto a um anestesta revela a construção de ferramentas na linguagem criando condições subjetivas de cuidado do paciente prestes a ser operado, e também condições para o trabalhador, afetado pelo encontro com o paciente e sua situação de doença, de desenvolver seu trabalho de cuidado. Nessa situação, sujeito e ferramenta estão imbricados um no outro por funcionamentos de trabalho que lhes dão sentidos, antes que formas definidas.

A barra de ferro na lateral do banco do motor transtorna-se em uma ferramenta de trabalho criada em função da situação presente. Modificar as condições dessa produção, para que se produzam outros tipos de instrumentos para o trabalho, implica confrontá-lo com seu limite ético, com a transversalidade constituinte dos modos de vida. Desmontar o agenciamento entre motorista e barra de ferro pela imposição de respeito é transtornar o modo de trabalhar, para inventar outras situações a viver, outros agenciamentos maquínicos. No cerne das constituições subjetivas e objetivas do trabalho, dos modos de agir, perceber e pensar, assim como da sua objetificação em instrumentos na atividade, está uma situação que coloca em relação diversos fluxos de questões, solicitando a criação e análise de uma paisagem em transformação pela tensão do encontro. E a transformação dessa paisagem é possível pelo desenvolvimento da atividade no sentido de uma expansão do poder de agir do trabalhador, do seu poder de ser afetado.

[a pessoa do trabalhador: para além do  
indivíduo]

“Pode acontecer de processos de singularização portadores de vetores de desejo encontrarem processos de individuação. Nesse caso, trata-se sempre de processos de responsabilização social, de culpabilização e de entrada na lei dominante” (GUATTARI; ROLNIK, 2008, p.46). Os processos de individuação a que Guattari se refere remetem ao cruzamento de diversos níveis e coordenadas de referência sociais no contexto do capitalismo, uma vez que a noção de indivíduo seria uma produção da máquina capitalista. Na sociedade capitalista, aliás, o grande problema é a individuação da subjetividade, de modo a prendê-la numa forma indivíduo, reterritorializado diante das possibilidades de produção coletiva, e a convocação do capital em tornar o sujeito do trabalho proprietário de si mesmo no processo de produção, para que possa vender sua força de trabalho. As trocas supõem uma propriedade, e na venda de força de trabalho não é diferente. É preciso que se produzam indivíduos donos de si para que seja possível conceber a venda de suas forças. Desse modo, Guattari procura, com a esquizoanálise, estourar, fazer explodir em mil pedaços, a noção de indivíduo e sua relação com a dimensão da subjetividade, ou seja, dos modos de vida.

Yves Clot procura, por sua vez, desmontar a individualização ao proceder pelo deslocamento de suas bases epistemológicas, ou seja, abalando as condições de sustentação do indivíduo como ideia no pensamento. Desterritorializando a noção de indivíduo, ele nos convoca a problematizar os processos de individuação, diferenciando-os da individualização e considerando que a produção individual é fundamentalmente coletiva. Em clínica da atividade, criticam-se as concepções deterministas que pretendem que o desenvolvimento do sujeito dependa de uma determinação pré-estabelecida, em função da qual se desenrolarão estágios e fases sequenciais e gradativas. Nessa abordagem do desenvolvimento por fases pré-definidas, no “jogo que reúne o real, o possível e o necessário, é este último que regula em última análise a ontogênese” (CLOT, 2006a, p. 117). Pelo contrário, Clot propõe abordar a história do desenvolvimento do sujeito considerando, com Lev Semenovitch Vygotsky, que “a história não é o passado. É, sim, a transformação do passado em devir ou o fracasso dessa transformação” (CLOT, 2010b, p. 66).

Deleuze destaca na obra de Gilbert Simondon uma problematização crucial, na filosofia moderna, acerca do princípio de individuação. Simondon questiona a abordagem do processo

de individuação dependente do indivíduo constituído, tomando o processo em função do fim, a institucionalização em função do instituído, fundando a possibilidade de programática necessária. Pelo contrário, seria fundamental assumir a processualidade como primeira, sustentando a dimensão inventiva dos processos. Para tanto, Simondon trata “a disparidade, como primeiro momento do ser, como momento singular”, em que a “*diferença de potencial*” instaura uma zona de “disparação”, dispersão e singularização (DELEUZE, 2006a, p. 118, grifo do autor). Essa perspectiva acerca da individuação, portanto, aproxima-se bastante da concepção de desenvolvimento assumida por Clot nos rastros de Vygotsky.

“O indivíduo, por ser sujeito, hesita, resiste, avalia, inventa, experimenta, posiciona-se com relação às contradições em virtude de seus subsistemas de vida, cuja intersignificação não consegue mais assegurar. Dizemos que ele se personaliza” (CURIE; HAJJAR, 1987, p. 52; HAJJAR, 1995, p. 191, citado por CLOT, 2006a, p. 56). Essa personalização, portanto, não pode ser confundida com uma concepção individual do trabalhador, que determina culpabilização, segregação e infantilização (GUATTARI; ROLNIK, 2008). O indivíduo se personaliza para sustentar a dimensão coletiva de sua existência e atividade, nos aponta Clot (2006a). A personalização corresponde, então, aos modos de intercessão entre as diversas territorialidades produtivas que constituem os gêneros profissionais: um meio de percorrer as diversas normatizações do fazer, transversalizando-os. As pessoalidades no trabalho se inscrevem nos pontos de encontro entre os recursos genéricos e as situações reais de trabalho, onde se mobiliza o sujeito para agir. Por outro lado, elas são também movimento que enfrenta a individualização no trabalho por serem os pontos de “passagem da atividade ao domínio de outra – no momento em que a atividade pessoal se torna trabalho” (CLOT, 2006a, p. 62).

Deleuze (1971-1979, tradução nossa) afirma que “uma pessoa é um ponto de partida para uma produção de fluxos, um ponto de chegada para uma recepção de fluxos, de fluxos de todo tipo; ou então uma intercessão de muitos fluxos”. Essa concepção de pessoa nos envia à noção de personalização dos sujeitos no trabalho que nos traz Clot (2006a), remetendo às experimentações nos cruzamentos entre universos de vida que provocam movimentos e abalos nos sentidos que se criam no trabalho. Considerando a insistência de Guattari (2008) em não confundir as noções de indivíduo e sujeito, podemos afirmar que essa definição de pessoa apresenta uma dimensão da produção social disjuntiva do processo de individualização hegemônico no modo capitalista de produção. A pessoa é, portanto, uma função que se assume na produção social – ou uma disfunção – de interceptação dos fluxos sociais no que o

trabalhador assume um posicionamento em meios às transformações, produzindo-se pelos cortes nesses fluxos.

[estratoanálise da atividade de trabalho: a  
questão do ofício]

Gostaríamos ainda de evocar um desenvolvimento conceitual na clínica da atividade relativo ao domínio do ofício. Esse conceito, incorporado nos últimos anos ao arsenal de instrumentos para a análise do trabalho, emerge dos próprios trabalhadores (CLOT, 2010b). As dimensões pessoal, interpessoal, impessoal e transpessoal do trabalho, remetidas inicialmente à atividade, são redefinidas como instâncias do ofício. Trata-se de situar tais aspectos que emergem nas análises dos processos de trabalho a partir da questão da pessoa no trabalho. Desse modo, essas dimensões configuram-se como aspectos relevantes do desenvolvimento da atividade e discerníveis na análise do trabalho. Acabam se constituindo, portanto, como estratos do “chão de fábrica”, camadas do território produtivo existencial, considerado em suas relações da micropolítica da atividade com uma macropolítica do trabalho em suas formas estabelecidas. Reconhecimento, hierarquia, relação servidor-usuário entram em questão nessa micropolítica dos estratos. A noção de ofício desenvolve, então, uma estratoanálise do trabalho.

[...] produzia-se na terra um fenômeno muito importante, inevitável, benéfico sob certos aspectos, lamentável sob muitos outros: a estratificação. Os estratos eram Camadas, Cintas. Consistiam em formar matérias, aprisionar intensidades ou fixar singularidades em sistemas de ressonância e redundância, constituir moléculas maiores ou menores no corpo da terra e incluir essas moléculas em conjuntos molares. Os estratos eram capturas; eram como “buracos negros” ou oclusões que se esforçavam para reter tudo o que passasse ao seu alcance. Operavam por codificação e territorialização na terra, procediam simultaneamente por código e territorialidade. Os estratos eram juízos de Deus, a estratificação geral era todo o sistema do juízo de Deus (mas a terra, ou o corpo sem órgãos, não parava de se esquivar ao juízo, de fugir e se desestratificar, se descodificar, se desterritorializar). (DELEUZE; GUATTARI, 1995a, p. 54)

Mas o que conduz a clínica da atividade a essa consideração dos estratos, para além das multiplicidades e singularizações no gênero e estilo de atividade? É que uma micropolítica da atividade, em sua interferência institucional, acaba por implicar a consideração dos territórios de trabalho pelas formas políticas e produtivas que promove. A intervenção micropolítica não se restringe à dimensão ética, apartando-se das normatizações e condutas pelas quais se codifica e sedimenta o trabalho. Os movimentos de territorialização, reterritorialização e desterritorialização são considerados, a partir de sua dimensão constitutiva de normas e meios de criação, em termos de terrenos constituídos que empenham conflitos em seus entremeios.



Esses conflitos configuram-se pelas estratificações que se constroem na história dos mundos do trabalho. Os gêneros de atividade não configuram, meramente, em intercessões com outros gêneros pelas estilizações, um espaço liso pelo qual a criação percorre suas intensidades sem imediatamente estriar-se. As complicações estruturais que se forjam em termos de organizações e racionalidades no trabalho entram em jogo como segmentações da linha produtiva.

E, assim, Clot continua a desenvolver seu ofício de cartógrafo do trabalho. Se ele se atenta para a criação e o funcionamento das regras de produção nos coletivos de trabalho, passa a se preocupar também com as conflitualidades entre as diferentes dimensões mobilizadas no trabalho, destacadas em conversações com trabalhadores diversos. Há um princípio ético, político e estético que se destaca nesse novo procedimento cartográfico por estratoanálise da atividade de trabalho. É que o princípio e problema relativo à expansão do poder de agir entre os trabalhadores, referente à molecularidade, à micropolítica do trabalho, implica a questão da qualidade do trabalho e do desenvolvimento de ofícios numa perspectiva molar, o que não se confunde com as profissionalidades delimitadas, que são efeito de produção entre os estratos relativos aos ofícios.

Por isso, o problema da instituição, a cada vez mais, se coloca para a clínica da atividade como incontornável (CLOT, 2010b; AMADOR, 2009a). E Clot aborda o problema institucional considerando que há uma dimensão instituinte e outra instituída, aproximando-se indiretamente da análise institucional (LOURAU, 2004). Entretanto, Clot ainda hesita no desenvolvimento de tal abordagem, remetendo-a ao impessoal do ofício, ao domínio do trabalho prescrito. Mas, cabe destacar que não vacila em afirmar que “em seu princípio, o impessoal não é, portanto, amorfo” (CLOT, 2010b, p. 291-292), o que nos conduz à preocupação de abordar a instituição em sua complexidade própria, sem perder de vista a dimensão da atividade.

Nisso, a abordagem do trabalho de planejamento, de gerência e administração é de se encarar-los como atividade concreta, inseparável de uma execução, indicando um caminho a explorar numa clínica institucional do trabalho. Seria, talvez, o caso de reavaliar a definição do impessoal em clínica da atividade, a partir da abordagem institucional, tal qual se promove pelo diálogo de Clot (2011a) com a obra de Deleuze. Portanto, a problemática do ofício refere-se a definições, menos em termos de propriedades estabelecidas e eternizadas do que

de movimentos de apropriação e consistência de um trabalho; por outro lado, refere-se, também, ao reconhecimento no trabalho, menos em termos de reificações e manutenção do estado de coisas do que de assumir o trabalho como um meio de produção de conhecimento coletivo do qual se faz parte.

Tudo está ligado. Ou, pelo menos, deveria estar para que não se verifique tanta dissipação da energia psicológica indispensável para a vitalidade profissional nos ambientes de trabalho. O ofício tem várias vidas simultâneas, e isto é que torna possível seu desenvolvimento. Na organização e nas instituições, ele existe *impessoal*, embutido nas tarefas prescritas. Mas não está inteiro aí. Para que ele continue a viver aí, é necessário que ele esteja vivo em outro lugar. Portanto, ele vive também – ou morre – entre profissionais e em cada um deles na motricidade dos diálogos em que se realizam, ou não, as trocas *intrapessoais* e *interpessoais* sobre o real do trabalho. Os profissionais envolvidos na atividade são diretamente responsáveis por essa vida. Trata-se do trabalho coletivo para realizar a tarefa e repensá-la conjuntamente na atividade conjunta. Essa atividade “responsável” produz e mantém a quarta modalidade de existência do ofício, esse “algo” abordado, durante tanto tempo, mais acima: a história e a memória profissional só podem permanecer um meio de agir no presente e de “descobrir” o futuro se forem mantidas por eles. Essa memória é, aqui, designada como *transpessoal*, visto que não pertence a ninguém, é um meio disponível para todos e para cada um, atravessa as gerações e, inclusive, cada profissional. (CLOT, 2010b, p. 290-291, grifos do autor)

É assim que Clot irá redefinir essas instâncias do trabalho, grifadas na citação logo acima, como relativas ao ofício, e não diretamente à atividade. Em torno disso, ele afirma que já chegou a escrever, equivocadamente, que essas quatro dimensões eram dimensões da atividade; contudo, esse não seria o caso, diz Clot (2010b) problematizando as próprias proposições a partir dos debates no plano das clínicas do trabalho. Assim, Clot propõe, em nota de rodapé, que o transpessoal e o impessoal seriam instituídos pelas dimensões pessoal e interpessoal. Isso, contudo, nos parece bastante controverso, pelas próprias formulações de Clot.

Ao desenvolver-se a abordagem dessas dimensões na clínica da atividade, a “dinâmica das migrações funcionais, em que cada função do ofício deve mudar de lugar, no meio do caminho, para que o desenvolvimento do conjunto conserve um eã” (CLOT, 2010b, p. 298) será privilegiada na abordagem do ofício. Então, propomos que essa transversalidade das migrações funcionais e os deslocamentos subterrâneos do ofício sejam considerados a dimensão o instituinte, para além das instâncias do ofício que assumem funções diversas a partir desses deslocamentos. A atividade pode definir-se, desse modo, como prática coletiva, criação como agenciamento entre trabalhadores e mundos, por uma perspectiva que, em vez de partir do (intra)pessoal e do interpessoal, privilegia a dimensão transpessoal e impessoal da produção.

Ao definir-se o impessoal e o transpessoal como “os instrumentos ou os objetos da atividade dos sujeitos” (CLOT, 2010b, p. 290, nota de rodapé), e não a própria atividade, acaba-se por qualificar as dimensões pessoal e interpessoal como instituintes, já que elas se referem às ações concretas dos sujeitos. Desvinculando da atividade as dimensões impessoal e transpessoal, impede-se tratar o gênero e suas estilizações como plano produtivo instituinte, tal como fomos levados a desenvolver por nossa abordagem da atividade como paradoxo que perpassa o coletivo de trabalho, constituindo-o como plano problemático múltiplo a desenvolver pela situação. A consequência de tal impedimento é que a transversalidade constitutiva da atividade aparece como fundo, em segundo plano, em relação à ação concreta. Talvez por isso, tenha sido tão complicado, e ainda seja, como agora discutimos, desvincular a atividade da noção de indivíduo. As dinâmicas intrapessoais e interpessoais acabam por figurar a análise da atividade por essa via, sendo as normas e regras coletivas, bem como os valores em jogo no trabalho e na vida, lançados ao horizonte de análise.

Questionamo-nos: Como pode a transversalidade genérica, a transpessoalidade do ofício, “a interferência que está no princípio do surgimento do novo, o cruzamento de gêneros” (CLOT, 2006a, p. 196), ser definida como instituído na abordagem do ofício? A dimensão do instituído se demonstra quando se trata o gênero como sedimentação de normas e procedimentos para agir; entretanto, não se pode deixar de lado a dimensão instituinte que se faz pela estilização promovida pelas intercessões entre gêneros diversos. Só é possível remeter o gênero, e a estilização, à dimensão instituída do ofício caso tratamos esse suporte da atividade como um meio fechado de normas e regras, ignorando sua constituição por cruzamentos, sua abertura a outros gêneros como condição de vitalidade. Por isso, insistimos em afirmar a relação fundamental entre o gênero e suas estilizações constituintes com a atividade produtiva.

Caberia então aí uma análise do próprio dispositivo de intervenção pelo qual a clínica da atividade tem produzido seu saber, uma vez que a análise da atividade pela instrução ao sócia e pela autoconfrontação cruzada aborda diretamente o pessoal e o interpessoal por essas estratégias metodológicas de que dispõe. essa clínica – especialmente, a autoconfrontação cruzada? Não será por conta desse aparato de produção de conhecimento que as dimensões pessoais e interpessoais sejam visibilizadas como instituintes? Sendo assim, coloca-se como limite crítico que a própria clínica da atividade seja confrontada pelas invenções de

dispositivos de intervenção outros, tais quais o que acabamos por desenvolver junto aos motoristas de ônibus, em que o foco no trabalhador individual torna-se vertiginoso.

Seguimos Clot, portanto, ao definir o gênero de ofício como relativo à sua dimensão transpessoal, que evoca a dimensão de transversalidade para a estratoanálise da atividade que esse clínico da atividade empreende, junto com seus companheiros de trabalho e outros trabalhadores diversos. Sacamos, entretanto, que essa lealdade para com o legado da clínica da atividade não pretende ser-lhe fiel, no sentido de equivalência, de aplicação exata dos métodos e conceitos. Só é possível continuar a construir a clínica da atividade, fazendo-a diferir, agindo contra ela para lhe desenvolver, apropriando-nos dela para fazer dela outra coisa. A questão acerca da qual nos concentraremos, então, será justamente o desenvolvimento de uma *psicologia do estilo* (BARROS; PINHEIRO; ZAMBONI, 2010), ou seja, da análise dos processos de estilização na produção coletiva, para fazer da clínica *clinamen*, desvio e variação.

A questão da criação, contanto que o termo não remeta a uma transcendência produtiva, ocupa, então, em esquizoanálise da atividade, nosso primeiro plano de ocupação. É por isso que concentramos nossa viagem nos trechos em que as situações paradoxais do trabalho se constroem, ainda que essa concentração se disperse, por vezes, de maneira a apenas indiretamente sacar a continuidade do percurso, exatamente por sua descontinuidade. Os paradoxos do motor funcionam como máquinas abstratas problematizantes dos modos de trabalhar, criando um meio de tensionamento que provoca à criação os trabalhadores. Os paradoxos nos levam a deslocar os termos disjuntos, lançando-os em transportes que aprendemos a fazer junto com os motoristas de ônibus coletivo urbano da GV-ES, de tal maneira que vivam em disjunções inclusivas. A proposta que se encaminha, então, é seguir trabalhando e lutando, criando e devirando, pelos paradoxos do motor.

GILLES DELEUZE, CLÍNICO DA ATIVIDADE FILOSÓFICA: COMO UM OPERÁRIO DOS  
CONCEITOS ANALISA OS PROCESSOS DE TRABALHO NA FILOSOFIA POR SUAS  
INTERCESSÕES

[PARADOXO DO FILÓSOFO TRABALHADOR]

[um clínico da atividade filosófica]

Em distanciamentos e aproximações, tensionamentos, entre a produção constelacionada em clínica da atividade e a esquizoanálise em suas incidências como uma filosofia da diferença, encontramos – ou antes, inventamos – a figura de um clínico da atividade em meio aos filósofos. Seu nome: Gilles Deleuze (1925-1995). Não se trata de um clínico da atividade profissionalizado, empunhando as ferramentas próprias a essa clínica do trabalho tal qual Clot e seus companheiros desenvolvem como clínica da atividade.

A atividade analítica, entretanto, não é privilégio dos dispositivos desenvolvidos por cientistas ou filósofos profissionais. Em vez de proprietários da análise, esses sujeitos ocupam antes a função de aprimorar e desenvolver instrumentos analíticos. É nesse sentido que evocaremos ferramentas da clínica da atividade, constituindo uma ciência psicológica do trabalho, para abordar a análise e a clínica da atividade filosófica desenvolvida por Deleuze com seus instrumentos próprios, os conceitos, em filosofia da diferença.

Inventar em Deleuze um clínico da atividade pode ser uma mera decalcomania, ou seja, uma sobreposição de um modelo clínico ao percurso analítico singular desenvolvido pelo filósofo. Isso se produziria em função de uma comparação ou rebatimento de investimentos que temos feito em análises no mundo do trabalho, via consideração da atividade produtiva e da análise desejante no campo social, tratando-as como propriedades constituídas, como domínios de saberes demarcados, cercados e fechados sobre si mesmos.

Traçando comparações, similitudes e desigualdades, deixaríamos tranquilas ambas as abordagens da produção social, a esquizoanálise e a clínica da atividade, impedindo nossa instalação em seus processos constituintes, que entendemos só se pode fazer lançando-as e acompanhando-as nas derivas que esses processos promovem. Nesse sentido, Gilles Deleuze não é clínico nem analista da atividade por encaixar-se num modelo que se pode supor advindo da clínica da atividade. As análises são as rupturas e desvios que Deleuze desenvolve

na atividade filosófica e a clínica são as cartografias e os traçados que se fazem acompanhando essas estilizações pela atividade, por vezes contra ela, para desenvolvê-la.

Desejamos criar um plano comum, uma intercessão, um atravessamento de uma por outra, entre esquizoanálise e clínica da atividade, em cortes e conexões, para que ambas as máquinas de análise social se perturbem mutuamente, para que nos levem a desenvolver a clínica da atividade como produção desejante no campo social. Trata-se de expandir a potência analítica da clínica do trabalho no que ensaiamos como esquizoanálise da atividade.

Tem-se feito diversos esforços, em trabalhos distintos, por traçar uma intercessão entre a produção deleuzeana em filosofia da diferença e a produção, disparada por Yves Clot, em clínica da atividade (MAIA, 2006; TEIXEIRA, 2008; AMADOR, 2009; LOUZADA, 2009; PACHECO, 2010). Estes, dentre outros trabalhos, nos apoiam nessa empreitada. São obras que, ao arranjam-se pelos mais diversos procedimentos, inventam zonas de indiscernibilidade entre a clínica da atividade e a filosofia da diferença. Enfrenta-se nessas intercessões o desafio de não subsumir uma produção a outra. Procura-se fazer coexistirem diferenciações pelo desenvolvimento das controvérsias, por perturbações mútuas, promovendo invenções desde os instrumentos que ambas as maquinarias nos legam. Já que dois numa conversa já são uma multidão, já nem dá pra imaginar esse monte: resta atravessá-lo, habitá-lo, produzi-lo junto.

Não se trata, então, de um mero caso de reconhecimento, mas de estilização. Não nos propomos a colocar Gilles num tribunal para avaliar se ele merece ou não o título de clínico da atividade: isto seria desprezível e medíocre demais. Há uma singularidade da clínica da atividade em Deleuze, assim como há em Clot e em outros clínicos da atividade com os quais possamos topar nos mais diversos meios profissionais. Gilles Deleuze é analista da atividade filosófica, mas também clínico, por acompanhar os processos que envolvem as análises, marcando suas variações de modo a dispará-las a partir de pontos de ruptura.

[um operário dos conceitos]

Deleuze é um nome em filosofia como uma “máscara de operador” (DELEUZE, 2006a, p. 325) que não designa mais um eu, uma identidade, uma pessoa, mas variações intensivas, disjunções inclusivas, efeitos de transformação. O próprio nome de Deleuze designa uma multiplicidade de outros nomes que por meio dele falam, e por meio dos quais ele pode falar.

Trata-se de um signo limite, uma posição de borda, pelo qual a filosofia abre-se à estilização na pessoa de Deleuze. Existe, como em outros domínios do conhecimento – por exemplo, o efeito-kelvin ou efeito-joule em termodinâmica –, um efeito-deleuze que percorre a máquina filosófica e a desenvolve, não num sentido progressivo, mas involutivo, num movimento de repetição diferenciante, num eterno retorno da diferença.

A cada vez que Deleuze retoma alguma produção no campo da filosofia, mas também das artes e das ciências, o produto do seu trabalho sobre, ou antes, acerca de outro trabalho assume um tom de criação pela atividade de construção de conceitos, própria ao filósofo que se propõe a essas conversações em função do seu ofício. Configuram-se novos arranjos de saber, constituem-se novas paisagens de conhecimento, tornando-se, por vezes, irreconhecíveis os traços da obra (re)trabalhada. Deleuze agita as linhas duras recodificadas que tornam seus interlocutores facilmente reconhecíveis e classificáveis. Pretende, a cada vez que retoma um trabalho, sustentar-lhe as forças que o constituem, atrapalhando que interpretações sobre eles se tornem definitivas, conclusivas, taxativas. Acerca de obras filosóficas, e também de outros gêneros profissionais, Deleuze se propõe a trabalhar, em seus entornos, afirmando a abertura da obra, seu caráter infinito pelo pensamento, ainda que acabado.

O término de uma obra é tomado por Deleuze como um terminal, onde se podem iniciar outras viagens, onde os mais diversos trajetos se entrecruzam. Afirmam-se nesses trabalhos de Deleuze as forças de produção guardadas em cada obra, seus múltiplos sentidos em jogo. A multiplicidade que compõe cada trabalho abordado por Deleuze é considerada como seu fora, seu meio de existência, sua via sempre aberta a bifurcações – nem universo indiferenciado, nem contexto determinado. O fora próprio à obra interessa a Deleuze como o plano das forças de composição da materialidade trabalhada.

Gilles Deleuze trabalha a filosofia como uma máquina de produzir conceitos. É um trabalhador, um operário, da produção conceitual, filosófica. Ele habita o gênero profissional filósofo em seu limite, na consideração do fora na filosofia, ou seja, daquilo que não é filosofia, mas que a compõe por intercessões, jogando com as forças que permeiam, atravessam e constituem-na. Esse limite, esse fora, privilegiado por Deleuze, é a perturbação, o deslocamento, a fragmentação interna que marca a emergência de variantes em heterogeneizações no gênero de trabalho, tal como o define Yves Clot (2006a).

A matéria filosófica operada por Deleuze é composição genérica constituindo-se por meio de variações intensivas engendrando heterogêneses no plano conceitual, fazendo da filosofia um campo aberto à criação, à estilização. As criações deleuzeanas desenvolvem a filosofia pelo movimento que possibilita a deriva de intensidades dos conceitos, através de outros campos, como a política, a arte, a ciência, o trabalho. Essa estilização, contudo, não funciona anulando o gênero filosófico, “mas graças a ele usando seus recursos, suas variantes, em outros termos, por meio do seu desenvolvimento, impelindo-o a renovar-se” (CLOT, 2006a, p. 41).

Deleuze é analista e clínico da atividade filosófica, sem trabalhar com o conceito de atividade. Isso nos coloca a dimensão da clínica da atividade para além de sua especialidade no campo da psicologia do trabalho, não se opondo ela, mas instigando-a a desenvolver-se, produzindo um fora na clínica da atividade que potencializa o plano de criação no desenvolvimento dessa clínica.

Deleuze aprende com Friedrich Nietzsche (citado por DELEUZE; GUATTARI, 1997c), dentre outros, a ser um operário da filosofia: “os filósofos não devem mais contentar-se em aceitar os conceitos que lhes são dados, para somente limpá-los e fazê-los reluzir, mas é necessário que eles comecem a fabricá-los, criá-los, afirmá-los, persuadindo os homens a utilizá-los” (p. 13-14). Deleuze assume, então, trabalhar sempre com os conceitos como ferramentas, tomadas não como dadas, prontas, acabadas de uma vez por todas, a serem melhor descobertas, mas sempre lançadas a cada vez em movimentos de produção, de criação, de apropriação, em instrumentos situados, a serem inventados continuamente. Esse princípio ético-político é comum ao assumido por Yves Schwartz (2004) – propositor da ergologia, uma abordagem filosófica e prática do trabalho pelo conceito de atividade, e orientador de tese de Yves Clot –, para quem todo conceito se modifica sempre a cada vez que é usado nos arranjos situacionais que nunca são os mesmos, afirmando assim o devir conceitual.

É nesse sentido de assunção de um certo modo de trabalhar em filosofia que Deleuze não aceita qualquer prescrição para o seu ofício, mas interfere radicalmente na organização do trabalho filosófico. Diante de tarefas tais como ser um comentador dos filósofos consagrados, ser um contemplador das entidades transcendentais – a verdade, o bem, o belo, dentre outras –, ser o sujeito da reflexão de tudo e qualquer coisa, ser o articulador e substrato da comunicação geral, Deleuze produz uma das mais potentes lutas contra essas maneiras de trabalhar que



emergem no campo filosófico. Uma luta que não cai no mero protesto ou recusa, mas uma luta pela filosofia que a afirma como atividade produtora.

Deleuze via nessas tarefas, repudiadas e consideradas por ele medíocres, não a superioridade da filosofia em relação aos outros domínios da produção social, mas exatamente, obstáculos que derivavam da confusão do filósofo com o sábio ascético que marcam o surgimento desse profissional na Antiga Grécia. “A contemplação, a reflexão, a comunicação não são disciplinas, mas máquinas de constituir Universais em todas as disciplinas. [...] O primeiro princípio da filosofia é que os Universais não explicam nada, eles próprios devem ser explicados” (DELEUZE; GUATTARI, 1997c, p. 15). Deleuze se engaja, portanto, na orientação ético-política de combater os absolutismos, os totalitarismos, a partir da sua própria atividade produtiva, do seu próprio meio profissional, a filosofia. Deleuze não acredita numa militância que não seja produtiva, em lutas que não invistam a criação de mundos, de instrumentos para construí-los, em modos de vida potentes e afirmativos.

[a produtividade como militância em filosofia]

Deleuze é um militante da multiplicidade pelo rompimento com os militanismos cujo centro de atividade é o protesto e a conscientização por exclusão de outros modos de luta social. Nem bom senso, nem senso comum, a aposta de Deleuze é no contra-senso. Aposta política pela sua própria atividade profissional, pela produção de outros modos de pensar, por outros modos de viver. Nesse sentido, construir conceitos torna-se crucial, pois eles tornam-se instrumentos na construção de mundos. Deleuze afirma-se, em filosofia, como profissional da produção de conceitos, militante situado no trabalho, inventor do ofício de(sde) sua própria atividade.

Por essa via, afirma-se o trabalho do filósofo como atividade política, rejeitando a dicotomia disciplinar que separa e antagoniza atividade produtiva e questões sociais, trabalho e luta, criação e vida. Desse modo, rejeita-se a filosofia como atividade transcendente às relações sociais contemporâneas. A filosofia, para Deleuze, é atividade concreta situada nos modos de produção em jogo, perpassando as problemáticas do capital, dentre outras. É por esse movimento duplo, afirmar a filosofia como política e como trabalho, que Deleuze constrói a filosofia como atividade situada.

Nesse sentido, Deleuze está muito próximo de Yves Clot (2010a), que investe a necessidade de lutar pela qualidade do trabalho, como uma orientação ético-política fundamental do clínico da atividade. Clot defende arduamente o trabalho, acredita que esse plano de atividade é fundamental para o desenvolvimento da autonomia em coletivos, considerando-a a atividade mais transpessoal possível, por ser o eixo crucial da produção em seus paradoxos tal como nos colocamos na história. Nesse sentido, Clot e Deleuze estão num plano comum de lutas: o da produção de mundos. Com isso, não há de se deixarem de lado as nuances, confundindo o comum com o semelhante. Pelo contrário, no ponto de vista de ambos, é crucial afirmar as controvérsias, as disjunções de modo inclusivo, a criação de uma comunidade que não seja a da homogeneização, mas a da produção de diferenças impelidas a desenvolverem-se pelos tensionamentos mútuos, comunidade de criadores de mundos, de afirmadores da vida em sua potência de diferir. Deleuze e Clot lutam pelo desenvolvimento dos diversos gêneros de atividade produtiva em suas intercessões, cada um a seu modo, afirmando as diferenças entre si pela constituição de múltiplas relações transversais desde as situações laborais próprias.

A partir daí, todo o empenho que se toma para impedir as intercessões da filosofia com os artistas e os trabalhadores, principalmente, (dis)juntando-os exclusivamente, tornando-os quase que completamente estranhos um ao outro, é um dos grandes entraves que a filosofia constituiu para si, em sua história, em seu meio profissional. Configuram-se, por esse impedimento, contradições que se tornam, por assumir uma forma com aparências de eternidade, por cair numa estruturação bloqueadora dos movimentos de criação, um impasse a desmontar em paradoxos. Gilles Deleuze é um filósofo que não cessa de questionar essas disjunções exclusivas entre filosofia, arte e trabalho.

Deleuze habitava a oficina de conceitos, operando com esses instrumentos longas fabricações que duravam em tempos e lugares diversos. Um trabalhador que amava seu ofício, de um rigor e uma dedicação admirável. Bom-senso operário? A nosso ver, contra-senso ao rendimento de capital, pois trabalhava furtando-se à expropriação dos sentidos, das ferramentas conceituais, das máquinas de guerra filosóficas, dentre outras, pelos conjuntos militares disciplinados em empresas no contemporâneo. É o desmontar de uma empresa da filosofia, empresa que se faz pelo desencantamento da metafísica, que Deleuze engaja como tarefa negativa enlaçada à tarefa positiva de um construtor conceitual, de um mecânico das máquinas desejantes e sociais produtoras de conceitos. Uma desmontagem incessante que afirma as lutas cotidianas no meio de trabalho filosófico. Contra-senso operário.

Deleuze situa sua atividade para não cair na equivalência geral do capital sobre as produções singulares no campo social; procura afirmar a singularizações no trabalho filosófico, pela retomada de seus movimentos criativos. Estabelecendo relações com outras diversas atividades, busca sustentar essas diferenciações. Analista da atividade filosófica por intercessão das atividades do cinema, da pintura, da literatura, Deleuze é clínico por atravessar essa análise marcando os sintomas doentios na filosofia, seus pontos de bloqueio, de um esvaziamento pelo discurso do “fim da metafísica”, que não deixa de lembrar os discursos de “fim do trabalho”, no pós Segunda Grande Guerra Mundial. Yves Clot (2006a) também rejeita radicalmente essa abordagem, afirmando a centralidade do trabalho nos processos de produção da subjetividade no contemporâneo. Por sua vez, Deleuze trata esses sintomas que atravessam o corpo social por meio do próprio trabalho filosófico no que eles afetam essa atividade; situa os problemas abstratos, que percorrem o corpo social, para trabalhá-los em seu meio produtivo. Pode-se assim afirmar a filosofia como “uma ocupação bem definida, uma atividade precisa” (CLOT, 2006a, p. 15), desviando-a das ilusões de domínio ou rebaixamento em relação a outros meios de produção.

[rupturas e alianças pela composição de  
um coletivo de trabalho em filosofia]

Deleuze está sempre em luta para escapar das estruturações que obstruem a produção conceitual – os universais da reflexão, da comunicação e da contemplação são seus grandes adversários. Por exemplo, não é a toa que Deleuze (2010a) se coloque em oposição bem definida aos trabalhos de Jürgen Habermas e Ludwig Wittgenstein, que privilegiavam o problema da comunicação como tarefa da filosofia. Seja num sentido de elevar a filosofia acima de outros tipos de produção, como as artes e as ciências, seja para rebaixá-la por não lhe atribuir uma atividade de produção situável entre estas outras, Deleuze não endossa tais perspectivas. Trata-se de uma recusa à competição, à sobreposição hierárquica, entre as atividades, de uma radical afirmação do meio de trabalho próprio da atividade filosófica pela afirmação da singularidade de outras atividades, afirmando-as sem comparação, por intercessões. Embora considerasse vil o trabalho de denúncia e oposição, por vezes Deleuze assumia tais posições em relação a outros trabalhos para logo retomar sua produção diante daquilo que admirava, do que lhe arrebatava em paixões pelo ofício. E, nesse trabalho, um dos desafios maiores encarados por Deleuze terá sido o problema da história da filosofia.

Sou de uma geração, uma das últimas gerações que foram mais ou menos assassinadas com a história da filosofia. A história da filosofia exerce em filosofia uma função repressora evidente, é o Édipo propriamente filosófico: ‘você não vai se atrever a falar em seu nome enquanto não tiver lido isto e aquilo, e aquilo sobre isto, e isto sobre aquilo’. Na minha geração muitos não escaparam disso, outros sim, inventando seus próprios métodos e novas regras, um novo tom. (DELEUZE, 1992, p. 14)

Pode-se surpreender, então, ao olhar a vasta obra filosófica escrita por Deleuze e se deparar com diversos livros que poderiam ser rapidamente identificadas como obras de história da filosofia, abordagens tipológicas e monumentais de filósofos clássicos. É encarando a história da filosofia, subvertendo-a em seu próprio campo, em vez de abandoná-lo ou menosprezá-lo, como nas produções pós-metafísicas, que Deleuze afirma a filosofia como oficina ou indústria dos conceitos e campo de lutas privilegiado para desmontar os constrangimentos à vida pelo seu próprio trabalho. Deleuze não busca inventar em outro lugar, em alguma transcendência, as armas para lutar contra os entraves em que a filosofia se enredou.

É precisamente nesse sentido que Deleuze é um analista da atividade filosófica. Porque é no próprio chão da fábrica dos conceitos que busca transformar as relações de produção de subjetividade, pela transformação e fortalecimento da atividade de trabalho do filósofo. Deleuze (1976), com Nietzsche, “não acredita nos ‘grandes acontecimentos’ ruidosos, mas na pluralidade silenciosa dos sentidos de cada acontecimento” (p. 3). E é junto com cada filósofo com o qual se alia, em seu universo de produção próprio, pelo trabalho desse sujeito que não abandona o gênero filosófico, que acontece o cuidado e a manutenção do seu ofício, em suas variações intensivas, em suas produções singulares. Desse modo, Deleuze redefine o que é fazer filosofia pelo enfrentamento no campo próprio da história da filosofia, grande máquina de constranger a produção conceitual.

Mas minha principal maneira de me safar nessa época foi concebendo a história da filosofia como uma espécie de enrabada, ou, o que dá no mesmo, de imaculada concepção. Eu me imaginava chegando pelas costas de um autor e lhe fazendo um filho, que seria seu, e no entanto seria monstruoso. Que fosse seu era muito importante, porque o autor precisava efetivamente ter dito tudo aquilo que eu lhe fazia dizer. Mas que o filho fosse monstruoso também representava uma necessidade, porque era preciso passar por toda espécie de descentramentos, deslizes, quebras, emissões secretas que me deram muito prazer (DELEUZE, 1992, p. 14)

Deleuze produz, ao inventar esse procedimento de trabalho em história da filosofia, diversas alianças, estranhas alianças, que se encadeiam umas às outras pelo seu trabalho, entre filósofos que poderiam facilmente ser separados em estantes distintas, e até opostas, em função dos crivos hegemônicos de interpretação. Essas linhagens se fazem, antes de tudo, por

intensidades, por forças que se compartilham, pela afirmação da vida em sua potência de produzir, de diferenciar. As alianças assim firmadas conjuram a conformação de escolas por meio de identificações, de estabelecimentos de conjuntos por meio de traços de similitude. São os múltiplos modos de sustentar os paradoxos conceituais, por vezes tornados contradições inelutáveis em filosofia, que Deleuze busca inventariar e aliançar em coletivos de filósofos estranhamente aproximados. Esses profissionais compõem o bando que Deleuze inventa para constituir sua filiação filosófica, como uma herança artificial e uma linhagem intensiva, que afirma a potência da criação, da invenção, do falso.

Essas alianças compõem o plano genérico, composto de variantes assentadas em um meio comum de produção, que Deleuze trabalha, transtornando o campo da filosofia em um plano de invenção. Isso acaba por extrapolar o terreno delimitado da produção filosófica por afirmá-lo, por desenvolvê-lo, por trabalhá-lo, nos seus contornos, tensionando-os, e não desmanchando-os ou engessando-os. Deleuze opera pelo legado do gênero filosófico como um plano de imanência para afirmar o movimento incessante de criação em intercessões com outros gêneros de atividade na vida. Dessacralizam-se os aliados e os inimigos filósofos, criando para eles e para si um plano de imanência, um deserto onde suas tribos podem se encontrar e se confrontar, cruzarem-se por estranhamentos.

Cada filósofo retomado por Gilles Deleuze é lançado num movimento de construção da obra que não cessou, seja com a morte do filósofo, seja com a publicação da obra. Desse modo, desmancham-se, formando linhas de fuga, as propriedades de saber filosófico como determinações de poder estabelecido sobre a produção dos conceitos. Deleuze é um incansável trabalhador que investe os movimentos de estilização conceitual, pela perturbação e fragmentação interna do gênero filosófico.

[o problema do gênero filosófico de trabalho]

“Tínhamos muita vontade de fazer filosofia, não nos perguntávamos o que ela era, salvo por exercício de estilo; não tínhamos atingido este ponto de não-estilo em que se pode dizer enfim: mas o que é isso que fiz toda a minha vida?” (DELEUZE; GUATTARI, 1997c, p. 9). Esse não-estilo não é o oposto ou a negação do estilo que desenvolve incessantemente Deleuze, é a dimensão genérica da atividade filosófica, tal como Clot (2006a; 2010b) a define sempre em relação com os processos de estilização na atividade.

*O que é a filosofia?* é uma obra que privilegia o problema do gênero filosófico e tem por objetivo traçar os limites da filosofia em relação a outros domínios da produção social: a arte e a ciência, especificamente. Deleuze sempre trabalhou nessas fronteiras, mas como ele mesmo disse, sempre “por exercício de estilo”. Essas fronteiras funcionam e se marcam através das passagens e dos limiares de um gênero em relação a outro, nas suas múltiplas intercessões, perturbações e arranjos, nas estilizações que lhes criam zonas caosmóticas de criação. Essas estilizações sempre foram privilegiadas nos diversos trabalhos de Deleuze, preocupado com o problema da criação, da invenção, da produção. Em *O que é a filosofia?*, o problema da dimensão genérica da atividade filosófica assume a dianteira, não pelo abandono da dimensão estilística da atividade, mas pela preocupação com sua consistência como uma dimensão intrínseca à atividade ligada a um plano de produção situado. Desse modo, Deleuze cuida para que a dimensão genérica não seja confundida com a história da filosofia, nem com as prescrições e tarefas que se tomaram na organização do trabalho filosófico de modo a atrapalhar a produção conceitual.

Essa consideração privilegiada da dimensão genérica d trabalho filosófico como um plano de produção, como recursos e normatizações problemáticas para inventar conceitos, é o assentamento da filosofia como um sistema de variações conceituais cujo desenvolvimento é marcado pelo trabalho de Deleuze, analista, clínico e estilista da atividade filosófica. Trata-se do movimento “em que todas as peças da máquina se combinam para enviar ao porvir um traço que atravesse eras” (DELEUZE; GUATTARI, 1997c, p. 9). Deleuze sempre lutou, em suas obras, por afirmar a qualidade, os valores em jogo, do trabalho do filósofo para o fortalecimento do seu ofício. Nessa batalha, afirmam-se os planos distintos e autônomos de produção – filosofia, arte, ciência, etc. – no mesmo movimento em que se sustenta a crucialidade de seus atravessamentos para se desenvolverem mutuamente, como disposições para a criação em seus campos próprios.

Em *O que é a filosofia?*, portanto, a consideração genérica da atividade filosófica ganha um destaque em relação aos outros trabalhos de Deleuze. Pode-se, a partir de Deleuze (DELEUZE; GUATTARI, 1997c) e Clot (2006a; 2010b), definir a filosofia pela instauração de um plano de imanência como um gênero de ofício próprio, distinto dos gêneros científicos e artísticos, constituídos por plano de referência e plano de composição, respectivamente. Trata-se, para Deleuze, com isso, de diferenciar os gêneros de atividade desde seus planos situados de produção coletiva.

“A filosofia é um construtivismo, e o construtivismo tem dois aspectos complementares, que diferem em natureza: criar conceitos e traçar um plano. [...] É necessário a elasticidade do conceito, mas também a fluidez do meio” (DELEUZE; GUATTARI, 1997c, p. 51). Poderíamos dizer, desenvolvendo as considerações de Deleuze, que a criação de conceitos é a dimensão estilística e a sustentação de um plano de consistência é a dimensão genérica da atividade filosófica. A estilização, as intercessões com outros domínios do pensamento, é agora problema para Deleuze desde uma perspectiva que procura definir a multiplicidade própria ao trabalho filosófico. Mesmo quando se trata de se preocupar com a dimensão genérica da atividade filosófica de modo direto, Deleuze afirma, pelo seu trabalho, que isso só é possível por meio da estilização, da criação.

É no momento em que é perturbado que o gênero é visto [...] impulsionando o gênero em suas limitações, brincando com ele, [...] sobre as fragmentações internas ao gênero, sobre a heterogeneidade que marca a emergência das variantes. [...] Portanto, nesse contexto o estilo participa da renovação do gênero, o qual, no limite, nunca se pode dar por acabado. Ele vive, mais ou menos intensamente de resto, das contribuições estilísticas que o reavaliam constantemente e lhe dão sua dinâmica (CLOT, 2006a, p. 40)

Nas intercessões, Deleuze extrai as singularidades dos trabalhos de artistas e cientistas, principalmente, por lhes criar um meio de conversação, uma via estrangeira, imprevista, no campo da filosofia, pela qual esses artistas e cientistas podem continuar a produzir, duplicando suas composições em outro meio de trabalho, o do filósofo. Essa intercessão só é possível pelas bordas da atividade, por seus limites, por levar adiante os processos de criação em hibridizações de seus fluxos em outros campos. É pelo próprio processo de criação no campo da filosofia, sem abandoná-lo, mas habitando seus limites, que Deleuze pode permitir que um trabalho alheio ao seu em termos de gênero de atividade possa desenvolver suas pulsações de invenção, expandindo e multiplicando seus meios de trabalho por incursões estrangeiras, bárbaras.

[a atividade docente  
como intercessora à atividade filosófica]

A obra de Gilles Deleuze é professoral, pedagógica. É inegável sua atitude de professor, sua postura como professor, profissão a qual se dedicou durante grande parte da vida, em intercessão com o trabalho filosófico. A atividade docente de Deleuze se cruza com a atividade de construção dos conceitos e marca seus escritos. A presença, entre seus alunos, de artistas, cientistas, estrangeiros, psicanalistas, dentre outros, impregna seu processo de

produção conceitual. A imaginar um filósofo isolado em sua sala de trabalho, em casa, ou em qualquer outro lugar, todos os dias, tirando conceitos do si mesmo, do mundo das ideais, ou qualquer outra transcendência, eis certo equívoco. A solidão de Gilles Deleuze é povoada pelos encontros que faz, encontros com pessoas, problemas, situações, seja por meio da aula, seja por meio das obras.

Ele atribui grande importância à aula de terça-feira – o essencial de sua semana gira em torno da preparação dela. [...] ‘desde o domingo de manhã, às vezes desde sábado. A aula era muito amadurecida durante três dias e antes de ministrá-la era como uma preparação física, como antes de uma corrida’. Quando chega então na terça-feira de manhã, ele de fato não mais necessita da pequena ficha com anotações que tem na mão, porque sabe sua aula de cor. Contudo, dá a impressão de um pensamento prestes a se expressar, pura improvisação e elaboração mental em harmonia com seu público (DOSSE, 2010, p. 291).

Tal sensação de novidade é efeito de um gênero de atividade, a docência, bastante sedimentado, firmado, consistente, agregando uma diversidade de elementos em apoio para os saltos, as estilizações, que se promovem pela aula. Paradoxalmente, é a consistência do gênero docente que lhe permite movimentos, deslocamentos, derivas e rearranjos num trabalho em estilização. Por meio dessa longa preparação, Deleuze pode encontrar seus alunos e conversar com eles, pensar junto com eles, produzindo desvios de pensamento aqui e acolá. Não se trata, absolutamente, em seu trabalho, de transmitir conceitos, mas de dispô-los e experimentá-los, construindo-os com seus alunos novamente.

Os escritos de Deleuze, seus livros e artigos, vários e vários, funcionam junto com suas aulas. Há uma interferência mútua entre a atividade de docência e a escrita filosófica em Deleuze. Os encontros com os alunos, suas interferências durante o ensino, as questões que colocam, as modulações que incitam, os mundos que vivem, vão compor os afetos durante a aula que constitui o solo da oficina de conceitos que Deleuze inventa para si. E os conceitos, por sua vez, permitem construir meios de conversação, instrumentos de invenção de mundos e problemas a viver, de interferências nos percursos do pensamento, entre alunos e professor. Os escritos de Deleuze são antecedentes e efeitos de sua preparação de aulas e das incisões cruciais que seus alunos lhe proporcionam. Tal vitalidade na produção conceitual é efeito dos bons encontros (ESPINOSA, 1983; DELEUZE, 2002), os quais Deleuze se esforça incansavelmente por promover.

[...] ‘Não sei bem do que se trata, mas gosto bastante’. Tinha-se de fato a impressão de que ele se dirigia a todo mundo’. [...] ‘Havia uma senhora idosa que vinha a todas as aulas, e fazia um certo frio nesse dia. Nos intervalos, a maioria dos estudantes saía para fumar, e eu fiquei. Dirijo-me a essa mulher para lhe perguntar alguma



coisa, pois ela nunca faltava a uma aula. Ela me responde: ‘O senhor sabe, ele me ajuda a viver’. Existe de fato algo nesse pensamento que ajuda as pessoas a viver’ (DOSSE, 2010, p. 294).

[filosofia  
prática como trabalho em problemas  
concretos: droga, literatura, loucura, morte]

Gilles Deleuze é um filósofo que detesta e rejeita sistematicamente a abordagem da morte como processo, como muitos filósofos fizeram. É a vida como luta e criação que Deleuze afirma em oposição à morte, definida como interrupção da processualidade, do construtivismo. Quando, entretanto, fala em caos para opor à construção (DELEUZE; GUATTARI, 1997c), não cai em mútua exclusão; pelo contrário, acompanha seu comparsa Guattari (1992) com a sustentação de paradoxos, pelo combate no plano das multiplicidades, que precisam ser trabalhadas, sempre ameaçadas pelo caos, para ganharem consistência. Todo o problema de Deleuze acerca das multiplicidades gira em torno da atividade com a qual lhes seja possível compor, dar-lhes consistência, numa perseveração da existência – *conatus* (ESPINOSA, 1983).

Eis porque o problema da atividade, do trabalho, é tão crucial no percurso de Gilles Deleuze. Do contrário, caímos no caos sem consistência de experimentações para existenciais sem que se criem suportes para os processos criativos. Só a atividade produtora de mundos pode sustentar os tensionamentos do caos, impedindo-lhes configurar nulidades. Nosso filósofo tem como preocupação fundamental, portanto, o trabalho, definido como atividade produtiva desejante e social.

As obras que mais desenvolvem os princípios de sua filosofia, enunciados na tese *Diferença e Repetição* (DELEUZE, 2006b), são as que constrói em intercessão com Félix Guattari, especialmente *capitalismo e esquizofrenia*, escrita em dois tomos, *O anti-édipo* (DELEUZE; GUATTARI, 2010) e *Mil-platôs* (DELEUZE; GUATTARI, 1995a, 1995b, 1996, 1997a, 1997b). Essa intercessão por um trabalho a dois domina o interesse de Deleuze na década de 1970, sendo o eixo de suas aulas em Vincennes (DELEUZE, 1971-1979) nesses anos e desdobrando-se em outros dois trabalhos desenvolvidos com o amigo psicanalista militante – *Kafka: por uma literatura menor* (DELEUZE; GUATTARI, 1977) e *O que é a filosofia?* (DELEUZE; GUATTARI, 1997c).

Em *O anti-édipo*, o foco fundamental de Deleuze & Guattari é desenvolver a noção de trabalho como invenção, criação, e a noção de desejo como produção, funcionamento, em vez apelar às categorias do pensamento representacional. Esse livro é uma máquina de análise que privilegia os campos de atividade de Félix Guattari, a militância política marxista e a psicanálise freudiana, mas também se configura claramente como um trabalho filosófico, no âmbito do ofício deleuzeano. Trata-se de um entrecruzamento por diversos ofícios. Paradoxalmente, ao se dispor às análises dos meios de atividade do amigo, Deleuze eleva a potência de produção conceitual em seu trabalho a um ponto limite para o qual todo seu trabalho anterior, relativo à história da filosofia e ao estabelecimento de teses, pode ser vislumbrado, desde então, como uma longa preparação para um fecundo encontro em que se inventam conceitos em experimentações múltiplas.

Tal desenvolvimento prossegue em *Mil platôs*, obra em que expandem consideravelmente as intercessões com diversas outras modalidades de trabalho, sustentadas pelo conceito e prática do agenciamento, ou seja, conexões e disjunções de elementos os mais distintos pelas incongruências, produzindo tensionamentos multiplicizantes. *Capitalismo e esquizofrenia* é, portanto, um longo trabalho cuja preocupação básica são as relações entre trabalho e desejo, atividade e criação. Encontramos o mesmo foco de preocupação com o trabalho, por parte de Deleuze, ao considerar as relações do homem com o álcool, implicando-se nessa análise.

Beber, se drogar, tudo isso parece tornar quase possível algo forte demais, mesmo se se deve pagar depois, sabe-se, mas em todo caso, está ligado a isto, trabalhar, trabalhar. E é evidente que quando tudo se inverte, e que beber impede de trabalhar, e a droga se torna uma maneira de não trabalhar, é o perigo absoluto, não tem mais interesse, e, ao mesmo tempo, percebe-se, cada vez mais, que quando se pensava que o álcool ou a droga eram necessários, eles não são necessários. Talvez se deva passar por isso, para perceber que tudo o que se pensou fazer graças a eles podia-se fazer sem eles. Admiro muito a maneira como [Henri] Michaux diz: agora, tornou-se, tudo isso é... ele pára. Eu tenho menos mérito, porque parei de beber por razões de respiração, de saúde, etc., mas é evidente que se deve parar ou se privar disso. A única justificação possível é se isso ajuda o trabalho. Mesmo se se deve pagar fisicamente depois. Quanto mais se avança, mais a gente diz a si mesmo que não ajuda o trabalho... (DELEUZE, 2010a, p. 7-8).

As relações com o álcool, a droga, a arte, o sexo, a família, os amigos, sempre remetem, afinal, ao trabalho, à produção desejante e social. Deleuze tem, portanto, como preocupação fundamental a atividade, ainda que não se preocupe em conceituá-la. Não se trata do trabalho definido como sofrimento no sentido de algo ruim, como exploração, como condição humana antagônica a alguma condição divina de liberdade, ainda que a problemática da produção desejante e social e social envolvam essas dimensões de impasse e bloqueio dos processos de

criação que são a base do trabalho. Inclusive a relação com o álcool, o agenciamento com o álcool, Deleuze a apreende de tal modo que toma como questão crucial o problema da atividade produtiva, do trabalho. Poderíamos dizer que, como para Yves Clot (2006a), também para Gilles Deleuze, a seu modo, o trabalho é a atividade transpessoal por excelência, o plano em que se cruzam todas as dimensões da vida em produção desejante.

A abordagem da literatura por Deleuze segue sempre essa orientação paradoxal: como pensar os problemas do trabalho nessa linha limite com a loucura, com a arte, com os fluxos desejantes disparatados. *Bartleby, ou a fórmula* que não cessa de desconcertar a organização do trabalho no escritório de advocacia em que se emprega, encanta Deleuze (1997a). Essa fascinação pelas figuras esquizofrênicas não é exatamente derivada da companhia de “doentes mentais”. Guattari já o indica: “Gilles me diz nessa ocasião: ‘Como você pode suportar os esquizes?’”. Ele não conseguia suportar a visão dos loucos” (DOSSE, 2010, p. 17). Tal situação, que poderia vir a ser a contradição na qual Deleuze se encontraria paralisado em seu trabalho, instala um paradoxo onde o filósofo pode trabalhar.

Deleuze inventa um outro conceito de esquizofrenia, como nos aponta Pereira (2009). O que interessa ao nosso filósofo é o esquizofrênico como potência de criação de mundos, sem restringi-lo ao trapo autista produzido pelas artimanhas do poder como doente mental; sem, contudo, negar que seja esse o perigo de captura do processo em redes de poder. Essa posição é crucial para entendermos o paradoxo em que se sustenta a relação de Deleuze com os esquizofrênicos. Tal encontro é, sobretudo, desenvolvido pela preocupação com o trabalho em sua dimensão fundamental: a produção desejante e social. A abordagem da esquizofrenia, possibilitada pela literatura e, posteriormente, pelo encontro com Guattari, que trabalha numa clínica que abriga esquizofrênicos, é um meio percorrido por Deleuze para não sucumbir à contradição, ao impasse, com os esquizes, no seu trabalho de criação conceitual.

Os esquizofrênicos problematizam insistentemente, e por vezes, sistematicamente, os sentidos e os meios de trabalho. O que é produzir? É criar objetos úteis? Úteis a que? É criar coisas que funcionem? Que funcionamentos? O transtorno que *Bartleby* promove no seu meio de trabalho não é a negação do trabalho, nem sua superação por um mundo originário ou utopia futura sem trabalho, mas a própria fonte de desenvolvimento do trabalho. O trabalho só insiste e consiste por essa potência esquizofrênica que não cessa de lhe perturbar os sentidos e os funcionamentos, convocando à invenção de outros, problematizando os fins do trabalho

como a organização os demarca, inventando relações outras para o que trabalho não se estagne e cesse no vazio de sentido, na falta de desejo como buraco a se consumir. A esquizofrenia é o limite do trabalho, sua possibilidade de criar territórios a viver. Encontramos a esquizofrenia como base e como limite do trabalho, no contexto capitalista (DELEUZE; GUATTARI, 2010).

Por essa via, a loucura não é negação ou impedimento fatal da relação com o trabalho e com o real, como se tem perspectivado nas clínicas do trabalho, de modo hegemônico, marcadas ainda pela primazia da identificação, reconhecimento e individualização como eixos de sustentação do trabalho. A loucura, a esquizofrenia, é o paradoxo dos sentidos, usos e funcionamentos que o trabalho arranja e desarranja a todo instante para produzir. Tal perspectiva a que Deleuze nos convoca a desenvolver, pelo seu trabalho no meio filosófico, instala as atuais abordagens clínicas do trabalho em um limite fecundo, construindo um horizonte de problematização que nos parece bastante promissor para as abordagens das atividades produtivas. Desmanchar o impasse com os improdutivos, os esquizofrênicos, pela sustentação dos paradoxos do trabalho é o convite, sem remetente e destinatário assinalados, que Gilles Deleuze deixa aos psicólogos do trabalho nos dias atuais.

## CLÍNICA DA ATIVIDADE PSICANALÍTICA DE FÉLIX GUATTARI, ANALISTA DA ATIVIDADE DESEJANTE NO CAMPO SOCIAL

[PARADOXO DO ANALISTA MILITANTE]

[indivíduo?]

Pierre-Félix Guattari (1930-1992) foi um psicanalista francês que emerge como trabalhador social no cenário do pós Segunda Guerra Mundial. É interessante notar que ele desenvolve diversos debates de modo a situar-se nos limites de sua atividade profissional. Nisso, pode-se já não saber mais exatamente se Félix é psicanalista ou não, se sua prática corresponde ao gênero profissional que a psicanálise estabelece, ou não. Ou melhor, os limites que ele insiste em habitar, por diversos modos, relativos ao seu estatuto profissional têm por função instaurar uma zona de produção de sentido e de variação estilística para a atividade analítica do desejo, implicando pragmáticas diversas no campo social. Eis o problema que nos propomos aqui a desenvolver: a clínica da atividade psicanalítica de Félix Guattari.

Yves Clot (2010b) define que o sentido no trabalho se produz pela atividade de trabalho desde os conflitos entre a dimensão de subjetividade e a dimensão social. Em clínica da atividade, tal como Clot a desenvolve, a dimensão pessoal ou subjetiva define-se relativa ao indivíduo como foco conflitivo de um coletivo profissional, no qual se estabelecem alianças coletivas pelas controvérsias sustentadas para produzir junto. Pela perspectiva de Guattari, caberia desvencilhar-se da noção de indivíduo que remete à atomização da pessoa em suas multiplicidades constituintes percorrendo o campo social. O indivíduo como átomo seria indivisível, uniforme, regular e reconhecível em função de encontrar nele algo elementar, último ou primeiro, que se sobrepusesse aos meios, aos percursos, aos processos de produção. Para Guattari, “*Seria conveniente dissociar radicalmente os conceitos de indivíduo e de subjetividade*” (GUATTARI; ROLNIK, 2008, p. 40, grifo dos autores).

Clot, entretanto, não encaminha diretamente essa desvinculação entre indivíduo e subjetividade. Prefere partir da sobreposição entre as noções de indivíduo e subjetividade, que experimentamos de diversas maneiras em nossas vidas no contemporâneo, marcado pelo modo de produção capitalista baseado na individualização dos sujeitos coletivos, para acompanhar os conflitos dessa junção. A perspectiva de Clot, que difere traçando seus percursos em vias distintas das de Guattari, não se opõe a estas excluindo a perspectiva

diversa. Engajamos, então, conversações entre clínica da atividade e esquizoanálise, sendo esta proposta por Guattari a partir de seu encontro com o filósofo Gilles Deleuze em *O anti-édipo* (DELEUZE; GUATTARI, 2010). Por esse diálogo que convocamos, podemos perceber que em Clot (2010b) não se trata exatamente do indivíduo “serializado, registrado, modelado [...] *na posição de consumidor de subjetividade* [...] na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe” (GUATTARI; ROLNIK, 2008, p. 40-42, grifo dos autores). Clot (2010b) inventa seus próprios procedimentos de combater na imanência das situações de trabalho contemporâneas a dicotomia entre individual e social.

Para Clot (2006a, 2010b), tal binarização decorre do esfacelamento das produções de sentido no trabalho. A afirmação de deslocamentos entre os objetivos da organização de trabalho, os valores mais ou menos estabelecidos, as regras socialmente construídas, e os interesses que no sujeito se cruzam extrapolando a situação de trabalho, remetendo aos diversos âmbitos da vida, são cruciais para o desenvolvimento dos sujeitos e dos processos produtivos. Clot combate os impasses a esses deslocamentos, possíveis por meio da atividade dos sujeitos, pelas confrontações nas máquinas produtivas situadas em meios de vida que se fazem pelo trabalho. Esses bloqueios da atividade em suas potências de criação no trabalho “*a envolvem e protegem, ao mesmo tempo em que a esterilizam*” (CLOT, 2010b, p. 9, grifo nosso). Por isso, o desenvolvimento subjetivo pelo trabalho, a que se refere Clot, implica uma quebra dos envoltórios que tornam o sujeito impossibilitado de interferir na construção de valores, regras e objetivos sociais pela situação laboral.

Conversações fecundas são, portanto, possibilitadas pelas controvérsias que podemos instaurar entre a abordagem da produção de subjetividade, por Guattari, e a clínica da atividade, por Yves Clot. Nesse sentido é que propomo-nos a uma clínica da atividade psicanalítica de Guattari. Tomamos essa atividade, e esse sujeito, para situar uma via problemática, que poderia se traçar por outras atividades e por outros sujeitos. Ao instaurar esse meio de diálogo, queremos, ainda, fugir aos debates conceituais descoladas da vida concreta dos sujeitos e das atividades em que se engajam. Ao mesmo tempo, Guattari nos possibilita, por sua atividade pessoal situada, analisar a extensão de sua proposta desindividualizante da subjetividade pelas intensidades das lutas e controvérsias que transpassam suas diversas atividades, seus diversos meios de existência, dentre eles, a psicanálise.

[a atividade militante: integração dos diversos  
meios produtivos pela dimensão política]

Guattari se colocou durante a vida em diversas situações de atividade – militante político, administrador de estabelecimento de saúde mental, ativista cultural, editor de publicações impressas, coordenador de grupos de trabalho institucionais, etc. – que se cruzavam de modo tão intenso a ponto de constituir uma rede complexa e heterogenética capaz de possibilitar singularizações e criações diversas no campo social. Antes de abordar especificamente a atividade psicanalítica por nosso personagem, vejamos como se configuram as relações entre atividade e política, subjetividade e transformação social, em meio às atividades junto aos grupos militantes em que Guattari compôs; e, assim, pode-se sacar algumas perspectivas de como ele entra no meio psicanalítico, uma vez que psicanálise e militância se conjugam em Guattari.

Propomos fazer esse trecho já que o trabalho de psicanalista surge como possibilidade para Guattari num plano que decorre da sua atividade junto a grupos políticos articulados. Ele fora convidado por Jean Oury, psiquiatra e irmão mais velho de seu antigo professor na adolescência, Fernand Oury, ligado ao movimento de pedagogia institucional, para trabalhar numa clínica de “doentes mentais”, a Clínica La Borde, a qual poder-se-ia traduzir como “A Borda”, “A Fronteira”. Portanto, sua inserção nos meios de trabalho de saúde mental decorre de sua atividade política e dela não se separará, uma vez que esse cruzamento configura um ponto de emergência da construção do trabalho de Félix Guattari como psicanalista.

Jean Oury pedira que me reunisse à sua equipe – e, com isso, que interrompesse meus estudos de filosofia – pois precisava, pensava ele, de minha ajuda para desenvolver o Comitê intra-hospitalar da Clínica, em particular o Clube dos pensionistas. Minha suposta competência nesse domínio vinha do fato de que, desde os dezesseis anos, eu não cessara de “militar” em organizações tais como “os Albergues da Juventude” e toda uma gama de movimentos de extrema-esquerda. É verdade que eu sabia animar uma reunião, estruturar um debate, solicitar que as pessoas silenciosas tomassem a palavra, fazer surgir decisões práticas, retornar às tarefas anteriormente decididas... Em alguns meses, contribuí assim para a instalação de múltiplas instâncias coletivas: assembléias gerais, secretariado, comissões paritárias pensionistas-pessoal, subcomissão de animação para o dia, escritório de coordenação dos encargos individuais e “ateliês” de todos os tipos: jornal, desenho, costura, galinheiro, jardim etc. (GUATTARI, 1992, p. 184-185)

A atividade de Guattari na clínica não se desenvolve numa restrição e no estabelecimento de um limite excludente com sua atividade militante. Pelo contrário, é no entrecruzamento dessas duas atividades que Guattari consegue desenvolver seu trabalho no meio clínico e no meio

militante. Por essa intercessão, consegue sustentar a potência instituinte de rearranjar constantemente a organização do trabalho em função das necessidades concretas advindas da atividade cotidiana, onde os problemas políticos tomam chão pela experiência do labor, pela atividade produtiva. Tal perspectiva do trabalho de Guattari concorda com as considerações de Clot (2006a), para quem a criação no trabalho só é possível pela intercessão entre os diversos gêneros de atividade em que se situa o sujeito. Pelos deslocamentos entre os gêneros diversos, é possível criar novos modos de trabalhar e afirmar o movimento de constituição do sujeito num sentido que conjure os destinos definidos e os fatalismos daí decorrentes. A atividade militante será para Guattari privilegiada como intercessora à sua atividade clínica.

Guattari integrou formações políticas buscando corporificar questões que os grupos de esquerda articulados se faziam incapazes de suportar em seus pontos críticos. Esses engajamentos políticos se faziam sobretudo por procedimentos de criação de linhas de fuga – experimentação que possibilita forjar o conceito mais tarde elaborado junto com Gilles Deleuze (DELEUZE; GUATTARI, 1995a, 1995b, 1996, 1997a, 1997b). Guattari, em cada conjunto político em que se situa, tende a evocar e sustentar os impasses e limites pelos quais os grupelhos se definem, perturbando os fechamentos aos incômodos tensionamentos a que o campo social e desejante lhes convocam. A impossibilidade de programas e objetivos revolucionários últimos, acertados, racionais e monolíticos vai sendo conjurada pela postura de Guattari.

Desse modo, o militante afirma sua movimentação entre os bandos políticos como linha de fuga que o faz derivar sucessivamente do Partido Comunista Francês ao trotskismo, até *A via comunista* – “uma organização que surge nas fronteiras do trotskismo” (DOSSE, 2011, p. 37) –, aos movimentos estudantis e institucionais, aos movimentos de maio de 1968 na França e aos grupos políticos decorrentes desse movimento, às lutas ecológicas, dentre outras. “Quando Félix Guattari sente que uma instituição está se perpetuando, no vazio, na simples gestão de seu pequeno capital cultural, ele não hesita em tomar a dianteira e encerrar suas atividades, para abrir outras possibilidades fora dali” (DOSSE, 2011, p. 39). Guattari cria, então, linhas de fuga em meios aos bandos que permeia e atravessa; convida a uma ética que não feche a produção social, convocativa à criação e aos questionamentos incessantes, aos grupelhos detentores de um capital revolucionário em si mesmos.



Poderiam ser mencionados ainda outros engajamentos de Guattari que tendem cada vez mais a transversalizar as questões políticas articuladas a movimentos sociais diversos, tais como as rádios livres, os movimentos em rede de alternativa à psiquiatria, dentre outros. E acompanhar a passagem por esses coletivos vários, atentando-se aos cruzamentos com outras dimensões vitais, possibilitar-nos-ia acompanhar os processos produtivos que Guattari engaja, desde uma perspectiva que foca a dimensão do desenvolvimento de suas atividades, de seus processos criativos nos meios sociais. Pode-se perceber assim o quanto já se trabalha para confundir política e atividade, militância e produção. Não se sabe muito bem diferir os engajamentos políticos e as preocupações relativas aos modos de existência, de produção de relações, em meios de atividade situados, pela vida de Guattari.

Em meios militantes que se fecham sobre si, os sujeitos tendem a transcendentalizar os objetivos organizacionais e a si próprios, mesmificados como esclarecidos e esclarecedores da razão revolucionária. Diante da obstrução às conflituosas, que constituem a fonte dos movimentos sociais em suas diversas articulações, resta para Guattari fugir. Trata-se de fuga na luta, e não de fuga da luta. A fuga então tende a se distanciar da defesa coletiva que determinaria aos sujeitos uma redobra num si mesmo, uma identificação profissional militante. Esta defesa lança os paradoxos da atividade política à configuração de contradições insolúveis diante das quais resta optar por um lado – a verdade, o bem, a razão, o proletariado, o oprimido, etc. – e demonizar o outro, reificando as divisões, tornando-as naturais, numa prática militante reativa, distanciada da crítica. Em vez de reagir e rebater como continuação dos estados de coisas nos grupelhos, Guattari procura abrir outros campos de possibilidades, instituir meios de atividades diferenciadas pelas descontinuidades investidas como desapego a idealizações utópicas tendentes ao cessar das lutas num transcendente paraíso de liberdade absoluta.

Guattari (2004) ao atacar a figura do revolucionário profissional, configurado no contexto do governo soviético stalinista, afirma paradoxalmente a figura do profissional revolucionário. A inversão dos termos pretende afirmar os paradoxos dessa luta, que não cessa num novo modelo a seguir, mas exatamente indica que é preciso não fixar os lugares da ação política nem da atividade produtiva. Trata-se de promover os atravessamentos das mais diversas atividades na vida pela dimensão política. É uma integridade política e existencial, laboral e vital, que Guattari sustenta paradoxalmente pela descontinuidade e dissociação com meios estabelecidos de ação.

O analista militante se desenha em Guattari não por duas áreas distintas de uma vida segmentada, mas por um atravessamento inextrincável entre política e produção, criação e pensamento, trabalho e luta. A análise para ele se processa pela própria atividade produtiva que não pode ser dissociada da política, do jogo de forças no plano coletivo. Guattari aponta como os complexos psicológicos são exatamente complexos sociais, acontecimentos no corpo coletivo (GUATTARI, 1981; 1988; 2004; GUATTARI; ROLNIK, 2008; DELEUZE; GUATTARI, 1995a; 2010). Portanto, não é possível acompanhar a atividade analítica de Guattari sem considerar a dimensão política, os agenciamentos no campo social pelos quais se faz, as máquinas de intervenção coletiva em que se forja.

[encontro com Gilles Deleuze: intercessão  
para uma crítica à psicanálise]

Se os engajamentos políticos constituirão a existência de Guattari pelas atividades militantes diversas, sua atividade de analista do desejo será atravessada por essa existência e instalar-se-á como linha de produção de subjetividade. As referências à psicanálise por parte de Guattari não cessarão desde as primeiras até as suas últimas obras escritas. Contudo, a cada vez sua posição no bando dos psicanalistas muda em função das situações em questão. A postura de Félix entre os psicanalistas a cada vez mais se configura como ponto de tensionamento, elemento de problematização das práticas, prosseguindo como desarranjo institucional, estilização da atividade psicanalítica e afinal como desterritorialização da análise da subjetividade, fuga no campo psicanalítico.

Em *Psicanálise e Transversalidade* (GUATTARI, 2004), reunindo textos de 1955 a 1971, trata-se sobretudo de tensionar o campo da análise do desejo, do inconsciente, do psiquismo, tal qual a psicanálise se demarcou, invadindo-o com questões relativas ao trabalho institucional e aos grupos militantes. Essa função de bárbaro revolucionário no meio psicanalítico confunde-se, intercambia-se, com a figura do trabalhador social, institucional. O ofício numa clínica psiquiátrica funciona como eixo problemático que se cruza com a série de paradoxos que se constitui pela atividade militante; não é possível separar um e outro. Como afirma Gilles Deleuze (2006a, p. 249), “acontece de um militante político e um psicanalista encontrarem-se na mesma pessoa e, em lugar de permanecerem isolados, eles não parem de se misturar, de interferir, de comunicar, de se tomar um pelo outro”.

Até então, Deleuze também desenvolvia um trabalho de tensionamento da psicanálise; mas seu procedimento se distinguia do de Guattari por se instalar em oficina de produção conceitual, no campo da filosofia. Um nômade em posto de trabalho, operário dos conceitos é Deleuze: outras barbáries, outras militâncias, outras atividades. Quando se encontram em meio aos eventos de maio de 1968 na França, marcado por diversos movimentos sociais que formam uma rede de contestação dispersiva em convulsões múltiplas pelo corpo social, os bandos de Deleuze cruzam com os de Guattari. Esse atravessamento mútuo possibilitará a ambos uma crítica desde seus próprios limites nos usos dos instrumentos conceituais e funcionais psicanalíticos.

Não é que seus grupos de trabalho, famílias, amigos, interlocutores, se cruzem necessariamente; pelo contrário, eles se arranjam em pontos de intercessão pelas distâncias que se traçam entre um e outro num trabalho a dois. Essa intercessão não se dá por semelhanças, igualdades pretensas, ou por misturas indiferenciantes. Seu encontro opera pela conjuração de uma aliança por fusão, pela criação diferenciante que se sustenta nas controvérsias entre ambos. Os bandos que se atravessam pelo encontro e trabalho conjunto instauram uma política da amizade efetuando-se pela criação compartilhada, em que não se sabe mais muito bem quem está dizendo o que, na produção de agenciamentos coletivos de enunciação, que tratam as singularidades dos enunciados como produção coletiva, desejante e social. A partir do encontro dos amigos e do trabalho conjunto, suas relações de bando se modificam de modo bastante divergente do desenvolvimento em que se perfaziam, a ponto de se disporem rupturas.

Deleuze investe a criação conceitual, atacando a história da filosofia por seu próprio desenvolvimento, paradoxalmente. A partir de maio de 1968, intensifica uma conversa direta com os grupos militantes e institucionais por meio de Guattari. As relações deste professor de filosofia com a psicanálise se deslocam consideravelmente. Até então, ele investira diálogos conceituais com a psicanálise no sentido de desenvolvê-la pelos rumos em que se traçavam na França com Jacques Lacan, chegando mesmo a obrar “um ensaio de romance lógico e psicanalítico”, *Lógica do Sentido* (2007b). Tal relação com a psicanálise se sustenta, ainda que conteste perspectivas dominantes no meio psicanalítico, como o fez em sua análise de *Sacher Masoch: o frio e o cruel* (2009). Deleuze desmonta o conceito de sadomasoquismo e trata do seu equívoco na (des)consideração da problemática de Masoch ao (con)fundi-la, ou seja, tratá-la como um complemento oposto, uma imagem de espelho invertida, à

problemática política e desejante diversa do Marques de Sade. Desse modo, Deleuze contesta certas perspectivas em psicanálise, mas no sentido de fortalecê-la.

Pouco antes do encontro com Guattari, Deleuze publica sua tese de doutorado, *Diferença e Repetição* (2006b), em que constrói uma obra que trata de problemas próprios, em vez de prender-se à leitura do trabalho de outros autores, possibilitando uma conversa mais ampla entre esses pelas questões que o atravessam como operário dos conceitos. Entretanto, a partir do encontro com Guattari, constrói-se um encontro interpessoal visando a um trabalho impessoal, uma vez que intenta construir um trabalho comum, e transpessoal, por envolver gêneros de atividades os mais diversos, bandos de atividades variadas. O trabalho próprio de Deleuze & Guattari se verá construído pela crítica ao indivíduo, que se pensa isoladamente das questões do mundo, questões políticas e sociais. Esse trabalho conjunto visa, sobretudo, constituir em obra filosófica, em ferramentas conceituais, os efeitos dos acontecimentos de maio de 1968 na França, as perturbações no pensamento que os acontecimentos sociais lhes provocaram.

[O anti-édipo: posição de borda em psicanálise  
de Guattari]

Nesse encontro, transtornam-se as posições de ambos em relação à psicanálise como um campo de produção de saber e intervenção no campo social. Se até então Guattari e Deleuze produziam questionamentos pelos próprios meios psicanalíticos, *O anti-édipo* situará suas contestações à análise psíquica numa posição limite. Será um trabalho incontornável, diante do qual a teoria e a prática psicanalíticas se verão confrontadas inelutavelmente. Diante desta obra, Lacan solicita aos que lhe seguem silêncio, num claro impedimento ao desenvolvimento das controvérsias implicando as práticas psicanalíticas emergentes na França, que se contentavam em criticar a psicologia do ego vigente nos Estados Unidos da América. Tratava-se sobretudo de perpassar o dispositivo psicanalítico pelas questões do campo social, conjurando-lhe as transcendências e fechamentos às forças sociais em luta.

Deleuze & Guattari não se contentam apenas com os questionamentos no meio psicanalítico. Ao situar esse meio profissional no campo social, sua problematização se faz pelas práticas de análise desejante. Em desprendimento ao meio profissional fechado sobre si mesmo, propõem a esquizoanálise como análise desejante que “teria por ponto de aplicação ideal os grupos, e

grupos militantes: pois é aí que se dispõe mais imediatamente de um material extra-familiar, e que aparece o exercício por vezes contraditório dos investimentos” (DELEUZE, 1992, p. 30).

A partir dessa proposta interrogamo-nos. Esses grupos não se compõem, por vezes, como coletivos de trabalho, já que não entendemos a militância como uma forma ou um modelo, mas como processo que se vive no plano das multiplicidades de forças no campo social? Não há nos coletivos de trabalho a disposição mais imediata desse material extra-familiar nas diversas relações que se criam nos meios de trabalho? Não são nos coletivos de trabalho que as contradições de investimentos de produção social se apresentam de modo fulgurante, colocando-se em questão a criação de novos modos de luta social, uma vez que os tradicionais, como as greves e sindicatos, parecem mais do que nunca previsíveis e capturáveis?

Deleuze & Guattari entretanto não focavam os coletivos de trabalhadores situados em meios profissionais. Contudo, sua proposição com a esquizoanálise nos conduzirá a colocar o problema das relações comuns entre os grupos militantes e os grupos de trabalhadores. Afirmamos, afinal, os coletivos de trabalho como grupos militantes, uma militância em que “não basta protestar, mas é preciso afirmar o movimento”, como nos afirma o psicólogo do trabalho Yves Clot ao parafrasear Deleuze em uma Conferência proferida na Universidade Federal Fluminense em 2007 (informação oral). Não é o caso de subsumir as diversas questões que se colocam a partir da disjunção entre trabalho e luta social, mas de sustentar-lhes o plano comum de atravessamentos e perturbações mútuas. Trata-se, numa esquizoanálise da atividade, de acompanhar os processos militantes dos trabalhadores na criação de máquinas de luta, no sentido de afirmar a potência de criação da vida no trabalho, de modos de viver singulares funcionando em atividades inventivas dos meios de existir e produzir.

Pelo encontro com Deleuze, a posição de borda de Guattari com a psicanálise se fará à maneira de linha vibratória insuportável para muitos psicanalistas. A proposta esquizoanalítica firma-se como via para investimentos diversos em dispositivos múltiplos de intervenção e produção de subjetividade. Procura-se assim a quebra do cartel psicanalítico capitalizando as questões de subjetividade do campo social para os consultórios privados. Se *O anti-édipo* não é a ruptura absoluta com a psicanálise, no sentido de não cair num abandono

como entrega dos pontos e desistência dos conflitos, se configura como conversa povoada de controvérsias abalando as bases do psicanalismo desde dentro.

Robert Castel define o psicanalismo como a estratégia, no campo social, de obstrução dos atravessamentos da psicanálise pelas mais diversas questões políticas e desejantes, sociais e institucionais. Segundo ele, n’*O anti-édipo* “a ‘esquizo-análise’ corresponde à vontade de fazer explodir a relação analítica do interior. Mas a difusão institucional da psicanálise pede seu próprio tipo de crítica prática.” (CASTEL, 1978, p. 236). É nesse sentido, de configuração de uma trincheira situada como crítica nos entremeios do plano social, como crítica institucional, que Castel desenvolve, quase paralelamente à Deleuze & Guattari, sua própria crítica à psicanálise desde outras perspectivas institucionais. Constitui-se assim a crítica à psicanálise como meio povoado de controvérsias, permitindo aos seus desenvolvimentos não se instalarem como verdades absolutas descobertas desde um erro. *O anti-édipo* é publicado no começo de 1972 e é sucedido por *O psicanalismo* de Castel, publicado em 1973. A comunicação entre os dois trabalhos se marca em um desses próprios trabalhos: nas últimas páginas d’*O psicanalismo*, Castel dialoga com *O anti-édipo*, como anotamos aqui.

[disjunções em psicanálise: efeitos d’O anti-édipo]

A partir d’*O anti-édipo*, as relações com a psicanálise tendem cada vez mais a passar de críticas estremecentes perturbadoras a uma linha de fuga em potência transversalizante elevando-se velozmente. Havia, a princípio, críticas pontuais a certas colocações complicadas em psicanálise, seja pelo problema do sadomasoquismo abordado por Deleuze (2009), seja pela questão da abordagem institucional desenvolvida por Guattari (2004) em conflitos dialógicos pontuais com o lacanismo a pleno vapor. Guattari produzia modos problematizantes de trabalho em psicanálise, estilizações do ofício de analista do desejo, posições limites diante da instauração de um novo regime psicanalítico desde Lacan que se colocava como retorno às fontes freudianas deturpadas, o que implicava a negligencia e complicação da abordagem institucional. Entretanto, Guattari procura sustentar o debate polifônico e controverso no seio da Escola Freudiana de Paris. Em meio a esses debates formigando em vários pontos de discussão, tanto Deleuze como Guattari, à beira de seu encontro, afirmam ainda intensamente suas relações com a psicanálise.

Mas tal aproximação se configura mais tarde como cumprimento entre lutadores que logo a seguir se digladiarão em séries de disputas bastante terríveis. Guattari, em disposição amigável a essa batalha avistando-se, escreve para Lacan *Máquina e estrutura*, texto publicado em *Psicanálise e Transversalidade* (2004). Mas essa saudação será o disparo incômodo que, de um tiro só, o aliará a Deleuze e instaurará um conflito com Lacan e seus seguidores, que não suportarão bem a estilização da psicanálise pelo trabalho de Guattari. Lacan irá atrapalhar a publicação do texto de Guattari e a seguir “ordena aos membros da Escola Freudiana [de Paris] que mantenham total silêncio, que não comentem nem participem de nenhum debate [acerca d’*O anti-édipo*]” (DOSSE, 2010, p. 177). Entretanto, não cabe delimitar a disputa ao campo psicanalítico, uma vez que seria negligenciar os efeitos de maio de 1968 nesses conflitos. São as questões que percorrem o corpo social que o provocam, promovem e sustentam.

Guattari e Deleuze insistem nesses diálogos com a psicanálise, mas desde outra postura a partir d’*O anti-édipo*. Tal obra é essa insistência, movimento de provocação, em dispor as variantes do trabalho analítico relativo à subjetividade como estilizações da psicanálise em termos de instrumentos conceituais. Tais variações dependiam, como se vê pel’*O anti-édipo* de cabo à rabo, de intercessões com outros terrenos de práticas e saberes: literatura, história, etnologia, economia, filosofia, dentre outras. Mas essas intercessões não se podiam fazer por uma permanência daquilo que o campo psicanalítico poderia cercar como saber exclusivo: o domínio da subjetividade. Seria preciso encarar, num plano imanente de diálogo que situasse a psicanálise dentre outras atividades sem limites cabalmente determinados, os conflitos decorrentes dessas conversações e as variações internas à psicanálise provocadas nesses limites. Contudo, a atitude de Lacan é compartilhada por muitos analistas desde então e o psicanalismo tende a barrar as conflitivas cruciais ao desenvolvimento da psicanálise.

Mas insiste-se. *Deleuze e Guattari explicam-se* (DELEUZE, 2006a) numa mesa redonda em 1972 junto a diversos interlocutores que se colocam como profissionais dos gêneros diversos de atividades que são convocadas para conversas em *O anti-édipo*. A conversação acentua-se especialmente na conflitiva com a psicanálise, destacada pelo diálogo com Serge Leclaire, psicanalista. A partir dessa conversa, já se apresenta um tensionamento bastante difícil de encaminhar nos quadros da psicanálise. Acompanhemos alguns traços relativos a esse debate.

Leclaire afirma: “Creio que a vossa máquina desejante, que só deveria funcionar ao desarranjar-se, ou seja, com as suas avarias, com as suas falhas de motor, é tornada completamente inofensiva por vocês próprios, em virtude do objeto “positivado”, da ausência de toda dualidade e de toda a “falta”, vai trabalhar como... um relógio suíço.” (LECLAIRE, citado por DELEUZE, 2006a, p. 284). Tal crítica nos conduz às oposições remetidas às máquinas de abordagem da atividade, dentre elas a clínica da atividade. Insistentemente interrogadas por colocarem-se em favor da produtividade, da qualidade do trabalho, tais perspectivas de intervenção nos mundos do trabalho são denunciadas por não conduzirem à revolução nos meios de produção. Ainda que se proponha a desarranjar a organização do trabalho, no que ela sufoca os processos produtivos, pelas variações criativas e pela subversão dos sentidos da atividade, solicita-se a esses aparelhos uma negativa declarada. Entretanto, trata-se de afirmar as positivities das lutas por meio dos paradoxos no trabalho em vez de debater-se em contradições pela negativa da situação laboral. Tal posição é comum à assumida por Deleuze e Guattari no campo psicanalítico.

No debate com Leclaire, já se avistam, contudo, distintas posições de Guattari e Deleuze relativas ao debate com os psicanalistas. Deleuze radicalmente rompe a ligação que alimentara até então com a psicanálise e dispõe-se a críticas visando ao desmonte da máquina psicanalítica e seus aparelhos. Guattari, por sua vez, insistirá no debate com a psicanálise, o que marcará seus trabalhos posteriores, mas desde a posição construída no trabalho conjunto com Deleuze. O meio comum em que se desenvolvem e podem prosseguir em conversações essas diferentes posturas é a esquizoanálise.

Durante os anos seguintes, Guattari não abandona seus meios de atividade. As perturbações e fugas que se empreenderam por seu trabalho psicanalítico visaram desenvolvê-lo, sem temer as rupturas, mas sustentando as controvérsias próprias ao meio. A esquizoanálise se faz em Guattari, como em Deleuze, pela perturbação de seus meios próprios de trabalho. Guattari faz esquizoanálise pelas práticas psicanalíticas, assim como Deleuze pelas práticas filosóficas. Nesse sentido, a ruptura com a psicanálise é ruptura na psicanálise, pela psicanálise, possibilitando que as práticas analíticas não se fechem nos dispositivos estabelecidos. As máquinas de análise do desejo não têm proprietários e herdeiros desde a sua constituição, mas nem por isso implicam que a máquina não funcione e não produza de tal maneira que possa ser expropriada para outros usos, afirmando a invenção nela própria.



[transversalidade analítica ou adeus à  
psicanálise?]

Guattari irá desenvolver na década de 1970, sempre em diálogo com Deleuze, direta ou indiretamente, toda a potência disruptiva relativa ao seu trabalho conjunto com o amigo filósofo em *O anti-édipo*. São exploradas as consequências da proposição da esquizoanálise nesses anos seguintes ao ponto crucial de logo no começo de *Mil platôs* (DELEUZE; GUATTARI, 1995a, 1995b, 1996, 1997a, 1997b) se declarar a despedida à psicanálise. Propõe-se por este procedimento que o novo trabalho se liberasse do debate centrado no meio próprio à psicanálise, afirmando uma transversalidade radical da produção desejante e social nos diversos meios de atividade coletiva. Nas palavras Deleuze & Guattari (2006a, p. 8):

Em *Mil platôs*, o comentário sobre o homem dos lobos ("Um só ou vários lobos") constitui nosso adeus à psicanálise, e tenta mostrar como as multiplicidades ultrapassam a distinção entre a consciência e o inconsciente, entre a natureza e a história, o corpo e a alma. As multiplicidades são a própria realidade, e não supõem nenhuma unidade, não entram em nenhuma totalidade e tampouco remetem a um sujeito. As subjetivações, as totalizações, as unificações são, ao contrário, processos que se produzem e aparecem nas multiplicidades.

Em *Mil platôs* trata-se de expandir as questões levantadas em torno do marxismo e da psicanálise como concernentes a diversos saberes e práticas. No segundo tomo de *Capitalismo e esquizofrenia*, portanto, a transversalidade dos saberes é destacada e novas questões se colocam desde terrenos já bastante distantes da psicanálise e do marxismo. Não se trata, entretanto, de renegar esses dois eixos problematizantes das nossas vidas contemporâneas, mas de não tomá-los como sobrecodificações às quais outros saberes devam render homenagem, cuja importância se faz pelos usos possíveis nas análises produtivas.

Neste novo trabalho, trata-se de tomar a linha vibratória e flexível, perturbando os limites da psicanálise, como linha de fuga que perpassa diversos planos problemáticos. As conexões entre os diversos problemas não se colocam a priori, mas se fazem nas experiências de trabalho e vida de Guattari e Deleuze, nas questões que perpassam situações sociais diversas em que participam de algum modo, seja pela filosofia, pela clínica, pela docência, pela militância. A psicanálise, neste novo empreendimento, aparece tão fragmentada e esparsa que se pode cogitar sua completa negação. Mas o adeus anunciado é esquecimento que instaura as ferramentas analíticas da psicanálise no corpo apropriante que as transforma em função das situações contemporâneas, em vez de evocar-lhes sempre a lembrança em busca dum recalco inatingível.

Quando Guattari vem ao Brasil em 1982, Suely Rolnik o acompanha e organiza um livro constituído principalmente pelas diversas conversas engajadas com os mais variados grupos, dentre os quais figuram diversas psicanalistas em suas organizações no país (GUATTARI; ROLNIK, 2008). *Desejo e História*, um dos capítulos do livro, concentra os debates com os psicanalistas que, entretanto, se espalham por todo o livro. Aí, Félix tem oportunidade de estabelecer conversações em controvérsias acerca da psicanálise com outros colegas de ofício em terras estrangeiras e registrar isto numa obra, de tal modo que não se perca de vista seu ofício como trabalhador social em psicanálise. O diálogo se instala, dentre diversos assuntos, em torno de temas relativos à profissionalização da psicanálise – o que nos interessa ao propormos debater a atividade psicanalítica a partir de Guattari.

Diante da questão que lhe fazem durante uma dessas várias conversas de que a psicanálise ou a clínica de modo geral seriam lugares privilegiados do analítico, Guattari responde: “É claro que não. O que não é sinônimo de uma condenação do *métier* [ofício] de psicoterapeuta ou de qualquer função de trabalhador social.” (GUATTARI; ROLNIK, 2008, p. 244). Por essa perspectiva, Guattari promove análises da atividade psicanalítica referindo-se às práticas e aos processos de institucionalização implicados nessas práticas. Sendo assim, Guattari ataca o especialismo que pretende tornar exclusiva a atividade analítica pelo mesmo golpe em que afirma os coletivos próprios de trabalho contra a generalização.

Não retomaremos extensivamente aqui, contudo, as análises empreendidas por Guattari acerca da psicanálise uma vez que isso nos ocuparia uma enormidade de trabalho. Em vez disto, tomaremos a sua própria atividade como objeto de análise a partir principalmente dum caso clínico registrado por Guattari, em que assumiu a posição de psicanalista pela primeira vez. Ainda outras referências à sua atividade psicanalítica serão evocadas por nós para elucidar algumas questões relativas ao desenvolvimento da sua atividade. Procuramos com isso retomar a problemática da atividade, tal como Clot (2006a; 2010b) a define, para trazer à tona a dimensão crítica à psicanálise em Guattari, ainda que não implique diretamente um desenvolvimento do trabalho pela intervenção direta com os sujeitos da atividade, tal como se preconiza pelas metodologias da clínica da atividade. Com esse empreendimento, pretendemos antes destacar as estilizações na atividade psicanalítica promovidas por Guattari.

[R. A. e a constituição de um dispositivo  
analítico: transferência em questão]

É preciso situar, antes de tudo e mais uma vez, que o contato de Guattari com a atividade psicanalítica é promovido por seu amigo e colega de trabalho na clínica La Borde, Jean Oury, e por Jacques Lacan, do qual conhece os textos por Oury e de quem acaba por se aproximar frequentando seus seminários e seu divã (DOSSE, 2010). Oury era bastante influenciado pelo trabalho de François Tosquelles. Este promoveu a acolhida de militantes perseguidos e a liberação de “doentes mentais” para a vida comunitária diante dos acontecimentos da Segunda Grande Guerra Mundial a partir do Hospital Saint-Alban, desenvolvendo a seguir junto a diversos outros psiquiatras problematizações acerca da instituição psiquiátrica e das práticas de cuidado que se constituíram logo como psicoterapia institucional. Oury segue ainda o trabalho de Lacan, que lança diversos questionamentos às práticas hegemônicas da psicanálise na metade do século XX. A atividade psicanalítica de Guattari, disparada por Oury, será também crucialmente marcada por Tosquelles e Lacan, embora não se prenda a essas referências. Na clínica, Guattari é sobretudo um organizador preocupado com a dimensão institucional, com as normas, regras, valores, modos de funcionamento coletivo. Isto não lhe impede, diante de suas propostas de transversalização das atividades, de assumir por vezes o lugar de psicanalista.

Guattari registra um dos casos clínicos que desenvolve junto com um dos pacientes de La Borde. Trata-se de um sujeito, chamado por Guattari de R. A., que não se integra “ao sistema da terapia ergo-social da clínica” (GUATTARI, 2004, p. 35), ou seja, à proposta de trabalhos conjuntos entre pacientes e cuidadores em oficinas. Tem-se aí um desafio às propostas de gestão desenvolvidas por Guattari. As experiências de atividades grupais possibilitam que R. A. abandone suas atitudes de afastamento e paralisação diante dos outros mas não que estas sejam necessariamente superadas, como aponta Guattari. Não se trata portanto, no trabalho grupal, de uma estratégia infalível de prática terapêutica mas de um dispositivo possível para o trabalho de cuidado (BENEVIDES DE BARROS, 2007; CÉSAR, 2008; CÉSAR; ZAMBONI, 2008). É neste quadro desafiador aos processos de gestão que pela atividade cotidiana Guattari consegue estabelecer contatos e constituir dispositivos analíticos junto com R. A.

Tendo estado bem próximo a ele no decorrer de todas essas atividades, tendo tido a oportunidade de encontrá-lo no bosque e de acompanhá-lo de volta, quando de sua

fuga, assim como por razões de simpatia, foi-me bem fácil fazer com que aceitasse a perspectiva de um diálogo. Foi importante evitar, desde o começo, que se instaurasse entre nós uma relação de tipo “transferencial”. Primeiro porque umas poucas sessões de psicoterapia tinham sido interrompidas três anos antes, por razões, a propósito, externas, tendo-o deixado em tenebrosa sensação de fracasso, e em segundo lugar por causa da estrutura da clínica, que implica, para todo membro do corpo de funcionários, a necessidade de uma presença alternativamente “curativa” e “autoritária”, “amigável” etc., de modo que a transferência psicanalítica teria vida curta, uma vez que, ao final da sessão o analista seria levado a ter para com o sujeito uma atitude completamente distinta. (GUATTARI, 2004, p. 36)

Pode-se perceber pelo estabelecimento desta relação analítica como a clínica se faz como crítica à psicanálise, como posição de borda em relação aos procedimentos e instrumentos conceituais e técnicos dos quais se lança mão. Contrariando a hegemônica atitude de aplicação de uma ferramenta supostamente acabada, Guattari problematiza a psicanálise na instituição desde os imprevistos da situação de trabalho com os quais ele procura resolver-se desenvolvendo variações instrumentais na atividade. Estas experimentações são desenvolvidas em análises situadas desde os problemas concretos que ele trata de acompanhar como clínico. É assim também potencializada a produção de ferramentas de análise em modulações dos dispositivos da clínica.

Guattari extrairá das experimentações em atividade situada, como esta com R. A., questões para o trabalho do psicanalista. Trata-se sobretudo de pistas, indícios e apontamentos que nem por isto deixam de se afirmar como estilizações no corpo genérico de profissionais psicanalistas. Em relação à transferência, fenômeno clínico em que se atualizam emoções, pensamentos e ações deslocados desde uma situação passada para o presente por conta da clínica, Guattari afirma que

*[...] sempre que ocorre a transferência, é que se instaurou uma situação de alienação, o que provavelmente funciona como obstáculo aos verdadeiros processos analíticos.* Na época de minha carreira de analista tradicional, eu tinha estabelecido uma espécie de analogia entre todos os começos de análise; cheguei até a confirmar isso com outros analistas. A mim parecia que no começo dos tratamentos, da primeira sessão até o quinto, sexto, sétimo mês, mais ou menos, existia e se mantinha uma certa produtividade. No entanto, a partir daí acontecia uma espécie de fenômeno global de massificação, de solidificação, correspondendo à instauração de fenômenos de transferência, que funcionariam, durante anos a fio, como um verdadeiro fenômeno de implosão dos processos analíticos. (GUATTARI, ROLNIK, 2008, p. 315, grifo dos autores)

Promovendo controvérsias acerca da função da transferência na atividade psicanalítica, geralmente definida como o momento de estabelecimento da relação analítica, propiciado pelo dispositivo montado com a associação livre e o jogo da confissão entre analisante e analista, Guattari assume uma posição radical ao definir a transferência como obstáculo, como

buraco negro que atrapalha a produtividade da análise. Deixa-se de lado assim a ambivalência que Sigmund Freud propõe sustentar pela transferência e radicaliza-se na transmutação do dispositivo de análise.

Cabe pontuar que este desenvolvimento se processa em consideração da dimensão institucional da psicanálise situada em locais de trabalho. Em vez de se considerar que, com a transferência, a análise dispara, Guattari afirma que se trata de um breque, de um beco sem saída de retorno ao passado familiarista. As discussões de Deleuze (2004; 2005) acerca da função produtiva do esquecimento vão também neste sentido. Não é à toa portanto que Guattari afirme que, com esses desenvolvimentos, já não se trata da “carreira de analista tradicional”.

[máquinas desejantes e polifonia discursiva em  
R. A.]

Mas retomemos o caso de R. A., pois a análise situada é a fonte dos desenvolvimentos da clínica psicanalítica com Guattari. Evitando a transferência, Guattari instala um gravador de áudio durante as sessões com R.A.. Posteriormente, tratava-se de reproduzir os discursos do analisante, visando “uma espécie de objetivação da situação cujo efeito era na maioria das vezes [paradoxalmente] o de desviar, senão de bloquear, o diálogo” (GUATTARI, 2004, p. 37). Os impasses aos processos produtivos portanto não remetem, para Guattari, às memórias etéreas familiares, mas a situações de experimentação no real dos dispositivos de produção de subjetividade. O familiarismo e sua atualização pela transferência seriam buracos negros, zonas de relação da qual se obstruem as saídas, nas quais os paradoxos da atividade não teriam lugar para se desenvolverem.

Os impasses, bloqueios e desvios na clínica entre Guattari e R. A. são suscitados pela confrontação de R. A. com seu próprio discurso, provocando um desenvolvimento dialógico. Diante do que fala, R. A. estranha-se e pode-se colocar em controvérsia “com aquele tom monocórdico, aquelas hesitações, aquelas interrupções, as incessantes incoerências” (GUATTARI, 2004, p. 37). A polifonia discursiva torna-se possível a partir da confrontação de perspectivas, por controvérsias, em si próprio. É essa polifonia que permite o contato com o real, o processo de produção em seus limites de ação e sentido. As “incessantes incoerências” podem se desenvolver afinal por singularizações em que cabe construir horizontes de possibilidades outras para a atividade, para além de sua estagnação.

Partindo do gravador de áudio e de sua disposição singular na situação analítica construída, inventam-se outros dispositivos de confrontação discursiva: a produção de um filme amador em que R. A. participa como ator e espectador; a cópia do livro *O castelo*, de Franz Kafka, autor que teria grandes semelhanças com R. A., segundo Guattari; um caderno de anotação das falas, em substituição ao gravador, que se torna, posteriormente, um texto próprio de R. A., em que ele “remanejou coisas, corrigiu, aprimorou, selecionou, fez comentários ao que havia ali, alterou a ordem daquilo que havíamos elaborado juntos” (GUATTARI, 2004, p. 40). Cada um desses dispositivos, dessas pequenas máquinas de análise, Guattari discute em função dos movimentos de produção de subjetividade na clínica de R. A.. Cada um implica modos de uso, procedimentos que vão se inventando no curso da atividade clínica, diante da qual Guattari não teme uma série de inovações em função da situação que se produz e desloca.

Mas por que essa variação constante de dispositivos? Para Guattari, nos parece, é o caso de não tornar a análise fechada a um dispositivo, a uma máquina exclusiva, tal qual acontece com a psicanálise, mas de suscitar a invenção de máquinas analíticas abertas à variação e à criação, de se inventar meios de análise próprios a cada situação. Nas confrontações dialógicas promovidas pelas máquinas inventadas entre Guattari e R. A. na clínica La Borde, trata-se a cada vez de invocar, o que Clot (2010b) define como, o sobredestinatário da confrontação, e que Deleuze (2003) aponta como, a dimensão impessoal das conversações, ambos a partir de Mikhail Bakhtin (1997).

O sobredestinatário do diálogo remete, portanto, à dimensão impessoal na conversação, que nunca pode então ser binarizada, remetendo sempre à polifonia discursiva, à multiplicidade de sentidos do discurso, que cabe percorrer inventando vias singulares. Guattari irá explorá-lo como máquina, o que se aponta pela su’A *paixão das máquinas* (GUATTARI, 2003), principalmente em seus trabalhos sob a insígnia de esquizoanálise. O conceito de máquina desejante desenvolverá a polifonia discursiva como agenciamento coletivo de enunciação desde as produção efetivas no campo social, tomadas como agenciamentos maquínicos do desejo. Guattari estabelece em condição de produto, de resto circulante entre as máquinas, o sujeito como adjacência à máquina. Isto se faz em função de uma perspectiva radical de alteridade, remetida não a pessoas globais desde o eu próprio, mas ao estranhamento desestabilizante, que pode disparar processos de produção de sujeitos e mundos. Em Guattari (1992), a polifonia bakhtineana sobrepõe-se à consideração dialógica no que ainda possa

privilegiar a interlocução subjetiva por binarismos linguísticos ou retomadas da função egóica.

Clot (2006a), por sua vez, persiste em considerar a dimensão subjetiva sem submetê-la às máquinas produtivas. A relação com o outro, com o objeto máquina e consigo constituiriam a atividade como dirigida em três sentidos, para o clínico da atividade. Deste modo, o processo produtivo destacaria a dimensão subjetiva da dimensão social e da dimensão produtiva, exatamente para apontar sua indissociabilidade no processo. Em Guattari (DELEUZE; GUATTARI, 2010), a dimensão subjetiva é tomada como matéria-prima e produto das máquinas sociais e técnicas, é fluxo desejante que percorre e engendra-se pelas máquinas. Guattari procurou, por essa via, considerar a dimensão desejante nos meios sociais desde as instituições, questionando a distinção entre máquina técnica, máquina social e máquina subjetiva.

Guattari, pelas suas experimentações clínicas, já na década de 1950, aborda as dimensões maquínicas e polifônicas, produtivas e expressivas, que orientarão sua produção conceitual nos anos posteriores. A atenção às máquinas desejantes inventadas entre Guattari e R. A., bem como à produção de enunciações coletivas entre ambos, marcará e orientará o trabalho analítico de Guattari nos anos seguintes. Portanto, mostra-se crucial, para acompanhar a invenção e uso dos conceitos e procedimentos em esquizoanálise, situar as experimentações analíticas que provocam seus desenvolvimentos.

[um verdadeiro entrecruzamento]

As diversas definições que Félix a cada vez desenha para a esquizoanálise, com os muitos nomes que inventa para tais variações, são composições que traça em intercessão com as atividades pelas quais se inventa atravessar, cortar, correr, habitar e tão logo escapar. Félix é rápido, ligeiro. Ali onde se pensa encontrá-lo, identificá-lo, agarrá-lo e prendê-lo de uma vez por todas, ele já não se encontra, pois já se inventa em outros meios, outros caminhos, outros lugares a viver. Seus desenhos conceituais da esquizoanálise são sempre situados: a cada desvio, uma nova paisagem a compor e cartografar. Esquizoanálise é estilização da atividade clínico-analítica por Félix. Com este dispositivo mutante, trata-se de não transcender as variações da vida e do trabalho, mas de criar-lhes condições de engendrar outros meios produtivos.

É assim que inventamos esquizoanálises entre os motoristas, aprendendo com eles, junto e disjunto. Com suas conversas descontínuas, ao acaso, regradas pelos imprevistos. O primeiro ônibus que passa e cabe para ir pra casa depois de um dia longo de trabalho, um tempo raro de descanso entre uma viagem e outra num terminal de ônibus, uma bebida na folga com os amigos do trabalho, e por aí vão se forjando meios de análise da atividade do motorista de ônibus. Conversas curtas e ligeiras que se entrecortam, situadas pelos tempos que se fabrica no trabalho de transporte. Isso é a esquizoanálise que empreendemos junto aos motoristas, tomando passagem em suas vias. “Mas que erro ter dito *o* isso” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 11, grifo dos autores). Por que essa substância não está desgarrada de seu movimento de produção ao acaso. Acaso dos encontros, das situações, de quem chega e de quem vai ao sabor das forças com as quais compomos e que nos compõem.

É esquizoanálise a própria ação, a própria atividade. Sem analisar o trabalho, os trabalhadores não agiriam e estagnariam perplexos diante do acaso lancinante. O trabalho e seus imprevistos os fisgam compondo situações interpelativas, provocando a uma análise contínua, da qual caberia avaliar os modos de análise, em vez de buscar determinar se há ou não análise. Sempre há análise pela atividade. A analítica do trabalho só se pode estagnar num movimento secundário de repressão dos movimentos de criação pela atividade como uma força contra ela mesma. Rompendo os laços com as forças do real em luta, num eterno retorno das forças sobre elas mesmas, conjura-se a diferença para tornar-se mesmo, repetição do mesmo: eis um dos grandes perigos da atividade.

Em vez disto, é repetição da diferença que sempre insiste em se fazer nas análises do trabalho. Como aponta Lourau (2004), análise e ação não se diferenciam. Só agimos porque analisamos. Análise não como reflexão ou previsão, movimento após ou anterior à ação, mas simultâneo à ação, como propõe também Espinosa (1983), com sua tese do paralelismo entre o corpo e o pensamento, que é retomada por Deleuze (2002). Sem análise, seria impossível aos motoristas seguir o curso do seu trabalho. Não se trata ainda de uma análise fundamentalmente individual, mas crucialmente coletiva, permeada pelos afetos com os quais se constrói a ação e suas condições de efetuação. Clot (2006a; 2010b) propõe a psicologia do trabalho como uma psicologia situada cujo chão fértil de produção é o próprio terreno da prática psicológica em interferência com outras atividades profissionais em função do desenvolvimento do trabalho. Para a clínica da atividade, pela qual esta psicologia do trabalho



pode se desenvolver, intervenção e análise não se apartam. A esquizoanálise é então outro modo desta articulação entre saber e ação, atividade e conhecimento.

Félix funciona, para nós, na pesquisa com motoristas de ônibus coletivo urbano, como um intercessor privilegiado, cujos modos de pensar e conceitos criados são, de algum modo e estranhamente, muito afins ao nosso trabalho. “Ele viajava sem cessar. Era um *paqueur* [barqueiro que se encarrega da passagem de pessoas e coisas de uma margem para outra de um rio], um verdadeiro entrecruzamento” (OURY, 1993, p. 56). Estes traços ressaltados por Jean Oury, com quem Guattari trabalhou por cerca de 40 anos, nos remetem à figura do motorista de ônibus. O trabalho analítico, político e conceitual de Guattari nos leva a provocar encontros inesperados e possíveis com a atividade dos motoristas de ônibus, tal como o que acontece com Deleuze e sua produção conceitual, que lhe permitirá encontro com os outros produtores do campo social, com outras atividades, mesmo bastante inesperadas.

Acabo de escrever um livro sobre um grande filósofo chamado Leibniz e insistindo em uma noção que me parece importante nele, mas que é muito importante para mim: a noção de dobra. Considero que fiz um livro de filosofia sobre essa noção, um pouco estranha, de dobra. O que me acontece depois? [...] os dobradores de papéis chegam e dizem: a dobra somos nós. Os outros, que me enviaram o mesmo tipo de carta, é incrível, foram os surfistas. À primeira vista não há relação alguma com os dobradores de papéis. Os surfistas dizem: “concordamos totalmente, pois, o que fazemos? Estamos sempre nos insinuando nas dobras da natureza. Para nós, a natureza é um conjunto de dobras móveis. Nós nos insinuamos na dobra da onda, habitar a dobra da onda é a nossa tarefa”. Habitar a dobra da onda e, com efeito, eles falam disso de modo admirável. Eles pensam, não se contentam em surfar, eles pensam o que fazem. (DELEUZE, 2010a, p. 11-12)

Os motoristas também pensam o que fazem, é óbvio. Mas não para a organização do trabalho, que insiste em apartar planejamento e execução, ideia e ação. Atividade e pensamento são indissociáveis nos processos produtivos. O trabalho se estagna sem pensamento. E o pensamento funcionando como máquina transversal de cruzamento e passagem entre as mais diversas situações é a atividade do motorista de ônibus coletivo urbano. Tal funcionamento do pensamento perpassa os motoristas e Guattari, que se encontram sem se deparar uns com os outros: encontro na passagem, pela passagem.

## UM ANJO QUE EXTERMINA A DOR

[PARADOXO DO EPÍLOGO]

[epifania]

“[...] Hoje sou eu que / estou te livrando / da verdade /// te livrando: // castillo de alusiones [castelo de alusões] / forest of mirrors [floresta de espelhos] // anjo / que extermina / a dor” (CESAR, 1999, p. 59-60)

Este trecho de nossos ensaios é produzido a partir dos encontros e conversações com motoristas que empreendemos durante a construção desse trabalho de intervenção e pesquisa. Trata-se de um acontecimento fundamental no processo do nosso trabalho – e que muitas vezes é apagado dos registros oficiais da pesquisa, ficando, às vezes, apenas alguns borrões por descuido pelo caminho, como marcas de pneus no asfalto, indicando alguma parada ou aceleração brusca demais para os protocolos de atividade acadêmica. Conversamos com alguns motoristas, uma vez que habitamos o lugar de passageiros de ônibus e pelas próprias redes sociais que forjamos na cidade e que acabam por tornar possíveis contatos com os trabalhadores do transporte coletivo. E encontramos Arcanjo, um motorista com quem estabelecemos uma aliança de trabalho analítico acerca do trabalho do motorista de ônibus coletivo urbano da GV-ES. Essa aliança é marcada por uma política da amizade, afirmando princípios de aberturas para a conversa. Construimos um agenciamento que conecta nosso trabalho de pesquisa com a atividade de um motorista afastado do trabalho por um diagnóstico de esquizofrenia.

Arcanjo escreve sua biografia e a envia, ainda em construção, para mim, por e-mail. Ao ler, entramos em conversa também por meio da escrita e, escrevendo aqui esse texto – em diálogo com sua escrita de vida –, pode-se traçar alguns efeitos de intervenção dos movimentos de vida e trabalho em Arcanjo em nós. Uma potente intercessão é o que aqui se inscreve. Por vezes, em nossos encontros para conversar acerca do trabalho do motorista, situávamos em torno do seu livro em construção, sua obra integrando sua vida profissional e suas diversas outras vidas. Voamos com Arcanjo. A pretexto de prefácio para um livro a publicar, indicamos alguns efeitos do texto em nós, seus atravessamos múltiplos, por meio dos quais se desarmam as armadilhas habituais de clausura da biografia numa intimidade arranjada ao autor. Arcanjo, cansado de ser humano demasiado humano, se faz anjo pela potência de impessoalidade – no sentido deleuzeano (DELEUZE, 1977) –, arrisca conversar

com um desconhecido, e nos convida a transpassar a vida, assumindo o risco de voar alto demais. E, por isso, lembrando-nos e lembrando-se para, paradoxalmente, esquecer pela incorporação do vivido em novas experiências. E ele continua por aí...

[voando junto]

Arcanjo é um voo no desejo de ser motorista, em meio a tantas máquinas de existir. O homem da roça perdido nos interiores do país trabalha sonhando nos jogos das experiências familiar, escolar, adolescente, feirante, acidental, surda. O homem casado que multiplica a família, e teme, e viaja, e arrisca, e perde, e ganha, e casa de novo. O homem empregado da empresa de ônibus, na sua luta por realizar o desejo de ser motorista. Já até podíamos mudar essa expressão e dizer: o desejo no ser motorista, devirando-o. Pois o desejo é o próprio experimentar e produzir-se nesse motorista sempre em tornar-se, mesmo, e talvez, sobretudo, quando não se é ainda nem mais motorista. Desejo que não se substancializa na eternidade cronológica, mas na luta em que se faz essa essência motorista no subterrâneo arrastar em fluxo todos esses homens-máquinas que produzem modos de existir – modo roceiro, modo marido, modo empregado – em diversas produções de mundos a viver.

Arcanjo vira motorista, ou quer virar motorista, mas não se trata de imitar um motorista como modelo, mas de inventá-lo em cada experiência de vida. Sonha motorista desde pequeno, se acopla às máquinas dispersivas. Desvira, virando do avesso o ser do motorista, para construir um espaço de circulação, um terreno de experimentação. No que vira ao avesso, dobra o ser motorista, em si próprio, constituindo esse próprio pela própria traição. Uma grande traição por que não trapaceia nos incômodos tornados pequenas pontas a aparar, mas na traição do ser motorista tornado problema, incômodo em si, transformação no tornar-se. Contudo, essa grande traição só pode se fazer no limite da trapaça.

E Arcanjo não cessa de se transformar, funcionando como motorista, construindo esse ser motorista no plano duma produção desejante transversal, em que toda a sua vida, vida do mundo, se conecta e disjunta incessantemente em voos. Devira anjo para escapar de uma forma motorista que ameaça engessá-lo, para reinventar passagens. Arrisca-se demais? Talvez. Segue inventando trabalho por aí, construindo mundos. Esse agenciamento com a máquina motorista de ônibus não precisa ser atuado no momento em que ele consegue o emprego almejado para existir, ele já funciona em meio aos outros agenciamentos: casamento, filhos, bebida, roupas velhas, mãe, acidente do pai, etc.

Arcanjo faz algo como uma anti-biografia: no seu perder-se, retraça-se, destança-se num movimento de composição que só é possível em movimentos de fuga, implicando sempre um risco de impossibilidade de composição. Arcanjo habita o plano de experimentação dum corpo motorista, pela sua vida toda, feita pedaço do mundo voando por aí. Se ele voa alto e se torna arcanjo ao encontrar o navio, um fluxo de corte no fluxo do ônibus, um fluxo de anjos encouraçados por um navio à deriva como corte no fluxo dos motoristas de ônibus coletivos urbanos, é ainda o plano imanente da atividade destes motoristas que está em jogo. Nesse plano se condensam passado, presente e futuro, desmontando a organização cronológica dos tempos de Arcanjo na produção de outros tempos de vida. Por isso, esse desejo perpassa toda a sua história: está na infância como sonho, na adolescência como esquecimento e lembrança, na vida adulta como possibilidade e trabalho – porque essas funções psicológicas só fazem sentido pra funcionar na vida em deslocamento. Ele só pode compor essa história como problematização do seu presente. Não há um passado a descobrir como fatos determinantes da existência, mas planos de composição de forças que atravessam a história como um campo problemático na produção do presente a viver.

Presente, passado e futuro se distribuem em linha reta e sequencial apenas sob certas condições de produção social. Inventamos o relógio há tanto tempo que esquecemos que ele nem sempre existiu. Essa cronologia fornece uma ordem na produção, uma ordem sobreposta aos outros tempos em que vivemos, como uma estrada pavimentada em meio a outros caminhos de chão que se vão fazendo por aí. O tempo cronológico se hegemoniza e insiste em homogeneizar-nos. Mas não é o único, nem mais real que outras ordenações do tempo que por vezes nos insistem em assaltar, que precisam nos roubar o tempo para pensarmos. Como quando o tempo passa rápido demais num dia de trabalho cheio de bons encontros, ou quando é muito longo em meio ao problema de saúde de um familiar.

Arcanjo nos leva a habitar essas velocidades variantes do tempo pela sua composição histórica. Por vezes, acelera tão rápido que há tempos que nem percebemos direito em tanta vertigem ou, ainda, para num tempo que o prendeu e nos convida a compartilhar os seus impasses. Marca instantes que perturbaram as temporalidades que habitava, desmontando por mergulhos aéreos a ordem hegemônica do relógio: o tempo que ele vive para agarrar o jovem que ameaça pular da ponte não é o mesmo tempo que vive com a herança de família, suas velocidades são incomparáveis. Mas estão em tensionamento pela sua existência, interferindo-se. São acontecimentos que compõem a atividade de motorista e por isso suas datações

marcam antes intensidades atravessando os tempos que eventos comemorativos. Arcanjo não cessa de fazer acontecer o seu trabalho como atividade ao habitar os acontecimentos que a máquina motorista de ônibus produz como máquina coletiva desejante – mesmo antes de ser motorista e ainda quando é afastado do trabalho, insistimos com ele. A maquinaria de produção do transporte é desejo que se agencia pelo trabalho do motorista, mas também pelos passeios à praia, pelo salto para agarrar na ponte, pelas saídas noturnas na juventude, enfim, pelos vários voos de arcanjo.

Na sua escrita, Arcanjo voa entre a busca de um passado, um território perdido, e a construção de um território pelo presente, como história na vida, que está em jogo, em meio às diversas condições que se atravessam: diagnóstico, família, comunidade, grupo, trabalho, desemprego, ponte, morte, nascimento, casamento, passeio, solidão, amizade. Nessa luta se constrói um novo campo de possibilidades: a luta antimanicomial, a literatura, o novo trabalho, etc. Enfrenta-se, então, pela própria biografia, o desejo de reconstituição imaginária da história, um delírio de perda, uma ilusão sobre os fatos impossibilitados de serem alcançados. E é por aí, pela sustentação de paradoxos, que não é de fantasia, como negação ou transcendente da realidade, que se trata: tudo isto que Arcanjo vive e ensaia em biografia é plenamente real. É uma experimentação real, é transformação da sua realidade. É a criação incessante dos meios de vida em jogo com suas histórias que é o próprio real. Essa transformação ganha materialidade pela experimentação da escrita: um novo território, paradoxalmente, um par de asas – um novo meio de prosseguir produzindo transporte.

Sair salvando pessoas por aí, lançando-se a interceptar saltos de morte com agilidades de vida, se conjuga com o que pode ser além demais no trabalho do motorista – mas, nos parece, o único jeito de seguir a vida. Mas, o anjo ágil que salva é também o anjo estagnado no cruzamento ante a passagem de um fluxo estranho à rua de carros. Arcanjo é visto entre os colegas de trabalho, conhecido por todos, passeia circulando e fazendo circular os paradoxos que constituem a atividade de motorista de ônibus. Salvar uma vida, ou seguir em frente? Avançar em disparada para evitar um voo funesto ou obedecer aos limites de 60 km/h de velocidade do ônibus na cidade e à norma de não parar o ônibus no meio da ponte? E, afinal, o que um navio veio fazer no meio do asfalto, delimitado para carros, predominantemente? Que outros fluxos menores são esses, que velocidades estranhas são essas, que invadem os caminhos já estabelecidos e os horários marcados, prescritores das passagens possíveis? Ah, esses caminhos em que os motores mandam! Como se pode transportar sem apelar ao poder

constituído? Como se podem inventar novos modos de transporte? Criando modos menores de ler a biografia podemos criar passagens para acompanhar as vidas e voos de Arcanjo, e ficar junto e disjunto – inclusivamente.

“No flanco do motor vinha um anjo encouraçado, [...] Pulo para fora (mas meu salto engancha no pedaço de pedal?), não me afogo mais, [...] Não olho para trás e sai da frente que essa é uma rasante [...]” (CESAR, 1999, p. 53)

## REFERÊNCIAS

## [PARADOXO DAS CITAÇÕES]

AMADOR, Fernanda Spanier. *Entre prisões da imagem, imagens da prisão: um dispositivo tecno-poético para uma clínica do trabalho*. 2009. 230 f. Tese (Doutorado em Informática na Educação) – Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES URBANOS (Brasil). *100 anos do transporte urbano no Brasil*. Brasília: NTU, 1997.

BARROS, Maria Elizabeth Barros de. Modos de gestão e produção de subjetividade. In: ABDALLA, Maurício; BARROS, M. E. B. de. *Mundo e sujeito: aspectos subjetivos da globalização*. São Paulo: Paulus, 2004. art. 5, p. 93-114.

BARROS, Maria Elizabeth Barros de; LOUZADA, Ana Paula; TEIXEIRA, Danielle Vasconcelos. Clínica da atividade em uma via deleuziana: por uma psicologia do trabalho. *Informática na educação: teoria & prática*, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 14-27, jan./jun. 2008.

BARROS, Maria Elizabeth Barros de; ROSEMBERG, Dulcinea Sarmiento; PETINELLI-SOUSA, Suzane. A utilização do vídeo como dispositivo metodológico. *Informática na educação: teoria & prática*, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 12-24, jan./jun. 2010.

BARROS, Maria Elizabeth Barros de; PASSOS, Eduardo; EIRADO, André do. *Psicologia e trabalho docente: intercessões com a clínica da atividade*. 2011. Texto não publicado.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 277-287.

BENDASSOLI, Pedro Fernando; SOBOLL, Lis Andrea Pereira (orgs.). *Clínicas do trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade*. São Paulo: Atlas, 2011.

BENEVIDES DE BARROS, Regina Duarte. *Grupo: a afirmação de um simulacro*. Porto Alegre: Sulina, 2007.

CAIAFA, Janice. *Jornadas urbanas: exclusão, trabalho e subjetividade nas viagens de ônibus na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CASTEL, Robert. *O psicanalismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL (Brasil). *Cidade em movimento: energia elétrica e meios de transporte na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 2001.

CESAR, Ana Cristina. *A teus pés*. São Paulo: Ática, 1999.

\_\_\_\_\_. *Antigos e soltos: poemas e prosas da pasta rosa*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2008.

CÉSAR, Janaína Mariano. *Processos grupais e o plano impessoal: a grupalidade fora no grupo*. 2008. 130 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

CÉSAR, Janaína Mariano; ZAMBONI, Jésio. *Grupo: técnica de si ou artifício da grupalidade*. In: Anais do III congresso capixaba de formação e atuação do psicólogo: éticas & cidadanias. Vitória: PET psicologia/UFES, 2008. p. 46-49. 1 CD-ROM.

CHAIA, Viviane Medeiros; SOLARES, Claudia. *Uma viagem no tempo: resgate dos acontecimentos relevantes da história do transporte coletivo da Grande Vitória*. Vitória: CETURB-GV, 2001.

CLOT, Yves. *A função psicológica do trabalho*. Petrópolis: Vozes, 2006a.

\_\_\_\_\_. Entrevista: Yves Clot. *Cadernos de psicologia social do trabalho*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 99-107, 2006b.

\_\_\_\_\_. Psicologia. In: BRAIT, Beth (org.) *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006c. p. 219-240.

\_\_\_\_\_. Vygotski: para além da psicologia cognitiva. *Pro-posições*, Campinas, v. 17, n. 2 (50), p. 19-30, mai./ago. 2006d.

\_\_\_\_\_. Entrevista: Yves Clot. *Mosaico: estudos em psicologia*, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 65-70, 2008a. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/mosaico>>. Acesso em: 11 nov. 2009.

\_\_\_\_\_. A psicologia do trabalho na França e a perspectiva da clínica da atividade. *Fractal: revista de psicologia*, Niterói, v. 22, n. 1, p. 207-234, 2010a.

\_\_\_\_\_. *Trabalho e poder de agir*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010b.

\_\_\_\_\_. Clínica do trabalho e clínica da atividade. In: BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, A. P. (orgs.). *Clínicas do trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade*. São Paulo: Atlas, 2011a. cap. 4, p. 71-83.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: ROSEMBERG, D. S.; RONCHI FILHO, J.; BARROS, M. E. B. de. *Trabalho docente e poder de agir: clínica da atividade, devires e análises*. Vitória: EDUFES, 2011b. p. 8-10.

CLOT, Yves et al. Entretien en autoconfrontation croisée: une méthode en clinique de l'activité. *Revue Pistes (perspectives interdisciplinaires sur le travail et la santé)*, Montreal, v. 2, n. 1, p. 1-7, 2000.



DADALTO, Carolina Fonseca et al. O vídeo produzindo encontros e confrontos para uma clínica da atividade docente. In: ROSEMBERG, D. S.; RONCHI FILHO, J.; BARROS, M. E. B. de. *Trabalho docente e poder de agir: clínica da atividade, devires e análises*. Vitória: EDUFES, 2011. cap. 4, p. 99-144.

DANIELLOU, François (org.). *A ergonomia em busca de seus princípios: debates epistemológicos*. São Paulo: Edgard Blücher, 2004.

DARSES, Françoise; MONTMOLLIN, Maurice de. *L'ergonomie*. Paris: La Découverte, 2006.

DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. Inteligência operária e organização do trabalho: a propósito do modelo japonês de produção. In: Hirata, Helena Sumiko (org.). *Sobre o "modelo" japonês*. São Paulo: Edusp, 1993. p. 281-309.

DELEUZE, Gilles. *Les cours de Gilles Deleuze: anti oedipe et mille plateaux*. 1971-1979. Disponível em: <<http://www.webdeleuze.com>>. Acesso em: 24 dez. 2009.

\_\_\_\_\_. *Nietzsche e a filosofia*. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1976.

\_\_\_\_\_. *Conversações: 1972-1990*. São Paulo: Ed. 34, 1992.

\_\_\_\_\_. *Crítica e clínica*. São Paulo: Ed. 34, 1997a.

\_\_\_\_\_. *Espinosa: filosofia prática*. São Paulo: Escuta, 2002.

\_\_\_\_\_. *Deux régimes de fous: textes et entretiens (1975-1995)*. Paris: Minuit, 2003.

\_\_\_\_\_. A imanência: uma vida.... *Terceira margem*: revista do programa de pós-graduação em ciência da literatura, Rio de Janeiro, ano 9, n. 11, p. 160-164, 2004.

\_\_\_\_\_. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

\_\_\_\_\_. *A ilha deserta: e outros textos: textos e entrevistas (1953-1974)*. São Paulo: Iluminuras, 2006a.

\_\_\_\_\_. *Diferença e repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 2006b.

\_\_\_\_\_. *Francis Bacon: lógica da sensação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007a.

\_\_\_\_\_. *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 2007b.

\_\_\_\_\_. *Sacher-Masoch: o frio e o cruel*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

DELEUZE, G. *O abecedário de Gilles Deleuze*. Acesso em: 12 maio 2010a. Disponível em: <[www.ufrgs.br/corpoarteclinica/obra/abc.prn.pdf](http://www.ufrgs.br/corpoarteclinica/obra/abc.prn.pdf)>.

\_\_\_\_\_. *Proust e os signos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Kafka: por uma literatura menor*. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

\_\_\_\_\_. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol. 1. São Paulo: Ed. 34, 1995a.

\_\_\_\_\_. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol. 2. São Paulo: Ed. 34, 1995b.

\_\_\_\_\_. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol. 3. São Paulo: Ed. 34, 1996.

\_\_\_\_\_. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol. 4. São Paulo: Ed. 34, 1997a.

\_\_\_\_\_. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol. 5. São Paulo: Ed. 34, 1997b.

\_\_\_\_\_. *O que é a Filosofia?*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997c, 2ªed.

\_\_\_\_\_. *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia* 1. São Paulo: Ed. 34, 2010.

\_\_\_\_\_. *Nós dois: entrevista com Deleuze e Guattari por Rober Maggiori*. Disponível em: <<http://claudioulpiano.org.br>>. Acesso em: 08 abr. 2011.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *Diálogos*. São Paulo: Escuta, 1998.

DOSSE, François. *Gilles Deleuze & Félix Guattari: biografia cruzada*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

ESPINOSA, Baruch de. *Pensamentos metafísicos; tratado de correção do intelecto; ética; tratado político; correspondência*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FALZON, Pierre. Natureza, objetivos e conhecimentos da ergonomia. In: FALZON, P. (org.). *Ergonomia*. São Paulo: Blucher, 2007. cap. 1, p. 3-20.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

\_\_\_\_\_. *Anti-Édipo: uma introdução à vida não-fascista*. In: ESCOBAR, Carlos Henrique de (org.). *Dossier Deleuze*. Rio de Janeiro: Hólon, 1991. p. 81-84.

\_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade: curso no collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

\_\_\_\_\_. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2009.

FOUCAULT, Michel; DELEUZE, Gilles. Os intelectuais e o poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 41-46.

GONDAR, Josaída. O trabalho como objeto histórico. *Cadernos do NUPSO*, São Paulo, n. 2, v. 3, p. 20-32, jan./jun. 1989.

GUATTARI, Félix. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

\_\_\_\_\_. *O inconsciente maquínico: ensaios de esquizo-análise*. Campinas: Papirus, 1988.

\_\_\_\_\_. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Ed. 34, 1992.

\_\_\_\_\_. As esquizoanálises. *Cadernos de subjetividade*, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 47-66, 1996.

\_\_\_\_\_. A paixão das máquinas. In: *O reencantamento do concreto*. São Paulo: HUCITEC, 2003, p. 39-52.

\_\_\_\_\_. *Psicanálise e transversalidade: ensaios de análise institucional*. Aparecida: Idéias & Letras, 2004.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 2008.

KASTRUP, Virgínia. *A invenção de si e do mundo: uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LANCETTI, Antonio. *Clínica peripatética*. São Paulo: HUCITEC, 2008.

LAVILLE, Antoine. *Ergonomia*. São Paulo: EPU, 1977.

LOURAU, René. *Análise institucional e práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

\_\_\_\_\_. *René Lourau: analista institucional em tempo integral*. São Paulo: HUCITEC, 2004.

LOUZADA, Ana Paula Figueiredo. *Crônicas de um trabalho docente: a invenção como imanente à vida*. 2009. 198 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

MAIA, Miguel Angelo Barbosa. *O corpo invisível do trabalho: cartografia dos processos de trabalho em saúde*. 2006. 196 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 1, t. 1.

MONTMOLLIN, Maurice de. *Introducción a la ergonomía: los sistemas hombres-máquinas*. Madrid: Aguilar, 1971.

MURRELL, Hywel. *Homens e máquinas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

OLIVEIRA, Sonia Pinto de. *Micropolítica do fracasso escolar: uma tentativa de aliança com o invisível*. 2001. 251 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2001.

OSÓRIO, Claudia. Experimentando a fotografia como ferramenta de análise da atividade de trabalho. *Informática na educação: teoria & prática*, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 41-49, jan./jun. 2010.

OURY, Jean. Uma construção permanente. *Cadernos de Subjetividade*, São Paulo, vol. 1, n. 1, p. 55-56, mar./ago. 1993.

\_\_\_\_\_. *O coletivo*. São Paulo: Hucitec, 2009.

PACHECO, Ariele Binoti. *Homens e mulheres do mármore e do granito: entre cores e ritmos*. 2010. 100 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

PARADOXO da espera do ônibus, O. Direção, texto e edição: Christian Caselli. Produção: Guilherme Whitaker. Rio de Janeiro: WSET filmes, 2007. Vídeo digital (3min10s), col., son.. Disponível em: <[http://www.youtube.com/watch?v=Ibow\\_K7fqF0](http://www.youtube.com/watch?v=Ibow_K7fqF0)>. Acesso em: 2 out. 2009.

PARADOXO da espera do motorista de ônibus. Produção: Tomás Meireles. Rio de Janeiro: C'pá Produções, 2009. Vídeo digital (5min), online, col., son.. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=SMWPo7fBodQ>>. Acesso em: 2 out. 2009.

PARADOXOS do Motor. Produção: Jésio Zamboni. Direção: Sonia Pinto de Oliveira. Vitória: PPGPSI/UFES, 2011. Vídeo digital (21min06s), col. son.. Disponível em: <<http://www.ufes.br/ppgpsi/producoes.html>>. Acesso em: 24 ago. 2011.

PASSOS, Eduardo; BENEVIDES DE BARROS, Regina Duarte. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. *Psicologia: teoria e pesquisa*, v. 16, n. 1, p. 71-79, jan./abr. 2000.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PEREIRA, Juan Peixoto. *Clínica da esquizofrenia: como um filósofo produziu um novo conceito*. 2009. 123 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

PINTO, Francinaldo do Monte. *Trabalho e saúde mental: um estudo com motoristas de ônibus de João Pessoa-PB*. 2001. 112 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2001.

REIS, Cleilson Teobaldo dos. *Velhice como intervenção nos modos de vida*. 2010. 116 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) – Programa de Pós-Graduação Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

RICHES, Raimar. *O que é empresa*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RODRIGUES, Heliana de Barros Conde; SOUZA, Vera Lúcia Batista de. A análise institucional e a profissionalização do psicólogo. In: SAIDON, Osvaldo; KAMKHAGI, Vida Rachel. *Análise institucional no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991. p. 27 -46.

ROSEMBERG, Dulcinea Sarmiento; RONCHI FILHO, Jair; BARROS, Maria Elizabeth Barros de. *Trabalho docente e poder de agir: clínica da atividade, devires e análises*. Vitória: EDUFES, 2011.

SCHWARTZ, Yves. *O trabalho numa perspectiva filosófica*. Cuiabá: Seminário Trabalho, Saber, Educação/UFMT, 2003. Disponível em: <<http://www.esnips.com>>. Acesso em: 07 fev. 2010.

\_\_\_\_\_. Ergonomia, filosofia e exterritorialidade. In: DANIELLOU, François. *A ergonomia em busca de seus princípios: debates epistemológicos*. São Paulo: Edgard Blücher, 2004. p. 141-180.

\_\_\_\_\_. Manifesto por um ergoengajamento. In: BENDASSOLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. (orgs.). *Clínicas do trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade*. São Paulo: Atlas, 2011. cap. 8, p. 132-166.

SILVEIRA, Ronie Alexsandro Teles da; HÜNING, Simone Maria. A tutela moral dos comitês de ética. *Psicologia & Sociedade*, v. 22, n. 2, p. 388-395, mai./ago. 2010.

TAYLOR, Frederick Winslow. *Princípios de administração científica*. São Paulo: Atlas, 1990.

TEIXEIRA, Danielle Vasconcelos. *Experimentações em clínica da atividade: cartografias na escola*. 2008. 133 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) – Programa de Pós-Graduação Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

TEIXEIRA, Danielle Vasconcelos; BARROS, Maria Elizabeth Barros de. *Clínica da atividade e cartografia: construindo metodologias de análise do trabalho*. *Psicologia & Sociedade*, v. 21, n. 1, p. 81-90, jan./abr. 2009.

TOMANIK, Eduardo Augusto. A ética e os comitês de ética em pesquisa com seres humanos. *Psicologia em estudo*, Maringá, v. 13, n. 2, p. 395-404, abr./jun. 2008.

WISNER, Alain. *Por dentro do trabalho: ergonomia: método & técnica*. São Paulo: FTD / Oboré, 1987.

\_\_\_\_\_. *A inteligência no trabalho: textos selecionados de ergonomia*. São Paulo: Fundacentro, 1994.

WISNER, A. Questões epistemológicas em ergonomia e em análise do trabalho. In: DANIELLOU, François (org.). *A ergonomia em busca de seus princípios: debates epistemológicos*. São Paulo: Edgard Blücher, 2004. cap. 5, p. 29-55.

YORKE, Thom; et al. Let down. In: Radiohead. *OK Computer*. Londres: Parlophone, 1997. 1 CD, faixa 5.